



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

CLEBER SOUZA MENESES

**DIÁSPORA TRANS: MOBILIDADES E MIGRAÇÕES ESPAÇO-
TEMPORAL E DE GÊNERO**

São Cristóvão
2020

CLEBER SOUZA MENESES

**DIÁSPORA TRANS: MOBILIDADES E MIGRAÇÕES ESPAÇO-
TEMPORAL E DE GÊNERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes.

São Cristóvão

2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M543d Meneses, Cleber Souza
Diáspora trans : mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero / Cleber Souza Meneses ; orientador Marcelo Alário Ennes. – São Cristóvão, SE, 2020.
345 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Sociologia. 2. Pessoas transgênero - Identidade. 3. Identidade de gênero. 4. Identidade social. I. Ennes, Marcelo Alário, orient. II. Título.

CDU 316.44:314.15:305

CLEBER SOUZA MENESES

**DIÁSPORA TRANS: MOBILIDADES E MIGRAÇÕES ESPAÇO-
TEMPORAL E DE GÊNERO**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

São Cristóvão, 20 de Maio de 2020.

Banca examinadora

Marcelo Alário Ennes – Presidente

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
PPGS – Universidade Federal de Sergipe

Fernanda Rios Petrarca

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PPGS – Universidade Federal de Sergipe

Petrônio José Domingues

Doutor em História pela Universidade de São Paulo.
PROHIS/PPGS – Universidade Federal de Sergipe

Claudiene Santos

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.
PPGCINE – Universidade Federal de Sergipe

Oswaldo Mario Serra Truzzi

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.
PPGS – Universidade Federal de São Carlos

A todas as pessoas invisibilizadas e
violentadas pelo sistema heteronormativo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo e todas/os, agradeço ao meu Pai Odé que me garantiu sanidade mental e força para chegar ao fim desta jornada com equilíbrio, assim como a todas/os as/os Orixás que regem a minha Casa (o Alarokê). Romper o paradoxo entre ciência e religião foi importante para que eu conseguisse levar as lições da minha religiosidade para o trabalho laboral desta Tese, reconhecendo que a vida é regida pela fé, no sentido de confiança, esperança e compromisso, sendo assim, compreendi esta pesquisa com um ato de fé, o que me permitiu acreditar que era possível.

Ao meu orientador Marcelo Ennes, pelas reflexões, provocações, concessões, disponibilização de acervo bibliográfico, sensibilidade para saber lidar nas horas mais difíceis, respeito em relação à utilização de referências que não faziam parte do seu arcabouço teórico, dando-me liberdade para trilhar um caminho sem imposições e limitações. Sou muito grato por ele ser uma referência de pesquisador e sempre estar disposto a ajudar e dialogar, trabalhando com suas/seus orientandas/os em relações horizontalizadas de poder, reconhecendo o que há de melhor em cada um e estimulando o desenvolvimento dessas potencialidades.

Aos colegas de curso, em especial a Allisson, Carol, Liliana (Lili) e Rosinadja (Rosi), integrantes do GEPIIP (grupo do qual faço parte), pelas trocas, pelo apoio e solidariedade, elevando nossa relação para além da academia, tornando-se amigas/os para a vida. À Cinthia Moura, amiga de longa data, pela revisão textual. Às irmandades do Daime e do Candomblé que se transformaram em novas formas de vivenciar o sentido de família.

Ao meu companheiro Felipe Teixeira, pelo apoio fundamental na infraestrutura doméstica, suportando todas minhas crises, tolerando os picos de estresse provenientes da pressão acadêmica e por possibilitar a harmonia em casa para que eu pudesse realizar a minha produção textual.

A minha mãe e ao meu pai, por me darem a base para viver em sociedade e por sempre acreditarem em meu potencial, sendo referências de perseverança e de superação. E a minha tia Jane e minha prima Silvana que me deram abrigo e afago, abrindo as portas de suas casas para eu morar durante o período do curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da UFS, pelo apoio, infraestrutura, qualidade e presteza dos seus professores, pesquisadores e funcionários.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) que através de um convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) proporcionou o apoio financeiro necessário para minha dedicação à pesquisa.

A todas aquelas que eu entrevistei, pela confiança e generosidade por nos permitir conhecer suas histórias de vida, assim como, a todas as mulheres trans e travestis que não concederam entrevistas, mas que me ensinaram muito sobre a transgeneridade pelas trocas ocorridas em espaços de socialização.

Muito obrigado por possibilitarem esta experiência enriquecedora e gratificante!

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral analisar a intersecção entre as categorias de migrante e transgêneros, como expressão do processo de des/reconstrução identitária a partir do fenômeno da diáspora vivenciada pelas mulheres trans e travestis brasileiras. A partir do objeto desta pesquisa que prevê a interconectividade entre os processos identitários de gênero e os processos migratórios das mulheres trans e travestis, em que as posições de causa e efeito são revezadas entre si, daremos o nome de Diáspora Trans. Em um momento, a construção da identificação de gênero as leva a migrar como alternativa para se afastar da vigilância e controle dos círculos sociais que integram o seu lugar de origem ou, até mesmo, sendo expulsas pela família ao se revelarem “desviantes” da norma. Mas em outros momentos, a migração ocorre por outros fatores (trabalho e estudos) e ao se depararem com uma nova rede social, conhecerem novos espaços e lugares e acessando informações e vivências jamais possíveis quando estavam sobre a tutela da família, revela uma identificação de gênero até então não imaginada pelas próprias sujeitas desta pesquisa, que ainda não haviam se percebido trans. Adotamos uma revisão bibliográfica que compreende o referencial teórico que discute gênero e sexualidade de uma perspectiva *queer*, estudos trans, feministas e de gênero, somando-se às discussões sobre os processos migratórios por meio de pesquisas sociológicas e interdisciplinares, além de se debruçar sobre as legislações que tratam desta temática. O referencial teórico e os dados secundários serão postos em diálogo com os relatos orais de mulheres trans e travestis brasileiras para problematização da Diáspora Trans. O trabalho está dividido em seis capítulos (teóricos e empíricos), apresentando desde os procedimentos metodológicos até o material empírico da pesquisa, além da introdução e conclusão. Tivemos como resultado, a validação da hipótese de que as travestis e mulheres trans se constituem em sujeitas diaspóricas pela mobilidade e/ou migração, tanto no que diz respeito ao gênero quanto do ponto de vista espaço-temporal.

Palavras-Chave: Processos Identitários; Diásporas; Processos Migratórios; Transgeneridade.

ABSTRACT

This thesis has the general objective of analyzing the intersection between the categories of migrant and transgender, as an expression of the process of identity des / reconstruction from the diaspora phenomenon experienced by Brazilian trans and transvestite women. Based on the object of this research, which provides for the interconnectivity between gender identity processes and the migratory processes of trans and transvestite women, in which the positions of cause and effect are rotated among themselves, we will call the Trans Diaspora. In a moment, the construction of gender identification leads them to migrate, as an alternative to move away from the surveillance and control of the social circles that integrate their place of origin or, even, being expelled by the family when they reveal themselves to be “deviants” from the norm . But at other times, migration occurs due to other factors (work and studies) and when they encounter a new social network, discover new spaces and places and access information and experiences never possible when they were under the tutelage of the family, reveals an identification of gender until then not imagined by the subjects of this research, who had not yet perceived themselves as trans. We adopted a bibliographic review that comprises the theoretical framework that discusses gender and sexuality from a queer perspective, trans, feminist and gender studies, adding to the discussions on migration processes through sociological and interdisciplinary research, in addition to addressing the legislation dealing with this topic. The theoretical framework and secondary data will be put in dialogue with the oral reports of Brazilian trans and transvestite women to discuss the Trans Diaspora. The work is divided into six chapters (theoretical and empirical), presenting from the methodological procedures to the empirical research material, beyond the introduction and conclusion. The result was the validation of the hypothesis that transvestites and trans women constitute diasporic subjects due to mobility and / or migration, both in terms of gender and in terms of space and time.

Key words: Identity Processes; Diasporas; Migration Processes; Transgeneration.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo general analizar la intersección entre las categorías de migrante y transgéneros, como expresión del proceso de des/construcción identitaria a partir del fenómeno de la diáspora vivenciada por las mujeres trans y travestis brasileñas. A partir del objeto de esta investigación que prevé la interconectividad entre los procesos identitarios de género y los procesos migratorios de las mujeres trans y travestis, en que las posiciones de causa y efecto son alternados entre sí, daremos el nombre de Diáspora Trans. En un momento de construcción de la identificación de género las lleva a migrar, como alternativa para alejarse de la vigilancia y control de los círculos sociales que integran su lugar de origen o, incluso siendo expulsadas por la familia al revelarse "desviantes" de la norma. Pero en otros momentos, la migración ocurre por otros factores (trabajo y estudio) y al depararse con una nueva red social, conocen nuevos espacios y lugares y accediendo a informaciones y vivencias jamás posibles cuando estaban bajo la tutela de la familia, revela una identificación de género no imaginadas hasta entonces por los propios sujetos de esta investigación, que aún no se habían percibido trans. Adoptamos una revisión bibliográfica que comprende el referencial teórico que discute género y sexualidad de una perspectiva queer, estudios trans, feministas y de género, sumándose a las discusiones sobre los procesos migratorios por medio de pesquisas sociológicas e interdisciplinarias, además de volverse sobre las legislaciones que tratan de esta temática. El referencial teórico y los datos secundarios serán puestos en diálogo con los relatos orales de las mujeres trans y travestis brasileñas para problematización de la Diáspora Trans. El trabajo está dividido en seis capítulos (teóricos y empíricos), presentando desde los procedimientos metodológicos hasta el material empírico de la investigación, más allá de la introducción y conclusión. Tuvimos como resultado la validación de la hipótesis que las travestís y mujeres trans se constituyen en sujetos diasporicos por la movilidad y/o migración, tanto respecto al género como del punto de vista espacio-temporal.

Palabras clave: Procesos Identitarios; Diásporas; Procesos Migratorios; Transgeneridad.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS.....	18
2.1 Minhas Experiências Trans	18
2.2 A Construção da Pesquisa	27
2.3 O Diário de Campo: três eventos representativos	29
2.3.1 3º Fórum de saúde integral de pessoas trans: transidentidades e travestilidade (Lagarto – Se) - 20/11/2017	30
2.3.2 Confraternização da UNIDAS (Aracaju – Se) – 13/12/2017	38
2.3.3 IV Semana de visibilidade trans de Aracaju: direitos e cidadania das pessoas trans - 29/01/2018 a 02/02/2018	43
2.4 Modelo de Análise	52
2.5 Procedimentos e Percursos Metodológicos.....	54
3 SEXUALIDADE E GÊNERO: DO DISCURSO À PRÁTICA	57
3.1 O Poder do Discurso.....	58
3.2 Pensando o Gênero para Entender o Feminino.....	67
3.2.1 Os patriarcados segundo Pateman	68
3.2.2 Os feminismos em ondas	72
3.2.3 Gênero em debate	90
3.3 Sexualidade... o Que é?.....	99
4 PROCESSOS IDENTITÁRIOS: PERTENCIMENTOS EM TRÂNSITO	106
4.1 Identidades em Construção no Pensamento Contemporâneo	106
4.2 Transidentidades: para além do corpo.....	114
4.3 Corpo-Território: um espaço de controle e disputas	121
5 REFLETINDO SOBRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	135
5.1 Síntese sobre os Processos Migratórios.....	135
5.2 Sociologia das Migrações	138
5.3 Diásporas: Mobilidades da Crise	152
5.3.1 A ambivalência da Diáspora Trans	160
5.4 A Relação entre Sexualidade/Gênero e Diásporas/Migrações	166
5.5 A Ausência do Gênero nas Políticas Migratórias	176
5.6 Pensando as Redes.....	185
6 TRANSPONDO FRONTEIRAS: REPENSANDO AS DIÁSPORAS TRANS...199	

6.1 As Sujeitas da Pesquisa	199
6.1.1 Relatos sobre as entrevistas.....	204
6.2 Entre as Mobilidades de Gênero e Espaço-Temporal.....	207
6.2.1 A infância: imposição e rompimento de normas	210
6.2.2 Adolescência: injúrias e conflitos	215
6.2.3 A descoberta da sexualidade.....	220
6.2.4 As dificuldades da mobilidade do gênero	226
6.2.5 O corpo trans: materialidade da construção do gênero	237
6.2.6 Por quê a prostituição compulsória não me atingiu?	244
6.3 A Identidade de Gênero como Causa ou Consequência da Dispersão da População Trans.....	250
6.3.1 A construção do meu gênero me fez migrar	251
6.3.2 Viajei e me encontrei	260
7 CONHECENDO AS REDES TRANS DA PROSTITUIÇÃO.....	277
7.1 A rede da prostituição trans no Brasil	279
7.2 A rede de prostituição trans na Europa.....	289
7.3 A rede das drogas.....	303
7.3.1 HIV: ônus do valor agregado na prostituição	305
7.3.2 O perigo das ruas europeias.....	306
7.3.3 Sou abjeto por ser trans ou imigrante?	314
8 CONSIDERAÇÕES EM TRÂNSITO	321
REFERÊNCIAS	328
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista	344

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa está pautado na intersecção entre os processos migratórios e a construção da identidade de gênero de mulheres trans e travestis brasileiras, sendo limitado espacialmente e temporalmente a partir da pesquisa de campo, abrangendo pessoas naturais de seis estados do Brasil (Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Sergipe) que residem atualmente em: São Cristóvão e Aracaju (Sergipe); Salvador (Bahia); São Pedro da Aldeia (Rio de Janeiro); e Leon (Espanha); além de dois casos em que as sujeitas vivem em trânsito, sendo que uma vive entre Aracaju (SE), Paris e Portugal (Europa) e a outra tem residência em Salvador (BA) e Milão (Itália).

A delimitação temporal desta pesquisa é ampla, por se tratar de um estudo predominantemente longitudinal, pois abrange mais de um período temporal ao trabalhar com relatos de vida, usando informações da década de 1970 até os dias atuais. A presente tese, portanto, se insere na intersecção entre os campos de estudos sobre migrações e identidades, isto é, da diáspora e da transgeneridade.

Para responder ao objetivo geral desta pesquisa, que tinha como meta compreender a diáspora trans, nós analisamos o processo migratório de travestis e mulheres trans brasileiras, tanto em relação à identidade de gênero quanto espaço-temporal, como fenômeno da diáspora vivenciada por esta população. Para alcançarmos este objetivo trilhamos alguns caminhos e etapas (objetivos específicos), tais como: fizemos o mapeamento e análise das redes sociais da população trans brasileira que emergiram do processo migratório interno e externo, para identificarmos as estruturas que as constituem, bem como as sujeitas em potencial para análise das suas histórias de vida.

Examinamos, ainda, os fatores de expulsão e atração das migrações trans brasileiras, levando-se em consideração os fluxos internos e externos, a partir dos relatos de vida analisados nesta pesquisa e dados secundários; identificamos e problematizamos as principais políticas públicas e legislações federais que têm como objeto a migração, tanto no Brasil quanto em países da Europa que são notificados, por meio de pesquisas anteriores, como polos da migração trans brasileira (Itália, Espanha, França e Portugal);

Analizamos também as estratégias que a população trans brasileira adota para lidar com as alteridades que emergem durante a construção de suas identidades trans, tomando como base os dados secundários em diálogo com os dados primários, que foram obtidos na pesquisa de campo via história oral.

A tese aqui apresentada consiste na constatação segundo a qual travestis e mulheres trans se constituem em sujeitas diaspóricas pela mobilidade e/ou migração, tanto no que diz respeito ao gênero quanto do ponto de vista espaço-temporal, o que resulta no que chamaremos de Diáspora Trans. A construção social da condição de travesti ou de transexual passa tanto por um processo de migração da identidade de gênero que parte da nomeação recebida ao nascer e se materializa em uma trajetória vivenciada nos entre-lugares do sistema binário do sexo, o que também requer trânsito.

Quanto ao espaço, os casos estudados demonstram, em sua maioria, a necessidade de deslocamentos e mobilidades espaciais, quase sempre, para lugares distantes e economicamente mais desenvolvidos do que o seu local de origem (outras cidades, estados ou países). São estas duas dinâmicas de trânsito, mobilidade e migração que orientam a construção de sua identidade de gênero e para vivenciarem suas sexualidades “fora da norma” com menor resistência e vigilância, comparando-se ao seu lugar de origem.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se delineou por meio de entrevistas de profundidade seja presencialmente, seja pelo o uso de tecnologias de comunicação (WhatsApp e Messenger). A escolha das entrevistadas partiu de nossos contatos pessoais e se ampliou por meio da técnica de snowball (bola de neve). Este caminho nos conduziu ao atravessamento de fronteiras nacionais e internacionais e nos deu acesso às entrevistadas tanto no Brasil quanto no exterior.

O conteúdo das narrativas coletadas foi analisado por meio de referencial teórico que perpassa as perspectivas das sociologias crítica, moderna, pós-estrutural, pós-colonial e desconstrutivista em diálogo com outras abordagens das ciências sociais e humanas, pelo caráter interdisciplinar que rege essa pesquisa. A história oral foi a condutora principal deste estudo, realizando entrevistas semiestruturadas, sendo nove realizadas face-a-face e quatro realizadas virtualmente (via WhatsApp).

Trabalhamos com treze entrevistadas de perfis distintos¹ em relação a idade, classe social, escolaridade, naturalidade (local de nascimento) e profissões distintas. Em relação à naturalidade, temos:

- 06 (seis) do estado de Sergipe;
- 02 (duas) do estado de Alagoas;
- 02 (duas) da Bahia;
- 01 (uma) natural do Paraná;
- 01 (uma) natural de Minas Gerais;
- 01 (uma) natural de Goiás.

Apenas duas delas ainda residem na sua cidade de origem. Deste universo pesquisado, apenas 03 (três) delas não saíram do Brasil e fizeram apenas migrações regionais. Em relação à atividade profissional e escolaridade, temos um perfil bem diverso, que vai do ensino fundamental incompleto até o pós-doutorado, dez entrevistadas (77%) tiveram experiência no mercado da prostituição e a maioria hoje trabalha no mercado formal em profissões diversas (cabeleireira, artista, professora, atendente e etc.).

Quanto à idade, temos apenas 01 (uma) abaixo dos 30 anos, 02 (duas) acima dos 30 e abaixo dos 40 anos e as demais já passaram dos 40 anos de idade. É perante esta diversidade de perfil que traçamos nossa pesquisa sobre os processos migratórios.

Havia uma tendência nos trabalhos sobre migração a colocar de forma secundária o gênero e a sexualidade enquanto marcador nos deslocamentos, porém, os estudos migratórios estão cada vez mais dedicados às pesquisas mais pontuais, contribuindo para a diversificação e surgimento de novas abordagens interdisciplinares e possibilitando a discussão da transgeneridade.

A maioria destes estudos, que tomam a sexualidade e o gênero dissidentes como objeto de análise, revela a cidade grande como polo de atração, constituindo os guetos como espaços de vivência e reafirmação das identidades gay e trans. Os trabalhos mais específicos sobre a população trans seguem uma linha analítica sobre os processos identitários, a relação entre o corpo e a identidade de gênero, as alteridades em relação à população cis, as redes migratórias e o mercado da prostituição.

¹ Estas informações estarão sistematizadas na seção 5.1.

Esta Tese foi construída a partir do prisma das ciências sociais, em diálogo constante com outras disciplinas, revelando os debates sobre a existência e o funcionamento de redes sociais que emergem e se configuram para manutenção dos fluxos migratórios da população trans brasileira, contribuindo para o campo dos estudos diaspóricos e a discussão sobre a intersecção entre as categorias de migrante e transgênero.

Outra inovação desta pesquisa é levar a discussão de diáspora para o campo do gênero, interpretando o masculino e o feminino como territórios fluidos e passíveis de trânsito. Desta maneira, esta abordagem contemporânea irá contribuir para apresentar um novo olhar sobre os processos migratórios, desenvolvendo reflexões no caminho da desconstrução de estereótipos e essencialismos.

A tese está estruturada em cinco capítulos mais a introdução e as considerações finais. No capítulo 2, apresentaremos os itinerários metodológicos, iniciando com o relato das experiências trans do autor da pesquisa, como se deu a construção da pesquisa, o diário de campo de três eventos específicos, o modelo de análise e as técnicas de pesquisa adotadas. Nos capítulos subsequentes, apresentaremos o referencial teórico em diálogo com o objeto da tese e a análise dos dados empíricos.

A discussão sobre sexualidade e gênero que abordaremos no Capítulo 3 objetiva desmistificar muitos discursos que são reificados em vários espaços, inclusive na academia, invisibilizando e marginalizando práticas e pertencimentos que estão fora da norma baseando-se no sistema heteronormativo, que é perverso, ditador e limitador.

Apresentar o olhar desconstruído sobre estes temas é necessário para: romper com os padrões; demonstrar que as caixas são feitas para acomodar coisas e não identidades; que não há inteligibilidade entre genital e sexualidade, assim como não há esta relação com o gênero; apresentar um mundo de gradientes ao invés de binarismos; revelar corpos diversos e possíveis; evitar rotulações quando for para subestimar, mas reconhecer os rótulos quando usados por atos políticos; dentre outros fatores pertinentes.

A intenção de iniciar as discussões teóricas acerca do gênero e sexualidade se justifica pela necessidade de compreender a sexualidade e o gênero como construções socioculturais que são permeadas por relações de poder, base para nossa reflexão sobre a diáspora trans.

Dando continuidade ao alicerce teórico desta pesquisa, o Capítulo 4 estabelece um debate sobre as identidades como resultado das relações socioculturais, partindo de um princípio norteador de que a alteridade e o pertencimento são interdependentes. É por meio do encontro entre as/os diferentes que se é possível nomear e se identificar, não mais de forma fixa, pois somos seres múltiplos que acionamos nossos pertencimentos de forma relacional e contextual.

Desta maneira, o capítulo aponta os processos de fluidez, multiplicidade, hibridação e borramento que acontece nos processos de negociações das identidades durante o jogo social e relações de poder e podem revelar estratégias por meio das quais os grupos marginalizados utilizam para se tornar visíveis e reconhecíveis e para ganharem legitimidade de modo a expor a fragilidade do que está posto como natural.

Partindo do pressuposto de que a diáspora trans perpassa dois planos, isto é o simbólico e o físico, assim como é constituída pelo trânsito entre as fronteiras de gênero e espaço-temporal, os Capítulos 3 e 4 tomam como base o argumento de que o gênero é um território que vive sob a vigilância e disputa, sendo a transgeneridade a representação deste movimento que efetiva o processo migratório.

Um trânsito simbólico, quando pensamos nos atravessamentos de normas, padrões e comportamentos, mas também físico, uma vez que o corpo visualizado como território de materialização do gênero é moldado e ressignificado na vivência destes dois trânsitos, para realizar a reconfiguração de identidade de gênero. É a partir do corpo que nos relacionamos com a identidade de gênero, porque o gênero é performance e exige uma matéria para se construir. Esta é uma das razões que produzem as várias formas e intensidades de cerceamento sobre os corpos, ainda mais sobre os corpos transgressores.

O simbólico também pode ser notado analisando-se a linguagem, que se construiu sendo binária, reforçando o sexismo, excluindo quem não se encaixa nas únicas identidades de gênero que são legítimas (o masculino e o feminino), universalizando o masculino e o tomando como regra. Ao analisarmos as situações que envolvem as pessoas trans, a linguagem tem sido usada em vários contextos para deslegitimar sua identidade de gênero, quando se referem a estas pessoas com pronomes que condizem ao gênero que lhe designaram ao nascer.

Alternativas têm emergido dos movimentos sociais como tentativas de desconstrução deste binarismo, que têm sido nomeadas de “linguagens não-binárias”, tendo como premissa utilizar o “e”, “@” ou “x” como um dispositivos linguístico para neutralizar o gênero, em substituição ao “a” e “o” nas palavras com gênero masculino e feminino, quando referem-se às pessoas.

Esta Tese estava sendo redigida com o uso do @, adotando esta linguagem não binária, até tomarmos conhecimento que este tipo de linguagem acaba limitando o acesso de pessoas com deficiência visual que utilizam programas que reproduzem em áudio as palavras do texto, pois estas palavras alteradas não são reconhecidas pelo sistema. Mediante esta situação, decidimos abandonar esta escrita e adotar uma linguagem mais neutra dentro do próprio sistema binário, sem necessidade de interferir na etimologia das palavras e possibilitando o acesso irrestrito desta obra.

No Capítulo 5, viajamos por várias disciplinas para compreender os fenômenos migratórios e poder relacioná-los com a identidade de gênero. Na revisão da literatura e análise das legislações a respeito da migração, percebemos a pouca representatividade ou invisibilidade do gênero, o que nos estimulou a seguir com a pesquisa para contribuir com o campo das novas migrações.

Partimos do pressuposto segundo o qual a diáspora trans, no que tange a migração espaço-temporal, seguia dois fluxos, o primeiro deles, e mais comum entre a população trans feminina², é baseado na busca para viver a identidade de gênero que não condiz com a que lhe foi designada ao nascer, gerando conflito com a família e círculo social mais próximo, o que dá origem ao segundo fluxo que começa com a expulsão, o que leva estas pessoas a migrarem espaço-temporalmente para vivenciar outros espaços e outras temporalidades.

Deste modo, como base nos percursos teóricos e empíricos perseguidos por este estudo, defendemos nesta tese a Diáspora Trans como uma categoria analítica potencial para dar maior visibilidade e para pensar a dupla migração que as mulheres trans e travestis vivenciam, tendo que lidar com abjeções, conflitos, violências, descobertas, ressignificações e muitos outros aspectos para reivindicarem a sua condição de sujeita feminina.

² Quando usarmos a expressão “população trans” nesta pesquisa estamos nos referindo aos homens e mulheres trans e travestis. Quando usarmos “população trans feminina” referimo-nos apenas às mulheres trans e travestis.

2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo iremos abordar como se construiu a temática central desta tese, o modelo de análise adotado para abordar as categorias transgênero e (i)migrante e os procedimentos metodológicos utilizados. Abrimos com um relato autobiográfico do autor desta pesquisa sobre suas experiências trans, revelando como há uma interconexão direta entre o objeto de pesquisa e sua biografia, em que as migrações espaciais e identitárias perpassam a construção teórica e conceitual.

Em seguida, traremos os percursos do autor para definição da temática da pesquisa em sua trajetória acadêmica, para após apresentar alguns dados do diário de campo do pesquisador durante sua incursão nos eventos realizados por pessoas trans ou que tiveram participações das mesmas, que na condição de observador participante foi possível repensar os caminhos da tese a partir da troca de experiências com as sujeitas que integram esta pesquisa.

E por fim, apresentaremos o modelo de análise e procedimentos metodológicos utilizados. Em relação aos pressupostos teóricos que balizam o estudo, estes serão apresentados e desenvolvidos nos capítulos subsequentes.

2.1 Minhas Experiências Trans

Partindo do princípio do termo transgênero³ como um guarda-chuva que engloba várias dissidências de gênero, sejam elas funcionais ou identitárias, eu⁴ apresento aqui minha experiência trans vivenciada em momentos distintos da minha vida, em Aracaju nos anos de 1999 e 2000 e em Salvador de 2007 a 2012, quando me tornei ator transformista e dei vida a minha personagem nos palcos das boates, bares e eventos.

³ Conforme a publicação do “guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgênero, para formadores de opinião”, idealizado e desenvolvido por Jaqueline Gomes de Jesus intitulado “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos” que apresenta o conceito de transgênero de forma ampla e é dividido em duas categorias conforme a vivência do gênero (Identidade e Funcionalidade). Então, transgênero de uma perspectiva da Identidade enquadra as travestis e transexuais e da perspectiva da Funcionalidade inclui as crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas. (JESUS, 2012)

⁴ Nas seções 2.1, 2.2 e 2.3 irei utilizar a escrita em primeira pessoa por se tratar do fragmento de minha história de vida e da minha experiência como observador participante nos eventos realizados por pessoas trans ou que tiveram elas como participantes principais.

Na infância, já me percebia diferente das/os demais colegas e não me encaixava nos padrões de brincadeiras determinadas como sendo do sexo masculino, mas, por sorte, essas regras eram quebradas por outras crianças que eram minhas vizinhas, independente da sexualidade. As socializações entre as crianças aconteciam sem distinção de gênero na rua onde eu morava e desta maneira todas/os se permitiam transitar entre as brincadeiras marcadas pela heteronormatividade⁵ sem vigilância e retaliação da família, fator este que foi muito positivo.

Porém, no ambiente escolar o cenário era justamente o contrário, fruto de um sistema que misturava normas e valores cristãos (era um colégio de Freira) e de classe, pois era um colégio particular frequentado pelas/os filhas/os da classe média alta e classe alta da cidade. Eu era bolsista, de classe baixa e gay e precisava negociar esses marcadores sociais a todo instante, vindo a protagonizar muitos conflitos com o núcleo estudantil e com as freiras, mas como neste ambiente eu era um *outsider*, recebia pressão constante do grupo hegemônico, tornando-me uma pessoa insegura e tímida.

Ainda na tenra idade, meu desejo homossexual já aflorava e vivenciei meus primeiros contatos sexuais com os meninos da vizinhança. Não era fácil viver com esse conflito interno do que era certo e errado, por conta do sistema heteronormativo que me colocava em dúvida se a minha sexualidade era algo “normal”, fazendo com que eu me condenasse por sentir desejo por outras pessoas do mesmo sexo, o que me levou a ter experiências heterossexuais na adolescência para camuflar este “desejo marginal” que eu sentia.

Na esperança de poder viver sem ter a pressão social da família e do meu ciclo social, meu grande sonho era ir morar em uma cidade maior, para que eu pudesse viver novas experiências e tirar minhas próprias conclusões sobre quem eu era, situação semelhante ao que acontece com a maioria das pessoas trans entrevistadas.

⁵ Entende-se por heteronormatividade um sistema social que age sobre todas as pessoas para que devam seguir com uma inteligibilidade entre o sexo, gênero e desejos sexuais, ou seja, que todas/os devem ser heterossexuais e tudo que não segue esta norma será visto como desviante, abjeto e marginal. Isto inclui a ideia de que existe apenas o binarismo de gênero, masculino e feminino, considerando que relações sexuais são normais somente entre pessoas de gêneros diferentes. Ver: BUTLER (2006); BERLANT e WARNER (2002). O conceito será desenvolvido nos capítulos subsequentes.

Ao completar os 18 anos (não foi antes porque minha mãe disse que eu só poderia sair de casa quando completasse a maior idade), eu deixei a casa dos meus pais, que no momento residiam no interior da Bahia, para ir morar com o meu irmão mais velho, recém-casado, que residia em Aracaju, capital de Sergipe, minha terra natal. Em aproximadamente seis meses consegui sair da casa do meu irmão para finalmente viver sem a vigilância da família.

Passei a dividir aluguel com um amigo que acabara de conhecer, através do meu primeiro namorado gay, e foi quando me aproximei da arte do transformismo. Ele já havia participado de concursos de miss gay, em que os candidatos desfilam vestidos de mulher (transformistas), provocando em mim um misto de repulsa e admiração no momento da descoberta. Eu já havia tido acesso ao mundo do transformismo por meio do Programa de Calouros de Silvio Santos (do qual eu era fã por causa deste quadro), mas nunca imaginava que isso pudesse ser acessível a mim.

Após o término do namoro, que não durou muito, foi o momento de descoberta e usufruto dos espaços gays da cidade, dentre eles, a boate gay onde aconteciam shows de *drag queens* e transformistas. Aos poucos, a arte de se transformar em outra persona e poder brincar com a performance do feminino foi se tornando mais atraente e desejável.

Quando surgiu o primeiro bloco gay na maior micareta do estado (Pré-Caju) foi a oportunidade para tomar coragem e me travesti pela primeira vez. Decisão inconsequente de um adolescente que estava ansioso para ter essa vivência trans, uma vez que se tratava de um evento público, onde eu estaria em contato com o público hétero e não saberia a reação dele ao se deparar com o diverso.

E assim foi minha primeira experiência trans, sem saber andar direito de salto, peruca loira e com uma fantasia composta de uma micro-saia e um bustiê, sendo analisada, desejada, ojerizada e festejada ao desfilar pela avenida. Sob esse misto de sentimentos que chegavam a ser palpáveis, recordo-me de ter vivenciado uma experiência única em minha vida.

Após este dia, comecei a me organizar e dar vida a personagem que tinha nascido no Pré-Caju, participando de concursos de drag e transformista que aconteciam na boate que ficava localizada no centro da cidade. A construção da personagem perpassava pela compra de salto alto em lojas comuns do comércio, passando pelo constrangimento ao me reportar as/aos vendedoras/es e o mesmo

aconteciam nas lojas de maquiagens, que muitas vezes nem havia estranhamento, mas eu sempre achava que estava sendo julgado, fruto de toda essa construção dogmática que havia recebido na minha infância.

A revelação para costureira também foi marcante, pois após o susto, íamos divertidamente conhecendo este novo mundo que se revelou para ambos/as, construindo assim, as medidas do corpo da personagem, que toma como base o meu e se transforma por meio de enchimentos para representar a estrutura feminina que performativamente desejava passar. E assim ganhava vida uma figura feminina meio fora do padrão, que ainda não sabia se maquiar direito, não tinha os melhores figurinos e nem os melhores acessórios, mas que se sentia feliz em expressar sua arte por meio da cultura alternativa do transformismo.

A personagem trazia ônus e bônus para as relações sociais, tendo como bônus: o reconhecimento do público; a troca de experiência com outras artistas; e a possibilidade de me expressar com performances bastante diversificadas, o que me permitia viver várias faces do feminino. Enquanto isso, o principal ônus nesta época era a dificuldade de encontrar relacionamentos que aceitassem a personagem. Neste período, a construção dos padrões gays era bem limitada e dentro das caixinhas, da mesma maneira que o mundo heterocisnormativo⁶.

Os relacionamentos gays se davam entre pessoas que fizessem parte de rótulos opostos, sendo assim, passivos ficavam com ativos, pois ainda não era habitual as pessoas se reconhecerem versáteis⁷. A prerrogativa para ser reconhecido como pertencente ao padrão ativo era ser másculo e que na maioria dos casos buscavam um passivo que também se aproximasse mais da performance masculina.

⁶ Assemelha-se a heteronormatividade, porém, agrega outro conceito, que é cisgênero, que é a pessoa que tem inteligibilidade entre seu sexo de nascença e sua identidade de gênero, ou seja, todas as pessoas não trans (transgênero) são cis (cisgênero). Cisgênero, cissexual ou apenas cis é identificado como uma estratégia política de tornar o(a) heterossexual e as pessoas de gênero inteligível no Outro, fazendo uso da alteridade. É uma terminologia transfeminista para desnaturalizar as identidades consideradas “naturais”. Da mesma forma que a ciência criou o termo trans (já constituída com uma representação marginalizada), a população trans inverte o processo e nomeia os(as) “normais” para que possam ser analisados, questionados e objeto de crítica. É um termo da década de 90 e que também pode ser utilizado para representar os(as) não-trans. Neste trabalho será utilizado para identificar os homens e mulheres que seguem a inteligibilidade entre gênero, sexo e sexualidade da perspectiva da heterossexualidade.

⁷ Ativo, passivo e versátil são expressões que estão relacionadas à posição assumida no ato sexual entre casais gays, sendo ativo a pessoa que deseja penetrar, passivo o que deseja ser penetrado e o versátil (hoje também conhecido por flex) aquela pessoa que se sente confortável em qualquer uma das duas situações.

Pelo fato de me montar⁸, eu era automaticamente excluído da possibilidade de ter um relacionamento, pois no imaginário de todos, representava o extremo de um gay passivo efeminado. Desta maneira, para os gays passivos efeminados, *drag queens* e transformistas, a boate era um espaço para se divertir e fechar⁹, pois havia um preconceito dentro da própria comunidade, onde apenas os gays másculos (ativos ou passivos) eram legítimos a ter um relacionamento.

Difícilmente algum gay másculo ficava com os efeminados, e, se assim fizessem, não davam continuidade, pois não queriam ser vistos em público ao lado de um gay efeminado (fora do espaço LGBTQIA+¹⁰) para não serem denunciados pelo sistema heteronormativo como um ser desviante (BECKER, 2008).

E assim era a minha vida enquanto transformista, aplaudido pelo público, mas negado pela maioria quando o assunto era namoro. Quando acontecia de iniciar um relacionamento e não explicitar esta minha atividade, assim que descobriam se afastavam. Este fato se assemelha ao que muitas travestis e mulheres trans sofrem, conforme veremos nas histórias de vida das entrevistadas desta pesquisa, que ao revelarem sua transgeneridade ou serem percebidas como trans, em sua maioria, dificulta a consolidação de uma relação de namoro, pois são penalizadas pelo estigma que recai sobre a população trans, afastando possíveis pretendentes por causa do medo que estas pessoas têm de serem julgadas pela sociedade.

Eis então que a vivência tão desejada em me descobrir identitariamente a partir do corpo sexual que sou, permitiu-me ir ao extremo nos marcadores sociais que habitavam meu corpo-território tornando-o um espaço fluido. Mas é chegada a temida hora de revelar para a família a minha sexualidade, que para mim sempre foi nítida.

Foi com um empurrãozinho do meu irmão mais velho que ligou pra minha mãe dizendo que eu estava depilando (termo que ele usou) a sobrancelha e quando ela ligou para mim, preocupada, aproveitei para enfim dizer: “mãe, eu sou gay!”.

⁸ Termo utilizado no meio LGBTQIA+ para quem se transveste, no caso das drags, transformistas, crosdress e etc. Inclusive mulheres cis que possuem uma aproximação com o meio também utilizam o termo para dizer que estão se arrumando.

⁹ Expressão utilizada no meio LGBTQIA+ que significa fazer sucesso ou divertir-se.

¹⁰ Esta sigla tem sido adotada pelos movimentos sociais como uma atualização da sigla LGBT para possibilitar a inclusão de grupos que não estavam representados e participam da mesma luta, como é o caso dos Queer (Q) e Intersexuais (I) e o símbolo “+” engloba todas as outras identidades não representadas e que fazem parte desta população de diversidade sexual e de gênero. As três primeiras letras da sigla (LGB – lésbicas, gays e bissexuais) referem-se a identidade sexual e as demais (TQI – Transexuais, Travestis e Transgênero (T), Queer (Q) e Intersexuais (I)) referem-se a identidade de gênero.

Após muito choro e desabafo ao telefone, eu decidi retornar para casa sem precisar me esconder, sem precisar viver um personagem eterno na vida social.

De volta ao interior da Bahia, deixei minha personagem de lado e segui a vida sem ser uma fraude, permitindo-me expressar minha sexualidade em meus atos, roupas e trejeitos e sofri injúria por isso, chegando a ser apedrejado e xingado por um grupo de adolescentes que não aceitou me ver ao lado de outro gay em uma conversa animada e descontraída, foi então que percebi que a minha aceitação não seguia o mesmo tempo da aceitação do outro. Chegando em casa, meio atordoado com a situação, desabei em choro e recebi o conforto da minha família.

A partir deste momento, passei novamente a ter o desejo de ir embora daquela cidade, pois não admitia ter que me policiar em relação a como deveria me comportar socialmente ou ter que evitar ser visto socialmente com gays efeminados, para evitar insultos e agressões... era como se eu estivesse em uma prisão sem grades.

Foi então que passei no vestibular em uma universidade pública localizada em uma cidade maior, que ficava a uns 200 km de distância da que eu estava morando. No início, fazia esse traslado todos os dias em um transporte fornecido pela prefeitura, depois migrei para a cidade onde estava localizada a universidade, para facilitar o meu acesso aos estudos e para novamente viver em um espaço onde eu podia recomeçar minha história.

E assim foi durante dois anos, vivendo meu anonimato de migrante e *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000) em uma nova cidade, que tinha uma liberdade maior para vivenciar minha sexualidade plena sem conflitos e agressões, mas no meio do curso decidi ir morar em Salvador, capital da Bahia, e transferi meu curso para uma faculdade particular. Tive a oportunidade de dar sequência a esta vivência da minha sexualidade em um horizonte maior e com a oferta de mais espaços exclusivos para população LGBTQIA+. Desvendar Salvador foi muito importante para me reafirmar e cada vez mais saber me posicionar em relação a quem sou e o que desejo representar.

A cada migração que eu fazia, minha bagagem de experiências sociais ampliava juntamente com a minha construção cidadã, tornando-me uma pessoa mais consciente para saber me posicionar perante o novo e o diverso. Em Salvador tive acesso a uma nova rede social que me colocou em contato mais uma vez com o universo do transformismo, despertando em mim o desejo de voltar aos palcos e tirar

do “coma” a minha personagem que havia ficado em *stand by* (modo de espera) para na primeira oportunidade ganhar vida novamente.

Em 2007, a minha personagem renasce nos palcos dos guetos gay de Salvador, agora acompanhada de mãe e família drag, assumindo uma nova identidade e novo nome, tendo uma vida mais longa e novos desafios. Comecei do zero novamente, reaprendendo a performance feminina e o tipo ideal de mulher que desejava representar.

Aventurei-me nos concursos de beleza (miss Camaçari, miss Salvador e miss Bahia), mas meu grande trunfo eram os shows que tinham como referência os repertórios da música nacional brasileira, que geralmente transformava cada número em um esquete de teatro, diferentemente da maioria das artistas transformistas da época que preferiam dublar músicas internacionais.

A personagem aos poucos vai deixando os palcos para a interação social, antes e após os shows, nos próprios bares e boates onde fazia suas apresentações e posteriormente ganhando as ruas e outros espaços públicos. Era uma experiência inusitada, perceber a leitura que os outros faziam sobre este ser que representa o ambíguo, o indizível ou uma farsa para muitos. Deixa de existir o/a artista para dar espaço a um corpo-político em construção.

Os bastidores deste mundo dos shows de transformistas e *drags* é bem complexo, tendo de um lado a solidariedade entre os/as artistas, desde o empréstimo ou doação de um acessório, perucas ou roupas e dicas de maquiagem, até a proteção e socialização típica de uma família. Porém, por outro lado, havia as disputas por espaço e por reconhecimento do público que levavam a momentos tensos nos camarins, com muito veneno e farpas trocadas, chegando até a agressão física.

Também havia tensão entre transformistas e as travestis que trabalhavam como prostitutas nas redondezas, por considerarem sermos uma ameaça ao seu mercado de trabalho quando circulávamos nas ruas, mas também por entrar em choque a questão identitária, pois as travestis nos enxergavam como “viadinhos de vestido”, na tentativa de deslegitimar nossa performance feminina.

Todo glamour vivido nos palcos era fruto de amor e dedicação à arte, pois os cachês eram insignificantes (muitas vezes não dava nem para pagar o táxi), as estruturas eram precárias e havia pouco zelo por parte dos/as contratantes. A maioria dos/as artistas exercia a arte do transformismo sem pretensões de retorno

financeiro. Muitas vezes, parte da renda do trabalho formal que estes/as artistas possuíam e exerciam durante o dia, era utilizada para comprar as roupas e acessórios da sua personagem, como era o meu caso. Nesta época havia poucas/os artistas que conseguiam sobreviver apenas da arte do transformismo.

Novamente, o exercício da arte que me trazia tanta alegria também impactava na minha vida amorosa, pois ser duas pessoas habitando o mesmo corpo não era uma tarefa fácil. Os relacionamentos sérios eram escassos, tendo em vista o preconceito em relação a quem fazia show. Para ficar com alguém precisava omitir sobre essa identidade trans, pois, ao revelar, era como um balde de água fria e geralmente as pessoas se afastavam. Existia, por outro lado, as pessoas que se apaixonavam pela personagem e desejavam namorá-la, fruto dos encantos da noite e da bebida... Situação complicada, uma vez que a personagem tinha uma vida esporádica e de curta duração, existindo apenas algumas horas da noite.

Nos momentos que a personagem transitava pelos espaços públicos, também era abordada por homens héteros cis propondo pagar por momentos de sexo (aqui se torna compreensível a preocupação das travestis citada acima), trazendo à tona o corpo trans vinculado ao estigma da prostituição. Foi importante passar por esta experiência para perceber minimamente o desafio que é ser uma pessoa trans na sociedade, que vivenciam a performance feminina 24 horas por dia e não somente em espaços de entretenimento, precisando estar em eterna negociação com a sociedade sob o seu direito de existir.

Em 2008, eu passei em uma seleção para trabalhar na Secretaria de Cultura do Estado - Secult, porém o cargo era em uma cidade do interior localizada no sertão e novamente minha personagem vai para caixa.

É interessante ver como a minha identidade trans era totalmente vinculada ao meu processo migratório e a depender da cidade que eu passava a morar, ela era permitida ou não se tornar pública devido a vários fatores externos: contexto social (favorável ou violento), presença da família, interferência na minha vida social, existência de espaços específicos que permitissem a sua existência, relação entre a vida privada e a pública, preconceitos, aceitabilidade da diversidade, presença de uma comunidade trans, dentre tantos outros.

Em 2011, voltei a morar em Salvador para cursar o Mestrado, consegui a transferência do meu cargo público para lá, porém, após seis meses, decidi sair e investir no setor privado, fundando uma empresa de produção cultural com um

amigo. Regressando à capital, novamente as portas se abrem para a minha personagem voltar a frequentar esporadicamente as noites soteropolitanas.

Cada vez mais eu ganhava consciência do papel que me cabia, que estava além dos palcos de bares e boates gays e comecei a trazer a personagens para espaços dos mais diversos, para que com a sua simples presença pudesse colocar em reflexão as normas e valores das pessoas presentes.

Participei de confraternizações de instituições públicas, dentre elas algumas da instituição onde eu trabalhava, como uma estratégia política de demonstrar que existe uma diversidade invisibilizada e que sempre foi colocada à margem. No caso do meu próprio trabalho, foi interessante perceber um processo de desconstrução do preconceito por parte de algumas/uns colegas, que confidenciaram que deixaram para trás a referência negativa que tinham sobre as pessoas trans, reconhecendo-me assim como uma pessoa trans.

Um fator marcante em uma dessas confraternizações foi quando interpretei a música “Ave Maria”, cantada por Fafá de Belém, pois esse episódio implicou na saída de pessoas do recinto por considerarem ser uma heresia ter um corpo trans louvando o Sagrado. Percebi a importância política dos corpos trans de estarem presentes em todos os espaços, que por si só, este corpo irá impactar e gerar discussões e reflexões entre grupos sociais que não se imaginavam tendo que lidar e falar sobre este assunto, que enxergavam viver sob uma redoma de proteção que jamais permitiria está próximo a estas pessoas abjetas (BUTLER, 2006).

Este encontro entre os diferentes gera estranhamento, provoca tensões e conflitos, mas também revela aproximação, entendimento e empatia. Traz à tona a reafirmação ou desconstrução da identidade do Eu em relação ao Outro e vice-versa. É uma via de mão dupla em que o encontro provoca e desestabiliza tudo o que era tido como dado, como natural... estes processos relacionais são relevantes para transmutar conceitos, normas, identidades e olhares.

Através da alteridade passamos por um processo de reconhecimento, de negação e ressignificação. Hoje, tudo se torna muito mais lúcido do meu papel enquanto corpo trans nestas minhas experiências vivenciadas em vários momentos da minha vida, que não se resumia a criar uma personagem feminina para o entretenimento, mas sim, praticar a arte que é política, que questiona, que provoca e traz à reflexão a construção do gênero. Minha face trans continua latente em mim e não descarto a possibilidade de ela ser acionada em outras etapas da minha vida.

2.2 A Construção da Pesquisa

Durante o curso do Mestrado em Cultura e Sociedade que participei na UFBA, tive a oportunidade de conhecer os Estudos Queer que compunha a ementa geral da disciplina optativa (Cultura e Identidade) do curso de Pós-graduação Multidisciplinar Cultura e Sociedade ministrada pelos professores Djalma Thurler e Leandro Colling, militantes e pesquisadores LGBTQIA+ reconhecidos nacionalmente.

Esta disciplina foi um marco em minha vida, pois me fez repensar normas e padrões sociais e as relações de poder que se estabelecem em torno das identidades de gênero e sexualidades. O tema impactou tanto em minha vida que me fez pensar na possibilidade de mudar completamente minha pesquisa de mestrado, que era voltada para políticas públicas culturais, mas que por conta do tempo, fui levado a adiar esse desejo para a próxima etapa da minha vida acadêmica (o doutorado), reverberando na pesquisa atual.

Desde que entrei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe – UFS, o meu foco era trabalhar com as mulheres trans e travestis, fato que permaneceu pulsante e vivo em minha trajetória de mudanças de objeto de pesquisa. Meu projeto inicial era estudar a apropriação da rua pelas trans no exercício da prostituição enquanto um espaço de heterotopia¹¹, mudando o objeto para pensar as migrações internas e internacionais das mulheres transexuais e travestis, que faz uma reflexão sobre as mobilidades tanto de gênero quanto espaço-temporal, que eu venho nomear de Diáspora Trans.

Mudei o objeto, mas as sujeitas da pesquisa permanecem as mesmas. Esta mudança é resultado das várias provocações por parte de colegas e professores do PPGS, do GEPIIP¹² (grupo de pesquisa do qual faço parte) e do meu orientador (Marcelo Ennes). Eles levaram-me a refletir e repensar sobre os novos rumos para

¹¹ Conceito introduzido por Michel Foucault em 1966 no prefácio de seu livro “As palavras e as coisas”, retomado e desenvolvido por ele em uma conferência proferida em 14 de março de 1967, que está na origem do texto “Des espaces autres” (De outros espaços), publicado em 1984 com a autorização do autor, pouco antes de sua morte. Ele traz esse conceito para definir o oposto das utopias (que para Foucault são espaços irreais). Sendo assim, podemos dizer que heterotopia é um espaço real que contrasta com o espaço hegemônico de forma positiva ou negativa, podendo ser uma melhoria da realidade ou um espaço marginal.

¹² Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” que reúne pesquisadores que fazem uso de diferentes abordagens e estudos sobre identidades a partir de uma perspectiva relacional, além de se dedicarem a pensar as mobilidades e trânsitos das pessoas por um viés de circularidades, considerando cenários micro e macrorregionais.

minha pesquisa, frustrando alguns sonhos e perspectivas, mas ao mesmo tempo fazendo ressurgir novas possibilidades e concepções.

Durante os dois primeiros anos do curso de doutorado, participei de várias atividades acadêmicas (IV Semana de Visibilidade Trans; Fórum de Saúde Integral de pessoas trans; 2º Seminário em Direitos Humanos, Jurisprudência e Cidadania LGBTQIA+) e sociais (reuniões de planejamento de OnG's trans de Aracaju, confraternização de final de ano da ONG Unidas, lançamento da CasAmor¹³ e espaços de convivência a partir dos vínculos de amizades criados). Essas ações foram desenvolvidas pelas ONG's Trans de Aracaju (Amosertrans, Casa Amor e Unidas)¹⁴, assim como realizadas por grupos de pesquisa da UFS e Unit/Aracaju e pelo Ambulatório Trans de Sergipe.

Nesses eventos e atividades, assim como em conversas informais com as mulheres trans e travestis, eram constantes os depoimentos delas sobre a necessidade de se afastar da sua cidade de origem, seja por vontade própria ou de forma forçada (expulsas de casa pela família), vindo a constatar que a nova perspectiva desta pesquisa se encaixava perfeitamente na realidade dessas pessoas, que tem na migração uma condição quase que inata no processo de construção da identidade trans.

Meu último *insight* aconteceu em 2017 no município de Campina Grande (PB), onde estava participando do 3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, um evento provocador e enriquecedor que vai além da profusão de teorias. Neste evento você se depara com as próprias práticas, representações, vivências e possibilidades mais diversas sobre identidades sexuais e de gênero. Todas as caixas categóricas que eu tinha elaborado em minha mente foram desmontadas.

Ao me apresentar e relatar os novos rumos da minha pesquisa dentro dos grupos que participei neste evento, despertou interesse e surpresa entre alguns participantes, recebi elogios pela abordagem perante a temática, provando que o novo tema realmente deveria ser o caminho a ser trilhado.

Esse mesmo evento propiciou o alargamento do horizonte da pesquisa, levando-me a não fixar meu olhar apenas em um espaço geográfico restrito

¹³ Casa de acolhimento às pessoas LGBT criada em Aracaju que tem como finalidade receber pessoas LGBT vítimas de violência doméstica ou que precise de moradia temporária, além de promover a inclusão social destas pessoas por meio do acesso ao mercado de trabalho formal.

¹⁴ Amosertrans e Unidas foram as duas organizações sociais de Aracaju (SE), que trabalham diretamente com a população transgênero, que o pesquisador teve acesso e manteve relações para estabelecimento de suas redes.

(Aracaju) para minha pesquisa de campo, uma vez que trabalhando com trânsitos e tendo uma rede cada vez mais ampla, optei por delimitar o meu objeto a partir da identidade de gênero trans e não mais me limitar a um grupo que tenha em comum uma cidade ou estado.

Então, decidi enfrentar o desafio de pensar a Diáspora Trans levando em consideração a população trans feminina que advém de contextos e cidades diferentes, possui trajetórias diversas, que negocia suas identidades de gênero com as demais pessoas trans, família, amigas, instituições, sociedade em geral e que venha representar uma parcela da vasta diversidade que constitui este grupo.

A técnica *snowball* tem me possibilitado trafegar por fronteiras bem distantes e outras mais próximas, ter experiências de pesquisa da história oral usando as novas tecnologias, possibilitando ter contato com pessoas que se encontram do outro lado do oceano (Europa), tornando esta pesquisa cada vez mais diversa, possibilitando compreender a diáspora como um processo de mobilidade que não se restringe ao físico nem a um lugar único, mas que pode ser compreendida também por meio do simbólico, aqui representado pelo trânsito que ocorre entre as identidades de gênero.

Na próxima seção, apresentarei o diário de campo de alguns destes eventos dos quais participei para ilustrar melhor os caminhos percorridos e o acesso a informações empíricas apresentadas em eventos acadêmicos e sociais, que irão dialogar e convergir, quase que em sua totalidade, com os depoimentos das colaboradoras desta pesquisa.

2.3O Diário de Campo: três eventos representativos

Compreende-se o diário de campo como um instrumento de grande importância para o desenvolvimento das pesquisas qualitativas que adotam a metodologia de história oral para o seu desenvolvimento, pois além de registrar observações relativas às entrevistas, serve também para o registro sobre o desenvolvimento da pesquisa.

Nesta seção, apresentaremos o diário de campo da imersão em três eventos representativos que tinham como protagonismo as pessoas trans e a temática trans. Estas informações irão apoiar e complementar os dados empíricos das entrevistas que serão apresentadas no capítulo final desta tese. Os dados trazem diálogos do

pesquisador com pessoas trans a partir da observação participante realizada em momentos de pré e/ou pós-evento, além de registros e comentários sobre palestras e falas públicas que aconteceram nestes eventos.

2.3.1 3º Fórum de saúde integral de pessoas trans: transidentidades e travestilidade (Lagarto – Se) - 20/11/2017

Durante a viagem para o Fórum, tive a oportunidade de me aproximar mais dos homens trans, até então meus contatos só tinham sido com as mulheres trans. O ônibus foi concedido pela UFS por meio da intermediação da organização do evento para possibilitar a participação das pessoas trans que residem em Aracaju. Ao longo do traslado vieram à tona vários assuntos, dentre eles: prostituição, silicone industrial, direitos e bolsa família, este último sendo explicado por Jéssica como as demais pessoas trans deveriam proceder para conseguir ter direito a tal benefício.

Em meio a conversa, Geovana (mulher trans/travesti)¹⁵, falou sobre a importância da classe social na construção de uma trans. Para ilustrar essa questão, citou o caso de uma amiga que morava no mesmo bairro que ela, mas que seguiu um rumo oposto: abandonou os estudos e sua família, que era humilde, não tinha como apoiá-la na transição com a compra de hormônios e roupas femininas, restando como alternativa a prostituição. Geovana fez o comparativo em relação a ela, que tinha apoio da família, acesso à educação e outras oportunidades por ser de classe média.

Chegando ao local do evento (Campus da UFS – Lagarto), nos dirigimos para o auditório onde já se encontravam reunidas algumas pessoas, em sua maioria estudantes cis da área de saúde da universidade. As mesas foram compostas por representantes do Ministério da Saúde, do Ambulatório Trans de Sergipe e por pessoas trans, que trouxeram ao longo do dia várias abordagens e perspectivas transversais ao tema.

¹⁵ Quando usarmos o termo “mulher trans/travesti” desta maneira se referindo a uma pessoa, é porque em seu discurso ela se apresenta desta maneira, usando os dois rótulos ao mesmo tempo ou apenas um deles, inclusive, em alguns casos, verbalizam que o fato de adotarem o termo travesti é para tentar quebra o estigma que ainda persiste sobre este termo, vinculando-o ao negativo e marginal.

Apresentarei a seguir alguns trechos ou ideias centrais das falas das/os palestrantes que mais chamaram minha atenção e que problematizaram várias questões sociais que as pessoas trans vivenciam devido a sua identidade de gênero.

Kátia Souto, representante do Ministério da Saúde, falou da importância das conferências de saúde para estabelecer políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+, lembrando que várias das ações conquistadas na área foram resultados das propostas que surgiram nestes eventos, dando como exemplo os ambulatórios trans, que são frutos de uma legislação LGBTQIA+ anterior, proveniente do esforço e luta dos movimentos sociais.

Ela trouxe em sua fala a luta pela cidadania por meio das interseccionalidades, considerando que: “não há como pensar em mulher e trans sem pensar em outros marcadores sociais” (informação verbal)¹⁶ e encerra dizendo que “precisamos desconstruir os padrões que foram impostos pela heteronormatividade” (informação verbal).

Jeane Martins, representante da Associação de Transgênero de Lagarto – ASTRAL, também integrou esta primeira mesa de debates do evento, relatando que já ocorreram vários avanços do 1º até o 3º Fórum (referindo-se ao evento em questão), mas disse que há um longo caminho a ser percorrido para que as discussões deste evento cheguem à prática. Falou que na condição de agente de saúde e mulher trans percebe que muitos direitos são negados às pessoas trans, como é o caso do acesso às unidades de saúde, alegando ser necessário que ocorra uma capacitação para toda a equipe saber lidar e respeitar a identidade trans.

Ela disse que foi para Conferência Nacional de Saúde representando Sergipe como uma das delegadas e alega que poucos projetos foram aprovados relacionados à população trans, sendo que, estes poucos que tiveram, sofreram uma resistência muito grande por parte das mulheres cis presentes no evento.

Geovana Soares falou como representante da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis - Amosertrans, e apresentou uma fala voltada para a questão das dificuldades de acesso à educação e as relações de poder entre o conservadorismo e o movimento trans. Ela disse que “a universidade ainda é um lugar privilegiado, que tanto as travestis e trans não têm acesso” (informação verbal)¹⁷.

¹⁶ Fala de Kátia Souto (SOARES; SOUTO; VALENTIN, 2017).

¹⁷ Fala de Geovana Soares (SOARES; SOUTO; VALENTIN, 2017).

Geovana reconheceu que já temos avançado em relação ao acesso, tendo algumas poucas representatividades da população trans cursando o ensino superior, mas que o problema está na base do ensino, pois não há políticas públicas para combater a cultura da violência, e isto acaba por expulsar a população trans dos espaços de ensino, que não sabem lidar com o diferente.

Trouxe para a discussão a sobreposição dos marcadores sociais para alertar como isto reflete nas estatísticas, apresentando uma provocação com os dados do IBGE (2017) que indicam que apenas 3,6% das pessoas no Brasil possuem ensino superior incompleto ou equivalente e 1820, questionando quantas destas pessoas são negras, mulheres, travestis, transgêneros, classe baixa e etc.

Ao referir-se sobre os embates políticos que vem ocorrendo no Brasil e no mundo em relação à sexualidade e identidade de gênero, ela disse que “o conservadorismo não está avançando, apenas está saindo do armário, porque ele sempre esteve no poder. Quem avançou foi o movimento trans, o que provocou esses grupos conservadores e fez com que despertassem” (informação verbal).

Ela encerrou sua fala dizendo que as travestis estão lutando para serem reconhecidas como humanas, trazendo à reflexão o descaso da justiça sobre os casos de transfeminicídios que acontecem e são relegados ao acaso, trazendo como exemplo o assassinato de Bárbara, uma travesti que estava fazendo o curso de técnica de enfermagem, na esperança de sair da prostituição, e foi executada no centro de Aracaju pelo simples fato de ser uma pessoa trans, como pôde ser visto pelos registros das câmeras de segurança, lamentando-se que nada foi feito pra solucionar o caso e punir os responsáveis.

Esta primeira mesa também contou com a participação de Rafael Valentin (20 anos), que apresentou a perspectiva dele sobre como é ser um homem trans nesta sociedade heteronormativa. Ele relatou que “a masculinidade dilacera, porque primeiro a gente se constrói a partir de um sistema machista e patriarcal e depois vem a dificuldade de se nomear homem porque não se reconhece nesse perfil” (informação verbal)¹⁸. Apresentou também as dificuldades da transição, por se tratar de um processo muito forte e exaustivo, alegando que o apoio e compreensão das pessoas mais próximas e da equipe do ambulatório trans fazem a diferença.

¹⁸ Fala de Rafael Valentin (SOARES; SOUTO; VALENTIN, 2017).

Ao citar o ambulatório trans, ele disse que seria importante essa experiência ser ampliada para o serviço de saúde de atenção básica, pois é um espaço onde as identidades de gênero das pessoas trans não são respeitadas, apesar da Lei nº 1.820¹⁹, que vigora desde 2009. Rafael ainda acrescentou que a masculinidade tem pré-requisitos nos quais ele não se encaixa, e é por isso que é importante o empoderamento para que cada homem trans possa se construir a partir de uma nova masculinidade, questionando as normas legitimadas que definem o que é masculino e o que é feminino, considerando ser um caminho árduo a percorrer.

Encerrada a primeira mesa do evento, a programação seguiu com o debate sobre a “saúde integral das pessoas trans”. Abrindo as discussões tivemos a ginecologista do ambulatório trans, Hortênsia Maia de Araújo, nome social Gucha, que falou sobre a sua trajetória e aproximação com a temática trans.

Gucha conta que a aproximação aconteceu por meio de uma pós-graduação em Terapia Sexual e tinha um módulo sobre transexualidade, onde teve acesso aos dados alarmantes sobre a população trans, no que refere-se a expectativa de vida, prostituição e o crescimento de casos de contaminação pelo HIV nesta população. Foi quando tomou conhecimento do ambulatório trans, recentemente implantado em Lagarto (Se), e foi conhecer o projeto, apaixonando-se e passando a integrar a equipe como voluntária.

Ela disse que aprende muito na relação usuária/o-médica e relata que foi excepcional a primeira vez que fez um exame Papa-Nicolau em um homem trans, uma situação diferenciada que exige um atendimento diferenciado, sinalizando que, infelizmente, a saúde pública ainda não está preparada para lidar com esse contexto, pois falta a capacitação na formação inicial dos profissionais.

Indicou a matéria (escrita por Dhiego Smith), publicada em outubro de 2017 no Jornal “Correio de Sergipe”, que traz o depoimento de oito homens trans que são usuários dos serviços do ambulatório trans de Sergipe, para que todas/os tenham a mínima noção do que a fez se apaixonar pela população trans.

Jéssica Taylor, representante da Associação de Travestis Unidas na Luta Pela Cidadania – UNIDAS, falou logo em seguida, apresentando um resumo da sua

¹⁹ Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde e no seu artigo 4º apresenta como direito o atendimento humanizado e acolhedor e acesso universal aos serviços de saúde, citando, dentre tantos outros marcadores sociais, a questão da identidade gênero. No inciso I deste artigo apresenta o direito do uso do nome social, que está relacionado diretamente às pessoas trans, assegurando que a escolha do nome a ser utilizado é de preferência da/o usuária/o, não devendo haver desrespeito ou preconceito.

trajetória de vida enquanto travesti/mulher trans, para depois criticar a deficiência dos serviços de saúde para a população trans. Disse que foi expulsa de casa quando tinha apenas dez anos de idade, quando revelou ao seu pai (policial) que era gay.

Jéssica disse que saiu da cidade onde morava, no interior de Sergipe, e foi morar na capital (Aracaju) na casa de uma tia, mas não mudou muita coisa, pois essa tia lhe dava uma surra todo dia, achando que assim iria “curá-la”. Com onze anos, ela se encontrou com uma travesti e contou sua história pra ela, que a convidou para ir morar em sua casa. A tia acionou o conselho tutelar, mas perdeu a guarda após a denúncia de maus tratos.

E a partir desta idade ela inicia sua vida na prostituição, onde trabalhou por 32 anos. Hoje, aos 46 anos, está à frente da UNIDAS desenvolvendo um trabalho social de apoio a população trans. Suas críticas recaíram sobre a falta de preparo das/os profissionais na área de saúde para lidar com a identidade trans, apresentando alguns exemplos de desrespeito que já presenciou com algumas amigas e experiências suas também, alegando que muitas vezes precisa gritar “literalmente” para poder fazer valer seus direitos.

Dando continuidade às falas da mesa, tivemos Théo Tenório, um jovem homem trans de apenas 19 anos de idade da cidade de Poço Verde (Se), que é usuário do ambulatório trans de Sergipe. Sua apresentação se resume a seu processo de transição sem fazer uma conexão direta com o tema da mesa (saúde integral), mas que foi importante porque revela a violência que sofreu no mercado de trabalho por conta da sua identidade trans.

Theo relatou que faz parte de uma família católica do interior e não tinha acesso à informação sobre a identidade de gênero de uma perspectiva trans, até que um amigo comentou sobre o assunto e despertou o interesse nele em pesquisar sobre transgeneridade, identificando-se e reconhecendo-se como parte da população trans, dando início a sua transição. Aos dezessete anos de idade, ele iniciou o processo de transição, porém, sem mudar sua imagem feminina por receio de ser expulso de casa, pois ainda morava com a mãe.

Hoje, já transicionado, deu entrada na retificação do nome e sexo em seus documentos, por considerar ser um passo dos mais importantes em todo o processo, evitando assim constrangimentos. Contou um caso de violência a sua identidade de gênero que ocorreu em seu último local de trabalho, quando solicitou à

direção da empresa para usar seu nome social e o banheiro masculino, no entanto este direito lhe foi negado e ele preferiu sair da empresa.

Relatou ainda que já se encontrava há 10 meses sem trabalhar por conta do preconceito do mercado de trabalho em relação às pessoas trans, fato este que será amenizado quando conseguir a retificação dos seus documentos, pois desta forma não precisará revelar que é uma pessoa trans.

Encerrando as apresentações da mesa “Saúde integral das pessoas trans”, Kátia Souto mais uma vez é convidada a tomar a palavra. Ela apresentou uma fala institucional representando o Ministério da Saúde e disse que “saúde é direito e cidadania” (informação verbal)²⁰. Retratou sinteticamente o processo histórico dos serviços de saúde, alegando que antes do SUS só tinha direito ao acesso à saúde o/a trabalhador/a com vínculo empregatício, retratando como foi importante a implantação do SUS com o acesso irrestrito a toda população sem distinção, apesar de suas limitações estruturais.

Acrescentou que “nós temos políticas de saúde que foram criadas para pensar a patologização, mas que trouxeram a cidadania. [...] Porém, são as políticas públicas específicas (LGBT's, negros e povos das águas) que realmente apresentam o/a sujeito/a como objeto maior” (informação verbal). Nesta colocação ela apresenta a importância de se pensar o diverso por meio de suas especificidades, que só assim é possível o exercício da cidadania plena, uma vez que “a academia não forma os profissionais de saúde para lidarem com as especificidades sociais dos diferentes grupos” (informação verbal).

E após outras problematizações feitas a respeito das políticas públicas de saúde, além da formação inadequada dos profissionais de saúde para lidar com o diverso e exercício da cidadania, Kátia encerra sua apresentação dizendo que “romper com a concepção biológica da saúde é a grande base da política LGBT” (informação verbal).

A mesa subsequente, intitulada “Quebrando as imposições sociais: o processo de transição e as mudanças sociais”, começou com a fala de Maria Luisa (Malu), que é mulher trans/travesti (25 anos) e estava atuando como professora de artes cênicas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Natural de Salvador (Ba), sua transição se deu no período que estava

²⁰ Fala de Kátia Souto (ARAÚJO; SOUTO; TAYLOR, 2017).

exercendo a função de professora. Nesta fase, houve uma resistência muito grande da equipe diretiva, porém a equipe de limpeza e as/os alunas/os tiveram uma boa aceitação.

Sobre a prostituição Malu alegou que não passou por essa experiência, até mesmo porque tinha preconceitos. Outra leitura que ela fez em relação a isso, é o fato de considerar que sua transição foi tardia, o que possibilitou estar inserida no mercado de trabalho e desta maneira não ter necessitado ir às ruas, uma vez que reconhece como as portas se fecham no mercado de trabalho para as pessoas trans.

A palestrante trouxe a raça como marcador preponderante em sua fala, dizendo que fica muito triste quando tentam deslegitimar o seu discurso de mulher trans/travesti “preta”, tentando colocá-la em um lugar que não lhe pertence, negando a ela dizer que é uma representante do movimento negro por causa do seu tom de pele ser mais claro, apesar de possuir todos os traços de fenótipo negro, assim como ancestral e genealógico, que a legitimam enquanto travesti preta.

Pheterson Madson, homem trans (24 anos) usuário do ambulatório trans, foi o outro integrante desta mesa que trouxe a reflexão sobre a sobreposição dos marcadores sociais e a violência e preconceito que sofre na sociedade. Abriu sua exposição dizendo que gostava de falar sobre o amor e respeito e trouxe para reflexão a crueldade que é a cobrança dos marcadores de masculinidade, além da dificuldade de lidar com o preconceito por ser trans, negro e gordo.

Relatou sobre o processo de estranhamento da sociedade que o excluía fazendo com que se isolasse durante a infância e adolescência, vindo a tomar consciência do que sofreu a partir da transição, quando foi possível reconhecer porque sofria tanto quando vivia sua identidade feminina. Primeiramente, se assumiu lésbica por desconhecer a identidade trans, pois não era uma informação acessível, uma vez que nasceu e cresceu em um quilombo do interior de Sergipe.

Quando teve oportunidade de conhecer a transexualidade, tudo passou a ficar mais claro em sua cabeça, porém, teve que lidar com novas rejeições e afastamento de pessoas próximas, por não compreenderem a sua transição. Trouxe à tona como os padrões são limitantes e contextualiza uma experiência que ele teve sobre a prática do samba de coco, cultura do seu quilombo e que ele era praticante.

Pheterson relata que teve que se afastar pela cobrança dos padrões normativos, pois o samba de coco em sua comunidade é dançado somente pelas

mulheres, desta maneira não há mais como participar por conta das críticas e rótulos que o impedem de participar por ter assumido sua identidade masculina.

A mesa “Erotização do corpo trans” trouxe de volta o jovem Rafael Valentin, homem trans usuário do ambulatório trans de Sergipe para explicar sobre o assunto.

Rafael abriu sua apresentação com um discurso forte e provocador de que os corpos trans masculinos vão da rejeição a objeto de desejo e fetiche pela ausência do falo. “Parece que a gente é uma genitália ambulante. [...] Quanto mais másculo, mais assédio eu sofro” (informação verbal)²¹, disse Rafael, indignado com as abordagens que recebe ao se revelar transexual. Acrescentou que, infelizmente, ainda tem que lidar com a ameaça do “estupro corretivo”²², que tem se tornado uma prática violenta contra os homens trans.

Em relação à sexualidade, ele diz que “as pessoas partem do pressuposto de que nos mantemos com a sexualidade de antes da transição, mas a transexualidade atravessa isso também” (informação verbal), explicando que passou a questionar sua sexualidade após a transição.

Outro ponto que trouxe para discussão foi a prostituição da população trans masculina que também já é uma realidade, citando o exemplo de redes sociais que foram criadas para esse fim, alegando que a falta de oportunidade no mercado de trabalho por causa da identidade de gênero tem impulsionado as pessoas trans a encontrarem na prostituição uma fonte de renda.

Rafael encerra sua apresentação com algumas recomendações que podem servir como referência para o diálogo com outras pessoas trans: “Não perguntem se dou ou não dou. [...]. O que a gente tem no meio das pernas não é público” (informação verbal).

Lili Drapala, psicóloga voluntária do ambulatório trans de Sergipe, trouxe para discussão um olhar de fora, considerando sua experiência na relação usuária/o - psicóloga e como pesquisadora e estudiosa das identidades trans. Ela disse que tem buscado sair do lugar comum, mas também se permite ficar no lugar comum do

²¹ Fala de Rafael Valentin (DRAPALA; FAVERO, VALENTIN, 2017).

²² Conforme artigo 226 do 2º parágrafo da Lei 13.718/18 que versa sobre os crimes de importunação sexual diz que: Estupro corretivo é uma prática criminosa realizada sob o pretexto de controlar o comportamento social ou sexual da vítima. Geralmente as vítimas são mulheres lésbicas, para haver uma “correção” de sua orientação sexual e agora também tem ocorrido contra os homens trans como uma “correção” da sua identidade de gênero.

devaneio (expressão utilizada por ela), para poder compreender melhor este universo trans.

Lili trouxe à reflexão alguns questionamentos, tais como: “Temos que ter uma vida sexual? Quem pode se masturbar? Já pensou que existem pessoas que não sentem desejos sexuais” (informação verbal)²³, para problematizar a hipersexualização da sociedade e desconstruir que o gozo é a única opção. E conclui sua fala dizendo que “desterritorializar a experiência erótica é um grande desafio para todos” (informação verbal).

Seguindo as discussões sobre a erotização dos corpos trans, Sofia Favero (25 anos) que é militante trans e estudante de psicologia, contextualiza que a construção da erotização do corpo trans em parte é da própria população trans, por meio dos seus discursos e performances. Ela ainda arremata dizendo que “a identidade travesti não está vinculada só a questão de gênero, mas também a questão do trabalho sexual” (informação verbal)²⁴.

Sofia trouxe como exemplo uma situação recente ocorrida com ela: havia conhecido um rapaz que supôs que ela se prostituía e a abordou perguntando quanto cobrava, quando disse que não fazia programa, o rapaz a retrucou questionando porque tinha virado travesti. E é assim que o corpo trans é... um corpo estigmatizado e hipersexualizado.

2.3.2 Confraternização da UNIDAS (Aracaju – Se) – 13/12/2017

A UNIDAS – Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania é uma ONG – Organização não governamental, criada em 12 de Julho de 1999, com a finalidade de defender os direitos humanos e a cidadania das travestis e pessoas trans. A instituição desenvolve projetos de prevenção, direitos humanos, cursos de qualificação profissional para a população trans e para PVHA (Pessoas Vivendo com HIV/AIDS) e em parceria com a Casa de Assistência transitória (Casa de Passagem), Janaína Dutra, desenvolve ações diversas de apoio as PVHA.

A instituição tem como estratégias de sustentabilidade: doações; bazar; estamparia em camisas; realiza eventos, como a feijoada e bingo beneficente; parcerias com o governo municipal; dentre outras.

²³ Fala de Lili Drapala (DRAPALA; FAVERO, VALENTIN, 2017).

²⁴ Fala de Sofia Favero (DRAPALA; FAVERO, VALENTIN, 2017).

Conheci a presidente da ONG (Jéssica Taylor) nos eventos que participei e fui convidado para ir à confraternização de final de ano. No dia do evento, cheguei mais cedo à sede da UNIDAS, por volta das 18h, onde já se encontravam três travestis organizando e ornamentando a sede da instituição. Eu fui acompanhando Malu, outra trans/travesti que eu dei carona, pois ela residia próximo da minha casa. Enquanto enchiam balões de aniversário, elas conversavam descontraidamente sobre as dores de “aquendar a neca”²⁵, sobre bofes (homens) que já pegaram e até sobre o suicídio do marido de uma delas.

A partir das 19h, as/os primeiras/os convidadas/os (mulheres e homens cis e trans) foram chegando e se acomodando no espaço. Em meio à interação entre as pessoas presentes, encontrei uma travesti de 40 anos e passamos a dialogar sobre a vida em geral e em determinado momento veio à tona a desilusão dela com a prostituição e relacionamentos.

Ela acabou por flertar comigo, pedindo o número do meu telefone e me convidando para sair posteriormente com ela, agradei o convite e aproveitei para explicar que era um pesquisador sobre as migrações trans e que poderíamos nos reencontrar posteriormente caso ela tivesse interesse em colaborar com a pesquisa. Quando, de repente, fomos interrompidos por uma procissão de Santa Luzia, padroeira do bairro, que passou em frente ao espaço do evento.

Por volta das 20h30, a confraternização iniciou oficialmente com discursos, falas institucionais e performances artísticas, contando com a representação da Unidas (que sediava o evento), Amosertrans (outra organização social convidada), Prefeitura Municipal de Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, Ambulatório Trans de Sergipe, associadas da Unidas, Universidade Federal de Sergipe, pesquisadoras/es, dentre tantas outras representações sociais que tinham afinidade ou vínculo com a UNIDAS.

Registrei, de forma sintética, as falas das representantes trans que se pronunciaram, começando pelo discurso de Fernanda Bravo, mulher trans que já foi presidente da Unidas e hoje vive em trânsito entre a Europa e o Brasil. Ela disse que

²⁵ Expressão que utiliza termos em yorubá que foi disseminado entre a população LGBTQIA+ para dizer “esconder o pênis”. Aquendar = guardar, esconder ou pegar. Neca = pênis. Ao longo do texto haverá outras expressões que misturam yorubá com o dialeto da comunidade LGBTQIA+, conhecido como pajubá, que iremos traduzindo para facilitar a compreensão do/a leitor/a.

“as trans vão para Europa porque se sentem mais seguras lá” e relatou sobre os altos índices de assassinatos de pessoas trans que ocorrem no Brasil.

Fernanda trouxe, como crítica em sua fala, a postura da bancada evangélica que está no exercício do poder legislativo e finalizou enfatizando que “não devemos temer!”. Sobre a questão dos assassinatos, Jéssica, atual presidente da ONG, disse que “os assassinos nos matam porque gostariam de ser trans”, insinuando que eles agem desta maneira para apagar o reflexo da sua imagem que negam reconhecer.

Linda Brasil, representante da Amosertrans, fez uma performance que compara a prostituta a uma dama da sociedade e levanta o questionamento sobre qual das duas é mais imoral. Em sua fala, ela diz que “quando assassinam uma travesti, eles matam o feminino” e que a causa de tal prática é o fato dos homens não concordarem que seus iguais neguem sua identidade masculina para adotar a identidade feminina, como se eles questionassem: “como alguém que nasceu no gênero ‘bam bam bam’ (masculino) pode passar a viver no gênero ‘inferior’ (feminino)”.

Linda finaliza seu discurso com uma boa notícia, a sua aprovação no Mestrado de Educação na Universidade Federal de Sergipe-UFS, representando a esperança de mudança que outras mulheres e homens trans têm trilhado, ao enfrentar todos os obstáculos e violências do sistema heteronormativo e transfóbico que abrange todos os espaços sociais.

Duas pessoas trans associadas a Unidas pedem a oportunidade para dar seu depoimento. A primeira delas, que se identifica como travesti, diz que faz parte da instituição desde o início e que tem paixão por este espaço porque abre as portas de verdade e não é uma ação eleitoreira. Ela diz emocionada: “foi a Unidas que mudou a minha vida e a de muitas outras” e completa brincando: “eu não tenho rótulos, eu sou a única trans... transtornada (risos)”.

A outra trans que pediu para dar seu depoimento também confirmou a importância desta instituição para a população trans, dizendo que foi efetivada no setor privado como camareira, sendo o resultado de um curso que participou na Unidas. Também agradeceu a instituição por ter dado o apoio para a retificação de seu nome nos documentos.

Ainda contamos com o depoimento de Bruna Raiza, uma representante das trans das décadas de 1960-1970, ela registrou sua trajetória antes da Unidas e disse que: “a população trans era invisibilizada dentro dos movimentos sociais, hoje temos

representatividade por conta do trabalho realizado por esta instituição”. Relatou, ainda, que apesar de trabalhar 26 anos para o Governo do Estado de Sergipe e 18 anos para o Governo Municipal e ter se diplomado como Mestre em Educação, ainda não abandonou as ruas, referindo-se à prostituição.

Jéssica, atual presidente da Ong, finalizou complementando algumas informações a respeito da trajetória da Unidas, do trabalho social que vai para além da população trans e citou a distribuição das cestas básicas para população carente, através de um convênio firmado com a Prefeitura de Aracaju.

Trouxe em seu discurso final uma de suas experiências da violência simbólica que sofreu no âmbito da Justiça para ter direito a exercer um direito seu, que é a união estável com seu companheiro. “Eu fui a primeira trans a realizar a união estável em Sergipe, mas não foi fácil, tive que acatar a exigência do juiz porque eu queira quebrar esse tabu. Ele exigiu que eu fosse trajando roupas masculinas, caso contrário não realizaria a união”.

Jéssica complementa sua fala dizendo que hoje em dia já avançaram muito e fica feliz de ver que outras pessoas trans estão tendo suas identidades de gênero respeitadas, mas que a luta continua porque há muito mais que avançar no que tange os direitos da população trans.

Após as falas acima registradas e das instituições parceiras, a festividade prosseguiu regada a música, bebida, petiscos, conversa e muita diversão. Em forma de brincadeira sofri muito assédio por parte de algumas delas, mas aos poucos fui transformando as relações e fazendo com que me enxergassem com laços fraternos.

Havia no espaço também uma relação de brincadeira/assédio em relação aos homens trans, por se tratar de sujeitos novos nas relações sociais das mulheres trans e travestis. Não sei dizer se é curiosidade, desejo ou mera brincadeira. Foi possível notar que as trans destoam muito sobre a construção do que é o gênero e a sexualidade que perpassa a questão geracional, acesso a informação e vivências diversas e distintas.

Quanto mais politizadas, mais abertas estão ao diverso e romper com os rótulos e quanto mais distantes dos espaços de militância elas estão, mais propícias a seguir os padrões normativos instituídos, com pouca flexibilidade para aceitar a construção do feminino para além do modelo da mulher cis e poder aceitar a sexualidade fora do padrão heteronormativo.

Observando as conversas, também foi registrado que o ambulatório trans é referendado pela maioria das pessoas trans presente como essencial e de grande contribuição para a sua saúde e construção cidadã, porém para algumas, o ambulatório trans é um laboratório de experimento onde elas são cobaias e estão ali para serem estudadas, argumentando que os profissionais aprendem mais com elas do que o inverso. Dentre tantos assuntos abordados, também foi discutido entre elas a dificuldade que é lidar com a hormonização e colocaram com um dos maiores problemas a questão da redução da libido sexual.

Aos poucos, as/os convidadas/os iam se despedindo, já passava da meia noite, restando apenas seis pessoas na Ong, contando comigo. Enquanto elas/es bebiam e se divertiam, uma delas se alterou ao ser repreendida por causa do som alto e literalmente “surtou”. Descontrolada, começou a ameaçar, xingar as colegas, tentou quebrar alguns utensílios e enfeites do espaço e começou a focar sua raiva em uma das outras trans presente.

Após algum tempo, ela deixou a Unidas e foi embora. Foi uma situação constrangedora e tensa, ainda mais para mim que era o único “estranho” naquele grupo. Durante a confusão, a trans que “surtou” acionou alguns marcadores sociais para ofender sua colega, tais como: chamou-a de viado e viadinho, disse que ela dependia financeiramente da Ong pra sobreviver e usou até a questão da prostituição como pejorativo, enquanto que, para ela se sobressair dizia que tinha emprego e que pagava as próprias contas. Então a questão de classe e negação da identidade trans da colega era a estratégia para desestabilizá-la e ofendê-la.

Após o acontecido, conversando com a travesti que foi vítima da ira da outra, ela justificou o comportamento agressivo da colega, alegando que esta usava remédio controlado para problemas mentais e que não havia tomado naquele dia, sendo potencializado pelo consumo de bebida alcóolica.

Ainda buscando entender o que havia ocorrido e explicando as palavras ofensivas, a travesti disse: “isso é porque não sou sergipana... já aconteceu comigo este tipo de preconceito por parte de outras trans, só porque sou do Pará. Paguei e pago pelo que sou”. Ela apresenta aqui uma situação típica que acontece com os *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) nas situações de conflito com os nativos, em que o pertencimento é acionado e o estrangeirismo é ressignificado como algo pejorativo.

Este momento de fragilidade dela permitiu que se abrisse comigo e revelasse algumas opiniões e conceitos que se distinguem da forma de pensar da maioria das pessoas trans que são militantes. Percebeu-se que durante a discussão com a trans que surtou, a vítima dos ataques demonstrou ser bastante religiosa e cristã, repetindo a todo o momento que Deus é maior que tudo e que ninguém pode com Ele.

Em relação à sexualidade e gênero, ela dizia que era quadrada, pois para ela o homem para despertar desejo tem que ter uma performance hétero e quanto ao gênero, ela alega que está em uma categoria fora do binário, que é travesti e não se vê como mulher, como muitas outras trans se enxergam. Na interpretação dela “a visão do homem e da mulher cis para as travestis e trans é diferente, pois as mulheres cis se sentem invadidas e nos repudiam, já os homens cis sentem desejo... mas ambos se enxergam como homens, viados...”.

Ela ainda arremata que apesar dessa difícil relação com a população cis, que gera esses sentimentos controversos de repulsa e desejo e de uma construção identitária confusa, ela diz que: “a pior crítica é a que parte da própria classe”, referindo-se aos conflitos internos da população trans em relação à definição sobre quem é e quem não é legítima/o.

Passado algum tempo, os ânimos foram se acalmando e a conversa voltou a ser divertida e descontraída e por volta das três horas da manhã encerramos o dia. Duas delas dormiram na Unidas e eu dei carona a uma mulher trans/travesti, um homem trans e a Liliti, que se identificava como uma pessoa não binária, que é um rapaz com estereótipo masculino e que mistura o vestuário masculino e feminino, usa batom, dentre outros acessórios referenciados como feminino, representando o que em outros momentos denominaríamos andrógino.

Após bastante flerte entre a mulher trans/travesti e o homem trans, que mesmo tendo namorada, cedeu ao convite dela para ir dormir em sua casa. Após deixar todas/os em seus respectivos destinos, eu fui para casa.

2.3.3 IV Semana de visibilidade trans de Aracaju: direitos e cidadania das pessoas trans - 29/01/2018 a 02/02/2018

A primeira edição da Semana de Visibilidade Trans de Aracaju aconteceu em 2015 em parceria com a UFS, como ato vinculado ao Dia Nacional da Visibilidade

Trans (29 de janeiro). Realizado pela Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (Amosertrans), em parceria com a Associação de Travestis Unidas Na Luta Pela Cidadania (Unidas), o evento apresentou diálogos diversos com o objetivo de trazer a reflexão acerca da invisibilidade que as pessoas trans carregam em seu cotidiano.

A pauta desta edição se concentrou no debate sobre a patologização da transgeneridade e como esta é a responsável por atribuir os direitos às pessoas trans. Ou seja, para uma pessoa transgênero modificar seu nome no Registro Civil, por exemplo, é necessário o laudo psiquiátrico que comprove que esta pessoa é portadora de uma patologia. (UFS, 2018)

A inauguração da CasAmor abre as atividades da IV Semana de visibilidade trans de Aracaju, programada para acontecer às 19h do dia 29 de janeiro de 2018. A casa fica localizada no bairro Inácio Barbosa e tem como sede um imóvel cedido por Linda Brasil, trans militante que luta pelos direitos da população trans de Sergipe e uma das idealizadoras do projeto “CasAmor”.

As/os convidadas/os vão chegando aos poucos e como a casa se tornou pequena perante a quantidade do público que compareceu, a rua se transformou em um grande espaço de socialização. Às 20h, foi dado o início oficial com a fala de abertura proferida por Linda Brasil, dizendo que foi constituída e formalizada uma Associação para possibilitar que o projeto concorra a editais e outras formas de incentivo.

Linda disse que a primeira luta já estava sendo com a Receita Federal por não aceitar o nome social dela e sugeriram usar os dois nomes (o de registro e o social), entretanto a diretoria não acatou essa decisão, então no momento a associação não estava formada legalmente por conta deste inconveniente.

Foi apresentada a diretoria da associação que tem Linda Brasil como presidente e é composta por: Vice-presidente – Isadora; 1º secretário - Lucas dias Freitas; 2º secretário - Eron Neto; 1º tesoureiro - Lindalva de Azevedo; 2º tesoureiro - Lilyti Barbosa; e Conselho Fiscal - Abel Ramos, Rafael Valentin e Rafael dos Santos.

Um fator peculiar é que apesar de ser um projeto voltado à população Trans mais efetivamente, apenas Linda Brasil e Rafael Valentin são trans, os demais são gays, não-binários e héteros, sendo inclusive pauta da fala de Linda que disse ter ficado triste com a falta de participação das pessoas trans nas reuniões para formação da associação.

Após a fala de abertura, Divina Maria (mulher trans) fez uma apresentação de balé clássico e ao final disse que fez sua transição quando fazia parte do balé e recentemente atuou em um papel destaque no espetáculo, já na identidade feminina. Ela ainda citou muitas vezes a importância do Salto Quântico (instituição espiritual que ela frequenta) para sua vida e para aceitar a sua identidade de gênero. Dentre outras apresentações artísticas que ocorreram, tais como o show de drag e atrações musicais, o evento encerrou com a apresentação da banda Samba de Salto, que traz em seu espetáculo pautas feministas.

No dia 30 de janeiro de 2018, iniciaram as mesas e oficinas que discutiram temas diversos relacionados aos direitos culturais e sociais da população trans, dentre eles: despatologização das identidades trans pela justiça; “cura gay”; retificação do nome civil e gênero das pessoas trans; e direito reprodutivo da população trans.

Algumas falas foram registradas e serão apresentadas de forma aleatória ao longo do texto. Sofia Favero (mulher trans/travesti), estudante de psicologia, disse que não há necessidade de tratamento psicológico para as pessoas trans, uma vez que a despatologização seria criar uma autonomia para esta população, mas o que se tem visto é um movimento inverso, há uma compulsão da necessidade deste serviço médico.

Lili Drapala (psicóloga voluntária do ambulatório trans) critica a questão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) que tem sido utilizado para colocar as coisas em caixas, fazendo com que as/os profissionais se apeguem aos protocolos, limitando assim as mudanças. Disse que um dos argumentos utilizados para o uso dos protocolos está ligado à segurança, mas aí ela questiona: “a segurança de quem?” (informação verbal)²⁶.

Ela seguiu com sua crítica dizendo que o protocolo é paradoxal, ao mesmo tempo em que ajuda ele atrapalha. E completa dizendo que lamentavelmente muitas/os médicas/os ainda caem na armadilha de querer descobrir e revelar o que é ser um/a “trans de verdade”²⁷.

²⁶ Fala de Lili Drapala (DRAPALA; LIMA; VERGUEIRO, 2018).

²⁷ Essa expressão “trans de verdade” foi criada pelo endocrinologista alemão Harry Benjamin em 1954, que universalizou um padrão para o reconhecimento das pessoas trans através do protocolo de transexualidade que ele criou.

Ainda sobre a esfera da psicologia, temos Marcela Carvalho (mulher cis) que questiona: “por que a psicologia tende sempre a patologizar?” e ela mesma respondeu dizendo: “porque a psicologia está na sombra da psiquiatria” (informação verbal)²⁸. Falou sobre os projetos de “cura gay” que vem surgindo desde 2011 e explica que não há como haver cassação dos registros das/os profissionais que adotem tal medida por parte do Conselho Federal de Psicologia – CFP, uma vez que se trata de uma instituição política e desta maneira, abre precedentes para estes casos que ferem os direitos humanos sob a máscara da religião.

A palestrante Marcela apresentou um exemplo da violência que pode vir a sofrer uma pessoa trans na aplicação de resoluções deste tipo, como aconteceu com um jovem (homem trans) do Rio Grande do Sul que foi internado compulsoriamente a pedido da família e que após denúncia feita pela namorada, foi descoberta uma rede esquematizada para realizar a “cura gay” pelas igrejas evangélicas.

Dando continuidade ao assunto de que a transexualidade é compreendida como uma doença, Viviane Vergueiro (mulher trans), pesquisadora e trans militante, trouxe um discurso bem fundamentado e que apresentou reflexões multifacetadas sobre a construção identitária das pessoas trans. Ao considerar a despatologização trans como um esforço totalmente multidisciplinar, ela diz que: “quando se pensa os corpos trans tutelados pela ciência médica é apenas uma das formas de regulação dos corpos que faz parte de um sistema maior sobre a construção da normalidade” (informação verbal)²⁹.

Abordou a necessidade de desconstruir a indústria do corpo perfeito e demonstrou como há uma conexão entre o sistema neoliberal e a patologização associada à indústria fármaco.

Ainda criticou o corporativismo que existe entre a academia e os estudos médico-científicos para estabelecer o controle da população trans. Fez uma ressalva sobre o sistema de saúde brasileiro que exige a existência de um código no CID para prestação de serviços, demonstrando que se deve pensar em estratégias que não venham prejudicar a população trans no acesso aos serviços de saúde, quando se efetivar a despatologização que prevê a retirada da transexualidade do CID.

²⁸ Fala de Marcela de Carvalho (BENEVIDES; CARVALHO, 2018).

²⁹ Fala de Viviane Vergueiro (DRAPALA; LIMA; VERGUEIRO, 2018).

Mas também, deve-se pensar no direito ao atendimento adequado da população trans nos serviços de saúde básica e, de forma mais ampla, sobre como a identidade trans é uma maneira de dizer que “nossa existência não se pauta apenas na construção de corpos” (informação verbal).

Do ponto de vista de Daniel Lima (homem trans) que é farmacêutico, ele diz que “nem toda medicação é voltada para a saúde, afinal, há uma indústria farmacêutica” (informação verbal)³⁰, alertando para os casos da medicalização compulsória das pessoas trans, como o uso de hormônios, que é um problema que muitas vezes é invisibilizado. E apresentou algumas questões para reflexão:

Quando deixarei de tomar hormônios? Qual o impacto na minha vida quando isso acontecer? Até que ponto poderei me sentir homem sem atender as características criadas do “ser masculino”? A quem interessa manter a patologização? Será que sou questionado no trabalho por ser trans? Quantos espaços e atividades eu sou impedido por ser trans? (informação verbal)

Essas inquietações lançadas para a plenária faz com que as pessoas coloquem-se no seu lugar para obter as respostas e, desta maneira, perceberem como a construção do gênero é controlada, vigiada e que necessita de constante reiteração ao longo da vida, fazendo com que as pessoas trans tenham que se submeter a tratamentos e cirurgias para se aproximarem das normas de gênero pré-estabelecidas para poder ser aceitas com as identidades que reivindicam.

Também é possível perceber que a construção da identidade trans arremete à violação de direitos, dentre eles, o livre acesso a determinados espaços e atividades que as pessoas cis têm sem restrição alguma.

Segundo Daniel, precisamos desmistificar o corpo trans, pois só assim avançaremos no combate a medicalização compulsória e a quebra de padrões heteronormativos, fato que foi reforçado pelo depoimento de uma aluna trans que estava na plenária e relatou que sofreu transfobia na Biblioteca Central (Bicen) da UFS em relação ao uso do banheiro.

A aluna relatou que o diretor da Bicen sugeriu inclusive a criação de um banheiro específico para a população LGBTQIA+, porém, essa proposta não foi efetivada e o próprio movimento trans rechaça qualquer ação deste tipo, pois o direito que se pleiteia é o uso do banheiro de acordo a identidade de gênero que adotaram e não a criação de um espaço que as/os coloquem na condição de

³⁰ Fala de Daniel Lima (DRAPALA; LIMA; VERGUEIRO, 2018).

“especial”, querem equidade e respeito a sua identidade de gênero nos espaços sociais.

Sobre a autonomia do corpo, Bruna Benevides (mulher trans), secretária de articulação política da ANTRA, disse que: “nós estamos em uma sociedade que não se conforma com a liberdade que a população trans tem sobre seus corpos” (informação verbal)³¹. E ainda completa dizendo que:

Há um controle tão grande da sociedade sobre os corpos, que a existência de pessoas trans, que questiona os padrões, provoca todo esse movimento de repressão. [...] Por conta do paradoxo normalidade x anormalidade que a medicina se apropria dos discursos e provoca esse movimento de regular a identidade de gênero. (informação verbal)

E referente à despatologização, Bruna disse que faltam campanhas efetivas mais amplas, pois o que se vê ainda é um movimento interno da militância trans. Vale ressaltar aqui, que durante a participação de Bruna neste evento, ela compartilhou que já havia obtido a decisão favorável da Justiça para ser reintegrada à Marinha, para a qual presta serviços há mais de 20 anos e exerce a função de 2º sargenta.

Bruna estava afastada há quatro anos, após um processo militar de reforma compulsória que teve como motivo um quadro de "transexualismo", ou seja, a Marinha Brasileira tentou tirá-la do quadro de oficiais da ativa sob o pretexto de que a transexualidade é uma patologia que a impediria de exercer sua função. Esta vitória foi de extrema relevância para a população trans, servindo de referência da luta pelo direito de existir.

As violências sofridas pela população trans são inúmeras e muitas delas começam dentro de casa, como é o caso de Daniela Andrade (mulher trans), que atualmente trabalha como técnica de Tecnologia da Informação (TI) em uma multinacional em São Paulo, que revelou que apanhava do pai em sua infância e adolescência e que ele (o pai) dizia que só assim ela viraria homem e ainda era renegada pela mãe. Ouvia o pai dizer: “você vai acabar sozinho e aidético como todo traveco”.

³¹ Fala de Bruna Benevides (BENEVIDES; CARVALHO, 2018).

E toda essa violência sofrida lhe conduziu a se tornar uma pessoa mais forte e a provar que a família estava errada, dedicando-se aos estudos e tornando-se uma profissional de sucesso. Infelizmente ela não contou como estava a relação dela atualmente com os pais.

Daniela seguiu dizendo como é lamentável ver que a pessoa trans sempre está pedindo por favor: por favor me chame por tal pronome; por favor me deixa usar o banheiro e etc.. “Nós não estamos exigindo nada mais que nossos direitos. Nossa dignidade não é um privilégio”. (informação verbal)³².

Sobre sua situação no mercado de trabalho, ela disse que “ser a única trans em uma empresa não é fácil, pois lá eu não sou a Daniela, sou a trans”. (Idem.), demonstrando que as pessoas trans muitas vezes perdem sua individualidade e deixam de ser sujeitos/as para serem marcadores sociais. E arremata dizendo: “se não temos direito a usar o banheiro, quanto mais em relação a trabalhar, estudar... quanto mais ter direito a existir” (informação verbal).

Sobre o direito à retificação do nome civil e gênero nos documentos das pessoas trans, ocorreu uma discussão com representação da OAB de Sergipe e representação da população trans.

Ilton Freitas, representante da comissão da diversidade sexual da OAB de Sergipe, apresentou dados positivos da ação desta instituição no apoio a população trans para retificação do nome civil e gênero, alegando, inclusive, que obtiveram aprovação em casos de pessoas trans que não fizeram a cirurgia de transgenitalização, que geralmente torna mais difícil o pleito no processo. Sobre as violências sofridas pela população trans na concessão deste direito ele relatou que:

O desconhecimento da realidade individual de cada pessoa trans é que leva às injustiças. O processo é uma agressão, uma violência à pessoa, por isso que a maioria dos processos é realizada em sigilo de justiça para preservar a privacidade da pessoa. A agressão está no fato de ter que pedir autorização para ser reconhecido como é... ter que provar quem é. (informação verbal)³³

Em relação a essa questão, Naia Correa (mulher cis), advogada, apresentou um exemplo em que os outros marcadores sociais são acionados e interferem diretamente nos processos, dizendo que acompanhou dois processos em que as requerentes possuem histórias de vida semelhantes, porém uma conseguiu

³² Fala de Daniela Andrade (ANDRADE; BRASIL, 2018).

³³ Fala de Ilton Freitas (CORREA; FARIAS; TAYLOR, 2018).

aprovação do processo em seis meses e a outra em cinco anos, que em sua análise esta discrepância em relação aos dois casos estava relacionada aos padrões normativos do gênero.

A mulher trans que conseguiu pleitear seu direito de alterar nome e gênero em seus documentos possuía uma estética e performance mais próximas do padrão de uma mulher cis, enquanto a outra teve seu direito violado e protelado por cinco anos por ser negra e não está dentro dos padrões pré-estabelecidos do que se entende como gênero feminino.

Complementando o cenário da luta que se estabelece na justiça para requerer o direito à retificação de nome e gênero pela população trans, tivemos a fala de Jéssica Taylor (mulher trans/travesti), presidente da Unidas, que apresentou o seu próprio caso como exemplo. Ela disse que desde a infância já negava o seu nome de batismo e aos dez anos de idade vestiu sua primeira roupa feminina e na escola já se apresentou com o nome feminino, sendo vítima de violências física e simbólica.

Sobre o seu processo de retificação de nome e gênero, Jéssica disse que foi muito difícil e constrangedor, tendo que submeter-se a uma junta médica do Fórum e o processo durou três anos. Ela encerrou sua fala dizendo que “com os documentos em mãos se sente mais segura de acessar os órgãos públicos, fazer cadastros e se apresentar em qualquer lugar” (informação verbal)³⁴.

Vale salientar, que essas dificuldades apresentadas registram um momento anterior à publicação do Provimento 73/2018 (28/06/2018), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero de pessoas transgênero, permitindo que as pessoas trans possam mudar de nome e gênero em suas certidões de nascimento e casamento diretamente nos cartórios, e que, respectivamente, façam a retificação em todos os demais documentos.

Esta medida foi um grande avanço e resultado das lutas dos movimentos transfeministas, permitindo mais autonomia e facilidade no exercício deste direito da população trans, sem a necessidade de processo e autorização judicial. Anteriormente, apenas a Argentina (Lei 26.743/2012), aqui na América Latina, já possuía lei semelhante.

³⁴ Fala de Jéssica Taylor (CORREA; FARIAS; TAYLOR, 2018).

A respeito dos movimentos sociais, algumas palestrantes apresentaram críticas, tais como: “o movimento LGBT sempre negligenciou a diferença entre orientação sexual, identidade de gênero e os demais marcadores sociais” (informação verbal)³⁵, relatando que por muito tempo as pautas referendadas destes movimentos eram limitadas a um tipo hegemônico de gay.

Geovana Soares (mulher trans/travesti) teceu críticas aos movimentos de esquerda quando disse que: “a nossa esquerda ainda é muito fragilizada perante a essa direita conservadora, que não passam por cima das diferenças e se unem por uma causa comum, assim como fazem os grupos formados por evangélicos e católicos” (informação verbal)³⁶, referindo-se a questão dos grupos religiosos que se uniram para difundir e defender uma causa comum, a “ideologia de gênero”³⁷.

A professora universitária Alice Pagan (mulher trans/travesti) diz que as questões que são colocadas como “problemas de gênero” baseados em normas, podem ser combatidas dentro dos movimentos e fora deles se pensássemos na “gradação de gênero”³⁸ ao invés de pensar na dicotomia, sendo complementado pela professora Manuela Santos (mulher trans) que diz: “gênero não é ideologia. [...] Como conceito gênero é tanto identidade quanto estrutura da organização social” (informação verbal)³⁹.

Outras questões foram abordadas ao longo desses cinco dias, tendo como protagonista não somente a temática trans, mas também trazendo as pessoas trans como detentoras dos discursos, que apresentam reflexões diversas do ponto de

³⁵ Fala de Linda Brasil (ANDRADE; BRASIL, 2018).

³⁶ Fala de Geovana Soares (PAGAN; RODRIGUES; SOARES, 2018).

³⁷ O termo foi visto pela primeira vez, na Conferência Episcopal do Peru da Igreja Católica, em 1998, para se referir a Teoria Queer e demais estudos de gênero que desconstrói o binarismo de gênero como algo natural, por considerarem que estes estudos colocam em risco a concepção de família segundo os dogmas da Igreja. A partir de 2004 a expressão ganhou notoriedade no Brasil, quando foi apresentado o projeto “Escola Sem Partido”, que foi arquivado em 2018 e tinha como proposição “qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”, sendo um dos mais entusiastas sobre o projeto o atual presidente do Brasil (Jair Bolsonaro). Desde então a expressão “ideologia de gênero” passou a ser usado pela bancada evangélica e se tornou senso comum entre católicos e evangélicos conservadores para atacar a comunidade LGBTQIA+, além das ações, atividades e materiais escolares que abordem a temática de gênero para além do binarismo.

³⁸ Alice desenvolve seu conceito “gradação de gênero” de uma forma mais ampla, no livro organizado por ela e a professora Yzila Liziane: “Habilidades socioemocionais & afetividade no ensino de ciências e biologia: pesquisas e reflexões” (2019) problematizando as dicotomias e as substituindo por dualidades, que permite dar visibilidade aos gradientes que existem entre os polos. Sendo assim, entre o masculino e feminino que são colocados como polos, existem inúmeros gradientes que se aproximam mais do masculino e inúmeros gradientes que se aproximam mais do feminino, trazendo sua transexualidade como exemplo para ilustrar o conceito.

³⁹ Fala de Manuela Rodrigues (PAGAN; RODRIGUES; SOARES, 2018).

vista acadêmico, da militância social e experiências de vida, enriquecendo os debates e reflexão sobre os assuntos apresentados.

Todas as discussões que emergiram nestes três eventos serviram para delinear o objeto de estudo e possibilitou a construção do problema de pesquisa que está pautado na questão: há uma relação direta entre os processos migratórios e a construção da identidade de gênero das mulheres trans e travestis? Assim como, foram espaços relevantes para perceber, através dos discursos, as estratégias que as pessoas trans adotam para lidar com as alteridades que emergem durante a construção de suas transidentidades, além de garantir a aproximação do pesquisador com as sujeitas da pesquisa.

2.4 Modelo de Análise

Tomaremos como referência central as perspectivas das sociologias crítica, moderna, pós-estrutural, pós-colonial e desconstrutivista em diálogo com outras abordagens das ciências sociais e humanas, pelo caráter interdisciplinar que rege essa pesquisa, tendo em vista que tanto a categoria transgênero quanto (i)migrante não consegue ser contextualizada por apenas uma única disciplina e abordagem teórica. Seguiremos um modelo de análise descritivo-exploratória para guiar a construção da pesquisa.

As categorias supracitadas serão desenvolvidas por meio do modelo analítico e reflexivo dos processos identitários levando em consideração suas (des)reconstruções em meio às relações de poder que regem as trajetórias de vidas das sujeitas desta pesquisa.

Diante de um cenário cada vez mais fluido e múltiplo, em que as identidades e pertencimentos são acionados conforme cada contexto social e estão em um processo dinâmico e contínuo de resignificação, faz-se necessário promover uma discussão livre de naturalização e essencialismo das categorias, considerando a sua dimensão política. Desta maneira, seguiremos a ideia defendida por ENNES e MARKON (2014, p. 302)

Nesse sentido, propomos que os estudos sobre processos identitários levem em consideração nas suas análises: os atores sociais, o que está em disputa, quais as normas, os discursos que mediam as relações de poder, e os contextos sociais nos quais se inserem. Estes elementos devem dar conta das relações por meio das quais se produz o pertencimento e a alteridade, a hierarquização

e a transgressão social, além dos processos tensos, dinâmicos, ambíguos e ambivalentes de classificação. Ou seja, sugerimos que as questões colocadas pela análise social levem em consideração os sujeitos, as formas e os embates através dos quais eles elaboram seus entendimentos sobre si próprios e sobre os outros em condições específicas.

Para atender a esse objetivo de pensar as identidades como processos dinâmicos, consideraremos que ser transgênero está para além de categorizações médicas, biológicas e jurídicas e desta maneira recorreremos a Teoria Queer e aos estudos identitários para pensar a diferença como um movimento, uma disposição existencial e política que supõe a ambiguidade, o não lugar e o trânsito. O grande desafio desta pesquisa será evitar recair em novos essencialismos.

Consideraremos que os rótulos servirão apenas para ilustrar discursos que estão limitados pela gramática e teorias conhecidas e aceitas como legítimas, mas que estes rótulos não são fixos e nem representam a verdade, uma vez que partimos do princípio de que não há verdade, mas, sim, possibilidades. Salientando ainda que os rótulos e categorias que se apresentarão ao longo da pesquisa terão como referência a autodesignação, não cabendo aqui hierarquizar ou tentar encaixar dentro de normas e categorias o pertencimento das sujeitas desta pesquisa.

A mesma dificuldade será enfrentada com as categorias de (i)migrante e diáspora, que tomará como desafio pensar as transposições de fronteiras para além do espaço-temporal, compreendendo o corpo como um território que possui fronteiras bem vigiadas pelo sistema heteronormativo, assim como o gênero também sendo percebido nesta pesquisa como um espaço de trânsitos e mobilidades. Sendo assim, faremos uma imersão nos conceitos, na história e nas abordagens sobre a temática, para compreendermos o cerne desta pesquisa e poder contribuir com uma nova perspectiva sobre a temática.

Portanto, por meio de um estudo qualitativo e abordagem sociológica em diálogo com outras disciplinas, fizemos uma reflexão sobre os processos identitários que permeiam a construção da sujeita trans relacionando-os com os processos migratórios, para possibilitar revelar relatos de vida que apresentarão uma diversidade de contextos e características que são semelhantes, mas também que se distanciam em relação a idade, classe social, etnia, mercado de trabalho, grau de instrução, dentre outras tantas, demonstrando a heterogeneidade da população

trans feminina que não há como está sintetizada dentro de uma caixa categórica e normativa.

2.5 Procedimentos e Percursos Metodológicos

Neste estudo, realizamos uma pesquisa qualitativa com uma abordagem sociológica aberta ao diálogo interdisciplinar e ao diálogo entre teorias sociais e técnicas de pesquisa, em especial, a história oral, para discorrer sobre a constituição das identidades trans perante as alteridades que se sobrepõem e as conduzem a migrar, gerando outras alteridades, assim como, perceber que o ato de (i)migrar e o distanciamento da vigilância do círculo social do lugar de origem pode ser um fator determinante para essa (des)reconstrução da identidade de gênero.

a) Fizemos uso de dados secundários disponíveis em trabalhos de outras pesquisadoras(es) que dialogaram com a temática sobre as dissidências de gênero e mobilidades e migrações que integram as novas diásporas, para problematizar as relações de saber-poder que produziram realidades, saberes e subjetividades, como um modo de ser, de sentir e de pensar (FOUCAULT, 2015a). Além da análise de outras fontes, tais como: documentários, seriados, telenovelas, mídias digitais e outros discursos disponíveis sobre o objeto desta pesquisa;

b) A partir das redes sociais do pesquisador, que foram constituídas em espaços diversos (Seminários acadêmicos, Conferências da Cultura LGBTQIA+, shows, bares e boates LGBTQIA+, reuniões e visitas às instituições trans, plataformas digitais, dentre outros), houve o acesso às primeiras pessoas trans que se disponibilizaram a colaborar com esta pesquisa cedendo entrevistas.

Utilizando a técnica de snowball (bola de neve), cada entrevistada é estimulada a indicar novas colaboradoras, possibilitando uma diversificação do perfil das pessoas entrevistadas e dando uma dinâmica maior a este trabalho que não se limitou às fronteiras físicas, incluindo o uso das novas tecnologias digitais utilizando aplicativos do celular (WhatsApp e Messenger) para coletar os depoimentos das colaboradoras com as quais não foi possível o contato face-a-face;

c) Mapeamos e analisamos as principais políticas públicas e legislações federais que tenham como objeto a migração, tanto no Brasil quanto em países da Europa que são notificados como polos da migração trans brasileira (Itália, Espanha,

França e Portugal), para identificar o surgimento de alguma especificidade sobre a população trans.

d) Realizamos entrevistas, que é um dos procedimentos metodológico fundamental para registrar as impressões, vivências e memórias da população trans, permitindo acessar um conhecimento do vivido muito mais rico e dinâmico de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, analisando os relatos orais que apresentam fragmentos da história de vida de sujeitas trans brasileiras que já realizaram a migração internacional, mas residem no Brasil atualmente, outras que migraram e permanecem na Europa, além das que apenas realizaram migrações internas, promovendo um diálogo entre práticas e vivências sociais e as teorias que embasam esta pesquisa.

Tomamos como referência as publicações sobre história oral do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, que são referências no Brasil sobre a metodologia de pesquisa de história oral.

Usamos a história oral para se debruçar sobre as subjetividades e imaginário analisando a oralidade sendo expressa como parte de um contexto específico e que, diferente de um texto escrito, apresenta nuances de entonação, respiração, olhares, gesticulação, expressões faciais e todo um conjunto que lhe dá sentido e significado, que só é possível captar pelo contato direto.

Das 13 entrevistas realizadas para esta pesquisa, quatro foram realizadas de forma virtual. Estas se diferenciaram em relação às presenciais principalmente no que diz respeito ao tempo de respostas e abordagem. As entrevistas feitas por WhatsApp ocorreram de forma fragmentada, respeitando o tempo da entrevistada que respondia aos poucos as questões e precisando de um controle maior do pesquisador, não deixando que a entrevistada perdesse o interesse em responder, mas também tomando cuidado para não irritá-la e pressioná-la, pois isso poderia vir a interromper a entrevista de forma definitiva e impossibilitar a conclusão.

Tivemos um caso em que a entrevista via WhatsApp, após várias interrupções e retomadas, chegou a durar seis meses, demonstrando a peculiaridade deste formato em relação ao face-a-face que aconteciam em poucas horas.

Quanto ao perfil e resultados, estes são semelhantes nos dois formatos (face-a-face e WhatsApp), valendo-se da boa condução do pesquisador para lidar com a diversidade de perfil das entrevistadas, pois da mesma forma que ocorreram relatos mais sucintos, também ocorreram relatos bem aprofundados em ambos os formatos.

Independente do formato da entrevista, o que delimitou o aprofundamento na história de vida de cada uma foi sua disponibilidade e desprendimento para falar sobre as particularidades das suas experiências, assim como, a conquista da confiança por parte do pesquisador, que permitiu que elas se sentissem seguras para contar seus segredos e vivências mais íntimas sem medo e restrição.

Vale salientar, que respeitamos o silenciamento e/ou pouco aprofundamento sobre a história de vida de algumas entrevistadas, pois reconhecemos que são assuntos complexos e muitas vezes traumáticos para rememorarem, compreendendo que o silenciamento também é um dado de análise importante na pesquisa (ORLANDI, 2009).

A identificação das pessoas entrevistadas seguirá uma nomeação levando-se em consideração a ordem das entrevistas, sendo assim, usaremos como nome geral o termo “Entrevistada” seguido do número da entrevista, como exemplo: Entrevistada 1.

3 SEXUALIDADE E GÊNERO: DO DISCURSO À PRÁTICA

A sexualidade e o gênero permeiam todos os espaços e sujeitas/os, sendo acionados ou invisibilizados, vigiados, produzidos e reproduzidos, muitas vezes transformados em tabu e outras vezes problematizados de modo a transgredir normas. Por meio do discurso, as relações de poder se estabelecem e cria-se um imaginário do “certo” e “errado”, delimita-se o universo do masculino e feminino, bem como das práticas sexuais e prazeres que cabe a cada pessoa, por meio de um sistema heteronormativo que se estabeleceu e se mantém ao longo dos séculos.

Este sistema age da forma mais sutil até a mais violenta possível, indo do discurso às performances, sendo tudo muito bem definido e justificado com base em “tradições” e na “legitimidade” de instituições sociais que se declaram como aptas a falar sobre o assunto. Mas, assim como “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas - de todas as relações humanas” (ELIAS, 2008, p. 81), também veremos que o discurso segue esta mesma perspectiva.

No contexto atual, temos um cenário que transita entre o avanço e retrocesso quando o assunto é sexualidade e gênero. Podemos apontar como positivo a ação dos movimentos sociais que têm conquistado cada vez mais espaço nas mídias para debater a multiplicidade de identidades de gênero e sexuais, as violências, os direitos, os problemas e outros temas correlacionados, assim como, têm realizado ações diretas de combate ao preconceito, marginalização e negação das identidades desviantes.

Também tem avançado teorias e estudos acadêmicos que revelam as diversas formas de existir e denunciam as inúmeras formas de opressão que resistem no campo das ideias e na vida em sociedade.

A legislação brasileira aos poucos também tem avançado no reconhecimento da diversidade, garantindo direitos à população trans, dentre eles, um dos mais significativos que é o direito das pessoas trans alterarem seu nome e gênero nos documentos de identificação, o que resolve muitas questões de constrangimento e reconhece a identidade de gênero adotada.

Porém, temos retrocesso quando: analisamos o aumento dos casos de homofobia, transfobia e misoginia; os discursos de ódio contra a população LGBTQIA+ que se proliferam sob a máscara da religião e da moralidade; legitimação

e uso do mesmo discurso de ódio pelo governo federal; intervenções do governo federal contrárias aos avanços alcançados pelas lutas das militâncias, na área da educação, saúde, segurança e áudio visual; dentre outros.

Neste capítulo, apresentaremos uma cadeia de temas que se interconectam e se faz necessária para compreender quão complexa é a realidade das pessoas trans. Iniciamos com uma breve reflexão de como o gênero e a sexualidade são impactados pelos discursos. Em seguida, trazemos uma discussão sobre as construções identitárias de gênero e sexualidade, perpassando pelos patriarcalismos, as ondas do feminismo, a discussão teórica sobre o conceito de gênero e finalizando com uma problematização acerca da sexualidade.

Consideramos ser relevante trilhar este caminho para demonstrar como a/o sujeita/o se torna mulher dentro de um sistema binário em que é colocada/o na condição de “outra/o” em relação ao homem, tendo em vista que entender o caminho que percorreu a mulher cis é importante para compreender o universo feminino que inspira e serve de referência para as sujeitas desta pesquisa, além de usar esse espaço para diferenciar identidade de gênero da identidade sexual.

3.1 O Poder do Discurso

Somos seres que vivem a partir da construção de discursos que regem nossas rotinas, nossa maneira de pensar e agir e que muitas vezes acabamos por replicar normas e performances pré-estabelecidas como verdades universais sem questionar, naturalizando muitas práticas e modelos. Chegamos a nos punir e censurar quando saímos do padrão, pois mesmo antes de nascer, já somos bombardeados por discursos que irão se reiterar constantemente ao longo de nossas vidas.

Quando a mãe faz o exame de ultrassom e é revelado o sexo da criança pela/o médica/o inicia-se a construção identitária de gênero deste ser que ainda não veio ao mundo. Sendo vigiadas/os constantemente pelas instituições sociais que se consideram legítimas a dizer o que é certo ou errado, inclusive sobre a vida privada, somos levadas/os a acreditar que tudo é natural. E se o desejo de romper com o que foi e é estabelecido por estas instituições aflorar, somos orientadas/os a combater e conter esse “desejo transgressor” para ser “aceita/o” socialmente.

Ao longo dos anos, os discursos vêm sendo construídos e subliminarmente (ou não) vão moldando as sociedades, por meio da cultura que se estabelece e que

se reinventa a partir das diversas formas de saber e que através das relações de poder que cada instituição exerce sobre assuntos específicos, são criados laços e embates para fazer valer a “verdade” do seu discurso sobre os demais.

Seguindo a lógica da epistemologia de Bauman, que desenvolve o conceito de liquidez para falar da modernidade, do amor, das relações, dos tempos e da vida, referindo-se à pós-modernidade como este espaço de fluidez e inconsistência que se apresentam como traços essenciais das relações sociais, nos tornamos seres multifacetados e fragmentados (HALL, 2006) e que se identifica através da relação Eu e Outro no processo de socialização (DUBAR, 1997).

Desta maneira fomos levados/as a conviver cotidianamente com conflitos internos a partir da crise do pertencimento (BAUMAN, 2005) e crise de identidade (HALL, 2006), que nem sempre são coerentes, além de nos depararmos com incongruências a partir de nossas amizades, famílias, trabalhos, escolas, religiões, legislações e culturas da qual fazemos parte.

Em meio a todo esse emaranhado, nos encontramos imersas/os em um mundo cada vez mais fluido e efêmero, com identidades que se sobrepõem e se desenvolve em um cenário de configurações de interdependências, que torna nossas decisões cada vez mais difíceis a respeito das coisas mais simples do nosso dia-a-dia como, por exemplo, qual roupa vestir, até situações mais complexas, como é o caso dos processos identitários de gênero. Uma vez que, estando tudo interligado, qualquer ato impacta na/o outra/o e, como em uma cadeia cíclica, tudo se move e se (des)reorganiza dando origem a uma nova configuração de relações entre sujeitas/os, discursos, cenários e arenas de disputas.

Vivemos em um eterno processo de (des)reconstrução, em que as referências e modelos instituídos estão cada vez mais móveis e flexíveis (HALL, 1996, 2003, 2006; BAUMAN, 2005, 2013; CANCLINI 2006; BHABHA, 2007; FOUCAULT, 2015, 2015a e 2016). Apesar desses autores possuírem distinções teóricas e analíticas, bem como, de analisarem a sociedade de diferentes contextos espaço-temporal, que vai do cenário pós-colonial até a pós-modernidade, eles convergem ao nos permitir pensar as identidades como processos relacionais que se desenvolvem a partir de referências culturais e relações de poder.

Esta compreensão de disputas e instabilidades das identidades dialoga diretamente com a alteridade que impacta a vida das pessoas trans nos seus processos identitários de gênero.

Em contrapartida aos avanços da diversidade cultural no cenário político e nas relações sociais, o movimento conservador tem ressurgido com bastante força nas diversas áreas (científica, religiosa, política, legislativa, educacional e familiar), tendo como base uma lógica estruturalista, moralista e essencialista, como acontecia no fim do século XIX e início do século XX, quando a diferença era hierarquizada e interpretada como desigualdade (ENNES, 2016).

Esta onda conservadora vem travando uma batalha contínua para tentar reverter o avanço da legitimação da diversidade cultural e manter todas as identidades dentro de caixinhas bem definidas e fixas, para manutenção da “estabilidade”, fato que é reforçado pelo multiculturalismo (CANCLINI, 2006) como observa criticamente Ennes (2016) ao analisar o processo de descentramento que se intensificou nas décadas de 1970 e 1980:

Nessa nova fase, no entanto, os guetos funcionam mais como fortaleza para quem está dentro. Isto é, o multiculturalismo significou, também, uma maneira de se resguardar em sua particularidade, sua diferença, sem ser molestado pelo outro. Sob qualquer sinal de ameaça e questionamento do modo de ser e estar no mundo corre-se para dentro da fortaleza e com isso encerra-se o debate político e eliminam-se os pontos de interseção da vida pública. O multiculturalismo, nesse sentido, ao invés de favorecer o intercâmbio cultural levou à produção de fortalezas identitárias. (ENNES, 2016, p. 229-230)

A busca pelo reconhecimento da diferença, como prevê o multiculturalismo, nos leva a re-essencialização das identidades dos grupos subalternizados, quando se desenha uma nova configuração nas relações de poder, estes grupos tendem a se reafirmar perante os grupos hegemônicos para delimitar seu território e nesta ação acabam por fixar uma nova identidade.

Neste sentido, Ennes apresenta o interculturalismo como uma visão mais complexa para pensar a sociedade contemporânea, pois “seria capaz de dar visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são, ao mesmo tempo, marcadas pela diferença e pela desigualdade” (ENNES, 2016, p. 233).

Compreendendo a incompletude e intersecção das culturas que revelam os híbridos culturais (CANCLINI, 2006), poderíamos dizer que as identidades estão em processo, por serem identidades inacabadas.

Por desta ideia, ENNES (2001) ao pesquisar os imigrantes japoneses em uma cidade do interior de São Paulo, percebe que o diálogo entre as duas culturas (brasileira e japonesa) envolve um mundo de relações simbólicas e práticas em

constante mutação, estando em movimento contínuo de ressignificação, como em um eterno jogo de negociação entre o ser e não ser a partir das alteridades que se estabelecem a cada situação contextual e relacional.

E sendo assim, nos deparamos com uma rede de relações que temos “a produção do pertencimento, da alteridade, e da desigualdade, **não são processos excludentes, ao contrário, são interdependentes**” (ENNES, 2016, p. 233, grifo do autor).

Em meio a todo esse processo, temos o discurso como algo intangível que se constitui e se desenvolve no mundo das ideias através da epistemologia e performances sociais, mas também que pode ser interpretado como algo concreto, considerando sua materialidade adquirida por meio do significante dos signos (SAUSSURE, 2003), sendo estratégicos para o desenvolvimento das relações de poder.

Então, podemos entender o discurso como um objeto de desejo (FOUCAULT, 2013)⁴⁰ pelo qual se luta e quer se apoderar, porque através dele pode-se exercer a disciplina, proibição, coação, controle, inclusão e exclusão, bem como, estabelecer padrões normativos e/ou romper com os mesmos.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2013, p. 9-10).

Tomando como referência a semiótica, imaginamos o discurso como algo que não está restrito a linguagem verbal, mas, sim, a todo um conjunto de expressão verbal e não verbal que perpassa várias áreas e utiliza-se de infinitos diálogos por meio dos signos criados para construir e fundamentar ideias.

E é por meio deste misto de estratégias comunicacionais que ideologias e verdades são mantidas como legítimas, até que a criação de novos signos ou ressignificação dos signos existentes entrem no jogo e criem discursos alternativos que minem a legitimidade dos discursos até então tidos como o único caminho.

⁴⁰ Ver a Ordem do Discurso, aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970.

A semiótica é a ciência que investiga todas as linguagens possíveis, ou seja, tem como objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. (SANTAELLA, 1986, p. 15).

Todos estão cercados por uma infinidade de signos. Cada vez mais as pessoas são levadas a compreender diferentes signos, a descobrir como interagem com os objetos, como pensam e se emocionam. Linguagem verbal e não verbal se misturam. Na fotografia, no cinema, no rádio, na televisão, nos hipertextos, na hipermídia, enfim, tudo é linguagem, tudo é signo. (REBELLO, 2017, p. 1104).

Os grupos hegemônicos estão sempre em busca de manter o domínio sobre os discursos para torná-los uma ideia consensual e tida como verdade, levando-os a legitimidade social. Sendo assim, a sociedade é pensada e estabelecida tendo como referência o discurso legitimado e naturalizado construído pelos grupos que exercem o poder hegemônico, constituindo os padrões sociais.

Para combater e desconstruir as normas estabelecidas por estes discursos, que se consolidaram ao longo dos séculos, exige um esforço e desgaste imenso, sendo necessário criar novas epistemologias, descortinar as/os sujeitas/os invisibilizadas/os pela/na história e conquistar o endosso de um maior número de instituições sociais, para que este novo enunciado tenha capacidade de ser reconhecido como legítimo. Para Foucault:

Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. (FOUCAULT, 2015, p. 111)

Pesquisas contemporâneas têm se debruçado sobre o conceito de gênero e de sexualidade promovendo mudanças epistemológicas importantes que têm impactado nas políticas e programas públicos, em sujeitas/os e discursos, dando visibilidade a estes temas e revelando como esses dois marcadores, dentro de sua diversidade, são importantes para a discussão de direitos humanos.

A partir das perspectivas técnico-científicas que estas teorias apresentam, é possível subverter e contestar “verdades” e “essencialismos” desenvolvidos pelos discursos e teorias heteronormativas, que até o momento eram, e para muitos ainda são, interpretadas como legítimas. Desta maneira, temos que compreender que “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não

podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.” (FOUCAULT, 2015, p.39).

Esses discursos determinam as normas sociais e estabelecem os padrões aceitáveis, agindo de forma consciente ou inconsciente sobre todas as pessoas, determinando os comportamentos e regras de conduta de cada indivíduo. “O conjunto desses discursos geram uma cortina de fumaça confusa para os oprimidos, o que os faz perder de vista a causa material de sua opressão e os mergulha em uma espécie de vazio a-histórico” (WITTIG, 2006, p. 46, tradução nossa).

Além dos discursos supracitados, há um discurso importante e fundamental, que é o da educação. Este tem a escola como primeiro espaço social que uma criança acessa, sem a supervisão e controle dos pais, para estabelecer contatos com o diferente, com o novo. É um cenário de descobertas e formação que impacta diretamente na identificação e significação de cada coisa, de cada atitude e sentimento. Esta bagagem soma-se ao aprendizado que as crianças obtêm no seu círculo familiar, com os vizinhos e nas manifestações culturais que têm acesso.

É de extrema relevância que na educação básica, e que assim seja com a educação subsequente e continuada, esteja muito bem sedimentada sob a perspectiva da diversidade, preparando estas/es novas/os cidadãs/ãos para convivência social com o múltiplo, o diferente, o igual e o desigual, de forma natural. Mas, o que se pratica na escola é justamente o oposto, através de uma cultura da violência pratica-se a intolerância e discriminação.

A negação de identidades – ou a discriminação de pessoas pela orientação sexual, religião ou pela cor da pele, dentre outras – constitui uma violação dos direitos humanos, uma grave violência simbólica. Por isso, a escola é desafiada a ressignificar sua função social, ou seja, construir uma práxis educativa compreendendo a sua complexidade e partindo do princípio de que todas/os são sujeitas/os de direitos.

Pensando em minha trajetória, as memórias que tenho do espaço escolar são representadas por opressão, exclusão e injúria. Até hoje carrego traumas que impactam em minha autoestima, fruto de discursos hegemônicos que me enxergavam e me levavam a ter a mesma interpretação de que eu era uma pessoa inferior, por conta da minha sexualidade e classe social, como já registrado na seção 1.1 desta tese.

A ausência de discursos e representações da diversidade sexual e cultural nos conteúdos e atividades escolares reforçava esse sentimento para elas/es e para mim, pois se não havia possibilidades de desconstrução das normas, não havia contradiscursos e nem mesmo problematizações à respeito do diverso, aflorava em mim o sentimento de culpa por ser diferente e estar desfrutando deste espaço de privilégio, que era a escola particular. Era necessário silenciar e conviver neste ambiente hostil para ter acesso à educação de qualidade e não perder a bolsa de estudos.

Os discursos, fruto das relações de poder, impactam diretamente nas políticas públicas de educação em relação à população trans, tendo como exemplos: as disputas que ocorreram no contexto do sistema educacional do Brasil com um recorte para a população LGBTQIA+; a problematização da escola como um espaço onde a alteridade reflete a violência; a 2ª Conferência Nacional de Educação - Conae, realizada em 2014, que tivemos 27 proposições estratégicas aprovadas relacionadas explicitamente à questão de identidade de gênero, diversidade sexual e a população LGBTQIA+.

Além do veto em 2011 ao “Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, que foi lançado pelo Governo Federal em 2004 com o propósito de garantir os direitos políticos, sociais e legais conquistados pelas lutas do movimento LGBTQIA+. Esses são alguns exemplos que refletem conquistas e retrocessos no campo político e legislativo relacionado aos direitos da população trans na esfera da educação (MENESES, 2016)⁴¹.

O combate à heteronormatividade tem sido mobilizado pela academia e movimentos sociais, e em relação à população trans que ficou invisibilizada por tanto tempo, sendo relegada a subalternidade por não compor o grupo que era legítimo a falar e pensar sobre o assunto, temos as obras de Foucault (2015, 2015a e 2016), dos diversos estudos LGBTQIA+ (BUTLLER, 2000, 2002, 2002a e 2003; HALPERIN, 2007; LOURO, 2004 e 2012; PELÚCIO, 2007, 2008, 2009 e 2016; BENTO, 2006, 2008, 2011 e 2014; ERIBON, 2001; PRECIADO 2008, 2010; TREVISAN, 1986), aliados aos estudos feministas (BEAUVOIR, 1970; SCOTT, 1995; WITTIG, 2006).

⁴¹ Para mais informações sobre a relação da população trans com o espaço escolar regido pela heteronormatividade ver: Meneses (2016).

Estas referências apresentam argumentos que são frutos de embates aos discursos até então considerados legítimos. Por meio do empoderamento político conquistado via movimentos sociais e debates acadêmicos (não-hegemônicos) na filosofia e ciências sociais, revela novas possibilidades e novos olhares sobre a temática .

As “minorias” têm conseguido desenvolver um contradiscurso em relação às instituições sociais (igrejas, sistemas jurídicos, escolas e famílias), às disciplinas acadêmicas e científicas e às ciências médicas/psicologia, psiquiatria e psicanálise, que disseminaram por muito tempo que a população trans era marginal, desviante e patológica, portanto, seres abjetos⁴². Ao longo da tese esses estudos estarão em constante diálogo.

Entre os vários discursos sobre gênero e sexualidade, destacam-se na atual conjuntura, os que se referendam na Teoria Queer, que são estudos que começam a ganhar notoriedade na década de 1990 e se opõe a heteronormatividade, difundindo o discurso de um mundo sem rótulos, podendo cada sujeita/o ser como quiser e da forma que quiser no que tange ao gênero. Saem do binarismo do homem/mulher para multiplicidades de gêneros, desnaturalizando não só o gênero, mas também a sexualidade, por compreender se tratar de processos identitários que são construídos socialmente.

Para o queer, não há certo ou errado, há apenas o diverso. “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). “O termo queer surge como uma questão que levanta a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade dentro da performatividade” (BUTLER, 2002, p.58). E ainda diz: “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da repetida invocação que o relaciona a acusações, patologias e insultos.” (BUTLER, 2002, p.58). Desta maneira, pensar queer é pensar na contramão das normas, é subverter.

Falando a partir das margens, os teóricos queer buscam não só romper com o binarismo, conforme discutido até aqui, ou questionar noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, que tem permeado os debates das Ciências Sociais, mas também conferir um certo contorno ontológico àqueles que tem sido sistematicamente destituídos do privilégio da ontologia. (PELÚCIO, 2007, p. 40)

⁴² Abjeto pode ser compreendido como tudo aquilo que não se encaixa no padrão de fixidez e que rompe com as normas, tornando-se um ser renegado, anormal, marginal e excluído. Ver Butler (2006). Esse termo será abordado no capítulo 3.

A teoria queer se propõe a analisar a constituição das/os sujeitas/os e suas identidades através das experiências culturais vivenciadas, com foco na crítica aos discursos normalizantes, hegemônicos e universalizantes, subvertendo o binarismo sexual dado e revelando a possibilidade da multiplicidade identitária possível.

E não há como discutir transgeneridade sem acionar a epistemologia queer, uma vez que as pessoas trans são a representação mais palpável da desconstrução da inteligibilidade que o sistema heteronormativo reivindica. O discurso queer também tem sido utilizado pelos movimentos sociais LGBTQIA+ por ser inclusivo e dá visibilidade a esta população que sempre viveu às margens em contraste ao pensamento hétero.

[...] o pensamento heterossexual desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, cultura, linguagem e todos os fenômenos subjetivos. Não posso deixar de enfatizar aqui o caráter opressivo do pensamento heterossexual em sua tendência a universalizar imediatamente sua produção de conceitos, para formular leis gerais que se aplicam a todas as sociedades, todos os tempos, todos os indivíduos. (WITTIG, 2006 p. 51-52, tradução nossa)

Por meio do discurso a sociedade promove e produz: inclusões, exclusões e interdições, controles sociais, coerções, ordens e desordens, sexualidades, desejos, gêneros, poderes, rejeições, razão e loucura, verdades, mentiras, doutrinas, normas, dogmas e todas as representações sociais que conhecemos. Poderíamos dizer que o discurso é o princípio e o fim de todas as coisas? Nestas disputas pela “verdade” temos o surgimento de novas disciplinas no meio científico, religiões são reformadas e categorias e grupos sociais novos surgem, trazendo consigo novos discursos que vão desde a epistemologia até performances sociais, exigindo do Estado a criação de leis para tentar harmonizar a diversidade cultural que é pulsante. E nesta arena discursiva, quem pode falar? Sobre o quê, onde, como e de que forma pode falar? Afinal, existe verdade? Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo dos discursos dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. (FOUCAULT, 2015, p. 110)

Na próxima seção, iremos discorrer sobre o gênero como um constructo social e demonstrar como ele é um dos marcadores sociais mais relevantes na construção das/os sujeitas/os e na divisão de atividades sociais.

A partir de discursos que se legitimaram e instituíram uma hierarquia em que o masculino é representado como superior ao feminino e tentam se sustentar sob a simplicidade do binarismo. Veremos como as problematizações trazidas pelos

movimentos sociais e o pós-estruturalismo e estudos de gênero rompem com esses padrões, trazendo uma nova perspectiva sobre as identidades sexuais e de gênero, ampliando suas possibilidades para além do binário, desestabilizando as relações de poder e desconstruindo as “verdades” impostas.

3.2 Pensando o Gênero para Entender o Feminino

Uma vez que este trabalho toma como categoria de análise as mulheres trans e travestis, veremos nesta seção como é que a categoria que simboliza a sujeita feminina no imaginário social (a mulher cis) foi construída socialmente, por considerar ser preponderante para compreender os caminhos percorridos da construção social do feminino.

Iniciaremos com uma abordagem acerca do patriarcado da perspectiva de Pateman (1988), dando sequência com uma reflexão sobre as fases dos feminismos (ondas), seguindo uma divisão meramente didática, adotada para esboçar os principais momentos históricos em que tivemos destaque dos movimentos feministas. Prosseguimos com um debate sobre o gênero da perspectiva de Scott (1995) e Preciado (2010), demonstrando alguns dos caminhos diversos que os estudos de gênero têm trilhado para conceituar o gênero e finalizaremos com uma discussão a respeito da sexualidade.

As categorizações das identidades de gênero passaram e ainda passam por um processo de controle, vigilância e punição por parte das diversas instituições sociais, para que a partir delas possa intervir em outros aspectos da vida social das/os sujeitas/os, tais como, relações de trabalho, familiar, demográfica, econômica e performances.

Há uma estratégia de naturalização do gênero para evitar tornar instável todo um sistema político, econômico e social que foi constituído e se sustenta com base no binarismo, que é tomado como verdade única. Para questionar, (des)reconstruir e promover uma reflexão sobre o que se entende por gênero, faz-se necessário legitimar novas terminologias, novas histórias, novas sujeitas, que é um caminho difícil a ser trilhado e prevê resultados a médio e longo prazo, uma vez que romper com discursos seculares exige tempo e fragilização do grupo dominante.

O ser humano singular trabalha com conceitos extraídos de um vocabulário lingüístico e conceitual preexistente que ele aprende com

outras pessoas. Se assim não fosse, a pessoa não poderia confiar em ser entendida pelas outras ao desenvolver uma língua existente e, portanto, os conceitos existentes. O trabalho individual para promover um maior desenvolvimento dos conceitos, nesse caso, seria inútil. Mas quando se aprende a perceber o mundo, a sociedade e a linguagem como processos sem começo, quando o sujeito da formação de conceitos deixa de ser visto como um indivíduo quase agrupal que tira novos conceitos do ar e é percebido no processo de desenvolvimento de uma sociedade, muitas vezes organizado sob a forma de uma unidade de sobrevivência, como uma tribo ou um Estado, obtém-se uma perspectiva diferente. (ELIAS, 1994, p. 109-110)

Pensar o modo estrutural da língua e sua limitação linguística e conceitual nos revela a constituição de naturalizações e a dificuldade de romper com o que está dado socialmente como certo, pois a vida em sociedade nos leva a fazer uso do que já existe à disposição para nos comunicarmos, para nos fazermos compreender.

Desta maneira, voltando-se para o gênero, vemos um processo complexo para desconstruir os discursos essencializadores, como ocorre com o patriarcalismo, que ao ser percebido como estrutura de análise, por ser “uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 1999, p. 169), compreenderemos como chegamos ao sistema binário do sexo (masculino e feminino) e de que maneira a heterossexualidade tornou-se compulsória e a única identidade sexual legítima no processo de construção sociocultural.

3.2.1 Os patriarcados segundo Pateman

Faz-se necessário relatar que o termo patriarcalismo possui diversas interpretações e abordagens distintas, umas mais amplas e outras nem tanto. A concepção de patriarcalismo que adotaremos aqui é a de Carole Pateman, uma feminista inglesa nascida em 1940, que em seu livro sobre o Contrato Sexual (1993 [1988]) critica os contratualistas clássicos (Locke, Hobbes e Rousseau) até os mais recentes, demonstrando que o patriarcalismo jamais deixou de existir, apenas muda de forma e se constitui no que a autora define como patriarcalismo moderno.

Sendo assim, toda análise do Estado deve ter como premissa a concepção do patriarcado, uma vez que para a autora todo Estado Moderno é patriarcal em que temos um contrato social, que é exaltado, e um contrato sexual que foi silenciado, sendo a sua grande crítica desenvolvida nesta obra (PATEMAN, 1993).

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito dos homens de desfrutar de igual acesso sexual às mulheres estão em questão na produção do pacto original. O contrato social é uma história de

liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original constitui tanto a liberdade quanto a dominação. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres são criadas por meio do contrato original – e a natureza da liberdade civil não pode ser entendida sem a metade faltante da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é estabelecido por meio de contrato (PATEMAN, 1993, p. 16).

Pateman apresenta três tipos de argumentação patriarcal que não são excludentes: o tradicional, o clássico e o moderno. No tradicional, temos todas as relações de poder incorporada ao regime paterno e toma a família patriarcal como referencial da sociedade política. Nesta versão do patriarcalismo o pai era o único e soberano dentro da esfera familiar (poderes plenos sobre a família), foi desenvolvido no período da Idade Média até o Séc. XVII.

O segundo tipo de patriarcado (clássico) era forjado sob a ideia “de que os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam, portanto, a eles subjugados politicamente. O direito político era natural e não uma convenção” (PATEMAN, 1993, p. 45). Nesse tipo a reprodução do pai (interpretada como monogênica) dá ao homem a supremacia nas relações de poder que saem do privado (família patriarcal) e se estende ao público (civil), fazendo uma analogia entre o poder do pai e o do governante.

Desta maneira, o governante passa a exercer o poder supremo sobre os súditos (como se fosse um pai que suas decisões são inquestionáveis), assim como o pai exercia o poder pleno sobre sua família.

No patriarcado moderno, temos um sistema que deixa de ser paterno para ser masculino, ou seja, “as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade” (PATEMAN, 1993, p. 18). É uma versão aprimorada do patriarcado clássico, baseado no contrato original, que destitui o poder do pai como natural, mas mantém o direito natural conjugal dos homens (os únicos considerados livres – indivíduos) sobre as mulheres, como se cada homem tivesse além da propriedade em sua pessoa, o direito natural de poder sobre a sua mulher.

Apesar dos contratualistas defenderem a ideia do fim do patriarcado, usando como argumento a ideia de indivíduos (homens) “livres” do contrato original, “o contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno” (PATEMAN, 1993, p. 17).

Após 32 anos da publicação desta análise crítica de Pateman (1988), temos um cenário diferente no que tange a contrato social (direitos) nas sociedades

ocidentais, onde as mulheres conquistaram cada vez mais espaço e voz e a liberdade e igualdade jurídica estão mais próximas da equidade entre homens e mulheres, porém, não há como negar que as práticas patriarcais no âmbito familiar e sociopolítico, ainda permanecem arraigadas na sociedade contemporânea de maneira camuflada.

E esta nova versão do patriarcalismo, ao qual chamaremos aqui de “patriarcalismo pós-moderno”, provoca o surgimento das identidades de resistência e identidades de projeto⁴³ (que vão além da categoria mulher), questionando essas identidades fixas que foram legitimadas, tendo o homem como superior e todas as demais identidades sendo subjugadas a esse constructo social realizado por relações de poder.

Pateman recebeu muitas críticas sobre essa construção da subordinação da mulher ao homem que está ancorada nas desigualdades de direitos nas relações conjugais, dentre elas, a feminista Nancy Fraser, que diz que este conceito de patriarcado que toma as relações de gênero como uma relação senhor/serva, não se aplica ao mundo contemporâneo.

Fraser faz ponderações acerca dos três tipos de contrato (o de casamento, trabalho e prostituição) que Pateman apresenta em seu texto do Contrato Sexual, demonstrando que “hoje o esquema senhor/serva parece, sim, coexistir com outros esquemas interpretativos de mediação, [...]” (FRASER, 2013, p. 255), não como regra, mas como possibilidade.

Se o modelo de senhor/serva não se encaixa no contrato de casamento, menos ainda se encaixa nos outros contratos do dia a dia que Pateman discute. Estes são todos diferentes do casamento no aspecto crucial de envolver mercantilização direta. [...] são precisamente transações de mercado, de modo que envolvem uma forma diferente, mais abstrata, de mediação ou coordenação social, que é ainda mais distante do modelo senhor/serva. (FRASER, 2013, p. 256)

Apesar de concordarmos com as ponderações de Fraser em relação ao Contrato Sexual de Pateman, discordamos sobre a inadequação do termo patriarcado para o momento atual, tendo em vista que, assim como Silvia Walby (1990), consideramos ser de extrema relevância preservar o conceito, pois traz à tona a multiplicidade da subordinação das mulheres e sua respectiva interconexão.

⁴³ Castells (1999) desenvolve três origens distintas da construção das identidades: a legitimadora; a de resistência; e a de projeto, que serão desenvolvidas no próximo capítulo desta tese.

Então, o que estamos chamando aqui de patriarcado pós-moderno é a ressignificação do conceito para as novas formas de subordinação do feminino, compreendido aqui não só como a mulher cis, mas também as mulheres trans e travestis, que apesar das conquistas de direitos sociopolíticos ainda vivenciam violências, exclusões, subordinações e estigmas baseados na identidade de gênero, uma vez que as práticas sociais não acompanham o tempo dos contratos sociais.

Como exemplos claros nós temos: o mercado de trabalho em que ainda existe uma hierarquia de atividades que toma como parâmetro o gênero, assim como em relação a cargos de direção e diferenciação de salários por gênero; as atividades relacionadas ao cuidado do lar e dos filhos, que ainda persiste a ideia que é uma exclusividade da mulher; o aumento dos casos de feminicídio e transfeminicídio; o retorno de discursos ultraconservadores que retomam a construção da subordinação da mulher ao homem; a predominância masculina nos cargos políticos; o controle dos corpos, práticas e expressões do feminino; dentre tantas outras formas de subjugação do feminino ao masculino.

As subjetividades que constituem as relações de poder entre o masculino e o feminino, que antes eram legitimadas nos contratos sociais e hoje não existem mais, mas aparecem no cotidiano das pessoas de identidade feminina, de forma subliminar ou não, é o patriarcado pós-moderno. Veremos agora como o feminismo surge e se desenvolve questionando o papel social da mulher em relação ao homem, trazendo para o debate e como pauta de luta o gênero como construção social e relação de poder.

Ao longo das décadas do movimento feminista, as pautas vão se ampliando, começando com as sufragistas (meados do século XIX) que exigiam o direito ao voto chegando a agendas políticas cada vez mais complexas e diversas, como a etnia, corpo, violência doméstica, abusos sexuais, equidade, saúde, dentre outras, tudo isso sendo trabalhado em suas interseccionalidades ou não.

Nesse caminho da intersecção dos marcadores sociais temos como referência Kimberle Crenshaw (2002)⁴⁴ que diz que “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p. 10), apresentando uma crítica ao dizer

⁴⁴ Professora de direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia (EUA), pesquisadora e ativista nas áreas de direitos civis, feminismo e teoria legal afro-americana, é responsável por desenvolver teoricamente o conceito de intersecção das desigualdades de raça e gênero.

que “a visão tradicional da discriminação opera no sentido de excluir essas sobreposições” (CRENSHAW, 2002, p. 10).

A autora apresenta outros marcadores sociais que se sobrepõem (idade, deficiência física e classe) e integram a interseccionalidade, nos despertando para fazer uso de um olhar mais crítico, detalhado, criterioso e sensível para perceber essas peculiaridades ao analisar um determinado grupo, pois quanto mais sobreposições uma pessoa tiver, maior será a exclusão e depreciação que irá sofrer.

3.2.2 Os feminismos em ondas

Tomaremos como ponto de partida a teoria rousseuniana no que tange a questões das desigualdades de gênero, que contextualiza como a mulher era representada e compreendida pela sociedade da época. Em seu texto “Emílio e a educação” de 1792, temos a exclusão política e subordinação social da mulher, que estaria relegada ao espaço privado (doméstico) enquanto o espaço público era destinado exclusivamente aos homens, fatores estes que foram naturalizados e assumidos como incontestáveis.

[...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1992, p.443)

Uma concepção social que, ainda hoje, tem os seus seguidores e difusores, de que a mulher é concebida como ser inferior e destinada a zelar e servir ao homem e ao lar, assim como procriar. Este pensamento tem sido contestado ao longo da história, reverberando na construção do contradiscurso dos movimentos feministas. E é refutando as teorias e práticas que constroem a mulher como sujeita marginal que surge o feminismo.

O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres. (SILVA, 2008, p.1-2).

Os feminismos são múltiplos, seja em sua estrutura ou pelas bandeiras e pautas que defendem, eles surgiram para pleitear equidade de direitos políticos, sociais e civis para as mulheres, mas que passaram por fases de transformação e ressignificação das sujeitas que as constituem e que foram nomeadas de ondas dos feminismos.

Apresentaremos a seguir, de forma sintética, essa divisão meramente didática dos feminismos para ilustrar como os movimentos foram trilhando novos percursos e pleiteando novas lutas, tomando como referência os trabalhos das autoras Célia Pinto (2010); Branca Alves e Jaqueline Pitanguy (1981); Simone de Beauvoir (1967;1970); Jaqueline de Jesus (2013); Bárbara Garii (2007); Sandra Saleiro (2013); Simone Ávila (2010).

A **primeira onda feminista** aconteceu no período entre o final do século XIX e o século XX (Europa e EUA), representada por um conjunto de movimentações protagonizado por mulheres em torno da luta por igualdade política e jurídica entre os sexos.

O feminismo se desenvolve a partir do contexto histórico da época, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, tendo possibilitado que as mulheres se aproximassem e se agrupassem devido ao trabalho nas fábricas e as migrações do campo para cidade, impulsionadas pela ascensão do capitalismo, vivenciando as transformações que ocorriam no campo do trabalho, da cultura, do Estado e da vida nas cidades.

Um marco da primeira onda é o movimento das sufragistas (Reino Unido e Estados Unidos), que tem como problema a compreensão da mulher como uma sujeita universal, tomando como referência a mulher branca e de classe média, excluindo a diversidade de sujeitas que compõe o universo feminino.

A mulher conquista direito ao voto em 1918 no Reino Unido e em 1920 nos Estados Unidos e aproximadamente dez anos depois, em 1927, o primeiro país da América Latina (Uruguai) concede o direito ao voto para as mulheres, seguido do Equador (1929) e do Brasil (1932), durante o governo de Getúlio Vargas.

As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal

Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16)

De acordo com Branca Alves e Jaqueline Pitanguy (1981), a luta pelo sufrágio feminino durou aproximadamente sete décadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, enquanto no Brasil durou uma média de 40 anos contados a partir da Constituinte de 1891.

A **segunda onda feminista** inicia nos anos 60 na Europa e Estados Unidos, período que se caracterizou pela busca da igualdade social e igualdade de direitos através do fortalecimento dos movimentos de esquerda nos países do Ocidente, tanto no plano ideológico, quanto no político.

Tivemos o surgimento de várias manifestações artísticas de contracultura e o fortalecimento dos movimentos estudantis e civis em favor dos negros, mulheres e homossexuais dando ênfase para as reivindicações nos anos seguintes.

Temos um cenário mundial conturbado nessa década, com os países recuperando-se da 2ª Guerra Mundial e vivenciando o clima tenso da Guerra Fria, a construção do muro de Berlim e o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. No Brasil é instalada a ditadura militar (1964) que irá repercutir no adiamento dessa efervescência dos movimentos sociais liberais que já se estabeleciam na Europa e Estados Unidos.

Em relação ao feminismo desta época, as pautas debatidas e reivindicadas perpassam a liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução (sendo o mesmo período que surge a pílula anticoncepcional), além da subordinação da mulher nas relações de poder com os homens. Com a diversificação das bandeiras do feminismo, aparece o movimento das mulheres negras e lésbicas que apresentam novas pautas dentro do movimento, quebrando com o conceito de homogeneidade da sujeita do feminismo, como foi tratado na primeira onda.

Uma das grandes referências para o movimento da segunda onda é o livro “*O Segundo Sexo*” de Simone de Beauvoir, que traz à tona uma problematização mais aprofundada da construção social da mulher e que iremos nos aprofundar um pouco mais devido a sua representatividade sobre a temática.

Por meio de Beauvoir(1970), temos conhecimento sobre como, desde os filósofos clássicos, a mulher foi constituída e pensada como sendo algo relativo, incompleto, inessencial e como o Outro do homem. Enfim, o segundo sexo (a

mulher) que depende do primeiro sexo (o homem) para ser nomeado. Desta perspectiva, a mulher sempre foi vista como inferior, uma vez que quem a constrói socialmente são os detentores dos discursos ao longo dos séculos, os homens.

Outra questão levantada por Beauvoir é sobre a condição de alteridade da mulher em relação ao homem. E que diferente de outros binarismos (negro/branco, proletários/proprietários, índios/colonos), as mulheres não se encontram ligadas por contestações universais enquanto categoria, pois estão dispersas entre os homens em diferentes classes, etnias e localização geográfica, além de encontrarem-se em relações mais estreitas com alguns homens (pais, filhos, maridos) do que com outras mulheres, impedindo a unidade necessária para se afirmar e se opor aos homens.

Essa relação desigual que se construiu e se reifica com base em uma história ditada por homens, apresenta um prestígio masculino que se reafirma na educação das crianças, e como um ciclo vicioso os estereótipos e relações de poder vão se consolidando como verdades.

[...] quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra *ser* que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: *ser* é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se. (BEAUVOIR, 1970, p. 18, grifo da autora)

Beauvoir considera três pontos de vistas distintos e complementares que constituem a mulher: a biologia, a psicanálise e o materialismo histórico. No que tange a biologia, há uma estratégia para que a mulher seja refém do seu corpo, do seu sexo e da reprodução, além de lhe vincular várias atividades associadas à maternidade tornando a mulher uma presa da espécie. “A espécie habita a fêmea e consome boa parte da sua vida individual” (BEAUVOIR, 1970, p. 44). É na biologia também que surge o mito de que o homem é ativo e a mulher passiva.

Por provocante ou tolerante que seja, é o macho, de qualquer modo, quem *possui*: ela é *possuída*; ele pega, ela é pegada e a palavra tem, por vezes, um sentido muito preciso: ou porque tem órgãos adaptados, ou porque é o mais forte, o macho segura-a, imobiliza-a; efetua ativamente os movimentos do coito. ((BEAUVOIR, 1970, p. 42, grifo da autora)

Tentar explicar a mulher enquanto o Outro somente pela biologia não é possível, porém, nos indica caminhos de como os discursos utilizaram esses

elementos para justificar a superioridade do homem em relação à mulher. É uma ditadura falocêntrica que se constrói para subjugar quem é desprovido deste órgão (as mulheres), e novamente por meio dos discursos se constrói e estabelece as relações de poder, determinando hierarquias, posições e papéis sociais, que cabe ao homem com falo⁴⁵ todos os privilégios, pois ele é o centro e todo o resto orbita à sua volta.

Muitos homens, para se reafirmarem enquanto macho e o ser superior da espécie, veneram e exaltam seu pênis (sempre utilizando adjetivos superlativos, mesmo que não seja verdade) em rodas de conversa com amigos, assim como revelam a quantidade de mulheres que já “pegou” e fantasias sexuais que realizaram (ou que nem aconteceram, mas que apresenta como verdade), como se estes elementos lhes garantissem um status de destaque.

E como à mulher só resta ser mãe, pelo discurso determinista da biologia aqui apresentado, percebe-se como é difícil romper com esses padrões normativos que se estabeleceram pela reificação ao longo dos séculos.

Sendo que até nos dias atuais a sociedade brasileira ainda estranha uma mulher que não quer ter filhos, uma mulher que tem muitos parceiros sexuais (privilégio dos homens), uma mulher que prioriza a carreira profissional e todas as outras normas que foram estabelecidas a partir de elementos ligados direta ou indiretamente às características biológicas. Somando-se ao determinismo biológico, veremos como a situação econômica e social (materialismo histórico) influencia nesse conceito do ser mulher.

Finalmente, uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. (BEAUVOIR, 1970, p. 56-57)

⁴⁵ Tratando-se de um trabalho que discute identidades transgênero vale ressaltar que, considerando todas as categorias socioculturalmente construídas, temos também a existência de homens sem falo (sem pênis), como é o caso dos homens trans, que sofrem da mesma maneira que as mulheres por não possuírem este órgão sexual (o pênis) que denota poder e privilégio no sistema heteronormativo, além de serem percebidos como ameaças por estes homens de falo, pois estão assumindo uma identidade detentora de privilégios (a identidade masculina) que de acordo o sistema não lhes cabe.

Apesar da sujeição da mulher à espécie por conta da sua fisiologia, percebe-se que esse determinismo biológico só ganha significado através do contexto histórico e da cultura do qual faz parte. De acordo com Beauvoir, com a descoberta dos metais vem acompanhado o desejo cada vez maior da exploração da natureza.

A agricultura se expande, a escravidão surge em uma opressão entre homens, a mulher fica relegada aos serviços domésticos e ao homem cabia o trabalho produtivo. E nessa nova configuração, são realizadas estratégias de submeter a mulher enquanto reprodutora (devolvendo-a à espécie), uma vez que:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (BEAUVOIR, 1970, p. 79)

É nessa nova estrutura familiar, que mais uma vez a função reprodutora da mulher fala mais alto para manutenção da espécie do que a função produtora (econômica), esta última ficando quase que unicamente sob a dominação masculina, o que vem a tornar o homem como ser soberano e a mulher relegada a servir à espécie (reprodução) e aos serviços domésticos (vistos como inferiores).

Já na perspectiva psicanalítica, a mulher se constitui enquanto sujeito pela subjetivação, em que a natureza não é o mais preponderante, mas o valor e significado dado a ela pela própria mulher. “A mulher é uma fêmea na medida em que se sente fêmea. [...] Não é a natureza que define a mulher, esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade” (BEAUVOIR, 1970, p. 59).

É da psicanálise que surge o estereótipo da mulher histérica e neurótica, naturalizando esse discurso patológico que até os dias de hoje continua a ser reificado pelo senso comum. “Há somente uma etapa genital para o homem, enquanto há duas para a mulher; ela se arrisca bem mais do que ele a não atingir o termo de sua evolução sexual, a permanecer no estágio infantil e, conseqüentemente, a desenvolver neuroses.” (BEAUVOIR, 1970, p. 61.)

Freud é um dos precursores da psicanálise a trabalhar com a sexualidade e dentro deste universo ele reforça o binarismo masculino/feminino. Para justificar sua tese da construção subjetiva do ser, ele apresenta um conjunto de complexos: de Édipo, de Castração e de Eletra.

No Complexo de Édipo (que se refere à sexualidade dos meninos) temos a ideia de que existe uma libido (desejo sexual) pela mãe, que se desenvolve nas

crianças entre os 03 e 06 anos de idade (estágio fálico do desenvolvimento psicossexual), ao mesmo tempo em que cria um sentimento de rivalidade com o pai, por ser o outro homem envolvido nesse jogo de disputa pelo objeto de desejo (a mãe).

Mas ao perceber que seu adversário (o pai) é mais forte, a criança recua e se manifesta o medo da castração (medo inconsciente da perda do pênis). Para pensar na construção das meninas pelo processo de subjetivação, Freud cria uma teoria psicanalítica que dá o nome de Complexo de Eletra, em que:

A menina possui, inicialmente, uma fixação materna, enquanto o menino nunca é atraído sexualmente pelo pai. Essa fixação é uma sobrevivência da fase oral; a menina identifica-se, então, com o pai, mas por volta dos cinco anos descobre a diferença anatômica dos sexos e reage à ausência do pênis por um complexo de castração. Imagina ela ter sido mutilada e sofre por isso. (BEAUVOIR, 1970, p. 61-62)

Percebe-se que todos os argumentos de Freud no que tange a sexualidade parte de um princípio falocêntrico, o que já coloca o homem como Um e a mulher como o Outro, mas que na verdade para ele a mulher é um semelhante, porém mutilado, a mulher é um homem sem pênis, por isso, inferior, uma vez que o poder está no falo.

Poderíamos deduzir que Freud é machista? A princípio sim, pois ele é fruto da época que viveu (Século XIX) e reproduzia a ideia de subordinação e incompletude da mulher, além de que, não podemos esquecer que ele era médico, então se valia do arsenal biológico para construir suas teorias.

Retomando o pensamento de Beauvoir que considera que a mulher precisa se realizar individualmente dentro dessas três perspectivas: biológica, subjetiva (psicológica) e socioeconômica, permitindo se enxergar enquanto uma construção social, faz-se necessário empoderar-se dos discursos para promover uma (des)reconstrução da sua condição de Outro frente ao homem, que é reificada pelas três esferas.

A **terceira onda feminista** é o período iniciado a partir dos anos 1990 nos Estados Unidos e apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla do que o grupo da Segunda Onda, sendo subsidiada pela Teoria Queer, a conscientização negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo, dentre tantos outros movimentos e teorias que estavam no auge de sua existência. Pode ser definida como a fase pela busca de total liberdade de escolha do “ser feminino”,

problematizando as identidades de gênero e ampliando a concepção do que é ser mulher.

Porém, não é um movimento homogêneo. As múltiplas influências de teorias e outros movimentos sociais promoveram uma pulverização do movimento feminista, tornando cada vez mais claro que devemos utilizar o termo no plural, movimentos feministas.

Esta foi uma fase em que o olhar crítico se volta para os próprios movimentos, questionando principalmente a mulher enquanto sujeito universal, que foi adotado pelas ondas que antecederam.

Estas mudanças iniciam ainda na segunda onda e desenvolvem estudos e teorias sob o viés da interseccionalidade que vieram a se fortalecer na década de noventa, dando origem aos feminismos interseccionais que tinham como pauta compreender e debater as diversas formas de opressão que uma mesma mulher pode sofrer, em função de sua raça, classe, idade, deficiência física, comportamento e/ou orientação sexual.

Certos cruzamentos de marcadores de diferença em detrimento de outros que se tornavam secundarizados (como o reforço na tríade, quase “mantra”: raça, classe e gênero), ou, então, frisar a preeminência de um marcador sobre os demais, seja, por exemplo, classe social em relação à “raça” e gênero no caso de algumas correntes marxistas. (HENNING, 2015, p. 109)

Nesta perspectiva da interseccionalidade, CRENSHAW (1991, p. 1242, tradução nossa) traz à reflexão que “o problema com a política de identidade não é que ele não transcenda a diferença, como alguns críticos acusam, mas sim o oposto - que frequentemente confunde ou ignora as diferenças intragrupais.”

Desta maneira, o gênero enquanto identidade sofre com esse problema, por muitas vezes ser ilustrado de forma limitada e estática, sem considerar a diversidade que há entre os dois polos do sistema binário (masculino e feminino) e as diferenças que também existem dentro de cada um desses grupos.

Kimberle Crenshaw apresenta no artigo “*Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres de cor*” três categorias da interseccionalidade (a estrutural, a política e a representacional) para

demonstrar como as mulheres de cor⁴⁶ sofrem dentro do jogo das identidades e que a ausência de um olhar interseccional às levam a perda de direitos, marginalização e violências diversas.

Dividi as questões apresentadas neste artigo em três categorias. Na Parte I, discuto a interseccionalidade estrutural, as maneiras pelas quais a localização de mulheres de cor na interseção de raça e gênero torna nossa atual experiência de violência doméstica, estupro e reforma corretiva qualitativamente diferente da das mulheres brancas. Eu mudo o foco na Parte II para políticas da interseccionalidade, onde analiso como as políticas feministas e anti-racistas paradoxalmente, muitas vezes ajudaram a marginalizar a questão da violência contra mulheres de cor. Então, na Parte III, discuto a interseccionalidade representacional, com a qual quero dizer a construção cultural das mulheres de cor. Eu considero como as controvérsias sobre a representação das mulheres de cor na cultura popular também podem exaltar a localização específica das mulheres de cor e, assim, tornar-se mais uma fonte de desempoderamento interseccional. Finalmente eu abordar as implicações da abordagem interseccional dentro do contexto mais amplo âmbito da política de identidade contemporânea. (CRENSHAW, 1991, p. 1245, tradução nossa)

Apesar de Crenshaw criar o conceito de interseccionalidade para problematizar a questão das mulheres negras, hoje este conceito tem sido utilizado de forma expandida e servindo para ressignificar identidades e pertencimentos.

A contradição e a negociação das diferenças são o cerne dos feminismos contemporâneos. Ampliou os marcadores sociais para contextualizar os problemas que as mulheres sofrem e desconstruiu a biologização da mulher, que torna a mulher refém da espécie (BEAUVOIR, 1970), referindo-se a questão da reprodução e exclui as mulheres trans e travestis, por não aceitarem sua identidade de gênero.

Mas esse processo de desconstrução e fluidez da categoria de mulher adotada pelos movimentos feministas é parcial, ainda existindo movimentos e teorias feministas mais radicais que não admitem a inclusão de novas sujeitas que não se enquadrem no padrão heteronormativo.

A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com

⁴⁶ A autora utiliza essa expressão “mulheres de cor” para referenciar as mulheres negras, mas também, as latinas e asiáticas que por vezes são trazidas como exemplos ao longo do artigo, por não fazerem parte do grupo homogêneo das mulheres brancas que são detentoras de privilégios.

necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais (JESUS; HAILEY, 2010, p. 05)

Apesar do apoio de boa parte dos movimentos feministas, as travestis e mulheres trans que muitas vezes não eram representadas pelas pautas dos movimentos LGBTQIA+ e por terem demandas políticas muito específicas, dão origem aos movimentos nomeados transfeminismos, que possuem como princípios:

1) redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero (JESUS, 2013, p. 6)

O transfeminismo pode ser enquadrado na esfera do feminismo interseccional relacionado às questões trans, que vem para revelar as particularidades das pessoas transgênero para pleitear direitos que perpassam: as políticas públicas de saúde e educação; a mudança de nome e sexo nos documentos oficiais de identificação; criminalização da transfobia; inclusão no mercado de trabalho; dentre tantas outras reivindicações que são específicas a esta população e que não tinham força nos movimentos sociais LGBTQI+ e Feministas em geral.

O movimento transfeminista traz como embasamento para suas discussões o gênero como relacional e político, ideia defendida por muitas feministas contemporâneas e pesquisadoras/es queer, que rompe de uma vez com a inteligibilidade do sexo e gênero partindo da premissa que todas/os são seres construídos socialmente por um sistema que antecede a nossa existência.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível. (JESUS; ALVES, 2012 p. 15)

O movimento vai se diversificando perante as identidades sexuais e de gênero, horas formando uma “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005), mas também, dividindo-se em grupos específicos por considerarem que assim conseguirão

articular pauta mais direcionada, como é o caso dos movimentos trans. Temos um crescimento da rede de movimentos homossexuais no Brasil ao longo da década de 1990 e tem como marco o ano de 1995, que contou com a presença de organizações de travestis no 1º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas.

Esta dinâmica que ocorre nos movimentos sociais com o descentramento das identidades de uma perspectiva multicultural, surgindo grupos reivindicando o reconhecimento da sua diferença, gera atritos e rompimentos dentro da configuração da sopa de letrinhas que se tornou os movimentos identitários LGBTQIA+. Através de um processo de disputas para pleitear direitos negados e/ou invisibilizados das minorias quando constituem este grupo maior, temos o exemplo das pessoas trans que lutam por questões pautadas na discussão de gênero, enquanto estes grupos generalistas, que tem como sujeitos hegemônicos os gays, acabam por priorizar as pautas da sexualidade masculina.

Os 8º EBGL e 1º EBGL-AIDS contaram com o apoio de agências governamentais, universidade e de atores de natureza empresarial. Além de ser a primeira vez que o movimento nacional tinha um encontro financiado com recursos do Ministério da Saúde, e que reservava uma parte específica para a discussão de questões ligadas ao HIV/AIDS, este foi o encontro que reuniu o maior número de grupos até então, trazendo como novidade a presença de organizações de travestis e a discussão sobre temas como religiosidade, transexualidade e articulação com o movimento em nível internacional. [...] O 8º EBGL deixava como marca a aprovação da inclusão do termo “travestis” no nome dos encontros seguintes do movimento. (FACCHINI, 2003 p. 109)

Cabe destacar aqui uma síntese do histórico dos movimentos trans até seu processo de transnacionalização via globalização de ações, que tem conquistado espaços políticos e garantia de direitos devido as suas mobilizações e repercussões que deixam de ser locais para se tornar globais.

Até surgirem os grupos trans militantes, as pessoas trans juntaram-se ao movimento LGB que passa a ser chamado de LGBT, porém esta “inclusão” não se dava na prática, sendo o gay o principal sujeito das pautas deste movimento. Os movimentos feministas também vão aos poucos integrando as mulheres trans aos seus movimentos, porém, a população trans se vê na necessidade de ter sua autonomia e poder gerir movimentos para serem as protagonistas e não mais as aliadas.

Há quatro marcos históricos sobre o surgimento dos movimentos trans moderno nos Estados Unidos, segundo Bárbara Garii (2007), duas ações policiais a estabelecimentos que tinham como público a comunidade LGBT, sendo que o primeiro aconteceu em 1966 na Cafeteria Compton, em Tenderloin São Francisco e a outra ação ocorreu em 1969, quando a polícia invadiu o bar Stonewall em Nova York.

Os outros dois marcos, segundo a autora, aconteceram vinte anos mais tarde, referindo-se aos livros: *Sex Changes: The Politics of Transgenderism*, publicado em 1987 por Pat Califia, um teórico transmasculino, e *Stone Butch Blues*, publicado em 1993 pela ativista Leslie Feinberg. Estas ações fizeram com que grupos sociais organizados surgissem para pleitear direitos para a comunidade trans. Entre o final da década de 1960 até o início da década de 1980, tivemos a fundação de vários grupos que têm como bandeira a população LGBT, disseminados para além dos territórios norte americanos e europeu, chegando até a América Latina, como é o caso do Brasil na década de 1970.

Na maioria dos casos, os grupos que surgem ainda têm maior direcionamento de suas ações voltadas para as questões de orientação sexual, que compreende a/o sujeita/o gay e lésbica, deixando em segundo plano as questões relativas à identidade de gênero e peculiaridades da população trans, mas alguns movimentos trans já começam a aparecer ainda na década de 1960.

As primeiras organizações de transexuais surgem, em São Francisco, nos EUA, nos finais dos anos 1960, princípios de 1970, e partilhavam com outros movimentos sociais da época o valor da autenticidade, reivindicando o fim da discriminação e o direito à auto-realização. Para algumas, a mensagem era já a da despatologização. Mas é a partir da década de 1990 que o movimento cresce e se organiza, sendo a sua força e visibilidade fortemente impulsionadas pela possibilidade do recurso à internet. É então na segunda metade dessa última década do século passado que podemos situar grupos autônomos de pessoas transexuais e de outras expressões de gênero que começam a definir as “políticas transgênero”. (SALEIRO, 2013, p. 170)

Com base em suas reivindicações específicas, tais como: despatologização, mudança de nome e sexo nos documentos; luta contra a transfobia; acesso gratuito aos serviços de saúde; políticas públicas de cotas; dentre outras, leva a constituição destes movimentos trans independentes do movimento LGBT. No Brasil, não foi diferente, demorou aproximadamente vinte anos para surgir a primeira organização social trans, como fruto da violência policial mais uma vez:

No dia 2 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, se reuniu para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo. A Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) nasceu de uma necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá. (CARVALHO, 2011, p.6)

Com o surgimento do HIV/AIDS na década de 1980, os movimentos LGBT's e Trans ganham mais força, tendo em vista a necessidade de pleitear ações governamentais de apoio às pessoas infectadas (que em sua maioria eram gays e trans) e implantação de políticas públicas de saúde que pudessem conter este vírus que impactava em maior grau a população negra, pobre, e profissionais do sexo.

Em 1992 é fundado o Transgender Nation nos Estados Unidos e no Brasil, além da ASTRAL que “veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado ‘Saúde na Prostituição’ que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a se realizar as reuniões da associação” (CARVALHO, 2013, p. 7), tivemos outras tantas que surgem sendo impulsionadas pelo combate ao HIV/AIDS. “Em 2000 foi fundada a Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Trânsngêneros (ANTRA) e em 2005 foi criado o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT)” (ÁVILA, 2014, p. 180-181).

Nos textos de TREVISAN (1986) e FACCHINI (2003; 2005) são retratados os contextos do início dos movimentos gay no Brasil no fim da década de 1970 e sua renovação ao longo dos anos, perpassando pelo impacto do HIV e a ação midiática e de alguns médicos na criação do estigma, reforçando se tratar de uma doença exclusiva da população gay e depois ampliando para grupos de riscos, dentre eles as mulheres e homens cis, as travestis e transexuais que atuavam na prostituição.

As/os autoras/es apresentam também como estes movimentos ganham força e representatividade em todo o Brasil para além do eixo Rio - São Paulo. Revelam como os movimentos tiveram a princípio uma polarização com os grupos de esquerda, mas que acabaram se rendendo na década de 1980 e se institucionalizando e vinculando a partidos políticos, sendo este um fator de crítica de Trevisan, que era um dos fundadores do primeiro grupo homossexual do Brasil (Grupo SOMOS).

Considerando estas perspectivas de organização em rede que vinha acontecendo internamente no Brasil e em outros países, ainda temos uma carência de redes internacionais institucionalizadas, mas, as relações entre organizações de diversas nações distintas tem se relacionado de forma espontânea com a facilidade que os avanços tecnológicos têm proporcionado.

Estas redes têm gerando um intercâmbio que impacta na construção das identidades por meio da troca de experiências e informações entre grupos de diferentes culturas e nacionalidades, criando instrumentos de apoio (financeiro, logístico, de formação e político) e promovendo ações de abrangência global. Uma rede internacional ativa e que desenvolve um papel importante é a ILGA.

Nesse cenário ativista, vale destacar o surgimento da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association (ILGA)*. A ILGA é uma federação mundial que congrega grupos locais e nacionais dedicados à promoção e defesa da igualdade de direitos para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI) em todo o mundo. Fundada em 1978, a ILGA reúne entre seus membros mais de 670 organizações, representando, assim, mais de 110 países, oriundos de todos os continentes. De pequenas coletividades a grupos nacionais, a ILGA chega a reunir, entre seus membros, até mesmo cidades inteiras. Atualmente, a ILGA é a única federação internacional a reunir Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades sem fins lucrativos que concentra a sua atuação, em nível global, na luta pelo fim da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. (ÁVILA e GROSSI, 2010, p. 9)

E, assim como a ILGA, outra rede internacional que surgiu foi a RedLac Trans (que atua na América Latina e Caribe) e ambas tem como propósito promover a articulação entre as organizações, alinhar estratégias contra as discriminações sofridas pela população trans e dar visibilidade aos movimentos para garantir força política em suas ações, além de conseguir espaço em instituições internacionais de grande legitimidade internacional, como é o caso da ONU e UNESCO, que fomentam iniciativas dos movimentos trans por meio de convênios e outras parcerias.

Além dessas duas tem a Transgender Europe – TGEU que não é uma rede, mas atua de forma espontânea na coleta de dados sobre a população trans no mundo, dentre eles o monitoramento dos assassinatos de pessoas trans, possibilitando criar estatísticas com dados comparativos entre as informações coletadas, suprimindo a ausência destas informações que não são registradas pelas

instituições responsáveis. Mesmo reconhecendo a fragilidade dos dados, que ficam muito aquém dos números reais, tem servido de parâmetros para os estudos.

Dentre as pautas trans, sinalizadas anteriormente, tivemos algumas conquistas importantes no Brasil viabilizadas por meio desta rede transnacional que se formou dos movimentos trans, dentre elas: a despatologização da transexualidade; o enfrentamento das discriminações por identidade de gênero em âmbito transnacional; realização de debates/palestras/congressos livres e acadêmicos sobre as questões trans; mudança de nome e sexo nos documentos de pessoas trans sem necessidade de processo judicial (Resolução nº 270/2018 da CNJ); direito às cirurgias de transgenitalização e outros serviços de saúde pelo SUS; uso do nome social enquanto não altera os documentos; cotas para pessoas trans em algumas universidades; criminalização da transfobia (Lei 672/2019 – em tramitação); sistematização e difusão dos dados sobre violência e homicídios de pessoas trans, uma vez que não há essa preocupação pelas instituições governamentais; dentre outros.

Sendo assim, reconhecemos que os feminismos, incluindo aqui os transfeminismos, são a representação maior de movimentos sociais que se estabelecem para contestar estes discursos patriarcais e falocêntricos, alcançando muitas conquistas (direito ao voto e cargos políticos, mercado de trabalho, educação, representação da diversidade do feminino, tutela sobre o corpo, criminalização da violência de gênero dentre outras), em alguns casos reproduzindo e reforçando alguns destes discursos que deveriam ser combatidos, tais como a representação da mulher enquanto sujeito homogêneo e fixo.

Em outros casos, os feminismos ampliam as pautas por meio da interseccionalidade (classe, raça, gênero, sexualidade, idade, dentre outras), demonstrando quão diverso é este movimento. Sem falar das ações cotidianas que cada mulher promove em seu ciclo social rompendo com as normas impostas, inspirada ou não por este movimento maior, e que aos poucos vai minando o poder destes discursos que as transformaram em Outra, para se afirmarem enquanto sujeitas.

Pensando na diversidade dos movimentos feministas, não podemos deixar de relatar as disputas e embates que ocorrem entre os movimentos das feministas radicais (radfem) e as transfeministas.

Connell (2016) relata os conflitos que existiam (e ainda existem) entre algumas feministas que se enquadram no perfil do feminismo radical e as mulheres trans, relatando o caso de Robin Morgan quando escreveu o livro “Sororidade é Poder” (1970) e invisibilizou as mulheres trans em seus escritos, além de protagonizar “um ataque público em uma linguagem bastante violenta contra uma mulher transexual que havia sido convidada para se apresentar como musicista em uma conferência feminista lésbica na Califórnia (Morgan, 1978, 171,181)” (CONNELL, 2016, p. 227).

As idéias de Morgan foram reforçadas por Mary Daly (teórica do feminismo separatista estadunidense) que em sua obra *Gyn/Ecologia* (1978) promove um ataque contundente à transexualidade quando diz que “essa é uma ‘invasão necrofílica’ dos corpos e espíritos femininos” (CONNELL, 2016, p. 228). Estes ataques e deslegitimação da mulher trans são potencializados pelo discurso da obra de Janice Raymond, que teve Mary Daly como orientadora durante a escrita de sua dissertação e culminou no livro *O império transexual* (1979) (BAGAGLI, 2019, p. 30), “apresentou uma visão sinistra das mulheres transexuais enquanto paródias da feminilidade e invasores masculinos dos espaços de mulheres” (CONNELL, 2016 p. 228).

Estes pensamentos radicais sobre o gênero e a exclusão da sujeita trans dos processos identitários que constrói e dá sentido ao feminino, são replicados até os dias atuais influenciando os movimentos feministas contemporâneos que se intitulam como “feministas radicais trans-excludentes - TERF”.

A sigla TERF - trans exclusionary radical feminist - é frequentemente mencionada para designar os conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo, precisamente porque descreve a adoção de um posicionamento a favor da exclusão destas questões do escopo do movimento feminista. (BAGAGLI, 2019, p. 24)

Tal pensamento nos remete a uma perspectiva essencialista, quando negam a construção social do feminino excluindo as mulheres trans e travestis do movimento feminista, pois retomam a questão da exclusividade do feminino que estaria restrito a mulher cis.

É um discurso biologizante que segue um caminho totalmente oposto às visões pós-estruturalista e desconstrutivistas dos processos identitários que pensam a/o sujeita/o pós-moderno. Hoje, com o avanço da tecnologia, temos vários sites,

blogs e perfis nas redes sociais que reúnem e propagam estes discursos que ao invés de somar, desagregam os grupos que teriam lutas e causas semelhantes, porém se fragmentam por seguirem vieses ideológicos e teóricos divergentes.

Baseado na concepção de patriarcado das décadas de 1960 e 1970, as radfem (feministas radicais) trazem no bojo dos seus discursos “que as mulheres devem se unir na luta contra os homens [...], assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal” (SILVA, 2008, p. 4), levando a discursos e reivindicações extremistas por parte de uma parcela deste movimento, que acarretam dentre tantos outros, a negação da transgeneridade.

Fato é que não podemos generalizar as feministas radicais, pois embora boa parte deste movimento possua posturas, discursos, ideologia e disputas sociais que podem ser interpretadas como transfóbicas, existe uma parcela deste movimento que aceitou a transexualidade como possibilidade da representação do feminino.

O grande atrito entre os dois movimentos, as transfeministas e as radfem, é que as primeiras se pautam na Teoria Queer que advém do pensamento pós-moderno, negando essencializações, naturalizações e voltando-se para a fluidez das/os sujeitas/os, dos contextos e dos processos identitários, enquanto as radfem recorrem ao materialismo positivista, a exemplo de Sheila Jeffreys⁴⁷ e Janice Raymond⁴⁸ que são teóricas feministas referenciais para os TERF.

Desta maneira, quando a Teoria Queer difunde a ideia de que uma pessoa tem o direito de performar e ser reconhecida com o gênero oposto dentro do sistema binário estabelecido, ou ainda ficar no entre-lugar, as radfem vão na contramão deste discurso pautando-se na biologização para definir o que é ser mulher, valendo-se da concepção de que gênero é abstrato, é artificial e sendo assim, voltam-se para a materialidade das relações entre homens e mulher cis, fruto da opressão e subordinação do feminino.

⁴⁷ Jeffreys (1948), é uma teórica e militante feminista lésbica australiana. Ela foi professora associada de Ciência Política na Universidade de Melbourne (Austrália). Antes de se mudar para a Austrália no início dos anos 90, ele viveu a maior parte de sua vida no Reino Unido. Sua obra mais recente “Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism” (2014).

⁴⁸ Janice G. Raymond é professora emérita dos Women's Studies and Medical Ethics na University of Massachusetts Amherst. Dentre seus trabalhos existem publicações com discursos equivocados sobre as pessoas transgêneros, como é o caso do livro intitulado *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male* (1979). Seu livro mais recente: “Sex trafficking of women in the United States: international and domestic trends” (2001).

O apelo aos “fetos e bebês do sexo feminino” visa justamente ressaltar o aspecto de atribuição de gênero feminino no momento do nascimento individual - ou mesmo antes dele, sustentando ou direcionando um sentido sobre o sexo como um aspecto biológico das mulheres. Em virtude desta atribuição de gênero feminino no momento do nascimento não configurar um aspecto ou traço possível de ser compartilhado com mulheres trans, este apelo se torna um argumento fundacional para a posição trans-excludente, pois ele sustenta a posição segundo a qual as questões referentes à “identidade de gênero” são vistas como irreconciliáveis e até mesmo antagônicas com as de “sexo”. Este argumento é exemplar, pois esta atribuição de sexo feminino no nascimento fornecerá a pedra de toque de quem pode ou não ser considerado mulher e orientar assim a exclusão das mulheres trans da categoria mulher ou de uma experiência legítima de gênero. (BAGAGLI, 2019, p. 24)

A falta de empatia e a negação da interseccionalidade das radfem trans-excludentes, quando o assunto é mulher trans poderia ser justificado pela linha teórica que seguem (o materialismo positivista), que negam as teorias pós-modernas, mas acabam indo para além disso, quando promovem ações direcionadas a deslegitimação da transgeneridade, quando promovem discurso de ódio contra as pessoas trans, quando se valem dos mesmos discursos adotados pelos grupos conservadores para atingir a população trans, revela que há mais que uma disputa teórica-epistemológica, que podemos resumir como transfobia.

Tomando como exemplo uma única postagem (de 29 de Maio de 2017) do blog “Escreva Lola Escreva” que trazia um texto que problematizava a questão do gênero a partir da relação entre as radfem e as transmilitâncias e tinha como título “Radfem e transativismo: aliadas, não inimigas” escrito por Annia Zacchi. O texto apresenta ponderações que tenta delimitar os campos de cada grupo e as situações de conflitos geradas por perspectivas teóricas e políticas, na tentativa de amenizar e ajudar as pessoas pertencentes a estes movimentos sociais a refletirem sobre a situação e deixassem de se ver como rivais, mas sim como aliadas.

Ao verificarmos uma amostra dos 145 comentários que se estenderam por dezessete dias a partir da publicação, percebemos que revelam discursos provocativos problematizando e identificando outros olhares sociológicos a respeito da mulher, que para as radfem as mulheres cis são as únicas sujeitas representantes do feminino, ao invés de pensar o gênero, uma vez que discordam que o gênero existe.

Outros comentários seguem uma escrita que tende para o apelativo, pejorativo e violento, por serem contrários à defesa da interpretação do gênero a

partir da concepção queer. Em resposta, comentários em menor número, apresentam argumentos em defesa da relevância das pessoas trans para o debate de gênero e o lugar do feminino.

Este cenário reflete que o contexto problematizado no texto dos conflitos entre radfem e mulheres trans ganha materialidade e se torna explícito, a partir dessa interrelação virtual, revelando como estes dois grupos que poderiam ser aliados para reivindicação de direitos em comum, ainda vivem em guerra em defesa da representação da sujeita que representa o feminino.

Na próxima seção, trataremos da questão do gênero enquanto conceito que foi construído a partir de estudos acadêmicos que influenciaram e foram influenciados pelos movimentos sociais que vimos aqui. Perceber esse movimento de retroalimentação entre a academia e os movimentos sociais, a partir de estudos em que as/os pesquisadoras/es também compõem o objeto de análise e borra as fronteiras entre as identidades de militantes e cientistas, produzindo teorias que vem sendo utilizadas ao longo das décadas, é um amálgama de estímulo e perseverança para o desenvolvimento desta tese.

3.2.3 Gênero em debate

Aceitar a existência do gênero já pressupõe que nego a fundamentação teórica e argumentativa das radfem, para as quais o gênero não existe, é uma abstração, e que a transgeneridade: é um problema social Raymond (1979, p. 70); são corpos saudáveis mutilados (JEFFREYS, 1997, p. 59); que só existe através da medicina (JEFFREYS, 1997, p. 227); são homens performando uma feminilidade estereotipada e sexista Raymond (1994a, XXIX); não são mulheres de verdade (RAYMOND, 1994b, p. 628); dentre tantos outros discursos que deslegitimam a existência da transgeneridade em uma disputa epistemológica e social.

Traremos para o diálogo a interpretação do gênero de duas perspectivas, o olhar de Joan Scott (1941), historiadora norte-americana e feminista, que a partir de 1980 direciona seus estudos para a história das mulheres para interpretar o gênero. E para fazer o contraponto, apresentamos uma perspectiva trans/queer com a teoria do regime farmacopornográfico da construção de gênero idealizada por Paul Beatriz Preciado (1970).

Scott (1995) considera que o termo gênero surge contemporaneamente e primeiramente entre as feministas americanas para rejeitar o determinismo biológico que o sexo carrega. Ela trabalha de uma perspectiva relacional entre o homem e a mulher, evitando promover uma análise apenas do sexo oprimido (mulher), uma vez que para compreender a mulher faz-se necessário entender historicamente a sua relação com o homem.

Essa postura e escolha política da categoria gênero, enquanto relacional, foi fundamental para debater e combater a naturalização da opressão feminina e permitir que a história das mulheres saia da armadilha do patriarcalismo, sendo interpretada como uma história separada da dos homens e restrita ao cárcere privado da família e do sexo. Para superar essa hegemonia masculina que confere como protagonistas da história apenas os seus semelhantes e invisibilizaram o Outro (a mulher), faz-se necessário utilizar o gênero como categoria de análise.

O desafio lançado por este tipo de reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise. (SCOTT, 1995, p. 75)

Hoje vemos muitos estudos e publicações que fazem a substituição do termo mulher por gênero como uma estratégia de se dissociar do feminismo, bem como de facilitar o reconhecimento teórico e acadêmico pelas ciências sociais. Mas, o que é mais relevante nesse caso é a percepção de que há um único mundo para homens e mulheres, além de perceber o gênero como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1995, p. 77)

Com o desenvolvimento dos estudos buscando a consolidação da ideia de gênero como construção social e sua dissociação de causa/efeito do sexo e da sexualidade, identifica-se uma enorme resistência para essa perspectiva ser aceita, uma vez que romper com discursos e ideias naturalizados e constituídos ao longo de séculos é um dos maiores desafios de todo movimento que navega contra a maré da hegemonia.

O grande mérito de Scott foi discutir o corpo dentro do contexto cultural, influenciada por Derrida e Foucault, revelando que não há experiência corporal dissociada dos processos sociais e históricos de construção de significados. Desta maneira, a autora desnaturaliza o gênero, negando que ele seja uma determinação

biológica, porém, considera a existência de diferenças corporais baseadas no sexo, que para ela são determinantes na construção do significado do gênero por meio das relações de desigualdades e poder.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. [...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 91)

Baseado nessa definição do gênero, Scott discorre sobre as subpartes que a constitui, para poder deixar mais claro e justificar a sua teoria do gênero enquanto uma construção social. São elas: símbolos culturais; conceitos normativos; fixidez do gênero; e identidade subjetiva. Através desses quatro elementos, Scott identifica como o gênero poderá ser contestado a partir das lacunas deixadas por cada um desses caminhos.

Somos bombardeados por símbolos culturais que nos remete ao binarismo de gênero, como é o caso de Eva e Adão na concepção cristã- ocidental, que nos restringe a pensar além, uma vez que nos é imposto subliminarmente que só existem dois sujeitos sexuais (o homem e a mulher), que são detentores de gêneros inteligíveis (que há uma coerência heteronormativa entre sexo, sexualidade e desejo) e que há um superior (Adão) que o Outro (Eva – criada da costela de Adão).

Temos outros exemplos de símbolos culturais que incidem diretamente na construção das fronteiras de gênero: “mundo econômico”/“mundo doméstico”; serviço braçal/serviço leve; posto de gerência/serviços secundários; virilidade/delicadeza. Toda essa simbologia só é possível por conta do segundo elemento, os conceitos normativos, “que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que firma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1995, p. 21).

Esse processo desencadeia a ideia de um gênero fixo (terceiro elemento), como algo pré-determinado e imutável, que tem sido objeto de negação dos pós-estruturalistas e da Teoria Queer, que contrariamente a essa ideia revela o sujeito fragmentado, fluido e em eterno trânsito. Desta maneira rompe com a concepção de um sujeito uno, desintegra o determinismo e no caso do gênero desconstrói a sua inteligibilidade.

Ao resistir às práticas discursivas e institucionais que, em seu funcionamento difuso e estendido, contribuem para a operação da heteronormatividade, as identidades queer podem abrir um espaço social para a construção de diferentes identidades, a elaboração de vários tipos de relações e o desenvolvimento de novas formas culturais. (HALPERIN, 2007, p. 88, tradução nossa).

É, então, que chegamos ao gênero enquanto uma identidade subjetiva (quarto elemento), que se dá a legitimação do gênero através dos discursos que recorrem à sexualidade e a fisiologia para justificar fenômenos sociais que nada tem a ver com o sexo, mas que reforçam a heteronormatividade. E essa identidade subjetiva está ligada diretamente às relações de poder integrando atos performativos, ações e conceitos normativos à cultura.

Nem sempre o uso do gênero é explícito para justificar desigualdades sociais, uma vez que a rede de relações sociais está tão permeada por discursos naturalizados em relação ao masculino e ao feminino, que acaba passando despercebido pelo oprimido e pelo opressor, faz com que a mulher não questione porque ela tem que ter uma jornada tripla de trabalho (trabalhos domésticos, cuidar dos filhos e trabalho profissional) enquanto o homem pode chegar em casa e se deitar no sofá, após ter trabalhado o mesmo período que a mulher, e não ser questionado por essa atitude.

A mulher conquistou espaço no mercado de trabalho, mas ainda não se libertou do patriarcado nem da espécie, por causa dos discursos arraigados na cultura onde estas mulheres se construíram socialmente. Como desestabilizar o poder relacionado ao gênero? Tornando instável e flexível as normas e identidades e desnaturalizando os discursos.

Quando se pensa em romper com o binarismo de gênero desencadeia uma ameaça a todo um sistema político, econômico e social que foi constituído e se sustenta com base nesses discursos naturalizados e tomados como verdade única. Por isso é tão difícil questionar, desconstruir e promover uma reflexão sobre o que se entende por gênero, porque para isso se faz necessário legitimar novas terminologias, novas histórias, novas sujeitas.

[...] é necessário abrir a caixa preta dos processos de construção do gênero e da sexualidade que, se são construídos, podem ser desconstruídos, reconstruídos, manipulados, transformados, etc. Creio que esse seja o trabalho do feminismo. (PRECIADO, 2010, p. 4)

O grupo vai crescendo, diversificando-se e ganhando notoriedade, exigindo que a sujeita do feminismo não fique restrita a um único tipo de mulher, afinal, a sujeita do feminismo são as mulheres ou as diversas representações do feminino? As discussões provocadas pelo movimento social adentram a academia e vice-versa, em um processo de retroalimentação, a exemplo do feminismo que “teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico” (HALL, 2006, p. 45).

Nos palanques políticos, casas legislativas, igrejas e escolas, o gênero tem se tornado pauta constante e ganha centralidade a partir de caminhos opostos, seja pensando-o para além do binarismo, desconstruindo verdades fundadas a partir da moral e da biologia ou reificando este discurso.

E com essas novas perspectivas que questionam a inteligibilidade do gênero em relação ao sexo, temos uma reflexão que traz à cena sujeitas/os que por muito tempo ficou no limbo das discussões, invisibilizadas/os por não se encaixar nem em um grupo nem em outro, que são as pessoas transgêneras. Então, amplia-se e diversifica-se as sujeitas/os pensadas/os a partir do debate de gênero, não se restringindo mais ao binarismo homem e mulher.

Portanto, antes de pretender, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente. (LOURO, 2004, p. 80)

Outro autor⁴⁹ que também considera o gênero como fruto de uma construção social é Beatriz Preciado, que desenvolve seus estudos de forma teórica e política com base no desconstrucionismo pós-estruturalista. Ele promove um estudo sobre a genealogia dos hormônios, tomando como referência as biotecnologias como processos de construção do gênero, apresentando-as como parte de um novo regime que se instaura para desenvolver o controle e a produção do corpo, que

⁴⁹ O texto usado como referência é da época que Paul B. Preciado ainda assinava Beatriz Preciado, autoreferenciando-se no masculino e no feminino, já que não existia um gênero neutro ao qual pudesse se designar. Como precisava se comunicar com base na gramática existente, ele decidiu borrar as normas e não se enquadrar em nenhum dos dois gêneros conhecidos, mas, sim, posicionar-se enquanto um ser híbrido, nem um nem outro, os dois ao mesmo tempo. Recentemente, ele incluiu o prenome Paul e tem adotado a identidade masculina e é desta maneira que iremos nos referir a ele ao longo do texto.

afirma ser uma lacuna deixada por Foucault e a Teoria Queer. “Por anos as feministas utilizaram a noção de gênero como construção social e cultural da diferença sexual, mas fazendo assim, perdemos de vista os processos biotecnológicos que nos trouxeram sua invenção.” (PRECIADO, 2010, p. 12)

Diferentemente de Scott que se refere ao uso do termo gênero tomando como base apenas o feminismo, Preciado vai além, com uma estratégia para justificar sua tese, parte da criação do termo gênero em 1947 pelo psiquiatra da infância, John Money, que idealizou o termo para legitimar a intervenção cirúrgica e hormonal nos corpos dos bebês intersexuais.

Diante de seres humanos que a própria natureza questiona o binarismo sexual, uma vez que o/a intersexual nasce com uma anatomia genital que condiz aos dois sexos conhecidos (masculino e feminino), a medicina cria o gênero como sendo flexível e tecnicamente construído, para poder determinar e enquadrar esses bebês dentro do binarismo sexual, jamais os dois ao mesmo tempo. A este movimento da medicina Preciado irá chamar de “essencialismo do tipo construcionista”, em que há um ato de reconstruir para essencializar.

[...] as nossas identidades sexuais e de gênero são hoje resultado de um embate, de um confronto, também de tensão e uma luta entre três regimes de controle e produção do corpo: o regime soberano, [...] o disciplinário, [...] e por fim, o regime que utiliza um conjunto de novas técnicas que não são mais exteriores, mas biológicas. Se trata de moléculas, de fluidos que pela primeira vez entram a fazer parte do corpo e modificam a estrutura do vivente. (PRECIADO, 2010, p. 16)

Para o autor, esse novo regime, a qual ele nomeia de farmacopornográfico (fármaco referindo-se as biotecnologia e pornográfico em relação a indústria pornô), não substitui os demais regimes que controlam e produzem os corpos, as sexualidades e os gêneros, mas que em determinados momentos os sobrepõe.

No mesmo ano (1947) que se cria o termo gênero como um disciplinador médico do sexo, é inventado o protocolo de transexualidade por Harry Benjamin, que legitima a patologização das/os transexuais e transgêneros, bem como a criação da pílula financiada pela igreja católica, a que Preciado relata ser um projeto “que parece ou se apresenta orientado para gestão da reprodução, é na realidade um projeto eugenético, vale dizer um projeto de purificação da raça, e é também um projeto de produção técnica da feminilidade.” (PRECIADO, 2010, p. 18)

Essa conclusão a que Preciado chega sobre a pílula ocorre pela análise do contexto histórico sob o qual a pílula foi testada (em mulheres negras de uma

comunidade de Porto Rico), que segundo ele, tinha como objetivo restringir a expansão da raça negra nos Estados Unidos. Outra curiosidade sobre a pílula é o seu uso para controle da homossexualidade.

Por outro lado, a pílula experimental dos anos 40 e 50 foi testada também nos hospitais psiquiátricos e nas prisões justamente para controlar a homossexualidade seja masculina ou feminina: pela primeira vez se utilizam hormônios para gestão da homossexualidade. É algo de absolutamente novo. No contexto psiquiátrico as lésbicas serão experimentalmente tratadas com a pílula, com uma técnica que a medicina imaginava que poderia heterossexualizar as mulheres. (PRECIADO, 2010, p. 19)

Estamos todas/os ligadas/os direta ou indiretamente a um ou outro elemento dos processos fármacos da construção do gênero, seja o uso de hormônios para: o controle de um distúrbio (evitar pelos faciais em mulheres, por exemplo); para combater doenças como o câncer; pra substituir quimicamente a ausência de um hormônio natural; para acelerar ou impedir o processo de reprodução; para realizar a transgenitalização; dentre outros. Saímos do Século XIX onde o principal regime de controle do corpo era o disciplinar, através das estruturas e discursos, para entrar no domínio do regime farmacopornográfico do século XX.

As técnicas de controle do corpo que, como eu falava, durante o século XIX eram fundamentalmente exteriores e rígidas – [...] foi transformada agora em uma técnica micropostética que o corpo pode ingerir transformando-se em uma parte de seu sistema biológico. (PRECIADO, 2010, p. 20)

Até agora só vimos uma parte do regime farmacopornográfico referente as intervenções da biotecnologia. Veremos, a partir deste momento, a outra face do regime, a que se debruça sobre a pornografia como técnica de masturbação vinculada ao sistema de comunicação e produção do capital (indústria pornográfica).

Nesse capitalismo farmacopornográfico a produção do prazer, a produção da sexualidade, a produção dos afetos é transformada em uma força de produção de capital. Não é mais unicamente um elemento ou, se prefere, um braço da gestão política; agora é também uma das bases do capitalismo contemporâneo. (PRECIADO, 2010, p. 22)

É o sistema econômico que intervém na cultura, muda paradigmas seculares, tais como a masturbação que era interdita e agora é incentivada como uma ação de produção do prazer, mascarando seu real objetivo: o capital. O estímulo à pornografia surge com foco na masturbação peniana (sendo assim restrito ao masculino), além de reificar em suas representações as condições de superioridade do homem em relação à mulher.

Estamos nos 2000 e a sexualidade já está constantemente construída por meio de representações pornográficas e não é mais possível escolher a não representação da sexualidade porque sem representação não há sexualidade. A única coisa que podemos escolher é uma forma de proliferação crítica das representações sexuais. (PRECIADO, 2010, p. 26)

Para combater essa construção do gênero por parte da farmacopornografia, Preciado vê como única alternativa do feminismo a criação de alianças com as transgêneros, as transexuais e as anticoloniais, pois considerava que só unindo forças e diversificando os objetos e objetivos pelos quais se luta, será possível combater os diversos regimes de normalização do corpo e da sexualidade.

Desta maneira, da mesma forma que Scott se aproxima dos estudos de Foucault quando defende o gênero como uma construção social, Paul Preciado também bebe na teoria deste pesquisador, para pensar através da biopolítica⁵⁰, como ocorre a produção do gênero, do sexo e da sexualidade como dispositivos do saber e poder, criadas na modernidade com as quais Preciado quer romper.

Preciado, adepto da Teoria Queer, diferencia-se de Judith Butler, por seguir uma linha mais anárquica como estratégia intelectual, utilizando o próprio corpo como expressão teórico-política do processo fármaco, ao se autoaplicar testosterona para demonstrar que o gênero dele não pertence nem ao Estado, nem a família, nem a nenhuma instituição social.

Mas afinal, como podemos definir gênero? Como a maioria das coisas, também temos diversas maneiras de definir gênero, tudo vai depender do referencial que será adotado. Há quem diga que o gênero é a expressão cultural do sexo, ou seja, se a pessoa nasce com um pênis automaticamente ela será do gênero masculino, uma vez que para essa perspectiva o gênero é definido pelo sexo (genital), há uma relação de inteligibilidade entre os dois.

Há um grande inconveniente nesta perspectiva, pois segue uma lógica inflexível, determinista e essencialista, ou é uma coisa ou outra, não permite trânsito, o que também é uma incoerência, pois sendo uma expressão cultural não há como pensar em fixidez, pois toda cultura é construída por meio de relações sociais e de poder e sendo assim, passível de mudança.

⁵⁰ A biopolítica é um conceito de Foucault que se refere aos processos biológicos relacionados ao homem-espécie, estabelecendo sobre os mesmos uma espécie de regulamentação. É um mecanismo de poder que tem como tarefa principal a garantia da vida, reificando sempre a necessidade de regular e corrigir todo corpo humano, através de discursos normativos produzidos pelos múltiplos saberes científicos e instituições sociais.

Seguindo a lógica de pensar o gênero como uma expressão cultural, que se constrói a partir dos diversos signos e seus significados e significantes, estabelecendo-se através das alteridades do meio social, chegamos a uma oposição ao enunciado anterior, em que o corpo sexual não define o gênero, mas, sim, os desejos e performances vivenciados pela/o sujeita/o (BUTLER, 2000).

Nesse caso o gênero não é uma expressão do corpo, mas dos sentimentos pessoais que permitirá performances que fará uso dos diversos signos sociais (roupas, acessórios, gestos, comportamentos, mudanças corporais...) para representar a identidade de gênero que desejar, independente do genital. Assim sendo, o gênero é construído para expressar uma condição subjetiva e pessoal em que a pessoa se autodeclara e faz uso das performances de gênero para ser reconhecida socialmente pelos demais.

Isto posto, gênero não é genital. E é esta perspectiva que iremos trabalhar nesta pesquisa, considerando o gênero como uma expressão do ser que toma de empréstimo normas e performances pré-estabelecidas pelo sistema heteronormativo, para se construir e expressar socialmente de acordo as caixas categóricas, independente do fator biológico que tenta aprisionar as pessoas com o argumento da inteligibilidade.

Então o gênero deve ser compreendido como uma identidade que é fluida, contextual, relacional e cultural, formado por normas e fronteiras que dão bases para a construção das categorias e permitindo que o atravessamento dessas fronteiras ou o borramento gerado pelas hibridações e o entre-lugar nos apresentem infinitas possibilidades, algumas se aproximando das categorias dadas e outras recriando novas categorias como expressão dos processos identitários (ENNES; MARCON, 2014).

Na próxima seção, iremos discorrer sobre o conceito de sexualidade compreendo-a como uma identidade que não é inteligível com o gênero, mas que dialogam no momento de dar rótulos a cada categoria que compõe as relações e afetividades humanas no contexto sexual, percebendo que uma pessoa trans pode se assexuada, hétero, bi, gay ou outra rotulação qualquer, assim como as pessoas cis.

3.3 Sexualidade... o que é?

Existe uma confusão que insiste em permanecer latente nas discussões sobre gênero e sexualidade, considerando um como causa do outro. Esta continuidade que se estabeleceu por meio da inteligibilidade do ser, não pode ser interpretada como um discurso desprovido de intenção. Sabemos que não há enunciado neutro, nem na ciência e nem na vida social. Todo discurso verbal e não-verbal sempre tem um propósito, seja ele consciente ou inconsciente, afinal, os discursos são a materialização de ideias e ideais que se estabelecem a partir das relações sociais.

Nos cem anos que precederam o nascimento do movimento gay contemporâneo, a compreensão dominante da homossexualidade era caracterizada pela confusão entre sexualidade e gênero. Em outras palavras, a visão “tradicional” era a de que o homossexual “de verdade” é o homem que se comporta como uma mulher. Algo dessa confusão permanece nas percepções populares (ALTMAN, 1996 p. 82, tradução nossa).

Quando falamos em sexualidade ou identidade sexual, temos que nos debruçar sobre práticas e desejos, estímulos, controles, proibições, prazeres e corpos, que em conjunto com a identidade de gênero irá estabelecer nomeações/categorias através de consensos sociais. Segundo Foucault (2015), por muito tempo o sexo foi assunto de interdição e repressão com base na “decência” que vem se reinventando e ampliando as fronteiras dos discursos sobre o sexo, assim como quem, quando e onde pode falar sobre o assunto.

Surgem locais específicos para a prática do sexo, tanto normativo quanto “desviante”, porém, o sexo nunca deixou de ser policiado e foi justamente esse controle intenso que despertou contradiscursos em relação às condutas sexuais, transformando-o em objeto de disputas no campo dos saberes, da política e da economia.

Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos do lucro. O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica [...]. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo. (FOUCAULT, 2015, p. 8-9)

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura.

Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo.
(FOUCAULT, 2015, p. 11)

O sexo é regulado por quatro dispositivos de saber e poder segundo Foucault:

1- A histerização do corpo da mulher; 2- A pedagogização do sexo da criança; 3- A socialização das condutas de procriação; e 4- A psiquiatrização do prazer perverso, constituindo assim o que ele irá nomear de dispositivo da sexualidade, que pode ser explicado da seguinte maneira:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 2015, p. 115)

A grande divergência sobre esse tema se estabelece de acordo as referências que se adota para nomear as relações que se estabelecem entre dois ou mais sujeitos/as e a necessidade que temos de categorizar tudo e todas/os.

Por exemplo, partindo-se de uma perspectiva essencialista, a relação sexual entre duas pessoas que nasceram com a mesma genitália é uma prática homossexual, já para os estudos queer, o que irá definir se esta é uma relação homossexual independe da genitália que possuem, pois é a identidade de gênero autodeclarada destas duas pessoas que importa, que pode ou não ter coerência entre sexo e gênero. Sendo assim, caso uma dessas pessoas se autodeclare do gênero feminino e a outra se defina com a identidade masculina, para as/os pesquisadoras/es queer essa é uma relação heterossexual.

Veremos muitas vezes discursos que irão ser contraditórios sobre esse tema, cabendo ao/a leitor/a escolher a partir de qual perspectiva deseja compreender e aceitar como coerente para fundamentação do seu argumento e entendimento sobre o assunto. Temos como polarização nos estudos de gênero os dois exemplos citados acima, a ótica essencialista, que apresenta as identidades de gênero e identidades sexuais como fixas e naturais, enquanto que para teoria queer as identidades são móveis e fluidas, podem transitar livremente bem como se fixar, podem viver nas fronteiras bem como borrá-las sem culpa, podem se rotular ou não, assim como os rótulos podem ser temporários.

Então vamos fazer mais um exercício, por meio de exemplo, para clarear mais um pouco essa polaridade entre os essencialistas e os queer, lembrando que

dentro dessa polarização existem inúmeros discursos que se aproximam mais de um do que do outro e se estabelecem como pensamentos alternativos.

Ao imaginarmos uma pessoa A: transgênera que se autodeclara mulher e que se relaciona com uma pessoa B: que é um homem cis, nós temos:

Quadro 1 – Identidade Sexual a partir da teoria essencialista e da teoria queer

Teoria	Identidade de Gênero	Identidade Gênero	Identidade Sexual
Essencialista/Conservadora	A = masculina	B = masculina	Homossexual
Queer/Desconstrutivista	A = feminina	B = masculina	Heterossexual

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No quadro 01, o que define a identidade sexual do ponto de vista das teorias essencialistas é o biológico, desconsiderando qualquer possibilidade de subjetivismo e discordando da identidade de gênero enunciada pela sujeita, desta maneira trata-se de uma relação homossexual (relação entre gênero iguais), pois o gênero sendo inteligível ele segue uma linearidade entre genital e gênero.

Enquanto que segundo a teoria queer, o discurso (verbal e não-verbal) da sujeita é o que é levado em consideração, portanto, independente do genital, o que define a categorização da sexualidade é o desejo, a performance e os processos identitários do gênero da pessoa, sendo assim, pouco importa o biológico porque o gênero declarado pela mulher trans é aceita, tratando-se de uma relação heterossexual (relação entre gêneros diferentes).

Acerca desta reflexão percebemos a importância que se tem os processos identitários do gênero para nomear a sexualidade vivida pelas pessoas pelo prisma dos Estudos Queer, sendo esta a perspectiva que trabalharemos nesta pesquisa.

O que me interessa ressaltar aqui é que antes do conflito (a revolta, a luta) não há categorias de oposição, mas apenas categorias de diferença. E é somente quando a luta irrompe que se manifesta a realidade violenta das oposições e o caráter político das diferenças. Bem, enquanto as oposições (as diferenças) continuam parecendo dados, algo que já está lá, "natural", precedendo a qualquer pensamento - sem conflito ou luta – não haverá dialética, nenhuma mudança, nenhum movimento. O pensamento dominante se recusa a se analisar para entender o que o coloca em questão. (WITTIG, 2006, p. 23, tradução nossa)

A problematização da sexualidade surge a partir dos movimentos sociais que aconteceram na década de 1960 (movimentos de mulheres, gays e lésbicas), e possibilitaram que os estudos de gênero e sexualidade ganhassem força na década

de 1970 criando contradiscursos aos ideais de naturalização e essencialismo que tinham sido desenvolvidos nas décadas anteriores, sob a influência da Igreja.

Desde então, temos avançado no combate a ideia de fixidez da sexualidade e combate a marginalização das práticas sexuais que não integram os ideais hegemônicos, revelando inúmeras possibilidades de compreender as identidades sexuais que estão para além de uma concepção de inato. Nessa perspectiva, ganhou visibilidade na década de 1990 a Teoria Queer que vem desconstruir conceitos e normas pré-estabelecidas pela heteronormatividade.

A sexualidade, nesse caso, seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, admitimos que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2019, p.12)

Desta maneira, chegamos ao outro extremo do pensamento sobre sexualidade, que a partir dos estudos queer os processos identitários, tanto de gênero quanto sexual, são baseadas na construção social que rompe com o sistema normativo e binário empreendido ao longo dos séculos, provocando fissuras, dando visibilidade a novas práticas e sujeitas/os e, por ter ganhado notoriedade tem provocado uma retomada dos discursos essencialistas com base no pensamento conservador e moralista em combate a esta nova visão mais fluida e instável. A discussão sobre a sexualidade rompendo com o essencialismo já vinha ocorrendo no Brasil desde a década de 1980, como podemos ver nos parágrafos a seguir.

Em 1986, o brasileiro João Silvério Trevisan publica o livro *“Devassos no Paraíso”*, que apresenta uma abordagem sem censuras sobre a homossexualidade masculina no Brasil fazendo uma historicidade da “identidade guei”⁵¹ desde a época

⁵¹ Expressão aportuguesada adotada pelo autor para identidade gay.

da descoberta e colonização do Brasil até a década de 1980. O autor problematiza nesta obra a identidade gay masculina e a identidade brasileira, questionando se é possível falar em identidade sem essencializar.

Hoje, discute-se muito se é adequado e produtivo definir a homossexualidade, outorgando-lhe algo como um caráter específico e uma natureza compartimentada. Parte-se da idéia de que não estamos de uma condição (tal como a condição feminina) ou de uma maneira inata de ser. Antes trata-se de uma circunstância, já que o desejo sexual não obedece a uma ordem natural e sim a propensões culturais mutáveis no decorrer da história de vida pessoal. Isso quer dizer que não existem objetos sexuais absolutos nem compartimentos estanques do desejo: este se inclina num movimento de polivalência pendular e mutabilidade básica para além de ideologias; na verdade, são as ideologias que procuram estabelecer padrões e normas. (TREVISAN, 1986, p. 19)

Apesar de questionar sobre o risco da construção de uma identidade gay poder se transformar em uma nova categoria essencializada, o autor defende que se faz necessário tal esforço para evitar recair na invisibilidade e limitação da categoria, para poder construir estrategicamente um conceito amplo pensado e elaborado por sujeitas/os que reconhecem a diversidade e multiplicidade que se insere dentro desta identidade.

Desta forma, ele diz: “neste livro preferi considerar como homossexuais mais as relações (ainda quando isoladas) do que as pessoas isoladamente” (Ibid., p. 21). Ele se justifica dizendo que desta maneira evita rotular e restringir o termo homossexual a um único padrão estigmatizado de gay que recai sobre os mais efeminados, para abranger todos que possuem práticas, desejos e vivências homossexuais.

É importante perceber que os estudos sobre sexualidade e gênero a partir de uma perspectiva mais livre e desconstruída já vinha sendo desenvolvida no Brasil na década de 1980, o que demonstra a importância de ampliar, aprofundar e dinamizar os estudos nesta área para permitir cada vez mais diluir os discursos essencialistas e naturalizados que foram construídos pelos grupos hegemônicos, responsáveis pela criação de um sistema cultural heteronormativo que tanto impactou negativamente na vida de milhões de pessoas.

Temos ainda outros autores desta época que também discutiam gênero e sexualidade, tais como Fry e MacRae que escrevem juntos um livro intitulado “*O que é homossexualidade*” (1983) que traz à tona as disputas e reflexões que ocorriam em torno da identidade gay na época:

Tem muita gente que preferiria não ter que se submeter a estas novas categorias sociais que tendem a empurrá-los para “guetos” estanques. Prefeririam que estas categorias sociais fossem elas mesmas combatidas e acabam entrando em choque não só com a ciência médica, mas também com alguns “homossexuais conscientes” que, por razões várias, têm interesse na manutenção das distinções. Afinal, negar a inevitabilidade da fronteira que separa os “homossexuais” dos “heterossexuais” colocaria em questão a própria noção de uma identidade homossexual que, para muitas pessoas, representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidades de gratificação e muitas vezes “assumido” a duras penas (FRY e MACRAE, 1983, p. 120).

Os autores apresentam as inquietações que giravam em torno da identidade homossexual, tendo de um lado um grupo que tentava evitar a essencialização e homogeneização desta categoria, porém, do outro lado um grupo que acreditava que o movimento perderia força caso a identidade homossexual deixasse de ser fixa e demarcada. Nesse livro já é colocado em jogo as interseccionalidades entre diversos marcadores (gênero, etnia, idade, classe social e estereótipos) e a fluidez e fragmentação identitárias, demonstrando que o Brasil já estava sintonizado com pressupostos teóricos que vieram ganhar força recentemente, como os estudos pós-estruturalistas e a teoria queer.

Perlongher (1986) defende sua dissertação na Unicamp com o título “O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo”, tendo citado em seus agradecimentos Trevisan, Fry e Macrae, dentre outros, por suas contribuições à sua pesquisa, demonstrando como estes autores da época estavam conectados e dispostos a apresentar uma nova perspectiva para as identidades sexuais.

A partir de sua pesquisa que toma como centro a prostituição masculina, o autor revela a dinâmica de negociação e construção da masculinidade que ocorre entre clientes e michê, uma vez que a virilidade era vista como uma exigência para os homens que desejavam desenvolver esse tipo de atividade. A pesquisa foi realizada no centro de São Paulo utilizando como técnica a etnografia e a observação participante durante os anos de 1982 a 1985.

Quando se trata de identidade homossexual, a questão do michê-másculo (rapaz que prototipicamente, recusa autoqualificar-se como homossexual, residindo nessa recusa, demandada pelos clientes, boa parte do seu encanto) torna-se particularmente delicada. (PERLONGUER, 1986, p. 41)

Podemos perceber que na década de 1980 as discussões sobre as identidades sexuais já eram pulsantes e bem avançadas no Brasil, seguindo um viés

desconstrutivista e questionador que dialoga diretamente com as pesquisas contemporâneas. Estamos cientes de outras pesquisas desta época que seguem a mesma linha de pensamento, mas tivemos a pretensão de demonstrar, por essa pequena amostra, que o Brasil já vem discutindo sobre as identidades sexuais e de gênero há quase 40 anos na academia, estudos estes que colaboraram juntamente como os movimentos sociais para os avanços nas políticas públicas e garantia de direitos da população LGBTQIA+.

Porém, reconhecendo que os avanços ainda são incipientes, considerando a longa estrada que temos que percorrer para alcançar a equidade de direitos para a diversidade sexual e de gênero que o mundo moderno nos revela ser tão dinâmica e fluida, faz-se necessário que mais pesquisas venham reforçar os discursos que descontroem a sexualidade como fixa, estável e natural.

No próximo capítulo veremos como se dá a construção das identidades a partir de uma linha de pensamento que entende a constituição da/o sujeita/o enquanto múltiplo e fragmentado que está permeado por relações de poder.

4 PROCESSOS IDENTITÁRIOS: PERTENCIMENTOS EM TRÂNSITO

Este capítulo se destina a pensar as identidades como construções sociais, tendo como referência a fluidez dos corpos, dos pertencimentos, das relações que se embaralham e se ressignificam, das múltiplas possibilidades de ser, que vem rompendo com caixas e rótulos pré-estabelecidos, assim como da dificuldade de se perceber enquanto sujeita/o multifacetada/o.

Aprendendo a lidar com esse estado latente de transformação contínua e constante, acionando a melhor identidade para cada situação e assim, poder se estabelecer estrategicamente dentro do jogo social que se constitui nas relações de poder. Considerar que estamos para além das estruturas e ao mesmo tempo convivendo com sua influência sobre nós, é o desafio dos novos tempos, é pensar em processos identitários.

O capítulo está dividido em três seções, a primeira apresenta as identidades fluidas e múltiplas segundo o pensamento pós-moderno, a segunda seção discorre sobre as transidentidades seguindo um viés da teoria queer e encerramos com uma reflexão a respeito das relações de poder que regem as (re)construções dos corpos e os tornam territórios.

4.1 Identidades em Construção no Pensamento Contemporâneo

Considerando que estamos trabalhando com o gênero e sexualidade enquanto processos identitários, faremos uma breve discussão sobre as identidades como um processo de construção social, tomando como referência as contribuições teóricas de alguns representantes de épocas, contextos e escolas distintas, que possuem como ponto de interseção a multiplicidade do ser e as relações de poder. Tendo como pano de fundo o mundo pós-moderno, podemos afirmar que:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p. 7)

Quem sou eu? Nunca foi uma pergunta tão difícil de ser respondida, uma vez que as identidades eram pré-determinadas e fixas, mas hoje sua fluidez e multiplicidade nos leva a refletir bastante antes de responder, e quase sempre não conseguindo responder de forma objetiva. Esta é uma característica da/o sujeita/o pós-moderno, um ser fragmentado e imerso em um emaranhado de identidades. E é desta maneira que Castells (1999) entende a construção da identidade:

[...] entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. (CASTELLS, 1999, p. 22)

A identidade só pode ser compreendida com base na cultura e contexto histórico específico, sendo construída de forma relacional, com base nos significados que são de conhecimento de determinada sociedade e do próprio indivíduo. Ela se constitui no mundo das ideias e se materializa através das práticas e discursos.

“Defendemos a ideia de que os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização, mas também, por vezes, de transgressão social.” (ENNES; MARKON, 2014, p. 286). Essa ideia vai de encontro aos rumos que o conceito de identidade vem sendo utilizado por uma parte de pesquisadores/as e da sociedade civil:

Tanto dentro quanto fora da academia, a palavra identidade passou a ser utilizada para nos referirmos aos aspectos e fenômenos que até então eram denominados ou estudados por outros termos como cultura, tradição, costume, folclore, entre outros correlacionados. Alguns usos indiscriminados da ideia de identidade reduziram o fenômeno às características e aos atributos substantivos de grupo social ou grupo cultural. Assim, observamos que em muitas situações a identidade acabou reduzida a um caráter descritivo, fixo, estável e determinista do que se define como grupo. (ENNES; MARKON, 2014, p. 285)

Na tentativa de fugir desta armadilha, nos debruçaremos nesta pesquisa a considerar a identidade como um processo dinâmico e que está em eterna disputa de poder, sendo assim, a identidade nunca está acabada (ENNES, 2001), pois está sempre em movimento e em transformação ao se construir em processos relacionais.

Então pensar em processos identitários, conforme apresentado por Ennes e Markon, é o que melhor responde ao conceito de transgênero, que é um ser ambíguo, ambivalente, fragmentado, descentrado e que vive se ressignificando a partir de contextos relacionais tomando como base as relações de poder que definem a “(re)inserção social de atores em contextos sociais, políticos e culturais” (ENNES; MARKON, 2014, p. 277).

Quando os estudos queer diz não aos rótulos é porque segue justamente essa linha de raciocínio, combate a naturalização, mas também quer evitar a re-essencialização, compreendendo que existem as categorizações que são acionadas contextualmente, tanto pela/o sujeita/o quanto pelas instituições e demais sujeitas/os envolvidas/os, valendo-se das nomeações para possibilitar a comunicação, mas ao mesmo tempo, reconhecendo a efemeridade dos rótulos, pois eles são mutáveis e são acionados a cada relação e contexto.

Queer é tudo isso: estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.” (LOURO, 2004, p. 7-8)

Pensar os processos identitários é reconhecer as construções sociais de identificação que estão em movimento e em negociação dentro das relações de poder e de alteridade, negando os papéis pré-estabelecidos que são construídos pelos discursos das instituições sociais como indica os estudos queer. Na arena política, jurídica, médica e social temos disputas envoltas nas relações de poder que revelam identidades contraditórias de uma determinada pessoa e que serão acionadas de forma contextual, e o que era contraditório em determinada relação passa a ser legítimo em outro momento.

A pós-modernidade é constituída por pessoas multifacetadas que desestabilizam o particular e o universal, onde tudo é fluido e o que hoje é particular amanhã pode vir a se tornar universal, tornando as identidades efêmeras, localizadas e situacionais, tendo as relações de dominação e subordinação pautadas nas correlações de força e poder entre os grupos sociais.

As identidades são multicausais, multidirecionais, liminares; os traços nem sempre são claros. Nesse “devir da interseccionalidade”, há ênfase no movimento em vez de na inércia; em como a suspensão do movimento gera a necessidade de se localizar. (PUAR, 2013, p. 360)

A todo o momento, somos questionados sobre as diversas identidades que possuímos e, da mesma forma que uma roupa, despimo-nos e vestimos a identidade que melhor nos cabe a cada contexto social, em alguns casos as sobrepomos para reafirmar ou desestabilizar a imagem que queremos representar. Desta maneira, os processos identitários são frutos de tensões e contradições internas (indivíduo) bem como sociais (coletivo), marcadas por relações de poder.

Partindo desse pressuposto, compreenderemos as/os autoras/es apresentadas/os nesta seção como pensadoras/es que compactuam e corroboram com a ideia de processos identitários, mesmo não fazendo uso desta epistemologia. Castells (1999) desenvolve três origens distintas da construção das identidades: a legitimadora; a de resistência; e a de projeto.

A *identidade legitimadora* está relacionada ao campo institucional que constitui a sociedade, tais como o Estado (em suas três esferas: executivo, legislativo e judiciário), as Igrejas (religiões), as Escolas (educação), a medicina, os sindicatos, partidos, dentre tantas outras instituições que fazem uso dos aparatos de poder para legitimar identidades através da imposição, alienação, disciplinação e padronização. Já a *identidade de resistência* é considerada por Castells como o tipo mais importante, uma vez que, através do questionamento e inversão dos discursos legitimadores que vimos acima, provoca tensões e rompe com a resistência às mudanças.

A depender do contexto histórico e do grau de institucionalização social, temos como resultado uma sociedade que resiste e permanece sólida, ou que se torna líquida e fragmentada como um arquipélago povoado por tribos distintas.

Chegamos então à *identidade de projeto*, que são formas organizadas de resistência que levam a uma redefinição das posições sociais dentro de uma determinada estrutura cultural, social e/ou econômica. Desta maneira, esta identidade apresenta um “novo” projeto de vida, com subjetividades diferentes das até então reconhecidas como legítimas. Este tipo de identidade geralmente começa como resistência e pode acabar se tornando uma identidade legitimadora, à medida que venha a se tornar uma ideia dominante nas instituições sociais.

Com base em Castells, temos identidades que são voláteis e sem essência, uma vez que as relações de poder que permeiam essa negociação e disputa no contexto social promovem um trânsito constante. O que hoje pode ser uma identidade de resistência, amanhã poderá ser uma identidade de projeto que mais à frente poderá se tornar uma identidade legitimadora, seguindo um ciclo que está em eterno movimento a partir das disputas que são regidas pelas relações de poder, onde temos de um lado os grupos que querem manter uma determinada norma e do outro lado os que querem romper.

Por outro lado, temos Stuart Hall (2006) que também divide a concepção de identidades em três, porém, seguindo um viés cronológico para interpretar como as identidades são percebidas e vivenciadas contextualmente. O autor apresenta as concepções de identidade da/o: sujeita/o do Iluminismo; sujeita/o sociológico; e sujeita/o pós-moderno. A/O sujeita/o do iluminismo é representada/o pelo essencialismo, que:

estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou "idêntico" a ele - ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (HALL, 2006, p.10-11)

Em relação a essa identidade, representada por essa/e sujeita/o do iluminismo, o autor ainda faz uma ressalva em relação ao gênero, dizendo que esta concepção estava pautada apenas para o masculino, uma vez que o feminino era invisibilizado como sujeita nesta época. Em seguida, ela descreve a/o sujeita/o sociológica/o, que já apresentam em sua construção a complexidade do mundo moderno, mas ainda assim, consideram que existe uma essência (um núcleo interior) que se relaciona e se transforma a partir das interações com o meio, representado pela escola dos interacionistas simbólicos, que o autor cita como referências-chave os teóricos G.H. Mead, C.H. Cooley.

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis" (HALL, 2006, p. 12).

Hall finaliza abordando a fragmentação do sujeito, que sai de uma concepção fixa e essencializada, perpassando pela/o sujeita/o, que apesar de ter uma essência pode se transformar a partir de sua relação com o meio, chegando ao ponto da/o sujeita/o se perceber para além deste centro interior (identidade única), que o limita e restringe o seu perceber e a sua percepção de mundo.

Deparamo-nos com a/o sujeita/o pós-moderno que é fragmentado e múltiplo, que vivencia crises identitárias devido ao colapso que ocorre por causa do “próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). Desta maneira, Hall conclui que vivenciamos uma era de sujeitos múltiplos e fragmentados que acomodam identidades que podem ser coerentes, mas também podem ser contraditórias, reiterando que a identidade é histórica (móvel/relacional/contextual) e não biológica (essência/fixa/permanente):

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

E essa cultura pós-moderna que vivemos hoje, constituída por fragmentos que se conectam e outras vezes não, permeada por situações efêmeras e que circulam rapidamente no mundo das subjetivações, deixa-nos cada vez mais com uma sensação de deslocadas/os por nos sobrecarregar de identidades. “As ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 18).

Desta maneira, estamos em um eterno exercício de (re)negociação para se reafirmar e determinar as afiliações sociais a que desejamos pertencer. A liquidez moderna nos conduz ao afastamento das identidades do modo clássico, que eram sólidas e naturalizadas, ao mesmo tempo em que causa desconforto e insegurança lidar com nossas identidades em movimento. Tornamo-nos seres contingentes, com

uma diversidade de identidades novas e ainda não exploradas que surgem como opção para as/os sujeitas/os, que precisam ser administradas, acomodadas, negadas, aceitas e/ou ressignificadas.

[...] flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. (HALL, 2006, p.35)

Vivemos em um mundo movediço, caracterizado pela ambivalência e pelas hierarquias de poder. Sobre este último aspecto há três grupos distintos: as/os que têm liberdade de escolha das identidades que as/os representa (grupo hegemônico); as/os que possuem identidades determinadas pelas/os outras/os (estigmatizada) e as/os que têm negado o direito a possuir uma identidade (subclasse). Sobre essa terceira categoria Bauman diz:

O significado da “identidade da subclasse” é a ausência da identidade, a abolição ou negação da individualidade, do “rosto” – esse objeto do dever ético e da preocupação moral. Você é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas. (BAUMAN, 2005, p. 46)

Apesar de termos uma diversidade de identidades a serem acionadas pelas/os sujeitas/os, segundo Bauman, temos uma diferenciação entre as pessoas com base nas relações de poder. Há um reduzido grupo de privilegiados (livre acesso a todas as alternativas, tanto para adotar como rechaçar as identidades); um elevado grupo de oprimidos (que vivem em uma eterna luta de combate aos estereótipos) e um terceiro grupo que vive à margem, os “sem-identidade” que se aproxima do que Butler irá denominar de seres abjetos.

Voltando à questão da ambivalência da identidade, ela pode ser interpretada como uma eterna batalha. De um lado os que combatem a opressão e a abjeção, desejando ter uma identidade reconhecida e desta maneira adquirindo visibilidade. E do outro, os grupos hegemônicos que defendem a homogeneização e estão em constante reificação de normas e combatendo qualquer “desvio” e “anormalidade”, considerando que quem os pratica precisa ser enquadrado ou rechaçado e punido.

Denys Cuche (1999) refere-se a esta disputa entre os grupos, quando vai desenvolver seus conceitos de “auto-identidade” e “hetero-identidade”, que também pode ser traduzido como “auto-nomeação” e “hetero-nomeação”.

A identificação pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. A identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma "auto-identidade" definida por si mesmo e uma "hetero-identidade" ou uma "exo-identidade" definida pelos outros [Simon, 1979, p. 24]. [...] A auto-identidade terá maior ou menor legitimidade que a hetero-identidade, dependendo da situação relacional, isto é, em particular da relação de força entre os grupos de contato - que pode ser uma relação de forças simbólicas. Em uma situação de dominação caracterizada, a hetero-identidade se traduz pela estigmatização dos grupos minoritários. Ela leva frequentemente neste caso ao que chamamos uma "identidade negativa". (CUCHE, 1999, p. 183-184)

Na correlação de forças entre dominantes e dominados, quando a discrepância é elevada entre estes dois grupos, geralmente a imagem negativa construída pelo grupo hegemônico acaba por ser internalizado pelo grupo minoritário, levando-o a querer apagar as diferenças que o torna inferior (CUCHE, 1999).

Fazendo uma conexão deste fenômeno com as pessoas trans, podemos visualizar este cenário quando elas (pessoas trans) apagam características externas que lhes marcam e denunciam o gênero que não desejam mais serem lidas, pois para se legitimarem e serem reconhecidas socialmente, precisam se aproximar o máximo possível das características do grupo que lhe oprime e rejeita.

Esta disputa pelo poder de determinar algo, alguém ou um determinado grupo não ocorre somente nas relações sociais, mas também dentro do campo científico que sempre foi e será um campo de batalha, as ciências vivem duelando para definir qual o discurso mais legítimo. Cuche tece uma reflexão crítica sobre as ciências sociais acerca da definição das identidades que coaduna com a concepção de processos identitários, dizendo que:

Não é a sociologia ou a antropologia, nem a história ou outra disciplina que deverá dizer qual seria a definição exata da identidade bretã ou da identidade kabyla, por exemplo. Não é a sociologia que deve se pronunciar sobre o caráter autêntico ou abusivo de tal identidade particular (em nome de que princípio ela faria isto?). Não é o cientista que deve fazer "controles de identidade". O papel do cientista é outro: ele tem o dever de explicar os processos de identificação sem julgá-los. Ele deve elucidar as lógicas sociais que levam os indivíduos e os grupos a identificar, a rotular, a categorizar, a classificar e a fazê-lo de uma certa maneira ao invés de outra. (CUCHE, 1999, p. 187-188)

Com base nestes/as teóricos/as que pensam as/os sujeitas/os pós-modernas/os como fragmentadas/os e múltiplas/os, que estão inseridos em um

mundo social tão complexo quanto elas/es, chegamos a perceber o quão difícil é responder a uma simples pergunta: “quem sou eu?”.

Nossas identidades são cada vez mais fluidas, efêmeras, contextuais, sobrepostas, inclusivas, excludentes, políticas e estereotipadas, compostas pelas/nas relações de poder e que a sua identidade de agora pode não ser a mesma de momentos depois, tanto do ponto de vista da autorreferência como do ponto de vista do outro. Veremos na próxima seção como as identidades trans são concebidas a partir da teoria queer.

4.2 Transidentidades: para além do corpo

Pensar as identidades trans tomando como base a teoria queer e os estudos de gênero, dialoga diretamente com o terreno que foi preparado na seção anterior, em que tivemos Hall discutindo a fragmentação da/o sujeita/o pós-moderno; a desnaturalização das identidades trazidas por Castells e Bauman; a “auto-identidade” e “hetero-identidade” de Cuche; e os processos identitários do trabalho de reflexão crítica de Ennes e Markon que dialoga com os demais autores citados.

Apesar de contextos, epistemologias e métodos de análise diferentes, todos eles confluem para a ideia de que as identidades são descentradas e é o resultado das relações de poder, assim como será compreendida a transidentidade.

Rememorando o capítulo anterior, com base na teoria queer compreendemos o gênero como uma construção social, relacional e fluida, em contraposição as teorias essencialistas, que por meio da cientificidade e/ou fundamentalismos defendem argumentos que marginalizam, desumanizam e patologizam as identidades trans. Nesse sentido, ao pensar a diferença como um movimento, uma disposição existencial e política que supõe a ambiguidade, o não lugar e o trânsito, têm na teoria queer um conjunto de saberes e uma disposição política que vem promovendo novas possibilidades de conhecimento cultural (LOURO, 2012).

Os estudos queer se propõem a analisar a constituição das/os sujeitas/os e seus processos identitários através das experiências culturais vivenciadas, com foco na crítica aos discursos normalizantes, hegemônicos e universalizantes, subvertendo o binarismo sexual dado e revelando a possibilidade da multiplicidade identitária possível.

As pessoas trans enfrentam uma batalha todos os dias, pelo fato de não fazerem parte dos grupos de gênero inteligível, ou seja, não seguem a principal

premissa da heteronormatividade, em que o gênero deve coincidir com o sexo biológico e os prazeres estarem dentro dos padrões heterossexuais.

A heteronormatividade atua como um dispositivo histórico da sexualidade e tem como objetivos: disciplinar todas/os para serem heterossexuais e/ou, independente da sexualidade e da identidade de gênero, induzir todas as pessoas viverem dentro dos padrões e normas heterossexuais, ou seja, você pode até ser gay, mas para ser aceito socialmente precisa seguir os referenciais do que se entende por masculino. No caso de uma trans feminina, acontece a mesma vigilância, para que ela se espelhe e se enquadre o mais próximo possível do que representa ser uma mulher.

Desta maneira, a heteronormatividade cria padrões e normas que agem tanto sobre os héteros, quanto os gays, lésbicas, trans e demais identidades. Vale salientar que a heteronormatividade é um conceito ressignificado para fazer reflexões sobre as disputas identitárias de sexo e gênero em um contexto mais amplo, mas que advém de uma terminologia criada pela feminista lésbica Adrienne Rich, quando em 1980 nos Estados Unidos ela apresenta o conceito de “heterossexualidade compulsória” para trazer à tona a invisibilidade das lésbicas no movimento feminista e nas relações de gênero na sociedade no contexto mais amplo, agindo como uma instituição política que usurpa os direitos das mulheres⁵².

É através do discurso que o gênero se materializa e ganha contornos por meio de um processo de inclusão/exclusão autorizado/proibido que define o humano/inumano e o normal/estranho. “O gênero é um constructo social que é formado ao longo do tempo através da reiteração de normas” (BERLANT e WARNER, 2002, p.230). As normas são regidas pela heteronormatividade, que trabalha com o princípio da binaridade onde só pode existir uma coisa ou outra, ganhando o caráter de abjeto tudo aquilo que não se encaixa nesse padrão de fixidez. Sendo assim, “fazemos gênero o tempo inteiro, somos fazedores de gênero.” (BENTO, 2014)⁵³

Quando a população trans foge das normas determinadas pelo grupo hegemônico por causa da desarmonia entre sua performatividade de gênero e o seu sexo biológico, provoca atos repulsivos e de abjeção da/na sociedade, uma vez que

⁵² Ver RICH (2010).

⁵³ Em entrevista cedida a Diego Madi Dias e publicada no Caderno Pagu nº 43 Campinas July/Dec 2014.

estas/es sujeitas/os borram a concepção de gênero, que é uma questão central nas relações de poder e se tornou hoje um assunto de Estado. Por performatividade de gênero podemos entender:

Eu originariamente tive a minha pista de como ler a performatividade de gênero na interpretação de Jacques Derrida de *De Frente a Lei* de Kafka. Nesta interpretação aquele que espera pela lei, senta-se em frente a porta da lei, atribuindo certa força a lei pela qual espera. A antecipação de uma revelação autoritária de significado é a forma pela qual essa autoridade é atribuída e instalada: a antecipação conjura o seu objeto. Eu pensei se nós não trabalharíamos sob expectativa similar no que diz respeito ao gênero; este operando como uma essência interior que deveria ser revelada. Em primeira instância, então, a performatividade do gênero gira por sobre essa *metalepsis*, a forma pela qual a antecipação de uma essência de gênero produz o que é colocado como fora de si. Numa segunda instância, performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido, em parte, como culturalmente sustentado na duração temporal. (BUTLER, 2006a, p. XV [1999], grifos da autora, tradução nossa)

A performatividade de gênero, seguindo como referência o prefácio de 1999 a *Gender Trouble*, parte de um processo construído temporalmente por meio de repetições e reificações, que muitas vezes passam despercebidas socialmente, imprimindo uma naturalização/essencialização do gênero para que normas possam ser reivindicadas como legítimas, permitindo que se instaure uma vigilância e punição a partir deste constructo social que determina binarismos que são perversos para quem foge da norma: certo/errado, legítimo/ilegal e normal/anormal. Temos então o que Butler denomina corpos abjetos:

[...] o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'. Para dar uma idéia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato freqüente, como o é o território daqueles identificados como 'casos' psiquiátricos. (BUTLER, 2002, s/p)⁵⁴

E é a partir deste princípio de corpos abjetos, dentre tantos outros exemplos que sejam possíveis se encaixarem dentro deste conceito, que temos também a população trans “que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.”

⁵⁴ Entrevista concedida a duas pesquisadoras holandesas e traduzida e disponibilizada na Revista Estudos Feministas.

(BUTLER, 2000). Esta população ainda hoje luta por reconhecimento de direitos, pela despatologização da sua identidade de gênero, pela construção de sua história a partir de novos olhares (olhares trans) e enfim, por habitar a vida social enquanto sujeito/a autônomo/a e detentor/a da legitimidade de ser quem é.

Mas, afinal, o que é ser trans? O que é transidentidade? É importante conceituarmos essas categorias que têm ganhado notoriedade na mídia nos últimos tempos, para podermos dissipar estigmas e rótulos criados e percebermos quão diversa é a população trans que habita nossa sociedade. Temos referências escritas sobre travestis e transexuais (mesmo que não seja utilizando estas nomenclaturas) desde o Império Romano, onde ainda no século I d.C., o filósofo Filo faz referências aos eunucos⁵⁵.

Porém, como não é o objetivo deste trabalho historicizar as representações de pessoas trans nas publicações disponíveis ao longo dos séculos, apenas pontuaremos aqui, de forma breve, como a medicina passa a fazer uso da ciência para vigiar, normatizar e rotular as transgenidades como doença, da mesma maneira que fez com as orientações sexuais, por representar a primeira disciplina que tratou do assunto no século XX e era reconhecida como legítima para falar sobre a temática.

Em 1910, aparece pela primeira vez na literatura médica o termo transexualidade, no livro de Magnus Hirschfeld intitulado: *Die Tranvestiten*, que foi um famoso médico e sexólogo judeu-alemão, pioneiro na defesa dos direitos dos homossexuais em seu país e responsável por realizar a primeira cirurgia⁵⁶ de transgenitalização (com registro legal) na década de 1930.

Em 1947, John Money utiliza o termo gênero como um disciplinador para modificar o sexo dos neonatos intersexuais e justificar o uso de hormônios. No mesmo ano é inventado o protocolo de transexualidade por Harry Benjamin, que legitima a patologização das/os transexuais e transgêneros, bem como a criação da pílula financiada pela igreja católica (PRECIADO, 2010, p. 17).

Em 1949, Cauldwell publicou um estudo de caso de um transexual que queria se masculinizar em que evidenciava algumas características que viriam a ser

⁵⁵ Homens que se travestiam e viviam como mulheres, chegando até a se emascular e retirar o pênis e que eram designados a zelarem, sem riscos, os leitos das mulheres de seus senhores.

⁵⁶ A história da primeira transexual operada que constam registros pode ser acessada através do romance publicado por David Ebershoff (*A Garota Dinamarquesa*) posteriormente transformado em filme.

consideradas como exclusivas das pessoas transexuais. Em 1973, John Money volta à cena e cria o termo “disforia de gênero” para definir transexualidade reforçando o caráter patologizante. E foi assim que se construiu o estigma que impacta na vida das pessoas trans enquanto seres doentes, tendo que lutar arduamente contra as instituições que fazem uso das relações de poder para as qualificarem e manterem o domínio sobre o discurso legítimo que a nomeiam.

Ao nos reportarmos ao termo trans nesta pesquisa, vale salientar que estamos pensando de forma ampliada englobando várias identidades de gêneros desviantes, que possuem em comum uma expressão de gênero que rompe com o sistema binário masculino/feminino, homem/mulher.

Da mesma maneira que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 09), não nascemos homens, tornamo-nos homens e não nascemos héteros, tornamo-nos. A oferta dessas categorias sociais limitadas e fixas, que precisamos nos enquadrar em uma ou outra, impõe violências simbólicas para quem não se vê como uma possibilidade dentro deste cenário.

Sendo assim, ser trans está de acordo com a sua etimologia, que significa: além de, para além de, através. Então, interpretamos que transgênero é estar além de um sistema binário pautado no sexo genital; para além de ser homem ou mulher a partir de premissas da heteronormatividade; é se constituir sujeita/o através de discursos apropriados a seus desejos, suas subjetividades, seguindo uma não linearidade, atravessando normas reguladoras e castradoras.

As pessoas trans devem ser percebidas para além do corpo e do genital, não podem ser pensadas como um grupo homogêneo, pois são expressões de vivências diversas que se constituem a partir de contextos múltiplos e distintos, aproximando-se e se distanciando das categorias dadas (homem/mulher) como únicas referências para a performance dos gêneros, trazendo à tona problematizações, criando novas possibilidades de representações sociais, borrando as normas e fazendo-se perceberem como sujeitas/os que assim como todas as demais pessoas, são fruto de uma construção social.

As transidentidades (ou identidades trans) agrupam um mosaico de representações de gênero que vai para além do senso comum e de possíveis rótulos criados pela própria ciência. Referimo-nos aqui às diversas possibilidades da expressão de gênero que não se enquadram nas caixas fixas criadas pela

heteronormatividade, que não seguem o padrão cisgênero e que criam fissuras no que foi determinado como norma.

Então, ser trans é uma questão de autoidentificação e autonegação em que as pessoas não seguem uma inteligibilidade entre sexo e gênero, mas que ao mesmo tempo não há um modelo ou um tipo que devem seguir ou se enquadrar. As pessoas trans podem ou não fazer uso de: cirurgias de transgenitalização; de hormônios; de performances de gênero adequadas à identidade a qual desejam serem reconhecidas; padrões de corpos aceitos; manter e fazer uso do genital com o qual nasceu para obter prazer sexual; acionar símbolos e representações apenas do “universo feminino” ou apenas do “universo masculino”, mas também fazer uso de referências destes dois universos mantendo-se no entre-lugar.

A trans feminina pode, por exemplo, ter pênis, ter pelos corporais, não implantar seios, ser pai e avô, relacionar-se afetiva e sexualmente com mulheres, bem como outras tantas possibilidades que possam remeter ao não enquadramento no universo feminino, porém essas características não a tornam mais ou menos mulher, mais ou menos trans, o que está em jogo aqui é a autonegação. Partindo deste pressuposto, compreendemos as identidades investidas pelas sujeitas trans desta pesquisa a partir de seus discursos.

Essa estratégia da autodesignação tem revelado uma multiplicidade de maneiras e possibilidades de ser trans para além do essencialismo que rege o sistema binário do sexo e gênero. Porém, essa estratégia de autonegação é cercada por normas reguladas pelas pessoas que fazem parte do grupo e pelas instituições sociais e sociedade, acarretando assim em novos padrões que irá legitimar ou deslegitimar os pertencimentos.

É o jogo cíclico que existe entre as identidades de resistência, identidades de projeto e identidades legitimadoras apresentadas por Castells (1999). Este ato de criar novas categorias que só se estabelecem após passar pelo crivo da legitimidade pode ser compreendida como re-essencialismo? Ao negar o sistema binário do gênero, mas utilizá-lo como referência, as pessoas trans estão caindo em contradição?

A Teoria Queer defende a não rotulação, porém vivemos em uma sociedade composta por “sistemas de significação e representação cultural” (HALL, 2006, p.13) que exige a nomeação, que se faz necessário os signos, significados e significantes da semiótica para existir nesta sociedade do discurso. Para requerer direitos, a

pessoa precisa se posicionar e se nomear, então acabam por caminhar nessa corda-bamba dos processos identitários em que nega o essencialismo do ponto de vista biológico, mas recai no essencialismo das identidades ao se autoneamar.

Não devemos abrir mão dos avanços intelectuais do pós-estruturalismo e dos estudos de transgeneridade retrocedendo a um discurso transexual essencialista. Mas precisamos reconhecer a especificidade da transexualidade no nível da prática social, e sua conexão contínua com uma problemática que é muito diferente de uma problemática da identidade. (CONNELL, 2016, p. 236)

Os estudos e movimentos sociais têm evitado estabelecer características fixas do que é ser trans a partir do sistema simbólico limitado acessível, por recair na armadilha essencializadora, rotulando quem é trans e quem não é por meio de elementos elencados para legitimar essa identidade tão complexa e diversa, como se existisse um modelo que representasse a “trans verdadeira”, como fez o endocrinologista alemão Harry Benjamin em 1954, que universalizou um padrão para o reconhecimento das pessoas trans através do protocolo de transexualidade que criou.

Mas, ao mesmo tempo, ocorre uma disputa dentro da própria população trans para definir o que é considerado legítimo pela maioria para ser reconhecida/o como trans. A heteronormatividade age também sobre as pessoas trans, fazendo com que elas/es mesmas/os se vigiem e estabeleçam normas de como devem se portar, se vestir, falar, se relacionar sexualmente e enfim, performar o gênero que desejam se identificar, estabelecendo padrões com base no que foi criado como sendo representativo do masculino e do feminino. “As mulheres transexuais podem ou não acreditar numa identidade de gênero fixa, mas reconhecem na prática o poder das determinações de gênero” (CONNELL, 2016, p. 248).

Não cabe aqui pensar a/o sujeita/o trans a partir da biogenética e da psiquiatria porque não se trata de uma doença nem biológica, nem genética e muito menos mental, mas, sim, como todo processo identitário, partimos de um pressuposto de uma construção social em que não buscamos origens e materialidades. Interessa-nos saber como as relações de poder estabelecem os contornos e limites do que está dentro ou fora de determinada categoria.

Para além do nascer trans, temos que pensar como a/o sujeita/o trans se constituiu em um mundo sem referências, sem história, sem legitimidade e sem representatividade. É nesse mundo invisível que as primeiras pessoas trans tiveram

que se sujeitar as nomeações a partir da percepção do outro (hetero-identidade de Cuche), que os/as tornaram marginais por não se enquadrarem dentro dos parâmetros de “normalidade”.

Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um continuum de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas, que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem o reconhecimento. (BUTLER, 2018, p. 17)

A partir do acesso a informação, aos espaços políticos e da construção de discursos científicos contrários ao essencialismo, ocorre o empoderamento das pessoas trans, que passam a disputar o protagonismo dentro das relações de poder e revelam novas possibilidades de discursos, de corpos, de histórias e de dissidências das dissidências... hoje podemos ver interseccionalidades identitárias jamais pensadas pelo sistema heteronormativo.

E assim como ocorre com a identidade de gênero, temos o corpo como um dos espaços que é mais vigiado e gera grandes embates sociopolíticos e teóricos, tendo de um lado uma perspectiva disciplinar e de controle, enquanto do outro lado temos aquelas pessoas que apresentam a multiplicidade de possibilidades que pode ocorrer neste espaço compreendido como território, como veremos na seção a seguir.

4.3 Corpo-Território: um espaço de controle e disputas

Teremos nesta seção uma discussão a respeito do corpo interpretado como espaço habitado (território), compreendendo o biológico e o simbólico como um conjunto latente que se transforma em uma única coisa, o corpo-território, não havendo dicotomia entre um eu abstrato e o corpo físico, pois interpretamos ser o corpo a versão concreta do eu.

A percepção de si mesmo como observador e pensador foi reificada no discurso e no pensamento, dando origem à noção de uma entidade, dentro do ser humano, que estava isolada de tudo o que se passava fora dela pelas paredes de seu continente corporal e que só era capaz de obter informações sobre os eventos externos pelas janelas do corpo, os órgãos sensoriais. (ELIAS, 1994, p.77)

Esta ideia será construída colocando em diálogo autoras/es de diversas escolas que se aproximam e outras/os que seguem caminhos opostos e desenvolveram o conceito de corpo como objeto central em seus estudos ou apenas abordaram o tema de forma parcial. Desenvolveremos também o conceito de território de maneira interdisciplinar e a partir destes conceitos dispersos que serão costurados e criticados, defenderemos a ideia de corpo-território.

“Antes de qualquer coisa, a existência é corporal” (LE BRETON, 2007, p. 7). No fecundar de um óvulo surge um território microscópico, que no caso dos seres humanos ficará vinculado fisicamente e dependente de um território maior (a mãe) durante aproximadamente nove meses. Ao passar dos meses ele se expande e começa a delimitar suas fronteiras físicas, constituindo uma geografia própria que se assemelha aos demais seres da sua espécie.

Desmembrando-se fisicamente da mãe, este novo indivíduo continuará por alguns anos sendo dependente de sua família para se comunicar, alimentar-se e aprender a lidar com a cultura que está inserido em um processo constante de relações que irão conduzir a delimitação das fronteiras que este novo território deverá ter, possibilitando assim, uma convivência de paz com o mundo a sua volta.

Esse primeiro território habitado irá se tornar um amálgama entre o “eu” e o corpo, materializando o indivíduo. Um “eu” que se materializa através do corpo, sendo compreendido como um só, sem distinção. Sendo assim, “através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade” (LE BRETON, 2007, p. 7).

O corpo aqui entendido como a expressão do eu, irá se tornar um território político que é desejado, construído e ressignificado por uma gama de fatores externos mesmo antes de se apresentar ao mundo, mas também, que sofrerá influência deste eu/corpo que é formado por desejos e ideias que nem sempre serão coerentes e inteligíveis. E é este corpo-político que nos representa na vida social e se apresenta por meio de discursos e performatividades que iremos chamar de corpo-território.

Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma “promessa”, um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. (BENTO, 2006, p.87)

O corpo não é só um conjunto de órgãos, um objeto (apesar de muitas vezes ser interpretado assim) ou algo fixo, ele é um “produto cultural” (BOURDIEU, 2014, p. 248) que é influenciado e influencia os processos identitários, que revela construções com base em paradigmas e estigmas e é dinâmico e mutável, tornando-se um espaço de disputas, controle, subversão, reificação, de diferenças e igualdades. É por meio do corpo que nos comunicamos e expressamos nossa representação social, nos fazendo integrar grupos sociais que são fabricados culturalmente e têm como referências fatores físicos, morais e identitários que irão constituir a representação social do corpo.

O corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades distintivas a suas condições sociais de produção, e o olhar social não é um simples poder universal e abstrato de objetivação, como o olhar sartriano, mas um poder social, que sempre deve uma parte de sua eficácia ao fato de que ele encontra, naquele ao qual se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação que lhe são aplicadas. (BOURDIEU, 2014, p. 250)

Bourdieu desenvolve alguns conceitos interessantes para pensar o corpo em suas relações sociais, dentre eles temos corpo real, corpo legítimo/ideal, corpo percebido, corpo objetivado e corpo alienado, que estão relacionados diretamente com o binarismo vergonha (timidez/mal-estar)/desembaraço.

Para ele, o corpo real (como de fato ele é) tem como referência o corpo legítimo/ideal (o modelo do que é aceito socialmente) e quanto mais se distancia deste modelo, há uma tendência a ter maior desconforto em relação à experiência de vivenciar o próprio corpo, havendo várias tecnologias sociais que agem sobre as pessoas para não deixar esquecer o modelo ideal e legítimo que devem alcançar para serem mais aceitas socialmente.

O corpo percebido está relacionado ao conjunto dos sinais distintivos que o constitui, que é responsável pela representação social ao perpassar o físico, mas também a *hexis* corporal (sua representação subjetiva). Eis que o corpo é objetivado (submetido ao olhar e representação do outro) e se relaciona diretamente com o que Bourdieu concebeu ser o corpo alienado:

Esse “corpo alienado” evocado pela análise essencialista, corpo genérico como a “alienação” que acontece com todos os corpos –, quando ele é percebido e nomeado, logo objetivado pelo olhar e pelo discurso dos outros. [...] A experiência, por excelência, do “corpo alienado”, a *vergonha*, e a experiência oposta, o *desembaraço*, são evidentemente propostas com graus de probabilidade desiguais aos membros das diferentes classes sociais; elas supõem agentes que,

oferecendo o mesmo *reconhecimento* à mesma representação da *conformidade* e da *manutenção da ordem legítima*, são desigualmente armados para realizá-la: as chances de viver o próprio corpo sob o modo da graça e do milagre contínuo são tão maiores quanto o conhecimento é uma medida de reconhecimento. (BOURDIEU, 2014, p. 250)

Há nessa construção da ideia de corpo alienado que age sobre todas as pessoas, uma relação direta com as sujeitas desta pesquisa que segue os dois caminhos opostos apresentados, a vergonha ocasionada por ter um corpo percebido que lhe marca e denuncia uma identidade que deseja apagar (o masculino), levando-as a buscarem se enquadrar no modelo ideal do que se reconhece como feminino, fazendo todas as intervenções físicas e adequando a sua hexis corporal para que seja reconhecida socialmente como pertencente à identidade que deseja.

Mas, por outro lado, temos algumas pessoas trans que fazem uso do desembaraço para se construírem como quiserem, sem seguir padrões pré-definidos do que é masculino e feminino, sendo indiferentes “ao olhar objetivante dos outros, que neutraliza seus poderes” (BOURDIEU, 2014, p. 251)

Saindo um pouco da sociologia, mas sem deixar de dialogar com ela, temos na psicanálise Freud e Lacan como referências clássicas para pensar o corpo. No modelo freudiano, o corpo é referenciado como pulsional e erógeno, vinculando-o ao gozo, sendo idealizado por meio do significante fornecido pela/o Outra/o e incorporado pela/o sujeita/o, cabendo ao indivíduo nomeá-lo através da linguagem.

Enquanto Lacan, leitor de Freud, trabalha com três sistemas de referência, discorrendo sobre o que veio a designar de corpo imaginário, corpo simbólico e corpo real, mas também reverberando no conceito de corpo pulsional. A questão do corpo povoa os estudos de Lacan do início ao fim de sua carreira e estas três formas de pensar o corpo são interdependentes, pois ao se fazer referência ao Real, é preciso mencionar o Simbólico, ao se fazer menção ao Simbólico, mostra-se necessário lançar mão do Imaginário.

Podemos considerar que os estudos desse autor estão pautados em três fases no que se refere a pensar o corpo, sendo que “a primeira, de 1936 a 1953, delimitaria o registro do Imaginário. A Segunda, de 1953 a 1976, evidenciaria o registro Simbólico. A terceira, de 1976 a 1980, enfatizaria o registro do Real [...]” (CUKIERT; PRISZKULNIK, 2002, p. 144).

Nesta primeira fase (corpo imaginário), Lacan inicia fazendo uma diferenciação entre a noção de organismo e corpo, para demonstrar que o corpo que é objeto das ciências cartesianas está na esfera do biológico e para psicanálise o corpo se constrói a partir da linguagem, seguindo a perspectiva da construção social, em que temos um corpo dinâmico e que se forma a partir do outro.

Lacan traz uma abordagem relacional que pode ser percebida por sua teoria do estágio do espelho, baseada no trabalho “*As origens do caráter*” (1934) de Henri Wallon (médico, filósofo e psicólogo francês), onde o autor descreve a importância do espelho para o reconhecimento do próprio corpo na fase infantil.

É no desenvolvimento dessa teoria que Lacan define o Eu (corpo) como ficção “essa forma situa a instância do *eu*, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção [...]” (LACAN, 1998, p. 98). E é a partir da descoberta da imagem do corpo que se constrói o caráter libidinal, regendo sua forma de se relacionar com o mundo. O registro imaginário refere-se então a imagem em si.

Na segunda fase (corpo simbólico) Lacan apresenta o simbólico como a principal referência das três, pois sem o Simbólico não há como existir o Real e o Imaginário. Novamente o autor traz a questão da linguagem e do estágio do espelho para explicitar sua ideia de corpo, revelando que o ponto de partida é o simbólico e não o imaginário, inclusive no que tange ao caráter libidinal.

O autor apresenta nesta perspectiva que o discurso envolve o sujeito antes de seu nascimento e após nascer este corpo (organismo) vive atravessado pelo simbólico e linguagem, chegando a dizer que o corpo é construído pela linguagem. Sendo assim, saímos da mera imagem das coisas para o significado, que é realmente o que define cada elemento que conhecemos. Por isso o simbólico é a raiz de tudo.

A terceira fase (corpo real) é representada pela ausência de sentido, é o que não se integra, é o impossível de se representar. É o que não tem explicação, que escapa ao simbólico e imaginário. Seria o que podemos compreender como nossos limites, nossas castrações e o que não pode ser alcançado, pois não havendo uma representação não é tangível, não é alcançável.

Então o organismo (corpo) em si é o Real enquanto não é nomeado e não tem significado, a partir do momento que se insere no sistema do simbólico e imaginário, ele deixa de existir na esfera do Real. As três esferas do corpo em Lacan

são interdependentes e a linguagem e o simbólico são as principais referências, sendo fruto do que podemos chamar de superestrutura social.

Os corpos sofrem uma ação direta da superestrutura (Marx e Engels)⁵⁷, que corresponde às formas de consciência social em geral, como a política, a filosofia, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, os meios de comunicação e etc., a partir das estratégias dos grupos hegemônicos para a consolidação e perpetuação da sua visão de mundo. Esta reflexão é relevante para entender os mecanismos de vigilância e controle que são empreendidos sobre o corpo.

O corpo pode ser compreendido como uma terra valiosa, que desperta o interesse da superestrutura para agir controlando-o e disciplinando-o, com o intuito de manter a ordem político-social criada e posta em prática pelas/os agentes e instituições que a compõe.

Deleuze e Guattari (1997) dizem que, quando o caos ameaça, é muito importante traçar um território e, se for preciso, tomar o próprio corpo como território, territorializar o corpo. Perceber o corpo como território parte do pressuposto que ele é um espaço de disputa, onde temos uma superestrutura que busca cerceá-lo, controlá-lo e discipliná-lo, sendo essa superestrutura aqui pensada para além do determinismo econômico e materialismo histórico, mas, sim, pensando na heteronormatividade que determina os corpos legítimos.

Em contraponto, a/o sujeita/o pode aceitar essa influência externa ou se rebelar e partir para guerra. O espaço de disputa se dá entre o eu (indivíduo) com ele mesmo e com o coletivo (sociedade).

Para pensar território, adotaremos o conceito do geógrafo brasileiro Milton Santos que se opõe a visão tradicional da geografia que considera o território como um objeto estático com suas formações naturais, defendendo o conceito de território como um objeto dinâmico, vivo, repleto de inter-relações. Para o autor, o território englobaria as características físicas de uma dada área, e também as marcas produzidas pela sociedade. Assim,

[...] o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da

⁵⁷ Ver (MARX; ENGELS, 1999).

história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente (SANTOS, M.; SILVEIRA, 2001, p. 80).

Desta maneira, reconheceremos o corpo como esse território esquizofrênico, constituído por meio das relações de poder que são acionadas constantemente no espaço-tempo que habitam. Sendo este território compreendido como uma partícula do espaço que “se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, M., 1978, p. 122).

O corpo-território é uma zona de conflito que sempre está em guerra, mesmo quando há concordância entre o corpo e a superestrutura social, como no caso do homem e mulher heterocisnormativos, pois se faz necessário a reificação diária para reafirmar que o corpo-território é legítimo, adequando-se aos referenciais ideais pré-estabelecidos de estética, comportamentos, vestuário e sexualidade, sendo uma guerra invisibilizada pelos sistemas normativos.

A outra guerra ocorre no campo da divergência e oposição, onde temos fronteiras sendo atravessadas ou se tornando fluidas, como é o caso das pessoas trans e não binárias, além dos corpos que fogem dos padrões legitimados de cor, etnia, geração, cultura, biotipo e etc., rompendo as normas que são estabelecidas por esta superestrutura social, que geram atritos de fácil percepção. “Não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; nomeado e reconhecido na linguagem, através de signos, dos dispositivos das convenções e das tecnologias.” (LOURO, 2004, p. 81)

Polak (1997) traz o propósito de um corpo que ocupa o lugar de fusão de fenômenos orgânicos e sociais, sendo o cenário no qual a cultura e a natureza dialogam, onde o coletivo e o individual se interpenetram. O ser humano se faz presente no mundo pelo seu corpo, este último representando uma dimensão construtiva e expressiva do ser do homem, sendo denominado de corpo próprio, corpo vivente. [...] concebe o corpo como algo que percebe e é simultaneamente percebido, devendo ser compreendido não apenas como objeto. Este conceito de "corpo vivente" ou "corpo vivido" seria uma forma de se estar no mundo em relação com os outros e com as coisas. Esta noção coloca a centralidade da alteridade, na medida em que a corporeidade se dá na relação com o mundo, na qual o outro nos constitui e ao qual constituímos continuamente. (SCORSOLINI-COMIN; AMORIM, 2010, p. 262).

O corpo-território é povoado por diversos marcadores sociais (etnia, gênero, sexualidade, geração, formas físicas e culturas) que estão sempre sendo acionados

pela superestrutura e pela/o sujeita/o, que é o que faz definir a sua apresentação ao mundo por meio das fronteiras que o definem, posicionando-o como aceito ou negado de acordo com contexto social que estiver em diálogo. A partir deste espaço habitado e ressignificado que é o corpo, serão definidos quais os corpos que importam e serão referências e os corpos que são relegados à marginalidade, anormalidade e desvio, lembrando que esses padrões são dinâmicos e relacionais de acordo a superestrutura que está vigente.

Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadinha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 1999, p. 162 - 163)

Um exemplo da ação da superestrutura social sobre os corpos pode ser percebido na construção do feminino. “[...] Talvez o mais regulado corpo seja o corpo feminino, qualquer corpo feminino, mas o corpo negro se situa em um simbólico e próximo segundo lugar” (BRAND, 2002, p. 37, tradução nossa).

Por anos o corpo da mulher foi vigiado e controlado, desde o seu vestuário até o direito ao aborto, tornando-se pauta de luta dos movimentos sociais, onde percebemos o conceito do corpo-território sendo acionado em frases de protesto das feministas: “tirem seus padrões do meu corpo”; “meu corpo, minhas regras; “meu corpo é político”; “meu corpo não é público; “meu corpo é laico”; “aborto livre”. Estas frases são uma pequena amostra, dentre tantas outras reflexões que são reiteradas pelos movimentos feministas para reivindicar o direito de posse sobre o seu corpo, que entende o corpo como um território privado que deve ser gerido pelo indivíduo e não pelo Estado, religiões e/ou pelo outro (homens e outras mulheres).

Os movimentos feministas são pioneiros neste debate do corpo-território, uma vez que as mulheres foram construídas pelo sistema patriarcal e falocêntrico, que trabalha sobre a égide do sistema binário (homem-mulher), considerando-as sujeitas submissas, inferiores e subjugadas ao homem, sendo seu corpo interpretado como propriedade do outro e da superestrutura.

Desta maneira, a reivindicação do direito de posse sobre o seu corpo (que representa o seu eu), acionando direitos e liberdade de expressão sobre inúmeros marcadores sociais que se relacionam diretamente com o corpo-território: etnia, gênero, sexualidade, moda, estética, moralidade, reprodução, papéis sociais, dentre

outros, tem definido essa guerra com a superestrutura social e o seu outro direto (o homem), assim como com as suas semelhantes (mulheres) que integram grupos com marcadores sociais distintos e recorrem a pautas políticas diversas e algumas vezes contraditórias.

Com a ideia de 'nosso corpo, nosso território', propomos tomar o corpo como território onde nossa vida habita, algo inseparável da própria vida que se realiza através e pelo corpo, nossa base material de existência humana: meu corpo sou eu. Não há um EU separado do corpo. Esta ideia é especialmente importante para atualizar o debate sobre a autodeterminação reprodutiva de nós mulheres e, me parece, tem a força necessária para reafirmar que temos direito a sermos "donas de si mesmas". [...] Por fim, gritamos que nosso corpo é nosso território, para dele afastar o poder do direito patriarcal e a ingerência das autoridades religiosas que, em nome da fé ou da lei, criminalizam as mulheres pela prática do aborto. Nosso corpo não é um "meio" ou um instrumento a serviço da reprodução biológica da vida humana. Não. Nosso corpo é parte de nossa própria existência, vale por si mesmo, como tem sentido a existência de toda mulher. E sobre nós, nossa existência, somos e queremos ser sempre soberanas, livres, sujeita de nossas vontades e donas, cada uma, de si mesmas. (CAMURÇA, [entre 2003 – 2019])⁵⁸

A pílula anticoncepcional é um exemplo da ação da superestrutura para o controle do corpo feminino. A pílula foi criada como um projeto para a prática da eugenia, refreando o crescimento das comunidades negras e latina dos Estados Unidos (PRECIADO, 2010), fato que ainda ocorre em diversas nações, por meio de projetos de ação social.

A pesquisa de Chiara Pussetti (2013) demonstra como ocorre o controle dos corpos das imigrantes em Portugal por meio da implantação gratuita do anticoncepcional subcutâneo em mulheres imigrantes, identificando ser uma estratégia para os profissionais e técnicos dos programas sociais conseguirem ter um melhor acompanhamento, já que o implante tem validade de três anos e requer visitas periódicas ao ginecologista para o monitoramento de tal contraceptivo. E desta forma, efetiva-se um controle de natalidade das imigrantes de origens indesejadas em Portugal.

Entretanto, por outro lado, o anticoncepcional também representa a liberdade da mulher cis para o exercício de sua sexualidade heterossexual, uma vez que dissocia o sexo da reprodução, dando a elas o direito de decidir quando desejam procriar e se realmente desejam se tornar mães algum dia. Com base em muita luta,

⁵⁸ Sílvia M. S. Camurça é militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e integrante da equipe multiprofissional do SOS Corpo (Recife – PE).

dissocia a mulher cis de estar destinada a ser mãe, pois esta não é uma condição natural, mas, sim, uma escolha.

Tanto a pílula, quanto outros contraceptivos corroboraram para a inserção da mulher cis no mercado de trabalho e a seguir uma carreira acadêmica, mas, ainda assim, outras atividades sociais vinculadas à maternidade e ao ser mulher continuam sendo reiterados, sendo até hoje pauta dos feminismos a equidade junto aos homens na divisão dos afazeres domésticos e cuidado e educação das filhas, que foi naturalizado pelo patriarcado como sendo atividades exclusivas da mulher.

O corpo feminino é um dos territórios mais vigiados, controlados, disciplinados e violentados que existe. Há padrões de beleza que são impostos pela cultura, mídia, moda, empresas de estética e cosméticos, academias de ginástica e musculação, popularização das cirurgias plásticas, empresas de produtos bioquímicos relacionados à estética e embelezamento corporal, influência do audiovisual (cinema e televisão) e tantos outros fatores externos que agem durante séculos sobre o corpo-território feminino, moldando e dando legitimidade aos que se enquadram nas normas.

Todo o resto que não conseguiu alcançar ou não quis seguir esses padrões ditados pelos grupos hegemônicos que estão em uma situação de privilégio dentro das relações de poder, são rotulados como marginal, como um território subdesenvolvido que não é atrativo e habitável, sendo compreendido como um território que tem menos chance de melhorar sua condição social. O mesmo ocorre com os padrões de comportamento, que a superestrutura heteronormativa define o que é certo ou errado, fazendo com que discursos e práticas contrárias surjam para reivindicar seu direito de existir, de serem vistas como sujeitas e trazendo à tona a multiplicidade de corpos possíveis, cada um carregando sua beleza e poder singular.

No final dos anos 1960, a crise da legitimidade das modalidades físicas da relação do homem com os outros e com o mundo ampliou-se consideravelmente com o feminismo, a "revolução sexual", a expressão corporal, o body-art, a crítica do esporte, a emergência de novas terapias, proclamando bem alto a ambição de se associar somente ao corpo, etc. Um novo imaginário do corpo, luxuriante, invade a sociedade, nenhuma região da prática social sai ilesa das reivindicações que se desenvolvem na crítica da condição corporal dos atores. (LE BRETON, 2007, p. 9)

As “minorias” têm um despertar de consciência sobre o impacto da alteridade relacionado aos seus corpos marcados⁵⁹ e performatividades que se concretizam por meio do corpo-território, provocando o surgimento de grupos sociais organizados (negras/os, LGBTQIA+, hippies e mulheres), mas também grupos mais específicos formados por pessoas gordas, deficientes físicos, tatuadas e albinas, para combater as desigualdades sociais.

Os novos movimentos sociais têm um boom no século XX⁶⁰ e desde então vem crescendo e se diversificando, trazendo à tona a ressignificação do corpo-território, positivando os marcadores socioculturais que por muito tempo têm sido construídos como pejorativo e subalterno.

Atualmente, podemos ver movimentos defendendo bandeiras diversas relacionadas à construção de seus corpos, possibilitando que as novas gerações possam se reconhecer a partir do múltiplo e tenha o direito de escolha de habitar seu corpo com as marcas culturais que desejar, além de permitir que marcas físicas e biológicas antes depreciadas, possam ser percebidas como territórios legítimos e constituído de beleza e poder. Hoje, podemos ver que uma pessoa negra tem referenciais de beleza e de existir para além de um tipo criado como padrão, tendo liberdade para manter seu cabelo natural.

A vitória da sul-africana Zozibini Tunzi no concurso de Miss Universo em 2019 referenda a quebra de padrões de beleza estabelecidos como uma exclusividade da população branca, que já havia sido rompido em outros dois momentos, em 2011 com Leila Lopes (representante da Angola) e em 1977 com Janelle Commissiong (representante de Trinidad e Tobago) que foi a primeira negra a vencer o concurso de miss universo.

Hoje também já é possível ver uma pessoa fora do peso (padrão) conviver com seu corpo sem se subjugar e vários outros exemplos que poderíamos listar aqui como resultado dos discursos e lutas dos movimentos sociais, que abrem espaço para desviar e romper com padrões normativos, possibilitando novos olhares culturais que reverbera em novos significados das marcas sociais.

⁵⁹ Utilizamos aqui a expressão corpo marcado para representar os corpos que só existem a partir dos marcadores sociais que te colocam em oposição ao outro (hegemônico). Por exemplo, o corpo negro, ele só existe quando sua marca (ser negro) é acionada, fora isso, esse corpo é invisível. Ele só existe a partir de uma característica física e/ou como se apresenta socialmente, que é o que o define e carrega consigo toda uma carga simbólica criada pela cultura onde está inserido.

⁶⁰ Ver: (GOHN, 1997).

Pensando as sujeitas desta pesquisa, Connell diz que a transexualidade é corporificada e “as experiências de corporificação contraditória são centrais na vida das mulheres transexuais” (CONNELL, 2016, p. 239). A contradição perpassa a própria sujeita que durante a transição se depara com dúvidas, inquietações, signos híbridos em seu corpo e discursos opostos que lhe fazem passar por conflitos e questionamentos a respeito da construção de sua identificação de gênero.

No âmbito do coletivo a, corporificação trans também causa impactos, por representar a ambivalência e desestabilizar as normas. “Algumas tentam manter a contradição dentro de si e superar o terror. Algumas conseguem viver o resto da vida desta forma; caso sejam de classe média, assistidas pela psicoterapia. Algumas se matam” (CONNELL, 2016, p. 241). Estes processos de corporeidade tornam-se contraditórios por estarem inseridos em uma determinada cultura, então a contradição é contextual, situacional e relacional.

Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma “marca” definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência do seu corpo. (LOURO, 2019, p. 16)

E nessa modernidade líquida (BAUMAN, 2013) que vivemos aonde tudo vem se tornando fluido, os processos identitários seguem essa mesma lógica de fluidez, que vem sendo revelados por discursos e performatividades diversas, demonstrando novas possibilidades de serem percebidas pela/o outra/o. Mas esta mesma fluidez que povoa o campo das identidades, também age sobre os corpos que passam a ser vivenciados com a construção de novas fronteiras, permitindo habitar em seu território marcas antes consideradas opostas, quebrando assim os binarismos e sendo percebidos como corpos-políticos.

Estes corpos que vêm borrando e atravessando as normas surgem como territórios visíveis a partir de uma guerra epistemológica e sociocultural, sendo possível porque os movimentos sociais conseguiram tornar seus discursos empoderados e ganhar espaço no campo político e acadêmico, porém, ainda vive sob a tutela de uma biopolítica, deixando de lado o poder de soberania, que é o direito de causar a morte ou de deixar viver, para ser substituído pelas *disciplinas*, que são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que

realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1999, p. 163).

[...] deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhe escapa continuamente. (FOUCAULT, 2015, p. 154)

Na obra “História da Sexualidade: a vontade de saber”, lançada em 1976, Foucault apresenta a biopolítica como um dos eixos complementares do biopoder, conceito pelo qual ele entenderá que existe um eixo que está voltado para o adestramento dos corpos, tornando o corpo dócil para se tornar útil ao funcionamento social por meio do uso de tecnologias e operações para subjugar-lo, ou seja, agindo sobre o corpo individual e sendo compreendido como um mecanismo de poder disciplinador.

E o outro eixo, a qual ele chamará de biopolítica, está vinculado à ideia da regulação, por parte do Estado, da vida e morte dos indivíduos de uma sociedade, que irá intervir sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade, organização social, saúde, educação, infraestrutura, violências e questões sociais em geral que afetarão diretamente a sociedade, neste caso está se referindo ao coletivo e sendo compreendido como um mecanismo de poder regulamentador. A sexualidade é representada como o ponto de intersecção entre estes dois eixos, por ser vista como uma expressão política e vital e que passa a ser controlado através dos discursos (FOUCAULT, 2016; 2015).

Os mecanismos de poder da perspectiva foucaultiana, o disciplinador e o regulamentador, agem de forma articulada e se materializam nas normas das disciplinas e das regulamentações sociais que são negociadas nas relações de poder, que a partir do século XIX passa a se encarregar da vida, quer dizer, o poder “conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.” (FOUCAULT, 2016, p. 302).

Com base nos sistemas normativos, temos os enquadramentos das vidas que importam e as vidas precárias (BUTLER, 2018), fato este que ocorre com os corpos trans que são percebidos como marginais, abjetos e desprezíveis por estarem rompendo com a norma do sistema heterocisnormativo. Ao considerar o

que é melhor para o coletivo (a população), autoriza-se a morte dos corpos precários como necessário para gerir a purificação e bem-estar da população. Exemplo disso são as mortes em massa nas guerras, mas também “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2016, p. 306).

Sendo assim, as pessoas trans vivem sob o agenciamento do biopoder e da biopolítica quando seus corpos são controlados por programas de saúde pública, que determinam quais os corpos são possíveis transicionar seguindo parâmetros que poderíamos dizer que é uma nova versão do protocolo de transexualidade criado pelo endocrinologista alemão Harry Benjamin em 1954 para determinar quem era “trans de verdade”.

O conjunto destes parâmetros e sua institucionalização, que ocorre através dos documentos oficiais internacionais que determinam as regras e epistemologias da área da saúde, tais como o Código Internacional de Doenças – CID, são compreendidos como dispositivo da transexualidade (BENTO, 2006). O direito de reconhecimento do nome e gênero nos documentos das pessoas trans, tanto quanto a sexualidade e os prazeres, o acesso a escola e ao mercado de trabalho, e tantas outras limitações que são impostas a estes corpos fora das normas, passa por um processo de disciplina e regulamentação.

Desta maneira, vários sistemas normativos agem sobre nossos corpos construindo padrões e modelos que se apresentam como metas a serem alcançadas por todas/os que desejam ser reconhecidas/os como legítima/o e aceita/o. Mas, da mesma maneira que técnicas das mais diversas são utilizadas para ditar o que é reconhecido como ideal, há vários movimentos usando das mesmas ferramentas para construir discursos que contestam e negam as normas estabelecidas pela biopolítica, demonstrando como o poder é pulverizado nas relações sociais e não está estabelecido unicamente de cima para baixo.

É compreendendo o corpo como um território de disputa e de representação política que seguiremos para a próxima seção, onde faremos uma discussão a respeito dos processos migratórios que servirá de base para a compreensão do tema central da tese: a diáspora trans.

5 REFLETINDO SOBRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Em relação aos processos migratórios, partiremos de uma perspectiva que vai para além do espaço-temporal, compreendendo o corpo como território que possui fronteiras bem vigiadas pelo sistema heteronormativo, assim como o gênero também sendo percebido nesta pesquisa como um espaço de trânsitos e mobilidades, e faremos uma imersão sobre os conceitos, história e abordagens sobre a temática, para compreendermos o cerne desta pesquisa.

O capítulo está distribuído em seis seções subsequentes nas quais abordaremos os processos migratórios, identificando-os como um fenômeno que está presente desde os primórdios dos tempos, situando os estudos sobre migrações nas ciências sociais e fazendo uma discussão sobre as diásporas.

Dando continuidade ao capítulo, abordaremos a relação que existe entre as construções das sexualidades e gêneros “desviantes” e os processos migratórios, além de sinalizar a invisibilidade destas identidades nas políticas migratórias, tanto no Brasil quanto na Europa. E por fim, apresentamos uma discussão sobre o conceito de redes, considerando ser de extrema relevância revelar os entrelaçamentos que acontecem nas trajetórias de vida das travestis e mulheres trans.

5.1 Síntese sobre os Processos Migratórios

Recorrendo à história, veremos que a migração é um fenômeno que vem ocorrendo desde os primórdios da humanidade. Na pré-história, o ser humano era nômade por questões de sobrevivência, pois precisava lidar com as mudanças climáticas que impactavam na caça, pesca e coleta de frutos, bem como a resistência do seu corpo ao *habitat*.

Estudos demonstram que a espécie humana tem uma origem comum (a África) e que rotas migratórias globais foram trilhadas: Eurásia, Ásia, Europa, Oceania e Américas, seguindo essa ordem devido aos fluxos de recuo das geleiras nestes continentes e a proximidade geográfica, posteriormente a desertificação da África, foi um fator que também impulsionou a busca por *habitats* de mais fácil adaptação. Este movimento da pré-história foi fundamental para a colonização mundial (GOUCHER; WALTON, 2011).

A expansão da população, a descoberta de ambientes habitáveis, a evolução das técnicas agrícolas e outros avanços (linguagem, descoberta do fogo e metais, domesticação de animais, aprimoramento de técnicas de transporte, dentre outros) agiram em dois sentidos: ampliou as migrações das novas gerações, assim como, possibilitou o sedentarismo (fixação) e aglomeração de famílias nestes novos espaços explorados.

Vale ressaltar, que esse processo durou dois milhões de anos segundo Goucher e Walton (2011), tendo em vista as limitações de deslocamento das diversas gerações da espécie humana que por séculos praticaram as migrações pela via terrestre a pé, posteriormente usando animais como meio de transporte e pela via marítima, assim como, aproveitando o acesso a novos territórios através de pontes de terra que surgiam no mar por causa das mudanças climáticas.

Sendo assim, podemos dizer que a espécie humana evoluiu e se diversificou a partir das mobilidades espaciais, gerando novas culturas, hábitos, costumes e interações sociais que modificaram e foram modificados pelo meio. Os fluxos migratórios continuam acontecendo e novas transformações sociais são percebidas e analisadas pelas diversas ciências, dentre elas a sociologia. Porém, veremos que esta temática só ganha espaço e protagonismo nos estudos sociológicos após décadas do surgimento da sociologia enquanto ciência.

Dentre as muitas possibilidades de fatores que poderiam ser citados como marcantes para dar origem à sociologia, serão adotadas aqui três revoluções do Século XVIII (SELL, 2009), que foram fundamentais para compreender a transição da sociedade medieval para sociedade moderna (objeto da sociologia): Revolução Industrial (Inicia na Inglaterra em 1760), Revolução Francesa (1789) e a Revolução Científica (1550 a 1770 - passagem da sociedade pré-capitalista para sociedade moderna), todas relacionadas com o fenômeno da migração, seja como causa ou como efeito, o que poderia permitir que a sociologia vislumbrasse os fenômenos migratórios como um dos temas centrais a serem desenvolvidos desde sua origem, porém, este fato não aconteceu.

Na Revolução Industrial que inicia na Inglaterra, apesar do elevado êxodo rural e migrações inter-regionais que impactaram na reorganização do espaço urbano por causa da transição do sistema de manufatura para o industrial, tivemos nas abordagens sociológicas uma atenção maior ao contexto econômico e divisão

de classes – proletariado e burguesia (MARX); divisão do trabalho social (DURKHEIM) e a racionalização da sociedade ocidental (WEBER).

Do outro lado do Canal da Mancha, temos a França (rival da Inglaterra na época) convivendo com a insurreição da burguesia, que ficou conhecida como Revolução Francesa e tinha como objetivos a implantação do liberalismo econômico, fim do absolutismo e dos privilégios do clero e nobreza, ideias que foram influenciadas pelo Iluminismo, resultando em crises políticas e socioeconômicas durante anos, tendo como uma das consequências o exílio da família real e refúgio de membros do clero e nobreza. Novamente o fenômeno das migrações que ocorreram neste período não despertou o interesse dos teóricos da época para uma reflexão mais profunda sobre o assunto.

E por fim, a Revolução Científica, que tem uma interconexão com as duas revoluções supracitadas, tendo em vista que está relacionada ao desprendimento da ciência da tutela da Igreja, fazendo uma transição do teocentrismo para o humanismo, o que permitiu chegar aos avanços tecnológicos e científicos necessários à sociedade moderna em construção.

Os resultados desta revolução também impactaram diretamente nas mobilidades humanas através do avanço nos transportes marítimos, terrestres e ferroviários, assim como o desenvolvimento econômico das cidades que agiu como fator de atração de indivíduos da zona rural e das regiões circunvizinhas, mas que também possibilitou a exploração dos territórios mais longínquos, a partir de viagens ultramarinas levadas pelas motivações econômicas (desejo de melhores condições materiais e financeiras) e o uso de estratégias de povoamentos e escravidão.

Apesar de nenhum dos três teóricos consagrados como fundadores da sociologia (Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx) terem abordado como tema central em seus estudos as mobilidades humanas (migrações), ainda assim, podem ser encontradas em suas obras menção ao assunto, mesmo que de forma marginal. O fenômeno migratório só ganha protagonismo na sociologia a partir das obras de “Friedrich Engels, Georg Simmel, Rosa Luxemburgo e mesmo Vladimir Lênin, para consolidar-se nos autores da chamada Escola de Chicago” (OLIVEIRA, 2014).

Vale à pena ressaltar como os estudos sobre a migração, que é tão presente e fundamental na constituição das sociedades, foram negligenciados pelos estudiosos pioneiros das ciências sociais, porém, os processos migratórios vêm se consolidando como uma área da sociologia que apresenta ricas possibilidades para

compreender as questões étnicas, identitárias, econômicas, relações de poder, alteridades e demais aspectos socioculturais que interessam às teorias sociológicas e demais ciências sociais.

Em que momento a sociologia toma como objeto de estudo os fenômenos migratórios? A partir de qual perspectiva? Quais as/os principais autoras/es desenvolveram estudos sobre esta temática na sociologia? Essas questões serão respondidas de forma breve para compreendermos como ocorreu a construção de um subgrupo da sociologia, que ainda não é consensual entre os estudiosos das ciências sociais, chamada de sociologia das migrações.

5.2 Sociologia das Migrações

O fenômeno das migrações é um tema de abordagem interdisciplinar por conta de sua complexidade enquanto objeto de estudo. Apesar da sociologia ter demorado para compreendê-lo como fenômeno social, hoje podemos dizer que já temos um arcabouço teórico bastante consolidado dentro dos estudos sociológicos e que vem sendo construído desde meados do século XIX e início do século XX, quando surgiram as primeiras teorias que estudaram a migração e a condição de ser imigrante e estrangeiro.

Desde então, muitos olhares sociológicos foram desenvolvidos seguindo caminhos diversos para compreender e interpretar os fenômenos migratórios. Algumas teorias têm uma aproximação maior com a sociologia econômica, outras discutem as dificuldades de integração na sociedade de destino relacionadas às questões identitárias, há ainda as que têm como foco os fatores de atração e expulsão, outras voltadas às consequências dos fluxos migratórios tanto para a sociedade de origem quanto para a sociedade de destino, dentre outras tantas possibilidades que vêm sendo construídas a partir da interdisciplinaridade. Veremos nesta seção as/os autoras/es que mais se destacaram nos estudos migratórios.

A escola marxista tem em sua trajetória Engels como primeiro representante a abordar o tema das migrações com um maior aprofundamento na sociologia. Em sua obra *“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”* (1884), o autor descreve as relações de alteridade entre nativos ingleses e imigrantes irlandeses, quando estes últimos são atraídos à Inglaterra pela Revolução Industrial buscando oportunidades de emprego.

Nesta obra, temos uma abordagem sobre as diferenças culturais de nativos e imigrantes, descrevendo os irlandeses como representantes da escória social (maltrapilhos, bebedores, grosseiros, portadores de hábitos brutais...) e como essa dimensão social impactava na sociedade inglesa, principalmente em relação aos trabalhadores ingleses que tinham que concorrer com essa mão-de-obra estrangeira que se contentava com baixos salários. Engels dedica um capítulo do livro exclusivo à discussão da temática migratória, intitulado “*A emigração irlandesa*”.

O rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse duma reserva- a numerosa e miserável população da Irlanda. Os irlandeses, em sua terra, nada tinham a perder e, na Inglaterra, muito a ganhar; e desde que se difundiu na Irlanda a notícia de que, a oriente do canal de St. George, qualquer homem robusto tinha a possibilidade de encontrar um trabalho seguro e um bom salário, grupos de irlandeses atravessaram-no todos os anos. Calcula-se que até hoje imigraram mais de 1 milhão de pessoas e que, ainda agora, 50 mil chegam anualmente à Inglaterra. Quase todos os irlandeses se radicam nas áreas industriais, em especial nas grandes cidades, onde constituem a classe mais baixa da população. (ENGELS, 2010, p. 131)

Outras/os marxistas que se debruçaram sobre o tema das migrações foram: Rosa Luxemburgo (1871/1919) e Vladimir Lênin (1870/1924). Luxemburgo, socialista polonesa, há mais de um século já trazia uma reflexão sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização que aconteciam, contrastando o local e o global por meio da lógica do capital.

O fato de ser uma mulher produzindo pesquisa e atuando no cenário político da época, já seria suficiente para a discussão de gênero, pois é um olhar feminino fazendo a leitura da sociedade. Mesmo concordando com os pensamentos marxistas, Rosa se permitia tecer críticas aos escritos teóricos marxistas de Marx, Engels e Lênin. Em seu artigo intitulado “*A Proletária*” (1914), a autora apresenta seu olhar crítico sobre a opressão sofrida pela mulher proletária abordando de forma subliminar os processos migratórios.

Para a mulher burguesa proprietária, sua casa é o mundo. Para proletária, todo o mundo é a sua casa, o mundo com o seu sofrimento e sua alegria, com sua atrocidade fria e seu tamanho. A proletária vaga com o trabalhador do túnel que liga a Itália a Suíça, acampa em barracas e seca, enquanto cantarola, a roupa dos bebês ao lado de rochas explodindo. Como trabalhadora sazonal do campo, no início do ano, ela encontra-se no barulho das estações de trem, sentada sobre os seus humildes pertences, um lençinho cobrindo o penteado simples aguarda pacientemente para ser transportada do leste para o oeste. No deque do navio a vapor ela se desloca com as ondas que levam a miséria da crise da Europa para a América, em

um amontoado de e idiomas de proletários famintos, para, quando a onda de refluxo uma crise americana se fizer presente, retomar para a miséria familiar da Europa, para novas esperanças e decepções, para uma nova caça por trabalho e pão. (LUXEMBURGO, 1914, s/p)

Lênin, fechando os primeiros estudos marxistas sobre os fenômenos migratórios, fez uma análise da imigração para os Estados Unidos, como estratégia para criticar o capitalismo, mas também se debruçou sobre as condições de trabalho das mulheres do campo e proletárias, criticando e denunciando a exploração e depreciação do trabalho feminino:

O aumento da emigração é enorme e intensifica-se cada vez mais. Em cinco anos, de 1905 a 1909, emigraram em média para a América (trata-se apenas dos Estados Unidos) mais de um milhão de pessoas por ano. [...] O capitalismo americano arranca milhões de operários da Europa oriental atrasada (incluindo a Rússia, que forneceu 594.000 imigrantes em 1891-1900 e 1.410.000 em 1900-1909) às suas condições semimedievais e coloca-os nas fileiras do exército avançado e internacional do proletariado. (LÉNINE, 1984, s/p)

No curso de suas atividades revolucionárias, Lenin frequentemente escreveu e falou sobre a emancipação da mulher trabalhadora no geral e da mulher camponesa em particular. De fato, a emancipação da mulher é inseparavelmente ligada à toda a luta pela causa dos trabalhadores, pelo socialismo. [...] Em seu livro O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Lenin descreveu de que modo os criadores de gado exploram as mulheres camponesas, como os mercadores-compradores exploram as mulheres que tecem rendas; ele mostrou que a indústria em larga escala emancipa a mulher e que o trabalho na fábrica amplia suas perspectivas, as torna mais cultas e independentes e as auxilia a quebrar os grilhões da vida patriarcal. Lenin disse que o desenvolvimento da indústria em larga escala criaria as bases para a completa emancipação da mulher. (KRUPSKAYA, 1933, s/p)⁶¹

As/os três autoras/es citadas/os acima fizeram os estudos sobre os processos migratórios com o objetivo de atingir o sistema capitalista, que por questões ideológicas condenavam. Era uma forma de demonstrar as desigualdades e processos de exploração que o capitalismo estava desenvolvendo e como este processo impactava no planejamento desordenado das cidades industriais.

Veremos agora as contribuições de George Simmel para a sociologia das migrações, um teórico contemporâneo de Weber que se inspirou no “idealismo alemão”, principalmente no idealismo do filósofo Kant, desenvolvendo seus estudos

⁶¹ Nadezhda K. Krupskaya foi uma pedagoga e revolucionária russa, autora de mais de 300 obras literárias, foi casada com Lênin. Deixou escritos sobre as obras e vida do marido, dentre eles este artigo que apresenta a contribuição de Lênin sobre a emancipação da mulher.

com base nas interações sociais e trocas simbólicas dos indivíduos em sociedade (sociação)⁶². Foi um autor fundamental para a consolidação dos estudos migratórios, exercendo grande influência sobre a escola norte-americana de estudos sociológicos que ficou conhecida como Escola de Chicago. Segundo Márcio de Oliveira (2014):

A figura social do migrante, ao contrário, está presente no interior de vários textos e pode ser considerada mesmo muito importante para a compreensão de sua sociologia. A mobilidade (de perspectivas, de sentidos e de ações) que caracteriza o indivíduo na modernidade é central em sua obra. Simmel abordou os temas da imigração e do imigrante - e, sobretudo, as consequências de suas ações - de maneira transversal. Já o tema dos imigrantes (ou descendentes de) foi diretamente abordado em seus estudos sobre os judeus, tendo Simmel os considerado assimilados. Por outro lado, quando Simmel fala do espaço, há uma discussão sobre deslocamentos e, portanto, sobre migrações. Nesse caso, Simmel analisa as formas de socialização que se estabelecem dentro de um grupo migrante em contraste com o grupo fixo. (OLIVEIRA, 2014, s/p)

Apesar de não usar o termo (i)migrante em seus trabalhos, temos a figura social da/o (i)migrante construída com outra nomenclatura, o estrangeiro (ele usava a expressão apenas no masculino).

Na teoria de Georg Simmel há uma distinção entre a/o viajante e a/o estrangeira/o, sendo viajante toda/o e qualquer cidadã/ão que ao se deslocar de um determinado lugar para outro não se estabelece, enquanto que aquela/e que se estabelece no lugar de destino é o que o autor chamou de estrangeiro/a, tendo em vista que não é necessário que essa pessoa tenha vindo de outro país, mas sim de qualquer lugar, longe ou perto do local de destino.

Simmel traz uma importante reflexão sobre a incompletude da inserção da/o estrangeira/o e seus descendentes no grupo nativo, por causa de suas particularidades: cultural, idioma e características físicas. Em suas obras já se encontravam várias ideias centrais para a sociologia da imigração, tais como: demografia, geografia, alteridade, socialização, dominação, desejo do retorno ao lugar de origem, impactos da presença da/o estrangeira/o na sociedade de destino, assimilação e interações sociais.

O autor não faz nenhuma reflexão sobre as mulheres ao estudar os processos migratórios, até porque não havia um fluxo notório de mulheres nos

⁶² Termo cunhado por Simmel para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam, destacando que as interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, a convergência.

movimentos de mobilidade espacial da época, porque o fator de atração que impulsionava o ato de migrar era o mercado de trabalho, que tinha como sujeito o homem, uma vez que as mulheres ainda não faziam parte da cadeia produtiva e estavam destinadas as atividades domésticas.

Simmel irá tratar das mulheres em outros artigos para discorrer sobre os papéis sociais que são constituídos a partir da cultura, que são escritos, inclusive, anteriormente ao texto “*O Estrangeiro*” (1908) que ele aborda os processos migratórios, tais como: “*Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro*” (1892); “*Sobre a sociologia da família*” (1895); “*O papel do dinheiro nas relações entre os sexos – fragmento de uma filosofia do dinheiro*” (1898); “*A cultura feminina*” (1902)⁶³; dentre outros textos que toma a sujeita mulher como objeto de análise.

Traremos um adendo aqui sobre esses textos para ilustrar de que forma Simmel representava o feminino, tendo em vista ser pertinente para esta tese, mesmo que fugindo do recorte desta seção. O autor não se desprende da essencialização da mulher (seguindo o padrão de estudos da época), porém, desconstrói alguns estigmas lançados sobre elas, como é o caso da prostituição, que Simmel apresenta como resultado da cultura e não como uma livre escolha de quem está nesta profissão.

Simmel repreende a moral da “boa sociedade” e traz à reflexão a interseccionalidade da classe, quando compara os privilégios das prostitutas que fazem parte e transitam nas classes superiores (que ele chama de prostituição superior ou prostituição elegante) e a repugnância que a sociedade trata as prostitutas de rua (que ele denomina prostituição miserável).

Ainda nesse texto provocativo, Simmel (1993, p. 10) diz: “enquanto o casamento existir, a prostituição também existirá”, criticando as normas estabelecidas do celibato antes do casamento e colocando este fator como uma das causas da prostituição, para atender “as impulsões poligâmicas [que] se encontram na natureza masculina” (SIMMEL, 1993, p. 11).

No texto sobre a família, Simmel traz exemplos de povos antigos que tinha como regra o matriarcado, contextualiza a poligamia, poliandria e monogamia, chegando a conclusão de que “o núcleo fixo em torno do qual a família cresceu não

⁶³ Todos estes artigos estão reunidos no Livro “*Filosofia do amor*” (1993).

é a relação entre o homem e a mulher, mas entre a mãe e o filho” (SIMMEL, 1993, p. 30), alegando que a relação conjugal “é suscetível de mutações infinitas” (p. 11) enquanto a relação entre mãe e filha/o é baseado em laços estáveis e naturais.

Quando Simmel diz: “O filho pertence à mãe; e ao pai unicamente na medida que a mãe lhe pertença – do mesmo modo que os frutos de uma árvore pertencem ao proprietário desta” (SIMMEL, 1993, p. 11), ele está reproduzindo a concepção estrutural da época, pautada na posse e submissão da mulher, assim como das/os filhas/os, revelando o patriarcado que se estabeleceu com a reorganização social que tem o homem como privilegiado nas relações de poder.

Ao longo desse texto, Simmel apresenta como: a monogamia se torna uma norma social; o homem deixa de interpretar o filho como posse e passa a enxergá-lo como herdeiro; o casamento determinou a divisão do trabalho entre homens e mulheres; dentre tantos outros assuntos vinculados ao matrimônio que impactam nas relações entre homens e mulheres.

No texto acerca do papel do dinheiro nas relações entre os sexos, Simmel traz a questão da compra das mulheres como uma ação de “caráter eminentemente social” (SIMMEL, 1993, p. 12). Faz a ressalva sobre como estas tradições podem ser ressignificadas com a valorização da mulher, no sentido de que só se comercializa o que se tem valor.

Ele apresenta exemplos de casamentos que tem como premissa a “compra” da esposa, quando ela possuía valor econômico (ajudava na produção), que depois será substituído pelo dote dado pela família da noiva, invertendo a situação, pois perde seu caráter econômico e torna-se um “fardo” para o marido, pois com a divisão do trabalho entre os sexos, o homem assume o papel de provedor do lar e a mulher se torna dependente dele.

Esse texto traz outras tradições peculiares a cada cultura que coloca a mulher como centro das transações monetárias para o estabelecimento do matrimônio, mas também retoma a discussão acerca da prostituição revelando a essencialização e subalternização da mulher em contraste com a superioridade do homem que se estabelece nas relações sociais.

No texto sobre a cultura feminina, Simmel discorre sobre a problemática do domínio masculino das diversas áreas que constituem a sociedade, ao dizer: “[...] que a cultura da humanidade não é, em suma, nada assexual, não reside numa faculdade pura além do homem e da mulher. Ao contrário, essa cultura, que é a

nossa, se revela inteiramente masculina, com exceção de raros domínios” (SIMMEL, 1993, p. 70).

O autor traz à tona como é que a mulher se tornou essa sujeita sem privilégios, por estar sendo pensada pelo Outro, porque quem construiu as normas foram os homens e desta maneira temos uma cultura masculina, construída pelos homens e voltada para os homens.

A diferenciação que Simmel faz entre os dois gêneros, considerando o cenário do início do século XX, é que ele descreve o homem como um ser objetivo e a mulher um ser subjetivo e que esta interpretação demandaria uma nova divisão do trabalho, que fosse constituído por ofícios diferenciados para que as mulheres pudessem realizar o trabalho. Porém, ele não enxergava essa subjetividade das mulheres como pejorativo, pelo contrário, dizia que elas eram “indivíduos altamente evoluídos” (SIMMEL, 1993, p. 82).

Retomando o debate desta seção sobre os processos migratórios, podemos concluir que a partir das obras de Simmel que discutiam a figura social da/o (i)migrante (estrangeira/o), ele tornou-se um dos grandes pilares da Escola de Chicago, tendo em vista que as/os pesquisadoras/es desta nova escola estavam vivenciando um contexto histórico local propício ao desenvolvimento de estudos sobre os fenômenos migratórios: migração das/os negras/os norte-americanas/os do sul; leis de cotas; a discussão sobre o *melting pot*⁶⁴; recepção de grupos étnicos diferenciados e a preocupação com a assimilação; dentre outros fatores que motivou estes pesquisadores a tomarem como central em seus estudos a (i)migração.

Com a fundação do primeiro departamento de sociologia nos Estados Unidos na recém-formada Universidade de Chicago (ambas fundadas no ano de 1892), inicia-se um descentramento do pensamento ocidental para o outro lado do oceano, apesar de ser uma escola em formação sob a influência do pensador alemão Georg Simmel, este foi um espaço fundamental para o desenvolvimento de estudos sobre os fenômenos migratórios impulsionados pelo contexto histórico da cidade de

⁶⁴ Segundo Giralda: “nos Estados Unidos, a idéia de *melting pot* estava associada à perspectiva de assimilação dos imigrantes europeus e definia um processo social de paulatina perda cultural com aceitação do modo de vida e do nacionalismo/patriotismo americano, supondo *integração*. Na perspectiva americana, tal processo integrativo incorporava nacionalidades européias mas excluía as “raças” (negros, indígenas, asiáticos etc.). Na apropriação brasileira, *melting pot* sugeria uma integração sociocultural, possível pela assimilação, mas também a miscigenação envolvendo as três raças formadoras da nação desde os tempos do Brasil colônia (portugueses, índios e negros) e todos os imigrantes.” (Seyferth, 2000)

Chicago, deixando como legado teorias, conceitos e metodologias sociológicas importantes para compreensão desta temática.

Tanto a Universidade de Chicago quanto o departamento de sociologia desta universidade possuem uma relação direta com o desenvolvimento socioeconômico da cidade, sendo financiado em sua maior parte pelo petroleiro norte-americano John Davison Rockefeller.

Albion W. Small (1854-1926), historiador e sociólogo, foi o professor convidado para liderar a implantação deste departamento. Ele foi colega de Simmel na Alemanha e se interessou pelos seus estudos, traduzindo e publicando dez artigos de Simmel, entre 1895 e 1910, na *American Journal of Sociology* (revista dirigida e fundada por ele) (OLIVEIRA, 2014).

Segundo Howard Becker, em conferência que proferiu no Brasil em 1990⁶⁵: “Small criou um Departamento de Sociologia com a intenção de formar alunos segundo o modelo alemão, produzindo doutores e criando um grupo de professores que saísse pelos Estados Unidos ensinando essa ciência”.

A Escola de Chicago, como posteriormente passou a ser conhecido o departamento de sociologia da Universidade de Chicago⁶⁶, constituiu-se com o propósito de estudar os problemas sociais resultantes do processo de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do Século XX, proveniente do desenvolvimento industrial acelerado das metrópoles do meio-oeste norte-americano.

A partir desses estudos, teremos o início de um novo campo da sociologia centrado nos fenômenos urbanos (Sociologia Urbana) com a utilização de metodologias empiristas (etnografias, história de vida, relatos orais, estudos biográficos) e tendo como temas centrais desta primeira fase da Escola de Chicago a (i)migração e a criminalidade. Segundo Alain Coulon (1995), a Escola de Chicago pode ser dividida em duas fases, uma que vai até a Segunda Guerra Mundial e uma após esse período:

Como movimento intelectual e teórico, pode-se dizer que uma primeira escola de Chicago se encerrou com a segunda guerra mundial, no momento em que a sociologia americana se tornou mais

⁶⁵ Em 24 de abril de 1990, durante sua última visita ao Brasil, Howard Becker pronunciou, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ), uma conferência sobre a história da Escola de Chicago de sociologia.

⁶⁶ A denominação “Escola de Chicago” não era usada na Universidade de Chicago. O primeiro uso dessa denominação ocorreu em artigo publicado por L. Bernard, em 1930 (Bulmer, 1984).

quantitativa e mais diversa no plano teórico. Em compensação, a sociologia qualitativa que a Escola de Chicago soube desenvolver teve influências consideráveis sobre a sociologia americana, e continua a ser reivindicada por um grande número de sociólogos em todo o mundo. (COULON, 1995, p.123)

Dentre os pesquisadores que se destacaram nesta Escola desenvolvendo estudos sobre as mobilidades humanas, temos: William I. Thomas (1863-1947) que juntamente com Florian Znaniecki (1882 – 1958) publicou “*The Polish Peasant in Europe and America*”⁶⁷ (obra clássica da Escola de Chicago); Robert Ezra Park (1864-1944) responsável pelo termo “ecologia humana” e “homem marginal” e autor de “*A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano*” (1916); Ernest Watson Burgess (1886-1966) que criou a teoria das “Zonas Concêntricas”; e Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) que juntamente com Park e Burgess escreve o livro “*A cidade*” (1925)

Com o avanço dos estudos sobre os processos migratórios (ressaltamos que a discussão de gênero permanece ausente), há uma tentativa de separar essas teorias entre as disciplinas que abordam a temática, porém não passa de uma organização meramente didática, reconhecendo que na prática a migração é um fenômeno que deve ser abordado de uma perspectiva interdisciplinar por sua característica multifacetada.

Mas seguindo esse esforço de dividir os estudos entre as disciplinas, podemos dizer então que a sociologia das migrações está em busca de dar respostas não só as causas das migrações, mas também aos “processos humanos e socioculturais que os sujeitos (indivíduos e populações) em mobilidade vivem” (DURAN; LUSSI, 2015, p. 92).

A partir da Escola de Chicago, temos um número crescente de estudos sobre a temática das migrações nas diversas disciplinas, assim como na sociologia, que nos apresenta uma gama de metodologias, perspectivas teóricas e epistemologias novas ou ressignificadas revelando as diversas possibilidades de compreender e explorar este fenômeno.

Esta escola irá influenciar diretamente os estudos no Brasil, tendo como referência Donald Pierson (1900/1995) que era um sociólogo norte-americano, mas

⁶⁷ Esta obra se tornou uma das maiores referências dos estudos migratórios, tratando da imigração dos poloneses para os Estados Unidos. Foi publicada em cinco volumes entre 1918 e 1920, apresentando novas técnicas de pesquisa qualitativa, tais como a autobiografia, análise de correspondências e fotos e sobre a pesquisa de campo.

que viveu e desenvolveu estudos no Brasil, a exemplo da sua tese de doutorado (1939), defendida na Escola de Chicago e que versava sobre as relações raciais na Bahia, tomando como referência sua pesquisa de campo realizada no período que morou na Bahia entre 1935 e 1937. Retornou ao Brasil e permaneceu como professor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo até 1959, influenciando diversos alunos que orientou.

Pierson foi contemporâneo de Emilio Willems (1905/1997) com quem criou uma estreita amizade e parceria, por seguirem o mesmo referencial teórico e integrarem o departamento de Sociologia e Política da Escola de São Paulo. Willems era um sociólogo e antropólogo alemão que migrou para o Brasil em 1931 quando fugia do Nazismo e aqui se radicou e permaneceu até 1949, migrando e se radicando nos Estados Unidos, sob indicação de Donald Pierson para lecionar na Vanderbilt University, onde seguiu com sua carreira acadêmica até 1974, ano em que se aposentou (KOURY, 2019, p.154).

Os estudos destes autores e seus predecessores, que traziam como referência, apresentavam conceitos como: assimilação, *melting pot*, acomodação, aculturação, cultura híbrida, dentre outros, que irão dinamizar os estudos no Brasil, sendo esses conceitos validados ou contestados a depender do contexto político que está sendo construído, pois as pesquisas sobre migração dialogavam diretamente com as políticas públicas.

Os primeiros trabalhos tinham relação direta com os problemas relativos às políticas imigratórias e foram produzidos por diplomatas, políticos, funcionários dos ministérios responsáveis pelas práticas de colonização estrangeira, pessoas ligadas a sociedades de imigração interessadas no aliciamento de imigrantes para localização em projetos coloniais ou contratados para trabalhar em grandes propriedades etc. Além desses, existem textos escritos por brasileiros e estrangeiros, mais preocupados em sugerir procedimentos considerados úteis para atrair imigrantes europeus para o Brasil, propondo, às vezes, mudanças na legislação imigratória e de colonização. (SEYFERTH, 2004, p. 7)

Considerando que o tema da imigração no Brasil só vem a ser abordado a partir da segunda metade do século XIX (período que cresceu o número de imigrantes no Brasil), segundo a perspectiva apresentada por Giralda Seyferth (2004) ao analisar os estudos sobre os processos migratórios no Brasil, a autora afirma que tivemos este movimento inicial nos estudos brasileiros voltado para justificar a atração de imigrantes para o país.

Através de um estudo historiográfico, a autora considera que há um grande número de estudos diversificados referente à colonização, principalmente no Rio Grande do Sul, considerando a imigração um tema interdisciplinar. Tomando esse caráter interdisciplinar do tema como um dificultador de fazer um estudo universal, Giralda faz o recorte parcial para apresentar no seu trabalho a contribuição das ciências sociais, em especial a antropologia,

[...] procurando examinar o embasamento teórico, os métodos de análise e as temáticas recorrentes desde as primeiras publicações de caráter sociológico surgidas no século XX, até alguns trabalhos mais recentes selecionados na ampla produção sobre o assunto publicada nos últimos vinte anos. (SEYFERTH, 2004, p. 7)

Dando início a sua imersão nos estudos migratórios brasileiro, Giralda apresenta Willems como referência crítica do movimento nacionalista que vinha sendo desenvolvido no Brasil, fundamentando-se nas teorias de assimilação e aculturação.

Os autores brasileiros que defendiam a ideia do nacionalismo na época tinham como premissas a assimilação e o *melting pot* (abrasileiramento), eram eles: Silvio Romero, Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna, ou mesmo Gilberto Freyre, que não negavam os imigrantes, mas faziam a ressalva que “as ‘influências’ são bem-vindas, desde que não ameacem a formação nacional de base lusitana” (Ibid., p. 8).

Tinham a língua como principal elemento de unidade nacional e a cultura no geral, considerando que os imigrantes que chegassem ao Brasil deveriam se comunicar em português e viver de acordo a cultura brasileira, pois só assim, teríamos um país uniforme.

Como crítica a este pensamento radical, Willems nega a concepção de assimilação adotada pelos brasileiros que se identificavam com o conceito de “Fairchild (1933), que supõe um processo de desnacionalização do imigrante, que precede a adoção da nacionalidade e dos valores do país de acolhida” (Ibid., p. 35), para se aproximar dos estudos de Thomas e Znaniecki, que tinham a questão da marginalidade como central em seu trabalho.

Alguns pontos interessantes emergem do modelo teórico empregado por Willems. Em primeiro lugar, assimilação e aculturação destacam-se como essencialidades, supondo sua irremediabilidade ou, no mínimo, sua inevitabilidade, dada a supremacia da sociedade nacional. Em segundo lugar, a noção de marginalidade como coisa provisória aponta para uma concepção hegemônica do Estado-nação e certamente deu margem à apropriação do texto de 1940 pelos formuladores de políticas públicas de nacionalização de

ádvenas. Em terceiro lugar, a noção de grupo marginal deixou em plano secundário os fenômenos culturais que o próprio Willems considerou obstáculos à assimilação. (SEYFERTH, 2004, p. 11)

Semelhante ao que veremos nos estudos das diásporas, que tem uma boa parte de pesquisadoras/es que são sujeitas/os diaspóricas/os, sendo um fator que as/os impulsionou a tecer uma reflexão sobre a temática, o mesmo acontece com Willems, que é um imigrante alemão pesquisando a imigração alemã no Brasil.

Este olhar vindo de dentro do processo, que é o objeto da pesquisa, possibilitou construir uma análise distinta da que vinha sendo traçada pelos teóricos brasileiros, desconstruindo a ideia de nacionalidade e assimilação, como sinônimo de apagamento da nacionalidade do imigrante, para pensar a pluralidade e o que ele veio a denominar de “cultura híbrida”, para ilustrar o processo de aculturação dos teuto-brasileiros.

Então há o entendimento de aculturação como um processo relacional, em que as mudanças e impactos culturais acontecem tanto na população imigrante quanto na população nativa, mesmo que ocorra predominância de uma delas (SEYFERTH, 2004, p. 12).

Em seu texto, Giralda faz uma síntese histórica dos estudos, demonstrando como evoluiu as pesquisas sobre a temática e as principais afiliações teóricas de cada década. Trazendo como representações de autoras/es sobre o tema: Gilberto Freire (1941); Arthur Ramos (1947); S. N. Eisenstadt (1954); Wilson Martins (1955;1989); Altiva P. Balhana (1958); Ruth C. L. Cardoso (1959); Yukio Fuji e T. Lynn Smith (1959); Egon Schaden (1956, 1957, 1973); Ursula Albersheim (1962); Diegues Júnior (1964); Hiroshi Saito e Takashi Mayeama (1973); Henrique Rattner (1977); Thales de Azevedo (1975;1982); Marcelo Alário Ennes (2001); dentre muitas/os outras/os e apresenta uma síntese das pesquisas destas/es autoras/es que se dedicaram a estudos sobre os processos migratórios no Brasil.⁶⁸

Sobre esse panorama que se revelou, ela conclui que: “Por fim, deve ser lembrado que, além de uma certa continuidade temática e metodológica, os objetos privilegiados ainda são a imigração associada à ocupação territorial (isto é, à colonização) e os fluxos anteriores à Segunda Guerra Mundial” (SEYFERTH, 2004, p. 34).

⁶⁸ Para saber mais sobre as pesquisas e linhas teóricas das/os autoras/es mencionadas/os acima e descobrir outras/os não mencionadas/os, ver (SEYFERTH, 2004).

Como não cabe a este trabalho o aprofundamento do histórico dos estudos migratórios, nós finalizaremos esta seção com a classificação das abordagens teóricas de uma perspectiva interdisciplinar realizada por Jorge Durand e Carmem Lussi em seu livro *Metodologias e teorias no estudo das migrações*, no qual organizam as abordagens em três modelos: abordagens de perspectiva, de processualidade e por mosaico, considerando que:

Antes e independentemente da disciplina que estuda o fenômeno, vale sublinhar que o rigor metodológico seguindo a qualidade e a quantidade dos dados utilizados, a “mentalidade disciplinar”, o risco de etnocentrismo e o uso do poder simbólico dos sujeitos que elaboram e divulgam informações e teorias interferem na construção do saber sobre a mobilidade humana. (DURAN; LUSSI, 2015, p. 93)

Na “abordagem de perspectiva”, é discutido que as pesquisas podem seguir duas análises: a *top-down* (de cima para baixo) que está relacionada com uma abordagem macro e a *bottom-up* (de baixo para cima) que segue uma perspectiva de análise micro. As/os autoras/es trazem para o diálogo Adrian Favell, que a partir de métodos mistos (qualitativos/quantitativos) revela a necessidade do caráter interdisciplinar das pesquisas migratórias, em que procedimentos e teorias advindas das ciências políticas, economia, demográfica e estatística (quantitativo) são complementados por procedimentos provenientes da psicologia, antropologia, história e sociologia (qualitativo), por exemplo.

Desta maneira, Favell propõe o casamento entre as duas perspectivas utilizando métodos e teorias macro e micro para compreender as mobilidades humanas. A perspectiva *top-down* foi a primeira a ser adotada pelo contexto das ciências sociais, que iniciam seus estudos de forma positiva e se voltando para o aspecto estrutural da sociedade, enquanto que a perspectiva *bottom-up* se fortalece de forma mais expressiva a partir da Escola de Chicago em que o sujeito é a peça fundamental para compreensão do fenômeno migratório, adotando a história oral, estudo de caso e fontes diretas como metodologias para escuta dos migrantes. (SEYFERTH, 2004, p. 96)

Já na perspectiva das “abordagens da processualidade”, temos um cenário mais movediço e dinâmico em que refuta uma lei geral sobre as migrações, tendo em vista “que a mobilidade humana é um projeto, constantemente reelaborado” (SEYFERTH, 2004, p. 97) e cada sujeito ou grupo vivencia tal experiência de maneira única e particular.

Ainda se faz necessário considerar a migração enquanto processo. Tomando como referência Castells e Miller, é percebê-la a partir de uma compreensão global e que atinge vários aspectos sociais a partir de dinâmicas complexas próprias. Dentro desta perspectiva da processualidade, temos: o transnacionalismo; o processo migratório como dinâmica social; as teorias das redes sociais; a abordagem sistêmica; dentre outras.

Essa perspectiva apresenta a migração como contextual, ou seja, acontece dentro de um cenário econômico, político e cultural específico. Destacamos aqui as redes sociais que, a partir desta perspectiva, se tornam relevantes para compreensão da migração.

Compreendendo as redes como todas as relações interpessoais que são geradas mediante o processo migratório, desde o local de origem, passando pela análise dos locais de destino e todas as relações que se estabelecem dentro do espaço-tempo do fenômeno, seja com outras/os migrantes ou não-migrantes, que tem como consequências conflitos e conciliação de interesses. Analisando as redes sociais migratórias, é possível revelar dinâmicas sociais estratégicas para o acesso a informações, espaços, documentos, transportes, habitação, emprego, instituições e outros recursos necessários ao êxito do processo migratório.

E por fim, temos a “abordagem por mosaico” que os estudos são realizados a partir de tópicos emergentes do processo migratório e que são trabalhados levando-se em consideração cada fase e aspecto da migração para compreender o cenário mais amplo conectando cada fragmento em que o pesquisador se debruça, ratificando a concepção de que a migração é constituída por elementos e fatores diversos. Para ilustrar esta abordagem, Duran e Lussi apresentam a relação ente migração e desenvolvimento que:

[...] se relaciona com outras questões focais como o respeito dos direitos humanos das pessoas em mobilidade, o acesso à cidadania e as possibilidades de reconhecimento e acesso à nacionalidade dos países implicados, a mobilidade social das pessoas em mobilidade, o impacto socioeconômico e cultural da migração nas sociedades implicadas, o acesso e as formas de exploração do trabalho regular (e irregular), a migração irregular, entre outros (SEYFERTH, 2004, p. 109).

Os estudos migratórios cada vez mais tem se dedicado a pesquisas mais pontuais, contribuindo para a diversificação e surgimento de novas abordagens. A sociologia e antropologia têm sido disciplinas que se destacam quanto à abordagem

interdisciplinar sobre a migração e possibilitando o desenvolvimento de temas cada vez mais distintos (gênero, religião, diversidade, sexualidade, família, casamentos, identidades, dentre outros), contribuindo para o enriquecimento das discussões sobre os processos migratórios. Veremos na seção seguinte uma reflexão acerca das diásporas.

5.3 Diásporas: Mobilidades da Crise

Discutir diáspora é seguir pensando as mobilidades humanas da seção anterior por um novo prisma. Não é um termo de fácil apreensão devido ao seu caráter multifacetado, em que há muitas possibilidades de compreensão e uso, seja por quem as vivencia ou quem estuda este fenômeno. Faremos aqui um recorte para pensar as diásporas a partir dos novos estudos diaspóricos trazendo para o diálogo, sempre que necessário, o conceito clássico de diáspora que foi desenvolvido com referência na dispersão dos judeus exilados (586 a.C.) e da diáspora africana (Séc. XIX), uma vez que não são excludentes, mas que possuem contextos históricos distintos de causas e efeitos.

Considerar a diáspora como a dispersão de povos em situações de crise nos diversos campos (identitário, cultural, político, econômico e natural), que geram novas situações de crise, mas também de solidariedade, nos países e cidades de destino, resume de maneira genérica este conceito. Mas não há um único modelo de diáspora, existem diásporas diversas e que se faz necessário compreendê-las situacionalmente para perceber suas particularidades, porém, não podemos negar que há muitas características que se repetem em cada uma delas, e são essas semelhanças que irão desenhar nosso roteiro de estudos.

A origem dos estudos diaspóricos de forma sistematizada está ligada ao tráfico dos povos escravizados na África com destino as Américas, tendo início em 1896, com a publicação de *The supression of the slave trade to the United States* de W. E. B. Du Bois. E assim seguiram os estudos diaspóricos sendo capitaneados por pesquisadores negros que queriam apresentar uma perspectiva que combatesse a versão “branca” da história africana e diáspora.

Ao longo do século XX, aconteceram alguns fatos representativos voltados para visibilizar a história africana, tais como: *Journal of negro history* (1916) fundado por Carter G. Woodson, que era o único periódico acadêmico dedicado exclusivamente a pesquisar a diáspora africana; a Universidade Howard que

ministrava cursos, desde 1920, sobre o negro nas civilizações antigas e o negro na civilização moderna e ajudou a institucionalizar o campo da história da diáspora africana; O estudo de Philip Curtin (1969), *The Atlantic slave trade: a census*, que se propunha a dar uma estimativa aproximada do número de africanos escravizados que foram para as Américas (PEREIRA, 2016, p. 74-75).

Como representação deste movimento na contemporaneidade, temos Paul Gilroy e sua obra “Atlântico Negro” (2001) que apresenta a desterritorialização da cultura, contrariando a ideia de purezas das culturas e das etnias em diálogo com a modernidade.

Sob a ideia-chave da diáspora nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem. (GILROY, 2001, p. 25)

O Atlântico Negro traz uma reflexão importante sobre as estruturas transnacionais da modernidade que são quebradas e desconstruídas através da análise crítica sobre a cultura nacional, as fronteiras fixas e a homogeneidade das identidades, que localiza o mundo do Atlântico Negro em uma rede de entrelaçamento do local com o global. Pelo viés da crítica literária, temos uma autora cubana (Aimee Bolaños) que segue uma percepção que se aproxima do pensamento de Gilroy, conforme podemos ver na citação a seguir:

Diáspora é um conceito altamente expressivo da mobilidade de nossa época, aberto aos sentidos cambiantes do tempo humano. Assumido o conceito na fluidez, porosidade e abrangência de seus conteúdos, constitui um verdadeiro manto inclusivo, por vezes também transgressivo, dos variados termos sobre migração e exílio que têm circulado historicamente. [...] De uma noção fechada de diáspora, referida à nação territorializada, a teoria passa a um conceito dinâmico, vinculado ao de nação deslocada, nação viajante, transnação. (BOLAÑOS, 2012, p. 90)

Grande parte das contribuições teóricas a respeito da diáspora é proveniente de pesquisadoras/es diáspóricos que decidem trazer para academia uma discussão mais aprofundada deste fenômeno, apresentando um “olhar comprometido”, que é interpretado de forma ambivalente pelas/os críticas/os. Temos de um lado o “comprometimento” compreendido como uma ideia prejudicada/danificada alegando a falta de neutralidade sobre o assunto, uma vez que o/a pesquisador/a também é um/a sujeito/a da pesquisa.

E do outro lado, há quem considere o oposto, ressaltando a relevância dessas/es teóricas/os justamente por sua condição de sujeita/o diaspórica/o, compreendendo o “comprometimento” como sinônimo de compromisso e empenho em relação à temática, justamente por terem um olhar privilegiado e crítico sobre a diáspora.

Estando de acordo com a segunda alternativa, veremos como essas/es sujeitas/os e pesquisadoras/es diaspóricas/os desenvolveram suas teorias para conceituar diáspora. Apesar de não serem consensuais, servirão para nos fazer refletir sobre perspectivas diferentes que se complementam, se opõem, se interconectam e nos dão lastro para seguir novos caminhos e contribuir para enriquecimento deste conceito.

Dois autores (Safran e Cohen) se destacaram nos estudos diaspóricos contemporâneos por trazerem um enumerado de características que permitem identificar as comunidades que se encaixam no perfil da diáspora. William Safran publica em 1991 o artigo “*Diaspora in Modern Societies: Myths of Homeland and Return*” em que apresenta a seguinte lista de características da diáspora, referindo-se a comunidades expatriadas:

- 1) eles, ou seus antepassados, foram dispersos de um "centro" original específico para duas ou mais regiões "periféricas" ou estrangeiras; 2) eles retêm uma memória coletiva, visão ou mito sobre sua terra natal original - sua localização física, história e realizações; 3) eles acreditam que eles não são e talvez não possam ser totalmente aceitos pela sociedade anfitriã e, portanto, parcialmente alienado e isolado dele; 4) eles consideram sua pátria ancestral como o seu verdadeiro lar ideal e como o lugar para o qual eles ou seus descendentes retornariam (ou deveriam) eventualmente - quando as condições são apropriadas; 5) Eles acreditam que devem, coletivamente, estar comprometidos com a manutenção ou restauração de sua terra natal original e de sua segurança e prosperidade; e 6) continuam a se relacionar, pessoalmente ou indiretamente, com a pátria, de uma maneira ou de outra, e sua consciência etnocomunal e a solidariedade é definida de forma importante pela existência de tal relacionamento. (SAFRAN, 1991 p. 83-84, tradução nossa)

Em 1997, Robin Cohen publica o livro “*Global diasporas: An introduction*” em que faz uma introdução à teoria das diásporas e começa definindo características comuns da diáspora, apresentando os seus vários tipos: Diáspora da vítima; Diáspora trabalhista; Diáspora imperial; Diáspora comercial; e Diáspora desterritorializada, fazendo uma análise de cada tipo e dando exemplos. No ano de 1999, Cohen escreve um ensaio intitulado “*Diasporas and the Nation-State*” em que

inclui novas características ao perfil das comunidades diaspóricas, complementando assim, a lista constituída por Safran.

[...] uma expansão para além de uma terra natal à procura de trabalho, em busca de comércio ou por futuras ambições coloniais.
 [...] Um senso de empatia e solidariedade com membros de mesma etnia em outros países de assentamento.
 A possibilidade de uma vida peculiar, até mesmo enriquecedora e criativa, nos países anfitriões com uma tolerância para o pluralismo.
 (COHEN, 1999, p. 274)

Safran (1991) e Cohen (1999) partem da premissa de que uma diáspora deve constituir uma dispersão que tenha início em uma terra natal e que o grupo em movimento se desloque para duas ou mais regiões estrangeiras, demonstrando desta maneira a importância do estado-nação como referência para este tipo de mobilidade.

Há uma publicação de Cohen (2008) intitulado “*Sólidas, Dúcteis e Líquidas: noções em mutação de ‘lar’ e ‘terra natal’ nos estudos da diáspora*” em que o autor discorre sobre os embates teóricos sobre a relação entre diáspora e terra natal, demonstrando que com a entrada dos construcionistas (pós-modernos) na discussão sobre o tema, foram criadas três versões de terra natal: “as quais denomino de *sólida* (a necessidade inquestionável da terra natal), *dúctil* (uma ideia intermediária, mais complexa, da terra natal) e *líquida* (uma interpretação pós-moderna do lar virtual)” (COHEN, 2008 p. 522, grifo do autor).

O autor critica a maneira como as/os autoras/es construcionistas abordam a temática, alegando que elas/es não atribuem “o devido valor à etimologia, à história, aos limites, ao significado e à evolução do conceito de diáspora” (COHEN, 2008, p. 520), tendo em vista que os pós-modernos têm o propósito de desconstruir dois dos elementos fundamentais da diáspora, que, segundo ele, é o lar/terra natal e a comunidade étnico-religiosa, sob o pretexto de que “no mundo pós-moderno, as identidades foram desterritorializadas e afirmadas de modo flexível e situacional.”

Porém, consideramos que estas novas reflexões trouxeram como fator positivo pensar a terra natal por diferentes prismas. A estas novas dinâmicas diaspóricas que se encaixam no perfil de liquidez ele denomina de diáspora desterritorializada.

Proponho que adotemos a expressão “diáspora desterritorializada” para incluir as feições de uma série de experiências diaspóricas incomuns. Nesses exemplos, supõe-se que os grupos étnicos perderam os pontos convencionais de referência territorial, tornando-

se, de fato, culturas móveis e multilocalizadas com lares virtuais ou incertos. (COHEN, 2008, p. 527)

Nesse tipo de diáspora, Cohen considera que há grupos que não possuem pontos de referência territorial fixos, pois são constituídos por culturas móveis e lares virtuais de pertencimento múltiplo, como é o caso dos povos errantes, tais como os ciganos. Ele traz em seu artigo inclusive o termo “lar líquido” para caracterizar a fluidez desses povos que historicamente e culturalmente não possuem uma única referência de terra natal. Citando os povos caribenhos como expressão legítima desse tipo de diáspora o autor diz:

Não obstante, os povos caribenhos podem ser considerados um caso exemplar de diáspora desterritorializada. Isso se deve, em primeiro lugar, à sua história comum de dispersão forçada, devido ao comércio de escravos – ainda compartilhada por quase todos os povos de descendência africana, a despeito de sua subsequente libertação, povoamento e cidadania em vários países do Novo Mundo e mais além. Até certo ponto, é uma questão de visibilidade. Diferentemente do caso dos judeus e dos armênios, cuja perda das características físicas mais evidente é possível, na Europa e América do Norte, com a exogamia, nos descendentes de origem africana, a cor da pele normalmente permanece, apesar da exogamia, como um traço característico durante duas, três ou mais gerações. A utilização da cor da pele, em muitas sociedades, como símbolo de status, poder e oportunidade, torna impossível a qualquer pessoa de descendência africana evitar a estigmatização racial. (COHEN, 2008, p. 527-528)

Neste caso, ele apresenta uma característica peculiar dos povos caribenhos e outros povos negros, que a partir de um marcador étnico (a cor da pele) a hereditariedade impactará várias gerações, pois é uma característica que não tem como se desprender e ocultar por ser um fator genético visível.

Diferentemente de aspectos culturais que podem ser mutáveis ou omitidos, a cor da pele é notória e carrega em si um estigma socialmente construído, sendo assim, mesmo os descendentes destes povos que nascem no país anfitrião sofrem deste estigma, só pelo fato de apresentarem esta característica que lhe marcam e lhe conectam a uma memória coletiva e uma terra natal que, em muitos casos, desconhecem e não possuem nenhuma ligação direta.

Falando de povos caribenhos, não há como deixarmos de fora do diálogo um dos mais citados teóricos sobre o assunto, o jamaicano Stuart Hall, que migrou para Inglaterra em 1951 para estudar literatura e por lá se estabeleceu e desenvolveu sua promissora carreira.

É um dos fundadores do Centro Contemporâneo de Estudos Culturais (1964) da universidade de Birmingham, que se tornou um movimento acadêmico-institucional internacional influente para pensar a cultura de forma crítica abordando temas complexos de classes, etnias, hegemonia, ideologias, políticas, identidades, gênero, relações de poder, dentre tantos outros temas transversais.

Em sua obra intitulada *“Da Diáspora: identidades e mediações culturais”* (2003), o autor apresenta a ideia de diáspora a partir de sua própria experiência em que a biografia de Hall e sua obra se mesclam para discorrer sobre as construções identitárias deslocadas, múltiplas e hifenizadas que os povos caribenhos vivenciam.

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural caribenha requerem a noção derridiana de *differánce* - uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial a cultura. (HALL, 2003, p. 33, grifo do autor)

Neste fragmento do texto, Hall apresenta a peculiaridade dos povos caribenhos, que se inserem na perspectiva da diáspora desterritorializada de Cohen em que as fronteiras não são espaços de separação, mas sim de atravessamento, onde ocorrem as trocas, negociações, cruzamentos e hibridismos (BHABHA, 2007; CANCLINI, 2006) por meio de um processo relacional e situacional em um contexto fluido (BAUMAN, 2013).

Hall ainda descreve a cultura caribenha como sendo portadora de uma estética diaspórica por conta da sua constituição impura (no sentido de ser uma sociedade formada pela mistura de diversos povos), o que nos leva a questionar se ainda há sociedades puras, ou se realmente algum dia existiu. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, temos o conceito de espaço de diáspora cunhado por outra estudiosa pós-colonial Brah:

«Espaço da diáspora», como o lugar dessa imanência. O espaço da diáspora é a interseccionalidade da diáspora, fronteira e localização ou deslocamento como ponto de confluência de processos econômicos, políticos, culturais e psíquicos. Ele afirma que a condição global de cultura, economia e política é um lugar de "migração" e "viagem", o que causa sérios problemas à posição subjetiva do "nativo". (BRAH, 2011, p. 212, tradução nossa)

Para Avtar Brah, diáspora é um conceito abrangente que é formado por um espaço de intersecção que se faz necessário analisar os aspectos culturais, políticos, econômicos e psíquicos, tornando cada experiência diaspórica única, constituindo um espaço que tem em si o próprio início e fim em um processo relacional que necessita compreender não só quem migra, mas também os autóctones.

A autora trabalha com a perspectiva de multilocalização a partir de fronteiras fluidas que se movimentam por meio de construções sociais, sejam elas geográficas, culturais e/ou psíquicas, uma vez que considera que as fronteiras são metáforas construídas através das relações de poder (BRAH, 1998).

Poderíamos dizer que este espaço de diáspora de Brah se aproxima do conceito de entre-lugar de Bhabha, que é um local intersticial onde ocorre “a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationnes*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados” (BHABHA, 2007, p. 20).

Sobre a questão de lar e terra natal, Brah traz uma reflexão distinta das ideias de Safran e Cohen apresentada no início desta seção. Para ela, toda dispersão prevê um *locus* originário, mas que nem sempre há o desejo de retorno a este “lar” que condicionam estar na terra natal, até porque a construção do conceito de lar também é flexível, existindo a possibilidade de um/a sujeito/a ter o sentimento de pertencimento a vários espaços como representativo do seu lar. Na introdução do seu livro ela se coloca como exemplo da/o sujeita/o diaspórica/o que vive essa dificuldade de pertencimento:

Portanto, questões relacionadas à casa, pertença e identidade sempre foram muito controversas para pessoas como eu. Mas, como será visto com mais clareza [...], essa não é uma questão resolvida - se é que alguma vez foi - nem mesmo para aqueles que se consideram seguros com relação ao próprio sentimento de pertencimento. (BRAH, 1998, p. 24, tradução nossa)

Em entrevista concedida a Kuan-Hsing Chen, Hall também compartilha dessa dificuldade do pertencimento entre Inglaterra e Jamaica, dizendo que conhece bem os dois lugares, mas não se sente pertencente a nenhum deles (HALL, 2003, p. 415).

Ele trabalha também com a perspectiva de que “na situação da diáspora as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2003, p. 27), tendo em vista os múltiplos

pertencimentos das pessoas que vivenciam esta experiência e passam por conflitos do reconhecer e ser reconhecido por uma identidade específica, sendo assim, os significados de “ser caribenha/o”, por exemplo, ganha significados diferentes a partir da subjetividade de quem constrói essa categoria, pois perpassam aspectos históricos, culturais, políticos e relacionais.

Tal subjetividade pressupõe certas características, tais como: o estar sempre em trânsito; estar sem base, desenraizado; partilhar relações rizomáticas; ter a marginalidade como traço fundamental; ser estrangeiro; estar em parte alguma; e o eterno jogo entre o pertencimento e o não pertencimento. (SANTOS, F., 2016, p. 01)

Temos ainda o conceito de Diáspora Queer, que apesar de pouco difundido, é uma ideia que contribui para compreendermos o que chamaremos aqui de Diáspora Trans, pois se constitui perante as “complexidades das formas de pertencimento pós-modernas e pós-coloniais através de suas intervenções em questões de tempo, espaço, identidade e incorporação” (FORTIER, 2002, s/p, tradução nossa).

A partir desta perspectiva, a autora problematiza a fluidez e hibridismos das identidades sexuais em contraste com os processos migratórios, demonstrando como “a diáspora é posta em funcionamento, a forma como é mobilizada na definição de uma cultura queer transnacional e de uma ‘comunidade’” (FORTIER, 2002, s/p, tradução nossa).

Em primeiro lugar, as 'diásporas queer' fazem parte do aumento da circulação do que eu chamo de *horizontes diaspóricos*, isto é, a projeção, neste caso, dos pertences e da cultura queer, dentro de um horizonte espaço-temporal definido em termos de multilocalidade, diversidade cultural, dispersão e conflito. Mais precisamente, a exploração das formas em que a diáspora é posta a funcionar em narrativas de identidades e culturas coletivas indica a importância de considerar a diáspora não como um fato consumado, mas, sim, como um processo, como um conceito que é mobilizado para produzir vestígios imaginados de pertencimento. (FORTIER, 2002, s/p, tradução nossa).

Captar a ideia de diáspora como um processo em movimento e inacabado, em diálogo direto com as identidades que seguem essa mesma perspectiva, além de ambos (diáspora e identidades) fazerem parte de um contexto multifacetado, diverso e conflituoso, nos leva a rever que tipo de identidade coletiva integra estes processos migratórios.

Não há padrões e localidades pré-definidos, tudo está em movimento e inacabado, então, essas identidades coletivas passam a ser borradas, sem uma forma única e com vários caminhos possíveis para o pertencimento. Diante de todas

essas possibilidades de interpretar a diáspora, iremos delinear o conceito de Diáspora Trans, dialogando com esses conceitos e apresentando uma nova perspectiva para os estudos diaspóricos.

5.3.1 A ambivalência da Diáspora Trans

Sabemos que há casos de resistência por parte de algumas sujeitas trans quanto à mobilidade espaço-temporal, que estão relacionados em grande parte: a aceitação familiar de sua identidade trans, possuírem boas condições socioeconômicas, ter passibilidade⁶⁹ e um bom grau de instrução, garantindo assim, sua permanência na cidade de origem com um menor grau de abjeção e sabendo lidar e argumentar perante as situações de conflito.

Enquanto que, na perspectiva oposta, temos também as trans que não migram da sua cidade de origem por não possuírem condições financeiras, têm baixo grau de escolaridade e aceitação (ou não) da sua identidade trans por parte da família, mas, que criam estratégias de sobrevivência para lidar com as violências sofridas na sociedade e tornam-se corpos políticos de resistência, muitas vezes de forma inconsciente. Elas têm um papel importante na sociedade onde vivem, pois traz à tona a discussão sobre transgeneridade, de forma positiva ou negativa, colocando em pauta que existe algo para além do binário.

O fato de existirem mulheres trans e travestis que não migram espaço-temporalmente, não inviabiliza a hipótese de que toda sujeita trans é uma sujeita diaspórica, tendo em vista que mesmo assim elas são migrantes ou vivem no entre-lugar do gênero. Não havendo a transposição das fronteiras geográficas ainda há uma transposição das fronteiras simbólicas do gênero, considerando-se que as identidades de gênero são construções sociais, portanto, não são fixas.

E quando nos referimos à diáspora trans, levamos em consideração a transposição das fronteiras que a população trans realiza durante a sua (des)reconstrução identitária, que está relacionada aos dois casos: as fronteiras do gênero e as fronteiras geográficas, ocorrendo as duas ou apenas uma delas.

⁶⁹ Ter passibilidade está relacionado à construção da imagem da/o sujeita/o que mais se aproxima da construção da mulher e do homem cis, ou seja, que mais se aproxima da referência padrão do que é feminino (para as mulheres trans e travestis) e do masculino (para os homens trans). Ser passível para uma pessoa trans é passar despercebido como homem ou mulher cis. O que lhe acarreta um menor grau de abjeção na sociedade.

Tendo em vista que as trans são sujeitas que se constituem fora da norma de gênero, uma vez que a mobilidade/migração do gênero é um dos princípios da identidade trans, elas tornam-se socialmente corpos abjetos (BUTLLER, 2003), o que impulsionou o desejo de realizar esta pesquisa.

Para revelar novos aspectos dessas sujeitas ainda invisibilizadas, tais como: os fatores de expulsão e atração do processo migratório no qual se inserem, a identificação das redes que emergem dessa diáspora, relativizar o peso do fator econômico nos deslocamentos e recuperar dimensões simbólicas das experiências trans migratórias, demonstraremos como as/os migrantes e as trans tem similaridade quanto a sua condição de entre-lugar e hibridismo (BHABHA, 2007; CANCLINI, 2006).

Assim como, apresentar e discutir a multiplicidade de identidades trans, reforçando e apoiando as pesquisas que são contrárias à homogeneidade da população trans, dentre outras possibilidades que surgirão no decorrer do aprofundamento do estudo.

A invisibilidade da população trans brasileira ainda é um fato, considerando que só são percebidas tomando como referência os estereótipos negativos, saindo da invisibilidade social para serem patologizadas, criminalizadas, ridicularizadas e assassinadas⁷⁰. Esse contexto discriminatório que compõe a experiência das pessoas trans no Brasil, provocou a busca por estratégias para acessar e visibilizar representações positivas a respeito do universo trans.

Através das redes sociais as trans se deparam com histórias de vida de outras pessoas trans que se revelam como referências emblemáticas, apresentando novas possibilidades de ser e se estabelecer na vida social, servindo como exemplos de: ascensão financeira; mobilidade social; empoderamento político; novas identidades; conquista de direitos; um novo olhar sobre a sexualidade e o gênero; representatividades; dentre tantas outras possibilidades de representação que foram e são ocultas pelos discursos hegemônicos.

⁷⁰ “Segundo uma pesquisa da organização não governamental ‘Transgender Europe’ (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, o Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país.” (ONU BRASIL, s/d). Sabendo-se que existem muitos casos não noticiados, ou identificando as trans como homem homossexual (no caso de trans femininas) e , desconsiderando a identidade de gênero das trans. Portanto, esses números demonstrados ainda não correspondem à realidade.

Segundo Foucault (2013), os discursos hegemônicos se legitimaram e invisibilizaram os demais, utilizaram procedimentos de exclusão externos ao discurso (Interdição; a Separação; e a Vontade de Verdade) que limitam os poderes de discurso, aliados ao controle da produção (Comentários; Autor/a; e Disciplinas), que são os procedimentos de exclusão internos que promovem a difusão aleatória de forma controlada e que delimita quem e em qual espaço pode falar, levando-se em conta a legitimidade da/o sujeita/o perante tal disciplina.

Somando-se aos procedimentos de exclusão internos e externos ao discurso, Foucault também apresenta os procedimentos de controle, referindo-se aos mecanismos e estruturas de impedimento em relação ao acesso ao discurso por parte de todas/os. Foi o romper destas barreiras que permitiu a construção de um/a novo/a sujeito/a trans. Muitas destas histórias apresentam em seus discursos aspectos que estão relacionadas à migração, além, das oportunidades que se alcançam nos grandes centros urbanos e

[...] aponta para o surgimento do que temos chamado de sujeito diaspórico, indivíduo em trânsito, cuja identidade é acompanhada por sensações de não pertencimento e desterritorialização, ou de um pertencimento transnacional. De modo geral, é possível afirmar que, devido a sua condição de vida intervalar e híbrida, esse novo sujeito configura sua identidade num fluxo constante de negociação — um processo de trânsito identitário contínuo; e, ao oscilar entre a vontade de manutenção das raízes culturais de seu grupo de origem e a necessidade de integrar-se ao(s) novo(s) espaço(s), a sua identidade adquire um caráter múltiplo, muitas vezes conflituoso. (PEREIRA, 2016, p. 85)

É assim que interpretamos as pessoas trans, como sujeitas/os diaspóricas/os, que apesar de buscarem ter uma identidade de gênero que se encaixe no sistema binário, rompem com padrões e normas pré-estabelecidas pela heteronormatividade, tornando-o/a um/a sujeito/a em trânsito no que consiste este território de fronteiras vacilantes que é o gênero. Ainda assim, há pessoas trans que reivindicam o seu direito de estar no entre-lugar, não assumindo nenhum dos dois rótulos (masculino e feminino), o que por si só reafirma se tratar de um ser em trânsito.

À medida que as pessoas trans iniciam sua transição, dá origem à hibridização das identidades masculina e feminina, negociando formas, performances, discursos e direitos, usando seu corpo-território como um espaço político para revelar novas possibilidades de ser e existir, demonstrando que o

masculino e o feminino são construções sociais e sendo assim, é possível recriá-lo, modificá-lo.

E aliado à transgressão do sistema heteronormativo praticado pelas pessoas trans, temos também os processos migratórios espaço-temporais provenientes da “crise de identidade” (HALL, 2003) que é gerada nesse confronto, levando as mulheres trans e travestis a buscarem em novas terras, muitas vezes além-mar, o acolhimento, reconhecimento, respeito e oportunidade de vivenciarem a sua feminilidade.

A migração possibilita o contato com outras pessoas trans, assim como, o acesso a espaços criados para a socialização e entretenimento da população LGBTQIA+, que geralmente estão localizados nos grandes centros. O fato de estar distante da sua cidade de origem também oportuniza que a/o sujeita/o trans crie uma nova história (recrie seu passado para a nova rede de contato) e possa apresentar a imagem pública que desejar nos espaços de anonimidade que uma cidade nova oferece.

Um dos fatores mais representativos do processo migratório é a busca da “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), representada por uma construção simbólica supervalorizada tanto das metrópoles quanto das comunidades LGBTQIA+.

Em alguns casos, as pessoas só se enxergam e se identificam como trans após passar pelos processos migratórios, não sendo neste caso um fator que impulsiona a pessoa a migrar (como acontece com a maioria das mulheres trans e travestis), mas, sim, uma consequência do processo migratório. Isto acontece porque no “espaço de diáspora” (BRAH, 1998) é possível o contato com uma nova cultura e novas/os sujeitas/os, levando a/o migrante a um processo relacional e situacional, do encontro entre “a/o estabelecida/o e a/o outsider” (ELIAS, 2000) onde se dá a construção identitária, que neste caso é o reconhecimento da identidade trans.

Desta maneira percebemos a fluidez da identidade e sua interdependência na produção do pertencimento e da alteridade, reconhecendo assim, o caráter de identidade inacabada (ENNES 2001; 2016). Eis então que essa/e sujeita/o diaspórica/o (a/o sujeita/o trans) constitui a diáspora trans, que pode ser interpretada como uma diáspora desterritorializada, pois é detentora de fronteiras fluidas, que através das relações de poder provoca deslocamentos e trânsitos constantes entre

as fronteiras identitárias (culturais e psíquicas) e as fronteiras geográficas, sendo consideradas como elementos metafóricos constituídos socialmente (BRAH 1998; HALL 2003; COHEN 2008; BOLAÑOS 2012).

Desnaturalizar a ideia de fronteiras geográficas e fronteiras do gênero e compreendê-las como construções socioculturais, econômicas, políticas e históricas é um dos objetivos deste estudo. Podemos afirmar a condição diaspórica da população trans porque tem um percentual representativo de pessoas vivendo em outras cidades, e em relação ao gênero, temos a totalidade da população trans que estão por transpor ou já transpuseram as fronteiras do gênero.

Apesar do controle das fronteiras (tanto geográficas quanto de gênero), os fluxos migratórios são facilitados por conta do desenvolvimento tecnológico que facilita o acesso à informação através da internet, assim como, aos meios de transporte, que possibilita integrar as redes migratórias.

Hoje em dia, é muito mais fácil manter contato com as trans que já migraram por meio das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas on-line, para ter as informações necessárias para realizar a migração e para negociar o apoio financeiro que viabiliza a viagem e estadia. Também estão muito mais acessíveis as informações e as tecnologias de mudança corporal (hormônios, cirurgias, profissionais legais e ilegais, produtos estéticos, acessórios e etc.).

Podemos dizer que a diáspora trans tem sido facilitada pela globalização e os avanços tecnológicos nas áreas: de transportes, fármaco, cirúrgicas, estéticas e digitais, assim como, no campo dos estudos de gênero e sexualidade, Teoria Queer e processos identitários, que provocaram reconfigurações das relações de poder da população trans com a sociedade e as estruturas, possibilitando o reposicionado deste segmento social antes marginalizado e subalternizado. Somando-se a este contexto, temos as produções de audiovisual que visibilizam e problematizam os processos identitários de pessoas trans.

Partindo do prisma das ciências sociais, esta temática diz respeito aos debates sobre a existência e o funcionamento de redes sociais que emergem e se configuraram para manutenção dos fluxos migratórios das mulheres trans e travestis brasileiras, que difere das redes relacionadas a outros fluxos migratórios, vindo a contribuir para o aprofundamento das discussões relacionadas à interseção entre as categorias de migrante e transgênero em um contexto diaspórico.

Trata-se de uma abordagem contemporânea, que irá contribuir para apresentar uma versão diferenciada dos discursos normativos e disciplinares, que pelo viés da fusão da sociologia moderna, crítica, relacional, pós-estrutural, pós-colonial e da Teoria Queer, permitirá o desenvolvimento de reflexões no caminho da desconstrução de estereótipos e essencialismos, revelando a diáspora trans.

Portanto, além de revelar uma nova perspectiva para o fenômeno da diáspora, esta pesquisa se propõe a desvendar e dar protagonismo à população trans feminina, preenchendo uma lacuna deixada pela História e as Ciências Sociais, inclusive pelos estudos migratórios que, por muito tempo, apresentaram uma versão heteronormativa e que priorizava os grupos hegemônicos, renegando as memórias, representações, discursos e vivências socioculturais dos grupos denominados marginais e minoritários, apresentando desta maneira, uma nova versão da/o Outra/o, não como verdade, mas como possibilidade.

A diáspora trans toma como perspectiva a interseção entre as categorias de (i)migrante e transgênero a partir do fenômeno da diáspora vivenciada pelas mulheres trans e travestis brasileira, considerando que desvendar as estratégias que adotam para lidar com as alteridades que emergem durante a (des)reconstrução de suas identidades e os processos migratórios é de extrema importância para compreender estas sujeitas que estão em trânsito constante, seja geograficamente ou identitariamente.

Para alcançar esse objetivo examinaremos os fatores de expulsão e atração das migrações trans brasileira, levando-se em consideração: os fluxos internos e externos, a partir das histórias de vida analisadas nesta pesquisa e dados secundários; como as fronteiras do gênero são percebidas e resignificadas na construção da identidade trans; analisaremos como as principais políticas públicas e legislações de migrações (Brasil e União Europeia – UE) lidam com a questão do gênero; quais são as redes acionadas para que aconteça a diáspora trans.

Na próxima seção, veremos como se dá a interseção entre as diásporas e processo migratórios e os marcadores sociais gênero e sexualidade, compreendendo como se relacionam na prática e percebendo a importância que os processos migratórios têm na constituição das identidades sexuais e de gênero das pessoas que não seguem a heteronormatividade.

5.4 A Relação entre Sexualidade/Gênero e Diásporas/Migrações

Agora que já vimos como são construídas as identidades de gênero e sexual e como os processos migratórios se consolidaram como fenômenos sociais, faremos nesta seção uma discussão sobre a interconectividade destas duas temáticas em que as posições de causa e efeito são revezadas entre si.

Em um momento, a construção da sexualidade e da identidade de gênero leva as pessoas a migrarem, como alternativa para se afastar da vigilância e controle dos círculos sociais que integram o seu lugar de origem ou, até mesmo, sendo expulsas pela família ao se revelarem “desviantes” da norma. Mas em outros momentos, a migração ocorre por outros fatores (trabalho e estudos) e ao se depararem com uma nova rede social, conhecerem novos espaços e lugares e acessando informações e vivências jamais possíveis quando estavam sobre a tutela da família, revela uma identificação de gênero até então não imaginada pelas próprias sujeitas.

Os trabalhos sobre migração têm se concentrado em aspectos mais voltados a área econômica e política e geralmente deixam à margem a influência da identidade de gênero e da sexualidade enquanto marcadores nos deslocamentos. Porém, não é um fato novo que as grandes cidades tornarem-se um polo de atração para homossexuais (BINNIE, 2004) e trans (como veremos no desenvolvimento desta seção), sendo espaços mais propícios para trocas de experiências, assim como, possibilitando vivências diversas com uma menor vigilância, dentre elas a sexualidade e transgeneridade, uma vez que os grandes centros dispõem de lugares específicos para determinadas práticas e convivências, a exemplo dos guetos LGBTQIA+ (bares, boates, festas e festivais, concursos, cinemas e saunas), casas e eventos voltados para as crosdresser, dentre outros.

Em relação à sexualidade, registramos a experiência do autor desta Tese (seção 1.1 – Minhas experiências trans) que vivenciou de forma mais efetiva e com mais liberdade a sua homossexualidade quando viveu nos grandes centros, em contrapartida, sofreu violência por parte de um grupo de jovens héteros quando voltou a morar na casa dos seus pais em uma cidade do interior.

Outra característica peculiar da cidade grande é que acabamos nos tornando seres invisíveis, em que muitas vezes não sabemos nem quem mora no apartamento ao lado, devido a uma dinâmica social cada vez menos comprometida

com o senso de comunidade entre as pessoas que dividem um mesmo espaço, diferentemente do que ocorre nas pequenas cidades em que todas as pessoas são percebidas e vigiadas pela população em geral. A esse respeito, Simmel pontua que:

Quanto menor é o tal círculo que forma o nosso meio, quanto mais limitadas as relações que dissolvem os limites perante os outros, com tanto mais inquietude ele vigia as realizações, a condução da vida e a mentalidade do indivíduo [...] (SIMMEL, 2005, p. 583)

Acerca desta perspectiva, temos um cenário de migrações da população LGBTQIA+ a partir da década de 1970 e 1980 no mundo ocidental, que temos estudos científicos e produções do audiovisual (filmes, séries e documentários) que retratam a cidade de São Francisco (EUA) como polo de atração, assim como outras metrópoles da América e da Europa do Norte, tais como: “*Reflexões Sobre a Questão Gay*” (ERIBON, 2008);, “*A globalização da sexualidade*” (BINNIE, 2004); “*‘Volte para casa’ - Migrações estranhas e múltiplas evocações de casa*” e “*Diáspora Queer*” (FORTIER, 2001; 2002); “*Migração, Modernidade, Mobilidade - Lutas quotidianas e intimidade diaspórica queer*” e “*Global Divas*” (MANALANSAN IV, 2005; 2003); “*O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo*” (PERLONGER, 1986), dentre muitos outros, sendo todos muito recentes.

Didier Eribon (2008), escritor e filósofo francês, discorre sobre os processos migratórios gay citando Nova York, Paris e Berlim como cidades atrativas, que desde o início do século XIX, recebia um contingente de pessoas, vindas dos arredores e também do exterior.

Ela defendia que a existência de um “mundo gay” que se constitui nessas cidades era determinante para a migração da população gay. Jon Binnie (2004) apresenta uma reflexão acerca da globalização, tecendo uma crítica à invisibilidade da sexualidade tanto na política global, quanto nos estudos da globalização que segue um olhar heteronormativo, além de promover provocações acerca das pesquisas sobre sexualidades que negligenciam as dimensões econômicas ao evidenciar a construção cultural, só trazendo a análise econômica da sexualidade quando tratam do trabalho sexual.

Anne Fortier (2001), autora dinamarquesa, desenvolve estudos relacionando os processos identitários queer dentro de uma estrutura diaspórica. Ela desconstrói o conceito de casa/lar sob o argumento que nas migrações queer este lar é móvel e

visto como destino e não origem, invertendo a concepção original do que é compreendido como casa nos estudos migratórios.

Ao considerar que o conceito de casa está vinculado ao pertencimento, a autora revela que este sentimento de pertença para as pessoas queer que estão imersas nos processos migratórios é construído com o lugar de destino e não com o lar de origem. No seu trabalho de 2002, Fortier segue com os estudos diaspóricos e queer trazendo a ideia da interseccionalidade que acontece nos processos migratórios como consequência das múltiplas interposições que se entrelaçam em vários locais e histórias, aproximando e dialogando com o conceito “espaço de diáspora” criado por Avtar Brah (1996).

Martin F. Manalansan IV (2005), representante dos estudos LGBT filipinos americanos, tem por objetivo pesquisar os americanos LGBT de ascendência filipina, destacando-se os estudos sobre a imigração de homens gays filipino-americana. O seu trabalho apresenta o impacto da sexualidade gay na construção identitária, cultural e política, nos processos migratórios e de globalização, agindo sobre os corpos migrantes das/os sujeitas/os, promovendo a alteridade na comunidade gay americana e reconstruindo os aspectos geopolíticos.

Na sua obra *Global Divas* (2003), o autor apresenta uma etnografia sobre imigrantes gays filipinos na cidade de Nova York, negando que ocorra uma assimilação passiva por parte destes sujeitos, pelo contrário, defende a ideia de que ocorrem fissuras. Demonstra como os gays filipinos apresentam novas possibilidades neste processo diaspórico e problematizam os marcadores sociais de gênero, etnia e sexualidade através da alteridade com a comunidade gay de Nova York.

Nestor Perlongher (1986), antropólogo argentino, fez um estudo etnográfico sobre o mercado de sexo masculino na capital paulista, discutindo a formação de subjetividades e estereótipos homossexuais no Brasil. Para Perlongher, a migração homossexual para São Paulo seguia dois fluxos, um voltado para os michês (prostitutos) que saíam de outros estados do Brasil para trabalhar em São Paulo e o outro fluxo era de homens gays que sabia da infraestrutura gay da cidade (cinemas, saunas, parques, ruas e etc.) e migravam para lá em busca da liberdade sexual.

Nesta pesquisa, o autor evidencia as diferenças entre os michês sulistas e nordestinos, sendo que os primeiros eram mais requisitados pelos clientes, pois tinham um esteriótipo (loiros e brancos) que agradava mais a comunidade da época.

Todos estes estudos, juntamente com muitos outros não mencionados aqui, reconhecem as metrópoles como destino das migrações por orientação sexual, por serem interpretadas como um espaço de liberdade no imaginário da população gay, mas também, por possuírem estruturas que se tornaram espaços de heterotopia⁷¹, que permitem a vivência da sexualidade desviante e o encontro entre seus pares.

Esta Tese segue o mesmo caminho, percebendo as cidades como polo de atração, só que neste caso direcionando o olhar para a população trans feminina. Na área do audiovisual, temos alguns exemplos: *Crônicas de São Francisco*, que é uma série baseada em nove livros escritos por Armistead Maupin, entre 1978 e 2014, tendo sua primeira exibição em 1993, voltando ao ar com novos episódios em 1998 e dando continuidade em 2019, sendo esta última edição exibida pela Netflix, o que permite uma difusão maior da série, porém as outras duas montagens (1993 e 1998) também já se encontram disponíveis na Netflix.

A série retrata histórias fictícias de personagens que moram em uma determinada pensão na cidade de São Francisco, em sua maioria LGBTQIA+ e migrantes de outras cidades, sendo a trama permeada por assuntos pertinentes as identidades LGBTQIA+ (violência, HIV, migração, novos rótulos, desconstrução de paradigmas etc.), retratando esse caráter de polo de atração que a cidade de São Francisco possui para esta população.

Outra grande produção de destaque é *Pose* (2018), que é uma série que retrata a cultura de 1980 em Nova York, com um recorte para o gueto LGBTQIA+ trazendo a discussão a respeito das dificuldades e consequências do início da epidemia do HIV, a transgeneridade, procedimentos cirúrgicos, a solidariedade e disputa que ocorre entre as pessoas LGBTQIA+, a prostituição, os guetos e a interseccionalidade entre sexo, gênero e raça. Um dos destaques desta série é que deram visibilidade a várias atrizes trans. Em “*Pose*” é retratada a migração

⁷¹ Diferente das utopias, que segundo Foucault (1984) são espaços fundamentalmente irreais, o autor apresenta o conceito de heterotopia por contraposição quando diz que: “Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais [...] que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles reflectem e discutem, chama-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias” (FOUCAULT, 1984 p. 4). Em síntese, podemos dizer que a heterotopia é um espaço que funciona em condições não-hegemônicas, que contrasta com o espaço normativo de forma positiva ou negativa, podendo ser uma melhoria da realidade ou um espaço destinado aos corpos abjetos, como é o caso dos espaços de prostituição.

LGBTQIA+ em decorrência da expulsão destas pessoas de seus lares das cidades do interior dos Estados Unidos.

Temos ainda o filme “Milk – A voz da igualdade” (2009) que foi baseado em uma história real e retrata a trajetória do primeiro candidato assumidamente gay a ser eleito na cidade São Francisco na década de 1970, tendo como pano de fundo as relações de alteridade entre a população LGBTQIA+ e a sociedade heteronormativa, tendo como desfecho o assassinato de Milk por seu opositor político.

Nesta obra, São Francisco também é revelada como a cidade que atrai a população LGBTQIA+ por representar a cidade da liberdade sexual. Estes são alguns exemplos, dentre muitos, que retratam a vida das pessoas não-heteronormativas em São Francisco e Nova York nas décadas de 1970 e 1980 e pautam a interseccionalidade entre as sexualidades/ transgeneridades e as migrações, de forma direta ou indireta, na formação das comunidades nestas metrópoles.

No Brasil, nós podemos destacar o filme “Flores Raras” (2013) que narra a história de um amor lésbico entre uma brasileira e uma norte-americana nas décadas de 1950 e 1960, baseado em fatos reais. Apesar de não tratar especificamente dos processos migratórios LGBTQIA+ de forma ampla, o filme retrata que o amor entre duas pessoas do mesmo sexo foi a mola propulsora para romper com diferenças culturais e com os padrões heteronormativos da época, levando a poetisa norte-americana Elizabeth Bishop (interpretada por Miranda Oto) a se mudar para o Rio de Janeiro para morar com a arquiteta brasileira Lota de Macedo (interpretada por Glória Pires).

Outro filme que retrata as décadas de 1960 até 1980 é “São Paulo em Hi-fi” (2013), que apresenta as histórias das dançarinas e transformistas que se apresentavam nas famosas casas noturnas da época e tudo o que elas tiveram que passar, como a imposição da ditadura e a explosão do vírus HIV. A importância deste filme é a conexão que existe entre os estudos supracitados, no que tange a ideia de que as metrópoles possuem uma “estrutura gay” que constrói um imaginário coletivo e é um dos maiores fatores das migrações LGBTQIA+.

Enquanto temos em “Divinas Divas” (2017) as histórias de vida da primeira geração de artistas travestis do Brasil que trazem à cena o auge da Cinelândia, a relação delas com a ditadura militar, o uso da arte para romper barreiras e

dificuldades e os percalços da construção de suas identidades de gênero. Este filme dialoga diretamente com o filme “São Paulo em Hi-fi”, apresentando a cena gay do Rio de Janeiro da década de 1970 e a intersecção entre migração e sexualidade/transgeneridade se dá a partir de algumas artistas que protagonizam o filme serem de outras cidades do Brasil.

Trouxe esses três exemplos de produções que seguem caminhos bem distintos e que apresentam a temática LGBTQIA+ e os processos migratórios a partir de prismas diferentes, para possibilitar um olhar mais amplo dos/as leitores/as e demonstrar como há diversos caminhos e recortes para pensar as diásporas que se pautam em sexualidades e gêneros desviantes.

A discussão de gênero na perspectiva das mulheres integrando os processos migratórios é bem recente, pois as mulheres eram invisibilizadas pelos estudos e teorias migratórias, sendo considerado o termo “migrante” como uma denominação do masculino (PESSAR, 1999). No primeiro capítulo da tese de Gláucia de Oliveira Assis (2004) intitulado “*De Criciúma para o mundo: Mulheres migrantes no passado e no presente: as migrações internacionais e os estudos de gênero*”, ela apresenta porque as mulheres não apareciam nos estudos de migração:

Uma das explicações para o englobamento das mulheres na categoria migrante era que os homens representavam a maioria nos fluxos internacionais, o que corresponde à visão de homens que migravam sozinhos e tornavam-se desenraizados (HANDLING, 1971). Tal perspectiva não estava relacionada diretamente com o fato de os homens constituírem a maioria nos fluxos migratórios, pois mesmo quando havia predominância de mulheres - como no caso dos irlandeses para os Estados Unidos no século XIX - essas não tiveram suas experiências tratadas como objeto de análise (Donato, 1992; Simon, 1992). Essa invisibilidade das mulheres nos fluxos, portanto, não tem relação com a representatividade numérica, mas com o olhar, ou melhor dizendo, a perspectiva teórica com a qual era analisada a migração internacional nas quais as questões de gênero e étnicas não eram objeto de análise. (ASSIS, 2004, p. 42-43)

E segundo a autora, com base no estudo do estado da arte que fez sobre a temática, até 1970 “as mulheres não se encontravam presentes nas análises empíricas e nos escritos produzidos porque muitos teóricos estavam influenciados pelas teorias neoclássicas de migração” (ASSIS, 2007, p. 749). Já vimos que apenas o homem era considerado sujeito dos estudos migratórios, relegando às mulheres a representação secundária, assim como os demais membros da família.

Hoje, já temos um bom número de estudos sobre as mulheres no contexto dos processos migratórios. A partir de uma consulta no Google Acadêmico⁷² com os termos “migrações; mulheres”, encontramos um número aproximado de 63.700 textos, e usando as expressões “diásporas; mulheres”, o número cai para 26.600 textos (citações; resenhas, artigos, dissertações, teses, livros e etc.) sobre a temática. Filtrando a pesquisa para expressões mais específicas relacionadas a esta Tese, temos os seguintes resultados ao utilizar as expressões:

Tabela 1 – Quantidade de pesquisas localizadas no cruzamento das expressões migrações e diásporas com sexualidade, LGBT e transgênero.

	Sexualidade	LGBT	Transgênero
Migrações	20.900	4. 510	4.170
Diásporas	13.500	3.690	1.220

Fonte: Google acadêmico, consultado no dia 28 de outubro de 2019.

Com base nesse levantamento, temos o indicativo de que há uma defasagem sobre pesquisas que relacionam as diásporas e as pessoas transgêneras, tomando como análise os números acima mencionados, evidencia-se que os estudos sobre os processos migratórios das mulheres se encontram em um patamar muito mais elevado que os estudos relacionados aos processos identitários transgênero, o que podemos considerar está relacionado ao histórico dos estudos feministas que foram anteriores aos estudos LGBTQIA+, possibilitando assim, a inserção no campo dos estudos migratórios há mais tempo e obtendo estudos mais consolidados.

Nesta perspectiva, iremos desenvolver esta Tese reconhecendo que irá fazer parte deste movimento contemporâneo de colocar em evidência as transexuais e travestis na análise dos processos migratórios.

Em relação aos processos migratórios com o recorte para pessoas trans, temos uma predominância dos estudos relacionados à prostituição na Europa, a violação dos direitos humanos, a interseccionalidade do gênero com outros marcadores sociais, além de pesquisas voltadas para pensar o processo de transnacionalização dos movimentos transgênero e a relação com a diáspora queer (FORTIER, 2002), que une os estudos de diáspora com os estudos queer.

⁷² Pesquisa realizada no dia 28 de outubro de 2019.

Mediante este cenário apresentado sobre os estudos migratórios e o gênero, veremos porque é importante esta discussão para a população trans, tendo em vista que boa parte das mulheres trans e travestis optam por migrar para as metrópoles (nacionais e internacionais) que têm acesso por meio das redes sociais (pessoas ligadas por laços de amizade, conhecimento ou relações de parentesco; aplicativos de relacionamento virtuais, grupos e fóruns e comunidades virtuais; bares, boates e espaços de circulação das trans; ong's, grupos militantes, dentre outros).

As mulheres trans e travestis migram em busca de oportunidades de trabalho que lhes permitam a ascensão econômica, possibilite as mudanças corporais de adequação a sua identidade de gênero (hormonização, transgenitalização, plásticas diversas, tais como: rinoplastia, implantes de silicone, dentre outras), mas também para vivenciarem sua feminilidade e inserção no mundo com um menor grau de abjeção a partir de seu anonimato, diferentemente do que teriam que lidar perante seus familiares, que na maioria dos casos não estão preparadas para lidar com esse fenômeno que rompe com a heteronormatividade.

Insisto em afirmar que ser móvel faz parte da construção e reafirmação da identidade da travesti brasileira. Mesmo com riscos, pois o risco faz parte da própria condição de afirmação delas mesmas enquanto trans, no gênero e no trabalho. [...] A própria mobilidade é também uma estratégia, um “truque” das travestis para se manterem protegidas, pois, de acordo com o trabalho que muitas delas realizam – a prostituição – algumas se envolvem em situações de marginalidade e desenvolvem rivalidade com outras travestis, principalmente quando estão em *trottoir*, o que gera repressão à sua pessoa, já estigmatizadas pela condição de gênero. (PATRICIO, 2008, p. 42-43)

A população trans feminina enxerga as capitais e regiões metropolitanas do Brasil como primeiro destino almejado para terem acesso ao universo trans, que é “um domínio social no que tange a questão das (auto)identificações.” (BENEDETTI, 2005, p. 17). E é neste espaço, que historicamente se constituiu nos centros urbanos, seguindo a mesma lógica da população homossexual que se refugiava nas metrópoles para vivenciar suas sexualidades em espaços de alteridade, dando origem aos guetos gay (espaço de circulação da população trans também) e aos próprios movimentos sociais LGBTQIA+, que a população trans se refugiou para viver sua construção identitária.

O universo trans, que é formado por um conjunto de espaços de heterotopia distribuídos na geografia das cidades, onde ocorrem as trocas e experiências

sociais, que possibilita a construção de identidades, hábitos, culturas, linguagens, corpos e redes, que garante o pertencimento e aceitação da população trans.

A cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais. No fim dos anos 60, um ativista gay descrevia San Francisco como um “campo de refugiados”, para o qual foram pessoas de toda a nação, que queriam escapar à impossibilidade de viver vidas gays na atmosfera hostil, talvez até odiosa, das cidades pequenas. [...] Mas bem antes disso, desde o início e até o fim do século XIX, a reputação de certas cidades, como Nova York, Paris ou Berlim, atraía ondas de “refugiados” vindos de todo o país e, com frequência, do exterior, reforçando, portanto, o que os havia determinado a vir: a existência de um “mundo gay”, ao qual se agregavam e ao qual traziam o entusiasmo dos que acabam de chegar. (ERIBON, 2008, p. 31-32)

Em alguns casos, os sonhos das mulheres trans e travestis brasileiras são mais altos e rompem as fronteiras nacionais tendo como destino preferencial os países europeus, a partir das redes sociais já estabelecidas nestes países pelos fluxos migratórios. “Entre o fim da década de 70 e os anos 80, devido à emigração massiva de travestis brasileiras para a Europa em busca de riqueza, elas também ganharam notoriedade em países como Espanha, França e Itália.” (PIRAJÁ, 2011, p. 54).

Para as pessoas trans, o armário⁷³ (HALPERIN, 2007) como estratégia de defesa para conviverem socialmente, é um recurso que lhes servem antes de iniciarem a construção da sua identidade trans, uma vez que durante o processo de construção da identidade ocorrem mudanças corporais e performativas que automaticamente lhes retiram do armário. Mas também, muitas pessoas trans fazem uso do armário quando já estão vivenciando sua nova performance de gênero e tentam se parecer ao máximo com as pessoas cis para passarem despercebidas socialmente⁷⁴ e não sofrerem a injúria proveniente do estigma (GOFFMAN, 1988) que a identidade trans carrega.

Porém, esta ação de se colocar no armário após sua transição de gênero é complexa para ser realizada no seu local de origem, tendo em vista que as pessoas que compõem o círculo social deste espaço já conheceram a identidade de gênero anterior que as pessoas trans desejam apagar da memória. Desta maneira, durante

⁷³ “El closet no es más que el producto de complejas relaciones de poder. La única razón para estar en el closet es protegerse de las formas diversas y virulentas de descalificación social que uno sufriría si se conociera públicamente su orientación sexual.” (HALPERIN, 2007 p. 48)

⁷⁴ No meio político e acadêmico veremos o uso do termo “passabilidade” para se referir a este processo de busca de passar despercebida/o na vida social como sujeita/o, por ter conseguido se enquadrar nos padrões do gênero que assumiu como identidade. As pessoas trans que alcançam a passabilidade são lidas como pessoas cis quando estão em sociedade.

a mobilidade entre os gêneros, as pessoas trans são reveladas como *outsiders* (ELIAS, 2000) perante a sociedade heteronormativa, o que torna hostil o lugar de origem, levando-as a perceberem o anonimato nos grandes centros urbanos como mais seguro e menos opressor, conduzindo-as a diáspora.

Outro fator cultural que influencia e enche de expectativas cada vez mais as mulheres trans brasileiras a migrar é a possibilidade de constituir uma família através do matrimônio com um “homem de verdade”⁷⁵ e desfrutarem de uma vida “normal”, espelhando-se em histórias de outras mulheres trans e travestis que realizaram esse sonho, tendo como referencial de felicidade o padrão heteronormativo.

Para isso, sujeitam-se a todos os riscos das migrações, que na grande maioria da migração internacional ocorre pelo financiamento dos custos (documentação, passagens, hospedagem, alimentação, dentre outras despesas) por mulheres trans/travestis mais velhas que já estão estabelecidas no país, em troca de uma dívida que chega a ser cinco vezes o valor utilizado (AGNOLETI; SOUZA, 2013), tendo a prostituição como alternativa mais eficaz de retorno financeiro para honrar a dívida.

Assim, além de poderem encontrar um “homem de verdade”, a Europa poderia criar uma possibilidade de saída da prostituição e proporcionar uma vida dentro de um roteiro que elas classificam como “normal” – constituir família, circular durante o dia sem sofrer constrangimentos e serem merecedoras das mesmas gentilezas que os homens dedicam às mulheres biológicas (PELÚCIO, 2011, p. 187).

Assim, a migração é uma fábrica de sonhos que nem sempre são realizados. Apesar da maioria dos casos estarem relacionados à estabilidade econômica, no caso da migração trans, as subjetividades relacionadas à ascensão e aceitação social são o que mantém vivo os desejos de se afastar (migrar) para se encontrar (tornar-se sujeita).

Em todo o mundo, tanto migrantes quanto pessoas trans simbolizam as alteridades na sociedade e em si mesmas. No caso das mulheres trans e travestis que migram para a Europa, essa alteridade é ainda maior, considerando que são *outsiders* (BECKER, 2008; ELIAS, 2000) tanto pela nacionalidade quanto pela

⁷⁵ Termo utilizado pelas trans na pesquisa de Larissa Pelúcio para se referir a homens que apesar de se relacionarem com as mulheres trans e travestis, seguem uma identidade heteronormativa e as tratam como mulheres na vida social. (Pelúcio, 2011).

dissidência de gênero⁷⁶, além de agregarem outros marcadores carregados de estigmas (GOFFMAN, 1988) comuns a todas as pessoas: classe, etnia, idade, sexualidade, dentre outros, que são potencializados pela interseccionalidade.

Na próxima seção, traremos uma reflexão a respeito da invisibilidade do gênero nas políticas migratórias e quais são as estratégias utilizadas para garantir direitos para população LGBTQIA+ no caso de refúgio.

5.5 A Ausência do Gênero nas Políticas Migratórias

É perceptível que tanto no Brasil quanto na União Europeia (UE) há uma invisibilidade do gênero na construção das políticas públicas de migração, mesmo sendo um tema que possui tantas peculiaridades (saúde, assédio, tráfico, violência, trabalho, estigma, dentre outras), que lhe torna uma categoria de análise promissora e notória para elaborar e evidenciar ações estratégicas e garantir direitos à população de mulheres cis e trans migrantes.

Tendo em vista que nos textos das leis do Brasil e da Europa nenhuma menção é realizada quanto ao gênero, veremos aqui nesta seção apenas um resumo de alguns aspectos relevantes para a população em geral tanto em um contexto quanto no outro, comentando onde o gênero pode se valer de direitos e garantias enquanto categoria política e social, nas redações destas leis.

No Brasil, a política migratória é conduzida nos últimos 40 anos pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) que vigorou durante 37 anos (1980/2017) e foi substituído recentemente pela Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), que se propõe a humanizar (mesmo ainda mantendo lacunas, como é o caso do gênero) esta lei que teve origem no período militar, sendo assim, carregada de um caráter protecionista e nacionalista típico do período da ditadura militar.

Dentre as principais diferenças destas leis, temos a concepção do indivíduo, a extradição do imigrante e a sindicalização do imigrante. Enquanto o Estatuto aprovado pelos militares trata a/o imigrante como um/a estranho/a, sendo concebido/a como ameaça à segurança nacional, a nova Lei, volta-se para criar estratégias e normas que combatam a xenofobia.

⁷⁶ Utilizaremos o termo dissidência de gênero para designar as identidades de gênero que subvertem a norma heterossexual, que no caso desta pesquisa refere-se a população trans, enquanto que dissidência sexual está relacionada com as práticas e orientações sexuais fora da norma (gay, lésbica, bissexual).

Em relação à concepção do indivíduo, tínhamos no Estatuto que dentre as/os imigrantes, apenas as/os portuguesas/es eram consideradas/os detentoras/es de igualdade de direitos e deveres em relação as/os brasileiras/os, por conta dos valores históricos, culturais, linguísticos e étnicos que unem as duas nações, enquanto na nova lei todas/os imigrantes são reconhecidas/os como concidadã/ão do mundo, em conformidade com a política internacional de Direitos Humanos.

Temos na nova lei o art. 3 da Seção II que rege os princípios e garantias, a expressão de um cenário bem mais acolhedor e humanitário com diretrizes de equidade perante todos, sem exceção, desde a universalidade dos direitos humanos, repúdio à xenofobia, racismo e outras formas de discriminação até o acesso igualitário e livre da/o migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social, não fazendo diferenciação entre imigrante e brasileiro em relação aos direitos de cidadão (BRASIL, 2017).

Levando-se em consideração a abrangência deste artigo 3, abre a possibilidade para que assuntos pertinentes ao gênero sejam acionados, uma vez que aborda a questão da universalização dos direitos humanos, que é bastante amplo, e neste caso pode se valer do direito ao uso de adereço e vestimentas específicas de determinada cultura da imigrante (turbante, torço, burca, véu) assim como também, assegura o direito a vivenciar as identificações de gênero e sexual por pessoas cis e trans.

O acesso a programas e benefícios sociais também pode ser pautado pela questão de gênero, podendo ser interpretados como bolsa família, acesso a creche, saúde da mulher, dentre outros, e no caso da identidade de gênero trans também pode ser contemplado pela redação genérica das garantias expressas neste artigo, quando é dito que haverá repúdio as “outras formas de discriminação”.

No que tange a extradição, vários fatores se distanciam, enquanto no Estatuto do Estrangeiro tínhamos:

Art. 65. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. (BRASIL, 1980)

Demonstrando a preocupação com a segurança nacional a qualquer custo e, inclusive, cabendo subjetividade na interpretação da lei, quando diz que a/o

“estrangeira/o” poderá ser expulsa/o sob o pretexto de que ela/e tenha praticado um ato que prejudique os interesses nacionais, relatando inclusive ainda neste artigo, no parágrafo único que o compõe, a extradição até mesmo para casos de imigrantes em situações de “vadiagem” ou “mendicância”.

Outro termo que chama atenção neste artigo é “moralidade pública”, algo tão subjetivo e passível de interpretações diversas, permitindo a construção de argumentos baseados em ideologias políticas e religiosas de quem julgasse o caso. Na nova lei, a expulsão de imigrantes praticamente se resume a crimes de genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade, assim como no caso de crime comum doloso passível de prisão (BRASIL, 2017, Art. 54), sendo retirada a questão de moralidade e nocividade aos interesses nacionais.

Quanto à sindicalização do imigrante, era contestado no Estatuto do Estrangeiro (artigo 106), bem como participar da organização de “desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza” (BRASIL, 1980, Art. 107), representando bem o perfil da ditadura militar que enxergava em toda e qualquer organização social uma ameaça ao poder, fazendo uso da autoridade e força para que se cumprissem todas as normas estabelecidas pelo governo militar.

Por outro lado, a nova Lei de Migração, a fim de garantir a inclusão plena do imigrante na sociedade brasileira em situação de igualdade com os nacionais, assegura o indivíduo de qualquer nacionalidade o pleno “direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos” (BRASIL, 2005, Art. 4, inciso VII). Neste caso, permite que mulheres cis e trans possam se estabelecer em redes já constituídas no Brasil, tais como: grupos feministas, LGBTQIA+, transfeministas, assim como, podem criar grupos específicos entre seus pares para a manutenção das suas identidades de gênero e culturais, sem serem impedidas pelo governo como acontecia anteriormente.

Já na Europa, as normas legais em matéria de imigração seguem regras diferentes de país para país, porém, a maioria dos países aplicam conjuntamente as normas que decorrem do direito da União Europeia e as toma como parâmetro para constituição de suas leis nacionais.

Os tratados, acordos, diretivas e programas da UE estabelecem as normas gerais, como é o caso do Tratado de Amsterdão (1997); Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2009), Tratado de Lisboa (2009), assim como os Programas quinquenais: o Programa Tampere (1999-2004), o Programa Haia (2004-

2009), o Programa de Estocolmo (2010-2014), que abordam a imigração com regras gerais destinado a todo o bloco. Na UE temos dois tipos de normas legais gerais, que são constituídas conforme descrição abaixo feita pela Comissão Europeia⁷⁷:

Regulamentos e decisões: Atos legislativos da UE que são diretamente aplicáveis como lei em todos os países da União. Não implicam a sua transposição ou alteração da legislação nacional.

Diretivas: Cada país da UE deve transpor as diretivas para o seu direito nacional dentro de um prazo determinado. Uma vez que as diretivas são vinculativas quanto aos resultados a atingir, cada país pode escolher qual a forma e os métodos a utilizar. (COMISSÃO EUROPEIA, 2016, s/p)

Ainda sobre as normas gerais da UE, a comissão diz que dos 28 países signatários, existem quatro deles que são submetidos a exceções em relação a imigração, vistos e políticas de asilo, porém no texto disponível no Portal citam apenas três (Dinamarca, Irlanda e Reino Unido). Quanto à autonomia dos 28 países sobre a imigração, temos:

- O número total de migrantes que admite para efeitos de trabalho;
- Todas as decisões finais sobre pedidos de migrantes;
- Regulamentação em matéria de vistos de longa duração – estadas superiores a três meses; e
- Os requisitos relativos à obtenção de autorizações de residência e trabalho, nos casos em que não tenham sido adotadas as regras comuns da UE. (COMISSÃO EUROPEIA, 2016, s/p)

Considerando que a Europa se preocupa de forma colaborativa a respeito das imigrações antes mesmo de ser constituída oficialmente a União Europeia (1992), temos o Acordo Shengen (1985) proveniente dos debates que se intensificaram sobre a livre circulação de pessoas na década de 1980, em que discordâncias ocorreram entre os países quanto a quem realmente teria direito de circular livremente neste território a ser criado (espaço Shengen).

De um lado havia as pessoas que defendiam que apenas os/as cidadãos/ãs da UE deveriam ser contemplados, desta maneira ainda haveria controle das fronteiras internas para distinguir quem é cidadão da UE e quem não é, porém, havia outros países que defendiam a livre circulação de todos sem exceção. Estes impasses fizeram com que o acordo iniciasse apenas com cinco países (França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos), e ao longo dos anos mais

⁷⁷ A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE e toma as decisões sobre o rumo político e estratégico da União Europeia.

adesões foram ocorrendo até ser anexado ao quadro jurídico e institucional da UE por meio do Acordo de Amsterdã em maio de 1999.

O espaço Schengen e a cooperação baseiam-se no Acordo de Schengen de 1985. O espaço Schengen representa um território onde a livre circulação de pessoas está garantida. Os Estados signatários do acordo aboliram todas as fronteiras internas adotando uma única fronteira externa. Aqui são aplicadas regras e procedimentos comuns no que diz respeito a vistos para estadias de curta duração, pedidos de asilo e controles nas fronteiras. Simultaneamente, para garantir a segurança no espaço Schengen, foi intensificada a cooperação e a coordenação entre os serviços policiais e as autoridades judiciárias. A cooperação de Schengen foi incorporada no quadro jurídico da União Europeia (UE) pelo Tratado de Amsterdã de 1997. No entanto, todos os países que cooperam em Schengen não são partes no espaço Schengen. (COMISSÃO EUROPEIA, 2009, s/p)

Este acordo de cooperação transforma a UE em um bloco mais hegemônico e harmonioso quanto à recepção dos imigrantes, ao mesmo tempo, abre brechas para livre circulação de imigrantes ilegais que conseguem transpor as fronteiras externas, mas por outro lado, evidencia um controle mais eficaz por conta de um sistema integrado de informação e ações cooperadas entre os estados membros em relação ao policiamento e gestão das fronteiras externas, evidenciando uma redução das imigrações ilegais, que tem sido uma das prioridades de todos Estados-membros da UE. Dentre as principais regras adotadas no âmbito de Schengen incluem:

- Eliminação de controles de pessoas nas fronteiras internas;
- Um conjunto comum de regras aplicáveis às pessoas que atravessam as fronteiras externas dos Estados-Membros da UE;
- Harmonização das condições de entrada e das regras sobre vistos para estadias curtas;
- Reforço da cooperação policial (incluindo os direitos de vigilância transfronteiriça e de perseguição);
- Cooperação judiciária mais forte através de um sistema de extradição mais rápido e da transferência da execução de sentenças penais;
- Estabelecimento e desenvolvimento do Sistema de Informação de Schengen (SIS). (COMISSÃO EUROPEIA, 2009, s/p)

Temos no Brasil, assim como na União Europeia, um texto generalista da política de imigração no que concerne ao gênero, onde em nenhum momento é citado esse termo nem feito menção alguma as particularidades que poderiam e deveriam estar problematizadas na Lei, para garantir direitos que são específicos à população feminina (seja ela cis ou trans) e que é invisibilizada.

O feminino está inserido dentro de uma categoria homogênea única e masculina (o imigrante) que não responde a questões do tipo: gravidez; assédio; equidade no trabalho; sexualidade; respeito à identidade de gênero (trans); trabalho sexual; tutela sobre o corpo; casamento; violência doméstica, estigma de inferioridade, dentre outras tantas questões que estão relacionadas diretamente ao universo feminino.

Todas essas lacunas são solucionadas acionando-se outras leis e políticas, tais como a lei dos direitos humanos, lei da saúde pública, lei de proteção à mulher, políticas LGBTTT, dentre tantas outras, mas também podem ser solucionadas a partir das entrelinhas que todos os textos genéricos das leis de migração trazem.

Um exemplo de como suprir as lacunas deixadas pelas leis tomando como referência documentos internacionais, vem ocorrendo no Brasil e em outros países que utilizam os Princípios de Yogyakarta (2007), que versa sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, defendendo como ideia central que “a orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso” (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 6). Este documento foi elaborado por um grupo de 29 especialistas de 25 países, dentre eles o Brasil, consolidando 29 princípios que

[...] tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Cada princípio é acompanhado de detalhadas recomendações aos Estados. No entanto, os especialistas também enfatizam que muitos outros atores têm responsabilidades na promoção e proteção dos direitos humanos. São feitas recomendações adicionais a esses outros atores, que incluem o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, mídia, organizações não-governamentais e financiadores. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 7)

Temos o princípio 11 (Direito à Proteção Contra todas as Formas de Exploração, Venda ou Tráfico de Seres Humanos) e o princípio 23 (Direito de Buscar Asilo) uma referência internacional para balizar as ações jurídicas relacionadas à população LGBTQIA+ quando se depararem com cenários que contenham situações cobertas por estes princípios, uma vez que nas Leis de Migrações existem essas lacunas.

A construção de novas políticas e legislações em diversas áreas voltadas para a população LGBTQIA+ tem recorrido aos Princípios de Yogyakarta como guia, tendo como exemplos aqui no Brasil a Resolução Conjunta Nº 1 de 15 de Abril de 2014, que estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil, e a Resolução Nº 12 de 16 de Janeiro de 2015, que

[...] estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. (BRASIL, 2015, s/p)

Esses casos nos levam a perceber a relevância deste documento para nortear as políticas públicas e legislações dos países, tornando os Princípios de Yogyakarta em um documento notável para legitimação de direitos para a população LGBTQIA+ em suas diversas áreas, como vimos aqui no caso do Brasil, foi utilizado para uma política prisional e para a educação, assim como, em relação ao asilo, que segundo o Princípio 23 de Yogyakarta afirma que:

Toda pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. Um Estado não pode transferir, expulsar ou extraditar uma pessoa para outro Estado onde esta pessoa experimente temor fundamentado de enfrentar tortura, perseguição ou qualquer outra forma de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 29)

A orientação sexual e identidade de gênero não estão explicitadas nas leis de refugiados, mas, tornou-se possível a partir da interpretação dada por este artigo supracitado, que inclui a população LGBTQIA+ no item “grupo social” que é uma expressão abrangente e faz parte da definição de refugiado que consta no Estatuto dos Refugiados (1951), que é de âmbito internacional, e foi implementado no Brasil pela Lei Nº 9.474, de 22 de Julho de 1997, onde diz:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, **grupo social** ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997, s/p, grifo nosso)

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR em 2008, um ano após a publicação dos Princípios de Yogyakarta, reforça esta concepção e referenda “[...] que questões referentes à orientação sexual e identidade de gênero podem ser fatores para a solicitação de refúgio, sendo enquadrado no item ‘grupo social’ (UNHCR Guidance note on refugee claims relating to sexual orientation and gender identity)” (ANDRADE, 2015, p. 39), permitindo que várias pessoas, de/em diversos países, solicitassem o reconhecimento da condição de refugiado com base na orientação sexual e identidade de gênero.

Apenas o Brasil, Inglaterra, Noruega e Bélgica já publicaram informações sobre o perfil das solicitações de refúgio relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero. No caso do Brasil as informações estão disponíveis através de uma plataforma digital com acesso livre, que é resultado da parceria entre a Agência da ONU para Refugiados – ACNUR e o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE e integra a campanha ONU Livres & Iguais que é:

[...] uma campanha de informação pública das Nações Unidas, global e sem precedentes, com o objetivo de promover direitos iguais e tratamento justo para pessoas LGBTI. Em 2017, a ONU Livres & Iguais alcançou 2,4 bilhões de linhas do tempo nas redes sociais de todo o mundo e gerou correntes de materiais vastamente compartilhados – incluindo vídeos poderosos, imagens impactantes e notas informativas com vocabulário acessível. Vários vídeos da campanha – incluindo o popular clipe no estilo Bollywood “The Welcome” – estão entre os vídeos mais assistidos produzidos pelas Nações Unidas. Versões nacionais da campanha da ONU Livres & Iguais e eventos têm sido organizados em quase 30 países, com apoio visível da ONU e líderes políticos, religiosos e de comunidades, além de celebridades de todas as regiões do mundo. (CONARE, 2020, s/p)

O Brasil apresenta dados com recorte de 2010 a 2018 e tinha (até o dia da consulta) um total de 369 solicitações de asilo dentro deste perfil. A distribuição do status das solicitações estava representada por: 130 reconhecidos; 195 pendentes; 20 indeferidos; 20 arquivados e 4 reassentados. A região com maior número de solicitações (aproximadamente 85%) é a região Sudeste (314 casos), sendo seguida pela região Centro-Oeste (31 casos), região Sul (12 casos), região Norte (10 casos) e a região Nordeste (02 casos).

A maior parte das solicitações partiu de pessoas advindas de países africanos, tendo destaque a Nigéria com 121 casos. Não houve registro de nenhuma solicitação por causa da identidade de gênero (travestis e transexuais) e a maior incidência está no perfil de orientação sexual gay (241 casos). Há ainda 50 casos sem informação, 38 casos de lésbicas, 28 de heterossexuais e 12 casos de bissexuais. O Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, órgão interministerial do governo brasileiro vinculado ao Ministério da Justiça, responsável pela sistematização e divulgação desses dados esclarece que:

Nem todas as pessoas que solicitam refúgio por motivos relacionados à OSIG se reconhecem enquanto LGBTI, uma vez que não se trata de um acrônimo universal, mas um marcador que reflete identidades construídas a partir de experiências que refletem sobretudo experiências de grupos e indivíduos localizados no norte global. Apenas solicitações onde foi possível obter informações sobre auto-identificação das pessoas solicitantes integram esse gráfico. Os casos nos quais não foi possível obter informações sobre a auto-identificação das pessoas solicitantes de refúgio estão indicadas como "sem informação". (ACNUR, 2018, s/p)

Essa publicização de dados referente ao asilo por orientação sexual e identidade de gênero feita pelo Brasil, com um número expressivo de deferimento, possibilitará que mais pessoas tomem iniciativa para pleitear o asilo com base neste argumento, porém, há que se considerar que ainda existem outras barreiras para a população LGBTQIA+, tais como, o medo e a angústia de revelar sua identidade sexual ou transgeneridade, uma vez que:

Não revelar a sua orientação sexual logo no início está relacionado ao fato da dificuldade de falar sobre o tema: trata-se da fonte de discriminação, perseguição e violência vivenciadas ou que potencialmente aconteceriam em seus países de origem. (ANDRADE, 2015, p. 42)

Aliado a isso, ainda tem o despreparo de algumas/uns policiais federais que não sabem lidar com o assunto e acabam cometendo violências durante as entrevistas e na análise dos processos de pedido de asilo, por não conseguirem se desprender da moralidade de sua formação de sujeita/o, acabam incorrendo no julgamento de valores em detrimento do reconhecimento dos direitos humanos que reconhece a população LGBTQIA+ como detentora de peculiaridades que merecem atenção e cuidado.

No Brasil, a atuação da Polícia Federal também tem sido apontada como problemática em zonas primárias de fronteira e mesmo nos processos administrativos internos, em que solicitantes de refúgio se deparam com profissionais qualificados como “despreparados”,

treinados de acordo com uma perspectiva de securitização envolvendo processos migratórios. Em relação aos processos de elegibilidade, quando os solicitantes já se encontram no território nacional e os casos estão em andamento no CONARE, funcionários do ACNUR e do comitê no Brasil sugerem que a sensibilidade em relação a gênero e sexualidade depende em certa medida das formações e das preocupações individuais de entrevistadores. (FRANÇA, 2017, s/p)

Ainda há os casos que a discriminação ocorre nos albergues, quando a/o refugiada/o LGBTQIA+ se depara com retaliações das/os compatriotas (ANDRADE, 2015, p. 43), revivendo a violência e não aceitação da qual estão tentando se libertar.

Então, mesmo havendo a possibilidade de asilo pela orientação sexual e identificação de gênero, ainda temos algumas barreiras a ser superadas que dependem do amadurecimento do processo, da melhor capacitação das/os profissionais que estão envolvidas/os nos trâmites e punição para aquelas/es que desobedecerem as regras e infringirem os direitos humanos e asilos específicos para população LGBTQIA+, evitando novos casos de violência pelas/os outras/os refugiadas/os.

O asilo por orientação sexual e identidade de gênero torna-se um mecanismo de salvamento para as pessoas LGBTQIA+ que vivem em países que as orientações sexuais não-heterossexuais são ilegais, conforme prevê o relatório da ILGA (“State Sponsored Homophobia” – 2019) aponta que 26 (vinte seis) nações determinam prisão de mais de 10 anos para homossexuais, 6 (seis) impõem pena de morte e ao todo temos 70 (setenta) países que criminalizam a homossexualidade (HUFFPOSTBRASIL, 2019), demonstrando como ainda precisamos avançar no combate à homofobia.

A seguir apresentaremos como interpretamos as redes nesta pesquisa a partir da seleção de algumas/uns autoras/es identificadas/os no estudo do estado da arte, considerando a importância deste conceito para a temática da tese.

5.6 Pensando as Redes

Por se tratar de uma pesquisa cujo objeto é a dinâmica migratória de gênero e espaço-temporal que são vivenciadas pela população trans feminina brasileira, faz-se necessário pensar nas relações que se estabelecem entre essas sujeitas, percebendo as redes que se formam durante seu processo de construção enquanto

transgênero e (i)migrante. Este tecido social formado pela trama de fios é o que torna a vivência trans tão peculiar e de grande relevância para esta pesquisa. Desta maneira, traremos nesta seção uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de redes sociais.

Hoje em dia, quando falamos sobre rede, uma das primeiras associações que fazemos está relacionada às tecnologias da comunicação e da informação. A este estudo interessa entender, particularmente, o conceito de rede relacionado às Ciências Humanas e Sociais, escapando do senso comum que muitas vezes restringe o termo a rede mundial de computadores.

Desde a década de 1930/1940, o conceito de rede passa a ser assunto das Ciências Humanas e Sociais e atualmente vem sendo muito utilizado, no entanto, com diversos significados. Dessa forma, realizar uma análise sobre o mesmo requer o entendimento das diversas abordagens disciplinares e utilizações do conceito. De acordo com Portugal (2007), o conceito de rede social surgiu cedo na Sociologia e na Antropologia Social, por volta de 1930 e 1940.

[...] o termo era sobretudo usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem. (PORTUGAL, 2007, p. 4)

A autora mostra que a construção de um sentido analítico para o conceito de rede social foi desenvolvida baseada em duas correntes: a primeira surge da Antropologia Social britânica, após a 2ª Guerra Mundial, sendo que essa restringe sua preocupação a uma análise situacional de grupos restritos; a segunda é de origem americana e desenvolve-se pelo viés da análise quantitativa, no quadro de uma abordagem estrutural.

Enquanto a antropologia britânica migra seus estudos dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais, formulando o conceito de rede social e passando a utilizá-lo de forma sistemática, os estudos norte-americanos adotam os sistemas sociais, desenvolvendo métodos quantitativos para descrever o modelo de relações que os grupos estabeleciam.

De acordo com Barnes (1972) e diversos outros pesquisadores do termo, a ideia de rede surge no âmbito da Antropologia Social na década de 40 do século passado, Radcliffe-Brown usou o termo redes, assim como Claude Lévi-Strauss em seu tratado etnográfico das estruturas elementares de parentesco, em 1949. O autor

demonstrou preocupação com os usos heterogêneos da concepção de rede e previu que se tornaria um termo preso a uma moda, sem conceituação objetiva e desprovido de função científica.

Desta maneira, julgou necessário estabelecer diferença entre o sentido metafórico e o analítico do conceito. Barnes defende que não havia uma clara teoria de rede, o que permite a associação do termo a diversas teorias. O entendimento elementar de rede – seja para aplicação metafórica, seja para fins de análise, era o de um sistema de vínculos interpessoais entrelaçados e articulados pelas ações e intenções dos seus integrantes e/ou de determinados setores sociais.

A partir da Geografia, Scherer-Warren (1995) apresenta as redes como sendo técnicas de produção, territoriais e sociais urbanas amplas, empregadas nos estudos da Administração, da Economia, das Ciências Sociais e pelos planejadores urbanos. A autora ainda traz que a área da Administração analisa as redes organizacionais, empresariais e de controle, enquanto na Economia ocorre nos miniprojetos alternativos, tanto quanto na esfera do mercado, do consumo e da produção.

Na Antropologia, os conceitos de redes são definidos como de parentesco, de vizinhança e de amizade; e na Sociologia, a concepção de redes é constituída para pensar a articulação política, ideológica e simbólica. O conceito de rede ganhou força no pensamento pós-moderno, partindo de uma visão filosófica, tendo como obra relevante Deleuze e Guattari (1995). Os autores indicam que a ideia do sistema-radícula, característica da modernidade, procurará uma hierarquização entre os pontos de uma rede.

Dessa maneira, utilizam como exemplo o poder das metrópoles em relação às colônias, o capitalismo e suas ações sociais e econômicas, a lógica do mercado e outros campos de atuação, como Estado e a cultura. O sistema-radícula está, portanto, gradualmente substituído pela ideia do rizoma. Segundo os autores, em um rizoma, as redes começam a crescer não em função de um único ponto, mas simultaneamente de vários pontos, e se une formando uma trama densa de interligações, fato originalmente observado no crescimento vegetativo das gramíneas, o que dava o nome a esse sistema de enraizamento.

Haesbaert (2002) ajuda a disseminar o pensamento de Deleuze e Guattari no Brasil, a partir de sua obra *“Territórios alternativos”* na qual desenvolve uma relação dialética entre fixos e fluxos, além da reconstrução das redes através de processos

de desterritorialização e reterritorialização, tendo como foco os processos sociais, fundamentado na alta mobilidade dos novos tempos, na virtualização dos espaços simbólicos e das informações.

Rede pode ser entendida como um sistema de relações entre sujeitos em um determinado espaço/tempo, de caráter raramente institucional. Em uma das perspectivas da Antropologia Social o conceito de rede fundamenta-se na “[...] análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (BARNES, 1987, p.163).

Eduardo Marques (2000) indica que estudos sobre redes têm demonstrado avanços, a exemplo das relações entre a ação dos sujeitos e as estruturas da sociedade, uma das questões centrais da teoria sociológica. Muitas dessas pesquisas demonstram que há uma interconexão entre as relações que mantêm os indivíduos, as organizações e as entidades com a circulação de ideias, bens, poder e informações. A partir do ponto de vista do autor, tomando o poder como referência, as redes são formadas de acordo a importância das posições e das relações sociais para definir as escolhas dos indivíduos, as alianças e capacidade de acesso a bens e pessoas.

É extensa a variedade conceitual de rede, mas os seus usos estão comumente imbricados, sendo em algumas análises mais destacados, em outras menos. Em reflexão acerca da relação entre indivíduo e sociedade, no “*Dossiê Nobert Elias*” organizado por Waizbort (1999), o autor diz que os elementos fundantes e fundamentais de Nobert Elias derivam de Georg Simmel, alegando que para os dois autores, o social é compreendido como um conjunto de relações e que:

O todo, seja ele qual for, – ‘a sociedade’, ‘o grupo’, ‘a unidade de sobrevivência’ – é um todo relacional. O que constitui é o conjunto das relações que se estabelecem a cada momento, entre o conjunto dos elementos que o compõem. Tais relações são sempre relações em processo, isto é: elas se fazem e se desfazem, se constroem, se destroem, se reconstroem, são e deixam de ser, podem se refazer ou não, se rearticular ou não (WAIZBORT, 1999, p.92).

A concepção de sociedade para Elias é concebida a partir de um modelo relacional que considera existir uma rede interdependente de pessoas de acordo as funções/relações desempenhadas nas relações sociais. Ele diz que “para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido.” (ELIAS, 1994, p. 35). Nessa metáfora

de rede, o autor compreende os fios da trama do tecido como sendo as relações de interdependência.

As pessoas que se ligam umas às outras por meio destes fios são interpretadas como os pontos nodais formando o todo (sociedade/tecido). Estes pontos de intersecção entre os fios representam as pessoas vivendo as relações recíprocas, que denota a visão de uma sociedade relacional em que só é possível compreender a partir da interdependência que existe entre as pessoas, que nem sempre são visíveis.

Apesar de usar o tecido como uma representação simbólica para ilustrar o conceito de rede, não se trata de uma rede estática, pois a rede é dinâmica e está “[...] em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações” (ELIAS, 1994, p. 35). O autor demonstra como são produzidos indivíduos iguais e diferentes como consequência dos “fenômenos reticulares” e as ações de autorregulação da sociedade que dão forma ao indivíduo e sociedade, no tempo e no espaço. E são esses encontros entre os iguais e diferentes que dão dinâmica às redes e revela novas possibilidades de ser, provocando um descentramento das referências que se estabeleceram socialmente como unidade central.

Partindo deste princípio, as redes, para Elias, revelam que o todo é diferente das partes que o compõem e sendo assim, não há como estabelecer leis para o todo tomando como base os seus elementos isolados. Desta maneira, para compreender os fenômenos sociais é necessário romper com o antagonismo entre o todo e as partes e analisar as redes de interdependência social que são difíceis de serem rompidas, são diferentes em cada sociedade e muitas vezes são invisíveis. E é esta interdependência que acontece a partir das funções sociais que irá determinar os comportamentos dos indivíduos, tanto em suas relações passadas quanto nas atuais com outros indivíduos, assim como, criar os elos das cadeias que irão desencadear em novas cadeias em um movimento sem fim.

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos

reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos “estruturas sociais”. E, ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas. (ELIAS, 1994, p. 23).

Para explicar a dinâmica das relações humanas que não podem ser reduzidas nem à liberdade individual nem apenas ao constrangimento coletivo, Elias defende a tese de uma rede inconstante como um conceito adequado. “Assim, efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dela para uma rede que ela ajuda a formar” (ELIAS, 1994, p. 34).

O autor defende que há uma “ordem oculta” e não diretamente perceptível pelos sentidos que limita o indivíduo, apesar de toda a liberdade individual que essas pessoas creem possuir: “A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis” (p. 21). E a esta ordem oculta podemos ilustrar os sistemas sociais, como é o caso da heteronormatividade que age sobre cada indivíduo determinando as normas que devem ser seguidas para que o indivíduo possa integrar a rede social da qual fazem parte, família, escola, vizinhança, igreja e outras esferas.

O encontro de estranhos no ambiente social oculta ligações nem sempre visíveis, o que faz supor que entre esses não haja vínculos. Entretanto, para Elias (1994), os sujeitos, em determinado espaço/tempo, estão interligados por laços relacionados ao trabalho, à propriedade, a instintos e afetos. Sujeitos os mais díspares de funções são dependentes de outros e tornam outros dependentes deles. Vivem, portanto, em uma rede de dependências.

Quando vemos em um debate político, um discurso religioso, a apresentação de uma palestra, uma campanha publicitária, dentre tantos outros espaços em que o discurso atinge várias pessoas conhecidas, mas também desconhecidas, ilustra como essas ligações ocultas acontecem.

Milton Santos (1996), ao também utilizar a metáfora dos fios entrelaçados dos tecidos, estabelece correlações entre a heterogeneidade dos espaços e a heterogeneidade das redes, afirmando que “[...] num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias,

constelações de pontos e traçados de linhas" (SANTOS, M., 1996, p. 214). Ainda segundo o autor, nas redes é possível identificar três dimensões que articulam o global, o regional e o local: a mundial; a do território, país ou estado; e do lugar: "[...] onde fragmentos de rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta" (p. 215).

As redes, então, seriam um movimento dialético de oposições, confrontos e alianças que impactam todas essas dimensões: podem ser virtuais, reais, técnicas, mas também sociais, por isso, ora são estáveis, ora dinâmicas e implicam movimento social de dinâmicas simultaneamente locais e globais, sinalizando para uma relação tensa entre globalização e localização. Há de um lado a ordem global que trabalha com o princípio de grandes escalas e busca homogeneizar, racionalizar e fazer uso das tecnologias para comprimir o espaço-tempo tanto em relação aos deslocamentos quanto em relação às informações e transações econômicas.

Porém, existe uma ordem local que está pautada na reunião de uma população em um território limitado e que se organiza a partir de uma solidariedade orgânica e no cotidiano. Temos a inconstância da ordem global que está sempre em movimento e se pauta no econômico e a fixidez da ordem local que é mais palpável, mais territorializado. Mas, existe uma interdependência entre o global e o local, uma vez que essas ordens se interpenetram e promovem interações não previstas, acarretando em reinvenções de práticas e saberes através da comunicação. (SANTOS, M., 1996)

O fenômeno, quando visto apenas pela perspectiva da ordem, da integração e da constituição de solidariedades do interesse de certos agentes, assemelha-se a um processo de homogeneização. A face oculta da heterogeneização está, no entanto, igualmente presente. Milton Santos (1996) alerta que, face à constituição de uma rede, ocorre o estabelecimento paralelo e eficaz de ordem e desordem no território, posto que essas se integram e se desintegram, desfazem antigos espaços e constroem novos recortes territoriais.

A partir desta perspectiva de Milton Santos para pensar a importância das redes sociais, que coloca de maneira relacional o global e o local e desta maneira já abrange os processos migratórios, veremos como se construiu a concepção de redes migratórias, tomando como referência a pesquisa do estado da arte realizado por Owsvaldo Truzzi (2008) a esse respeito, sintetizado em seu artigo intitulado *Redes em processos migratórios*.

Truzzi apresenta neste estudo a centralidade do conceito de rede para analisar as migrações como processos sociais. Partindo de uma das tipologias sobre as migrações criada por Tilly (1978), a migração em cadeia⁷⁸ é considerada pelo autor como o ponto de partida para sua análise, assim como, este modelo representa o perfil da maior parte das migrações efetivadas pela população trans feminina que trabalhamos nesta pesquisa.

Podemos dizer que quando estivermos nos referindo às redes migratórias trans, estaremos seguindo essa mesma lógica de pensamento, que são redes idealizadas de uma perspectiva das migrações em cadeia, que tem a informação com um dos elementos centrais.

A informação não é concebida como um bem livre: os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações. Nessa perspectiva, são, portanto, as redes de relações sociais que estruturam oportunidades tanto de partir como de se colocar no novo país. (TRUZZI, 2008, p. 209-210)

A importância da informação revela aspectos fundamentais dos processos migratórios, pois é por meio dela que o migrante tem acesso aos cenários que lhes aguarda, as oportunidades de trabalho, as estratégias para atravessamento das fronteiras (no caso de imigração ilegal), locais para se hospedar e infinitos outros dados relevantes para quem pretende viajar. E estas informações, que quase sempre não são públicas, são replicadas e acessadas por meio das redes.

Por exemplo, no caso da população trans feminina que faz parte do mercado da prostituição, o contato prévio com outras mulheres trans e travestis que já estão na cidade/país para onde desejam ir é fundamental para conhecerem as particularidades do local e se vincularem a alguma cafetina para poder se inserir no mercado.

A análise a partir deste prisma se debruça sobre um olhar microsocial para perceber características do fenômeno migratório que escapam ao modo de análise macro (estrutural). É perceber a importância do indivíduo e suas relações para compreender as redes e analisar como são acionadas e como são suas dinâmicas. Ao trazer para o coletivo essa experiência individual que se observa, podemos

⁷⁸ É o processo migratório “que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino” (TRUZZI, 2008, p. 200)

detectar comportamentos que se repetem e desta maneira colocar em diálogo com a análise macro.

Desse modo, atuando no interior de redes de relações pessoais, o emigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora. Dito em outros termos, o migrante passou a ser visto como agente mobilizador de seu capital social. Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista. (TRUZZI, 2008, p. 207-208)

Ao enxergarmos as redes como as bases dos processos migratórios e nos debruçarmos sobre uma análise microsociológica em conjunto com a análise macro, seremos capazes de desconstruir o viés econômico como único ou preponderante fator das migrações.

O financeiro age nos processos migratórios como um dos elementos que o compõe, mas não é único. Voltando ao exemplo anterior do mercado da prostituição, o financeiro é passível de análise quando ocorrem os financiamentos das viagens, estadias, documentos, local de trabalho e etc. por parte das cafetinas, possibilitando a mobilidade das mulheres trans e travestis que não possuem recurso para fazer uma viagem internacional.

Sendo assim, o fator econômico também age como fator de atração para os processos migratórios trans, mas o que fala mais alto é o fator de expulsão, a violência que estas pessoas sofrem que as levam a migrar.

[...] Em contraposição a teorias de mercado que pressupõem a tomada de decisão dos imigrantes com base primordialmente em análises financeiras de custo-benefício, o recurso às redes muitas vezes é capaz de emprestar maior concretude aos processos migratórios.

Na realidade, a perspectiva de analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos e, portanto, como tomadores de decisões que potencialmente maximizarão sua situação econômica), mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico. (TRUZZI, 2008, p. 2008)

Com base nas/os autoras/es vistos, o conceito de rede social que mais se aproxima do adotado nesta pesquisa é o abordado por Milton Santos e Norbert Elias, o qual define rede como uma teia entrelaçada de fios que constitui um tecido que, de uma forma ou de outra é gerada pela ideia de interdependência, uma vez

que as sociedades são constituídas a partir de um contexto relacional, em que o Um depende do Outro para se significar, mas também depende do seu igual para se fortalecer e se reconhecer para além do particular.

Em relação às redes migratórias, partiremos da construção analítica de Tilly (1978) apresentada no texto de Oswaldo Truzzi (2008), que será complementada pelos trabalhos que mais se aproximam do objeto desta tese, trazendo alguns estudos realizados sobre migrações de mulheres trans e travestis e suas respectivas reflexões sobre as redes.

No artigo de Flavia Teixeira “*Juízo e Sorte*” (2011), ela apresenta resultados da sua pesquisa de pós-doutorado que teve como recorte as travestis brasileiras que atuam na prostituição na cidade de Milão, revelando que nas redes estabelecidas no mercado, há algumas regras que se instituem entre as travestis/trans e os clientes, criando rótulos e estigmas sobre os tipos de clientes, sobre os perfis dos seus “maridos”⁷⁹ e as nacionalidades que são rechaçadas ou tem restrições, dentre elas: brasileiros, chineses, nigerianos, albaneses, romenos e os indocumentados, por serem considerados violentos ou de baixo poder aquisitivo.

Nesse contexto, é possível pensar nas vantagens de um relacionamento com um homem italiano, uma vez que, como outros migrantes, as travestis sabem que as informações que circulam nas redes são preciosas. Nessa perspectiva, os maridos passariam a integrar essa rede de “ajuda”. Segundo elas, a principal ajuda que o marido italiano pode oferecer é o empréstimo do nome para o aluguel do apartamento. Nesse arranjo, o pagamento do aluguel e outras despesas referentes à moradia são de responsabilidade das travestis. (TEIXEIRA, 2011, p. 239)

Dentre outras “ajudas” que estes maridos proporcionam estão: a aquisição ou locação de automóveis (muitas travestis afirmam ter receio de utilizar meios de transporte público); emissão de cartas convites para facilitar o trânsito entre Brasil–Europa; emissão da declaração de trabalho para o protocolo do almejado “*permesso di soggiorno*”; e o aprendizado de italiano (para compreender e manusear os códigos e as regras da cultura local) (TEIXEIRA, 2011, p. 239-240). Em diálogo com Flávia Teixeira, Gilson Goulart Carrijo também refere-se a “ajuda” como um elemento que caracteriza as redes de migração trans.

Em consonância com a autora, é possível argumentar que as redes acionadas pelas travestis de Uberlândia parecem operar também

⁷⁹ “No universo das travestis, marido pode ser considerado uma categoria êmica, o termo é utilizado para nomear os parceiros, independente do tempo de relacionamento ou do estabelecimento de qualquer vínculo formal.” (TEIXEIRA, 2011, p. 227)

com a lógica da “ajuda” e poderiam ser reconhecidas como redes sociais organizadas pelo gênero e laços de amizade. (CARRIJO, 2011, p. 296)

Teixeira ainda ressalta como há uma interconexão entre as redes das drogas e da prostituição, havendo muitos clientes dependentes químicos (que ele utiliza o termo *drogado* como reprodução da fala das suas interlocutoras), sendo registrado inclusive entre os clientes mais rentáveis, porém, requer precaução para evitar envolvimento afetivo ou tornar-se dependente química, apresentando casos de travestis que caíram nessa cilada e acabaram gastando todo seu dinheiro para manter o vício.

Outro aspecto importante que o artigo traz está relacionado às discussões que ocorreram acerca da prostituição de travestis e trans brasileiras em Milão devido à repercussão do “caso Marrazzo”, que provocou na “renúncia do governador da região do Lazio – após a divulgação de seu envolvimento com uma prostituta, travesti brasileira – deveria pautar as páginas dedicadas aos temas da política” (TEIXEIRA, 2011, p. 241).

A exposição deste caso trouxe à tona na mídia a discussão sobre o perfil dos sujeitos que são clientes das travestis e trans em Milão, que em sua maioria são homens que mantem “atributos para sustentar a suposta normalidade que circulam em torno da matriz heterossexual” (TEIXEIRA, 2011, p. 245).

Porém, boa parte da mídia mais uma vez age a favor de quem dispõe de privilégio nas relações de poder e desqualifica e estigmatiza as travestis, muitas vezes usando o termo “viados brasileiros” de forma pejorativa para se referir a elas e construindo o argumento de que foi apenas devido ao uso das drogas que tal fato aconteceu, velando e negando o desejo que um representante legítimo de homem cis heterossexual jamais poderia ter. Mas, mesmo assim, foi necessário punir Marrazzo (retirando-o do cenário político) para reafirmar que esta postura não condiz com o modelo esperado de homem heterocisnormativo.

A dupla posição de ser político e ser cliente da prostituição travesti é que parece ter sido interdita a ele. Ao trair a representação (compulsória) de uma matriz heterossexual, a ordem foi desestabilizada e aquele homem bem sucedido, casado, pai de família, profissional respeitado, não fora eleito para representar a multiplicidade dos desejos dos italianos – para isso ele não possuía outorga. (TEIXEIRA, 2011, p. 247)

Pelúcio (2011), Patrício (2009) e Vale (2007; 2009) apresentam o mercado transnacional do sexo, tomando como referência as travestis brasileiras que migraram para Espanha (Pelúcio e Patrício) e França (Vale) para exercer a prostituição e demonstram a importância das redes que se constituem “[...] pela internet, onde em diferentes sítios, plataformas e correios eletrônicos informações e afetos circulam para além de qualquer fronteira nacional” (PELÚCIO, 2011, p. 185) e “é importante também analisar as redes sociais no elo do processo migracional das travestis brasileiras para a Espanha, seja na origem ou na sustentação dos fluxos, realizados pelas próprias envolvidas nestes movimentos entre nações” (PATRÍCIO, 2009, p. 33).

A internet tornou-se uma ferramenta estratégica na construção das redes, possibilitando o compartilhamento de informações de maneira livre e ampliando o alcance de sujeitas/os interconetadas/os, permitindo uma redefinição das fronteiras.

Através da relação direta com outras travestis e clientela, estas pesquisas demonstraram como se estabelecem os vínculos necessários para: as viagens do Brasil para a Europa (dinheiro, rotas, passaporte, passagens e carta-convite); ter acesso às informações e estratégias para garantir os documentos (via casamento); inserção no mercado, permitindo ter acesso aos melhores pisos (apartamentos onde trabalham de três a oito travestis e/ou mulheres); informações e acesso aos bares, boates, estradas, ruas e clubes que pudessem oferecer seus serviços sexuais, dentre outras possibilidades que as redes proporcionam. Sendo assim, quanto maior sua rede mais possibilidades irá ter.

As estratégias para ir para a Europa são diversas. Usualmente, as viagens para a Espanha eram totalmente custeadas, incluindo passagem, passaporte, algum dinheiro para mostrar (caso solicitado) e carta-convite enviada por uma/um cidadã/cidadão nacional; ou viajavam com seus próprios recursos e compravam apenas a carta. Independente da forma de entrar no país é preciso que se viaje com um trabalho já arranjado. (PATRÍCIO, 2009, p. 212)

A questão territorial no mercado do sexo da França é abordada por Alexandre Vale (2009), revelando a importância das redes para o acesso às praças (espaços de atuação delimitados) no “*Bois de Boulogne*” (zona de prostituição francesa), por se tratar de uma área atrativa e regida por muitas disputas e conflitos entre as travestis e mulheres trans, sendo um espaço que estava dividido por grupos que se formam tomando como base a nacionalidade.

As migrações de mulheres trans e travestis são baseadas, na maioria dos casos, no imaginário que se estabelece no contato com as redes, que no caso do mercado da prostituição, ir para Europa confere às travestis e mulheres trans o status de vitoriosa e glamourosa, sendo interpretada assim pelas/os outras/os do seu convívio aqui no Brasil.

Ao se intutar “europeia”, a mulher trans/travesti se coloca como uma sujeita superior em relação às outras trans que não tiveram oportunidade de vivenciar essa experiência de viver na Europa. Elas geralmente constroem esta imagem ostentando joias, roupas e acessórios de marca, presenteando aos seus mais próximos e exibindo-se de todas as maneiras possíveis para demonstrar o seu bom poder aquisitivo.

O mesmo acontece entre os familiares, em que o financeiro reestabelece vínculos entre parentes que não aceitavam a transição de gênero pela qual elas passaram, mas, diante desta nova imagem que é construída de uma pessoa emergente, os preconceitos são amenizados, ou pelo menos camuflados, para poder desfrutar dos recursos financeiros da mulher trans/travesti “europeia”.

Na literatura sobre travestis brasileiras são recorrentes os relatos sobre os sonhos e as aventuras das travestis no deslocamento Brasil-Europa. Em nossas observações, as fronteiras Brasil-Itália apareciam borradas, aqui e lá eram termos que se misturavam no cotidiano. O idioma italiano era valorizado, aprendido e pronunciado (ainda que precariamente) até mesmo pelas que nunca estiveram lá. Ser considerada europeia confere status, sendo indicativo de que a travesti possui sucesso financeiro. (CARRIJO, 2011, p. 269)

As redes trans também são construídas por meio dos movimentos sociais (O Movimento Transgênero) que passaram por um processo de transnacionalização, construindo redes e conexões transnacionais no intuito de reivindicar direitos a partir de ações locais e globais. A globalização possibilitou a interconexão entre grupos de diferentes partes do mundo que tinham como pauta os direitos trans, promovendo repercussões transnacionais com maior concretude, o que tem reverberado em mudanças sociais importantes para a população trans em vários países.⁸⁰

As redes que se estabelecem com os movimentos sociais identitários ganham cada vez mais articulações com instituições de ensino, órgãos governamentais,

⁸⁰ Estas informações podem ser acessadas no final da seção “2.2.2 – Os feminismos em ondas”, quando tratamos do surgimento e desenvolvimento dos movimentos trans no Brasil e suas redes internacionais.

parlamentares, pesquisadoras/es, instituições de financiamento, redes de direitos humanos nacionais e internacionais, dentre tantas outras, possibilitando uma circulação maior das pessoas envolvidas na militância destes grupos, dentre elas as travestis e pessoas trans, em espaços os mais diversos possíveis, tornando-as seres visíveis. No próximo capítulo, veremos como estas redes e demais conceitos anteriormente apresentados dialogarão com as histórias de vida das interlocutoras desta tese.

6 TRANSPONDO FRONTEIRAS: REPENSANDO AS DIÁSPORAS TRANS

Este capítulo se propõe a trazer uma discussão sobre a interconectividade entre as identidades de gênero e os processos migratórios em que as posições de causa e efeito são revezadas entre si. Em um momento, as construções da identidade de gênero levam as pessoas a migrar, como alternativa para se afastar da vigilância e controle dos círculos sociais que integram o seu lugar de origem ou, até mesmo, sendo expulsas pela família ao se revelarem “desviantes” da norma.

Mas em outros momentos, a migração ocorre por outros fatores (trabalho e estudos) e ao se depararem com uma nova rede social, conhecerem novos espaços e lugares e acessando informações e vivências jamais possíveis quando estavam sob a tutela da família, revela uma identidade de gênero até então não imaginada pelas(os) próprias(os) sujeitas(os).

Apresentaremos aqui o material empírico da pesquisa trazendo as histórias de vida de mulheres trans e travestis para confirmar ou contestar o conceito de diáspora trans.

O capítulo está dividido em quatro partes: 1º - retratamos o perfil das colaboradoras desta pesquisa; 2º - apresentamos as construções da identidade de gênero de mulheres trans e travestis sendo interpretados como processos migratórios; 3º - demonstramos como os processos migratórios espaço-temporal se relacionam com a construção da identidade de gênero; 4º - discorreremos sobre as redes de prostituição trans.

6.1 As Sujeitas da Pesquisa

Nesta seção, faremos um breve resumo sobre as protagonistas desta tese, apresentando-as e demonstrando em qual contexto social estão inseridas, com o objetivo de oportunizar uma aproximação do/da leitor/a com as sujeitas, permitindo que compreendam a partir de qual cenário essa pesquisa se desenvolveu. Iniciaremos com um quadro sintético sobre o perfil das entrevistadas, contendo algumas informações básicas sobre elas, tais como: idade, escolaridade, atividade profissional, além das cidades onde já morou e daremos sequência com um panorama geral sobre as entrevistas realizadas.

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas que integram a pesquisa empírica da tese

Nº	Formato e ano da entrevista	Idade	Cidades onde já morou	Cidade de origem	Cidade onde mora	Atividade profissional	Escolaridade
1	Presencial/ 2018	37	Brasil: Nova Aurora e Palmitópolis (PR); Cáceres, Curvelândia, Cuiabá e Tangará da Serra (MT); São Paulo (SP); Salvador (BA); Itabaiana, Aracaju e São Cristóvão (SE). Europa: Braga (PT) África: Durban (1 mês à trabalho)	Interior* (PR)	Aracaju (SE)	Professora Universitária	Pós-Doutorado
2	Presencial/ 2018	24	Brasil: Arapiraca (AL), Maceió (AL) e Aracaju (SE)	Interior (AL)	Interior (SE)	Auxiliar de caixa	Ensino Médio completo
3	Presencial/ 2018	40	Brasil: Poço Verde (SE) e Aracaju (SE)	Interior (SE)	Aracaju (SE)	Professora do Instituto Federal	Mestrado
4	Presencial/ 2018	49	Brasil: Aquidabã e Aracaju (SE); Rio de Janeiro (RJ). Europa: Milão (IT); Paris (FR); Lisboa (PT); Barcelona (ES).	Interior (SE)	Aracaju (SE)/Europa (Paris e Portugal)**	Prostituta	Ensino Médio completo
5	Presencial/ 2018	47	Brasil: Salgado e Aracaju (SE); Fortaleza (CE); Recife (PE); Salvador (BA); Belo Horizonte (MG); São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ); Curitiba (PR). Europa: Barcelona, Ibiza e Palma (ES); Milão, Florença, Roma e Gênova (IT); Amsterdã (NL).	Interior (SE)	Aracaju (SE)	Aposentada***	Ensino Médio completo (técnico)
6	Presencial/ 2018	41	Brasil: Santa Rosa de Lima e Aracaju (SE) Europa: Bréscia (IT)	Interior (SE)	Aracaju (SE)	Cabeleireira e Maquiadora	Mestrado
7	Virtual/ 2018	33	Brasil: Arapiraca (AL), Aracaju (SE) e Salvador (BA). Europa: Leon e Oviedo (ES) e Braga (PT)	Interior (AL)	Leon (Espanha)	Prostituta	Superior incompleto
8	Virtual/ 2018	42	Brasil: São Paulo (SP); Rio de Janeiro, Cabo Frio, Búzios e São Pedro da Aldeia (RJ); Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Belo Horizonte (MG); Goiânia, Porangatu e Aparecida de Goiânia (GO); Estados Unidos: Tooscalusa/Alabama, Miami e New York. Europa: Paris (FR); Londres, Liverpool e País de	Interior (GO)	Interior (RJ)	Professora do Ensino Fundamental	Mestrado

			Gales (UK); Roveretto (IT) e Ásia: Kuala Lumpur (Malásia)				
9	Virtual/ 2018	47	Brasil: Salvador (BA) Europa: Milão(IT)	Salvador (BA)	Salvador (BA)/Milão(IT))*	Yalorixá****	Superior (em curso)
10	Virtual/ 2018	48	Brasil: Ipirá e Salvador (BA) Europa: Gênova (IT)	Interior (BA)	Salvador (BA)	Cabeleireira e Maquiadora	Ensino Médio completo (técnico)
11	Presencial/ 2018-2019	43	Brasil: Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Maceió (AL), Recife (PE) e Natal (RG). Europa: Milão, Florença e Piacenza (IT)	Aracaju (SE)	Aracaju (SE)	Cabeleireira	Ensino Médio completo
12	Presencial/ 2019	42	Brasil: Aracaju (SE), Maceió (AL), Salvador (BA), Recife (PE)	Aracaju (SE)	Aracaju (SE)	Auxílio doença e prostituição	Ensino Fundamental completo
13	Presencial/ 2019-2020	38	Brasil: São Sebastião do Paraíso (MG), Aracaju (SE), Brasília (DF), São Paulo (SP), Belo Horizonte MG), Europa: Milano (IT), França, Espanha e Alemanha	Interior (MG)	Aracaju (SE)	Artista transformista e preparando-se para ser cabeleireira e esteticista	Ensino Fundamental incompleto (cursou até a 5º série)

Fonte: Pesquisa empírica da Tese, 2018/2020.

* As cidades do interior nós preferimos não revelar, para evitar a identificação de nossas colaboradoras.

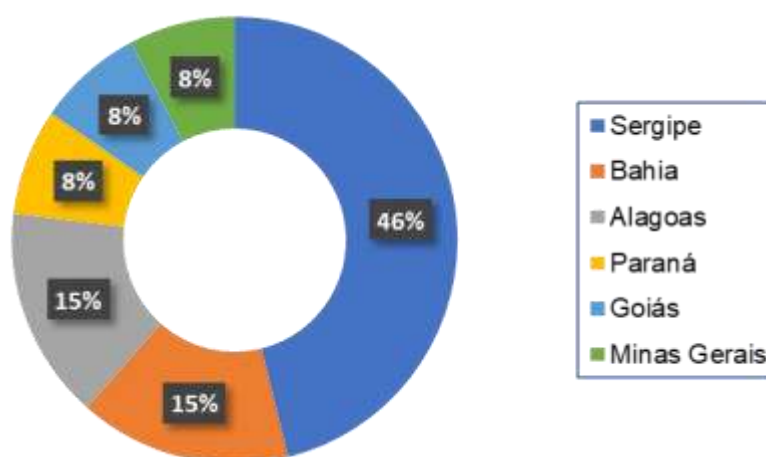
** A entrevistada vive em trânsito entre Brasil e Europa.

*** A entrevistada exercia a atividade de profissional do sexo e aposentou-se por questões de saúde.

**** Ela é Mãe de Santo e possui um terreiro a sete anos de onde tira renda para seu sustento. Segundo a entrevistada, desde a época de sua iniciação no candomblé, abandonou a prostituição.

Dentre as entrevistadas, temos 06 (seis) que são naturais do estado de Sergipe, 02 (duas) são do estado de Alagoas, 02 (duas) são da Bahia, 01 (uma) é natural do Paraná, 01 (uma) é natural de Minas Gerais e 01 (uma) que é natural de Goiás. Apenas duas delas ainda residem na sua cidade de origem (entrevistadas 11 e 12), porém, a entrevistada 11 passou por um fluxo migratório interno e externo até voltar a se estabelecer novamente em Aracaju, enquanto a entrevistada 12 passou apenas pelo processo migratório interno. Deste universo pesquisado apenas 03 (três) delas não saíram do Brasil e fizeram apenas migrações regionais (entrevistadas 2, 3 e 12).

Gráfico 1 - Percentual das entrevistadas por estado de origem



Fonte: Pesquisa empírica da Tese, 2018/2020.

A partir do panorama apresentado, nós trabalhamos com 76% (que corresponde a 10 pessoas) das entrevistadas que nasceram em cidades localizadas no Nordeste. E da Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste temos apenas uma representante de cada (correspondendo a 8% de cada região).

Porém, as migrações internas delas também contemplaram majoritariamente o Nordeste e Sudeste, com exceção das entrevistadas 1, 8 e 13 que transitaram por municípios do Centro-Oeste. Dentre as colaboradoras desta pesquisa, não tivemos pessoas de origem da região Norte, assim como, não houve registro de migrações para essa região.

Quanto à idade, temos apenas 01 (uma) abaixo dos 30 anos (entrevistada 2), duas estão acima dos 30 e abaixo dos 40 anos (entrevistadas 1 e 7) e as demais já passaram dos 40 anos de idade. Com exceção de duas delas que estão abaixo dos 35 anos de idade (entrevistadas 2 e 7), todas as demais já superam a idade base da expectativa de vida de pessoas trans (35 anos) difundida por organizações nacionais e internacionais, governos e pesquisadoras/es, porém, vale salientar, que este dado sobre a expectativa de vida de pessoas trans vem sendo replicado indiscriminadamente, mas em nenhum momento se faz a menção à metodologia utilizada para calcular e obter tal resultado.⁸¹

Há uma grande dificuldade para trabalhar com dados estatísticos de grupos não-hegemônicos, tendo em vista que há uma carência de produção e sistematização de dados oficiais. No caso da população trans, onde está inserido o recorte desta pesquisa, a dificuldade de registrar um número absoluto e/ou aproximado sobre a quantidade de pessoas com essa identidade de gênero, índice de violência, grau de escolaridade, vulnerabilidade social, dentre outras informações necessárias para construção de políticas públicas, advém da invisibilidade desta população para o governo.

Como estratégia política, os movimentos sociais LGBTQIA+ elaboram “dados estatísticos” conforme sua possibilidade e fragilidade (em relação a recursos financeiros e humanos, assim como de aparato tecnológico e metodológico), no intuito de problematizar e inserir a pauta em discussões políticas e midiáticas, tornando visíveis os problemas sociais desta população visando à garantia de direitos, mesmo reconhecendo as lacunas que são deixadas nos dados levantados.⁸²

Voltando à questão da expectativa de vida trans, no momento não há como estimar uma idade, pois para efetivação do cálculo seria necessário conhecer a quantidade de pessoas que constitui a população trans do Brasil, dado este que é desconhecido no momento, além de outras informações, tais como: o padrão de mortalidade que os números disponíveis são baseados em notícias das mídias

⁸¹ Sendo assim, faz-se necessário frisar aqui que se trata de um número não oficial e sem base científica e que se assim fosse, partindo desta pequena amostragem da tese, teríamos 85% do universo pesquisado inserido no que se designa “sobrevida a partir de uma data determinada”.

⁸² Esta dificuldade também é observada nos estudos migratórios em razão das/os imigrantes chamadas/os indocumentadas/os, que são invisíveis aos dados oficiais. Desta maneira, trabalhamos com um grupo social duplamente invisibilizado nas estatísticas e órgãos de controle, tendo em vista que a maioria das mulheres trans e travestis que estão inseridas no mercado da prostituição são migrantes indocumentadas no mercado europeu.

sociais e há um grande número de subnotificações; além das condições de vida e saúde desta população, que vem passando por um momento de melhoria de parte desta população, com acesso à educação superior, mercado de trabalho, surgimento de ambulatorios especializados (ambulatorios trans) que facilitam o acesso aos serviços de saúde.

Estas informações e fatores supracitados precisam ser levados em consideração para obtenção de um dado efetivo da expectativa de vida, evitando incorrer em uma informação negligente. A seguir, apresentaremos como foi a experiência das entrevistas realizadas, relatando as peculiaridades e a diferença entre as que ocorreram presencialmente e as que foram realizadas via WhatsApp.

6.1.1 Relatos sobre as entrevistas

As entrevistas foram conduzidas seguindo um roteiro semiestruturado, constituído por questões pré-definidas, sendo adaptável (linguagem e questões) de acordo com os rumos do diálogo com cada entrevistada. A maioria das entrevistas presenciais foi longa, com duração média de uma hora e meia a duas horas, com exceção de uma delas, que apesar de ser solícita e se predispor a colaborar com a pesquisa, suas respostas eram bastante objetivas, sendo finalizada em trinta minutos.

A estratégia foi tornar este momento em um bate-papo, respeitando o tempo de cada colaboradora, intervindo o mínimo possível durante sua fala, porém, sendo necessário intervir às vezes para aprofundar alguma informação que surgiu durante o relato ou até mesmo para trazer a entrevistada de volta ao cerne da entrevista.

As entrevistadas com as quais eu já tinha convívio facilitaram o processo, entretanto, com as demais, geralmente o diálogo iniciava um pouco travado e após os cinco minutos iniciais o discurso passava a ser mais fluido. A condução do diálogo de maneira informal ajudava a criar um cenário de segurança e aos poucos a confiança ganhava espaço e elas se sentiam confortáveis em revelar detalhes de sua história de vida.

Ocorreram algumas situações bem peculiares durante a pesquisa de campo, dentre elas, foi quando contatei uma das possíveis colaboradoras (que conheci durante a confraternização de final de ano na sede da Unidas, conforme consta na seção 1.3.1) para viabilizar a entrevista. Fui surpreendido quando ela disse que só concederia a entrevista caso houvesse o pagamento de um valor estipulado. Apesar

de ser um valor viável, eu recusei a proposta, porque essa situação poderia comprometer a ética do trabalho e gerar transtornos futuros, uma vez que se trata de uma rede estreita entre elas e logo a informação iria ser difundida, acarretando que, possivelmente, teria que pagar a todas as colaboradoras da tese.

Outra situação inusitada que aconteceu foi durante uma das entrevistas. Ao chegar à casa da entrevistada, que me recebeu com um sangramento na testa, pois havia caído durante o banho e batido a cabeça no vaso sanitário, ela disse: “tá vendo isto que aconteceu? Foi um recado pra você!”. O primeiro contato não foi dos melhores, essa situação me colocou tenso, mas disfarcei e entramos em sua casa.

Ela residia, na época da entrevista, em uma vila, um local bem simples e de pouca privacidade pela estrutura do ambiente, a todo o momento aparecia uma vizinha na janela para puxar assunto com ela e saber quem era o estranho (eu) que estava ali.

Tentei iniciar a entrevista, mas ela estava muito eufórica e não parava quieta, ficava andando de um lado para outro, revirando várias coisas na casa como se estivesse procurando algo, até que ela parou olhou para mim e disse: “antes de começar, vamos ali comigo”, nesta hora eu fiquei mais tenso ainda e perguntei: “Ir ali aonde?” e ela respondeu: “Não quer saber como é a vida de uma travesti? Então você vai comigo ali para eu comprar umas pedras (craque) e quando voltar faremos a entrevista.”

Nessa hora me faltou chão e fiquei no dilema, pois sabia que se eu negasse acompanhá-la eu perderia essa entrevista e caso eu fosse estaria correndo risco por entrar em uma “boca de fumo”⁸³, mas optei por ir e tudo correu bem e em segurança.

E assim foi realizada uma das melhores entrevistas deste trabalho, entre uma resposta e outra, ela fumava o crack e bebia cachaça, o que às vezes atrapalhava o raciocínio, mas por outro lado serviu para desbloqueá-la de todo senso de censura, relatando com muitos detalhes suas experiências no mundo da prostituição nacional e internacional. No meio da entrevista, fizemos uma pausa para ir novamente à boca de fumo e nesse ritmo foi sendo revelada uma das histórias mais instigante desta tese.

⁸³ É uma gíria que se refere ao ponto de comercialização de drogas. Neste caso se tratava de uma rua com várias residências que comercializavam os diversos tipos de drogas: cocaína, maconha, crack e drogas sintéticas.

Em relação às entrevistas realizadas de forma virtual (quatro foram realizadas neste formato), usando a plataforma digital de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo criada para smartphones (WhatsApp), o desenvolvimento se deu de forma bem diversa, seguindo uma dinâmica particular conforme o perfil de cada uma, porém, seguindo o mesmo roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas presenciais.

No geral, essas entrevistas demandaram maior tempo, uma vez que eram realizadas de forma fragmentada. Eram enviadas em média três questões por vez e após a resposta da colaboradora, caso tivesse ficado alguma lacuna, eram realizados alguns questionamentos de aprofundamento para só então enviar novas questões.

Este modelo de entrevista virtual tem como principal benefício a possibilidade de realizar várias ao mesmo tempo, sem prejuízo da qualidade, porém criar um laço de confiança é muito mais difícil. Apesar da sugestão para que respondessem com áudio, o que ajudou a ampliar as respostas, ainda assim existiam casos com respostas mais objetivas, precisando sempre retomar o diálogo para aprofundamento das informações.

Particularmente, duas entrevistadas pelo WhatsApp omitiram informações sobre alguns pontos, alegando que não se sentiam confortáveis em aprofundar e trazer detalhes sobre etapas das suas vidas. Uma delas preferiu não se aprofundar sobre o período que se prostituía na Europa, fator esse que prejudicou a consistência de informações pertinentes à pesquisa, mas ao mesmo tempo, o silenciar é um discurso que cabe análise (ORLANDI, 2009).

A outra que teve problemas pra se abrir, ainda reside na Europa e trabalha como prostituta, ela relutou em apresentar mais detalhes sobre alguns aspectos que mexiam com seu emocional, sendo inclusive uma das entrevistas mais demoradas, chegando a aproximadamente 06 (seis) meses, contando do primeiro contato que tive com ela até o envio da última resposta.

Durante este período de troca de mensagens, houve um momento tenso em que ela revelou uma situação de fragilidade e deixou escapar que estava mal e pretendia desistir de tudo e dar um fim, que não enxergava um futuro, levando-me a deixar a entrevista de lado neste momento e ser solidário através de uma palavra amiga.

Dentre as colaboradoras que participaram das entrevistas no formato virtual, uma delas se destacou quanto ao conteúdo e desenvoltura nas respostas com bastante detalhamento. Esse fato se deu por se tratar de uma pesquisadora de gênero e transmittante, que além de saber e reconhecer a importância de ter mais uma pesquisa acadêmica sobre a temática trans, ela possui uma história de vida com vários aspectos relacionados ao tema central desta tese, a diáspora trans.

A outra entrevistada traz à tona um benefício deste formato de entrevista, que é permitir a fluidez do espaço-temporal durante sua realização, uma vez que iniciamos sua entrevista enquanto ela estava em Salvador e concluímos quando ela estava na Itália. Por outro lado, é um tipo de instrumento que exige um grau de vigilância constante, pois qualquer palavra mal colocada ou má interpretada pode levar a fragilizar a confiança da colaboradora e que neste caso é muito mais difícil ser reestabelecida pelo distanciamento entre o locutor e interlocutor.

Este foi o cenário que a parte empírica desta pesquisa construiu, com uma diversidade de sujeitas em relação às condições socioeconômicas, educacionais, de apropriação dos discursos políticos, mas também em relação aos procedimentos metodológicos, que se dividiram em presencial e virtuais, como apresentados nesta seção.

6.2 Entre as Mobilidades de Gênero e Espaço-Temporal

As análises dos processos migratórios trans, que reverberam na diáspora trans, serão realizadas tomando como referência as abordagens teóricas de uma perspectiva interdisciplinar, colocando em diálogo a “abordagem de perspectiva” com a “abordagem da processualidade” e a “abordagem por mosaico” (DURAN; LUSSI, 2015), como vimos na seção 4.2 – Sociologia das Migrações, por considerar que não são formas de análise excludentes, ao contrário, que se complementam e fazem intersecção para compreensão das migrações.

Na “abordagem de perspectiva”, seguiremos uma análise *bottom-up* (de baixo para cima) a partir de uma perspectiva de análise micro e que tem o sujeito como peça central para compreensão do fenômeno migratório, adotando a história oral como fonte primordial (DURAN; LUSSI, 2015, p. 96). Da “abordagem da processualidade” traremos a negação de que existe uma lei geral sobre as migrações, por considerar a migração enquanto processo, que cada sujeito ou grupo

vivência tal experiência de maneira única e particular, sendo assim, o fenômeno migratório é contextual e relacional.

E a “abordagem por mosaico” é importante para revelar que a migração é constituída por elementos e fatores diversos que devem ser percebidos e colocados em perspectiva para compreender o cenário mais amplo, possibilitando trazer para a discussão os direitos humanos, a cidadania, reconhecimento das nacionalidades dos países de destino, cenário das migrações regulares e irregulares, estratégias de sobrevivência, impactos socioculturais, dentre outros elementos que são relevantes e constituem este mosaico que é a migração (DURAN; LUSI, 2015, p. 109).

Em consonância com essas perspectivas de análise dos processos migratórios, retomaremos algumas ideias e alguns conceitos já apresentados na seção 4.3 - Diásporas: mobilidades da crise, trazendo para análise o conceito de “diáspora desterritorializada” de Cohen (2008) por perceber que as fronteiras são espaços de atravessamento e não de separação, espaço este onde ocorrem permutas, (re)negociações, cisão, mas também interconexão, borramentos, hibridação, estranhamentos e identificações, tudo isso ocorrendo de forma fluida relacional e situacional.

Este conceito de Cohen dialoga diretamente com o que Avtar Brah (1998) chamou de “espaço de diáspora” que apresenta cada experiência diaspórica como única, como um processo relacional que devemos analisar não só quem migra, mas também os nativos, a partir de uma perspectiva de multilocalização, trazendo para discussão a fluidez das fronteiras que estão em movimento através das construções sociais.

Trazendo Hall para este diálogo, percebemos uma fluidez nos discursos entre as/os três autoras/es. Quando Hall traz o conceito de “crise de identidade” que pode ser compreendida de forma sucinta como o descentramento e fragmentação do indivíduo moderno, que ao perceber a/o sujeita/o dentro da perspectiva diaspórica, traz à reflexão os conflitos do reconhecer e ser reconhecido por uma identidade específica mediante uma concepção binária de diferença, que já não atende a complexidade da/o sujeta/o pós-moderna/o e diaspórica/o.

Desta maneira, também aciona a negação da fixidez de identidades, a construção das categorias que perpassa o relacional e, assim como Brah, prevê que as dispersões não possuem mais um *locus* originário, uma vez que os pertencimentos não se restringem mais a um único espaço como representativo do

seu lar. Da mesma maneira que não é mais uma premissa o desejo de retorno a este “lar” (terra natal), característica esta registrada nos primeiros estudos de Safran e Cohen (1991) a respeito da diáspora.

Somando-se às discussões, temos a ideia de diáspora como um processo em movimento e inacabado que se relaciona diretamente com as identidades que também estão em construção, como é representada pelo conceito de Diáspora Queer (FORTIER, 2002), em que a autora substitui a comunidade étnica pela comunidade queer, para pensar como as redes transnacionais e o multiculturalismo tem impactado na construção das identidades coletivas da população LGBTQIA+ por meio da dispersão de sujeitas/os e informações, mas também por meio da solidariedade internacional, provocando borramentos, fusões, rupturas e (re)identificações desta comunidade.

Estas redes aqui imaginadas como relações de interdependências constituindo uma configuração em que sociedades e indivíduos estão em movimento e que se conectam por meio de uma característica ou um ideal em comum (ELIAS, 1994), dialogam diretamente com a problemática central deste estudo que é a diáspora trans. Sendo a diáspora trans concebida nesta pesquisa como um processo de trânsito para além do geográfico, ressignificamos aqui o conceito de diáspora como um processo migratório que compreende também o trânsito entre as identidades de gênero.

Então, além das fronteiras geográficas que são atravessadas, temos também o atravessamento e/o borramento das normas instituídas pela heteronormatividade, aqui sendo lidas como fronteiras. O corpo está sendo interpretado como um espaço de disputa, controle e construção das identidades de gênero. E a “desterritorialização da diáspora” e “crise de identidade” e “espaço de diáspora”, pode ser percebido a partir das construções sociais provenientes da população LGBTQIA+, quando contestam, reelaboram e interseccionam os padrões de gênero que foram instituídos como verdadeiros, fixos e únicos.

A partir do material empírico desta pesquisa (13 entrevistas realizadas com mulheres trans e travestis) discutiremos acerca da relação que há entre a diáspora e a construção das identidades de gênero, apresentando os desafios das vidas trans que se revelam ainda na infância, potencializa-se na adolescência, tem caminhos diversos durante a descoberta da sexualidade, dentre eles casos de abusos e

negação, assim como, os conflitos que emergem durante o atravessamento das fronteiras de gênero.

Também nos deteremos a compreender o corpo como a materialidade social da representação de gênero e como o rompimento das normas acarretam no encaminhamento destas pessoas para prostituição compulsória, com exceção de algumas que conseguem desviar deste destino colocado como única alternativa para as mulheres trans e travestis.

6.2.1 A infância: imposição e rompimento de normas

Há uma intersecção entre as mobilidades espaciais e a construção da mulher trans e/ou travesti? Para a grande maioria a resposta é sim. Porque vivemos em uma sociedade regida pela heteronormatividade que não admite o diverso, o estranho, o fora da norma... e esta ação de coação sobre os indivíduos vem de todas as partes, deixando a pessoa trans com poucas alternativas para vivenciar seu processo identitário.

Em caráter didático resumiremos aqui a três opções de escolha: 1º - enquadrar-se ao que está estipulado como norma e anular sua individualidade (ficar no armário), mantendo-se em seu local (geograficamente falando) de origem ou não; 2º - romper com a norma e reivindicar o direito de se construir a partir dos seus pertencimentos (sair do armário), mantendo-se em seu local (geograficamente falando) de origem; 3º- fugir (migrar) para novos espaços que considera ser mais seguro para viver a identidade de gênero que deseja.

As opções supracitadas, ou melhor, as estratégias de sobrevivência são acionadas em determinadas etapas da vida de uma pessoa trans, sendo que a primeira delas, que é o enquadramento ao sistema heteronormativo (manter-se no armário), não é bem uma escolha a princípio, é uma imposição feita pelas/os agentes externos (família, igreja, escola, etc.), que desde a tenra idade induz a criança a se encaixar em padrões que foram estabelecidos como legítimos.

[...] eu diria que **eu era uma criança invisível**. Sempre fui muito certinha, muito quietinha, atendia muito as expectativas das pessoas e por ser assim eu meio que passei despercebida na infância. [...] Mas eu sempre fui muito feminina desde a infância, desde que eu me conheço por gente e eu escutava muito das pessoas que quando me enxergavam, me enxergavam pra dizer: **seja homem, seja homem, seja homem...** [...] (ENTREVISTADA 1, grifo nosso)

[...] minha mãe ela nunca me pressionou para que eu não fosse do jeito que eu sou, ela sempre me deixou livre. [...] Ela nunca conversou comigo sobre algo do tipo, apesar de insistentemente minhas tias tentarem pressionar... **as pessoas que estavam de fora tentavam pressionar ela... falavam: não tá vendo que seu filho é feminino? Você não tá vendo?** Ela falava: deixa, deixa [...] (ENTREVISTADA 2, grifo nosso)

Eu acho que a questão mais... foi nos espaços fora de casa, **eu acho que é quando a gente vai percebendo que, na visão dos outros, tinha alguma coisa errada conosco**, né, e aí claro, esse caso pra mim foi muito mais buscar estratégias...eee... uma delas, foi de certa maneira me retrair, então eu era muito mais casa, escola, casa. Dificilmente eu saía nesse sentido... por conta dessa relação, né. (ENTREVISTADA 3, grifo nosso)

Minha infância foi terrível! Minha infância foi a pior do mundo! Sabe o que é o menino que se sentia mulher e ter aquele preconceito, todo aquele... **meu pai quase matou um viado que não tinha nem jeito de viado** só porque a fama dele na cidade era de viado. Só porque passou na calçada... ele pegou ele na calçada e bateu de batinha de facão pra não passar na calçada dele. [...] **Meu pai era a pessoa mais preconceituosa... eu achava que ser viado, na minha época, era ser o demônio e eu tinha pavor... eu tinha trauma...** meu Deus... e eu ainda comi... eu comi uma prima minha pra ver se eu era homem... aquelas coisas. (ENTREVISTADA 5, grifo nosso)

A minha infância foi um pouco complicada por motivos de ter um pai preconceituoso e alcoólatra, aí **minha infância foi muito conturbada porque envolvia agressão**. Em relação ao restante da família de meu pai, ocorria muita brincadeira sem graça. **Apanhava sem saber o motivo por causa de um gesto que para mim era normal**. Eu era delicada nos gestos e na escola eu tentava o máximo passar sem ser notada, por entender que eu me comportava diferente dos meninos. Minha infância não foi lá essas coisas, **eu não sabia o que eu era só sabia que não era igual aos meus irmãos**, então vivi uma vida de medo porque sempre que fazia algo fora do normal ou feminino, meu pai aplicava um corretivo. (ENTREVISTADA 7, grifo nosso)

Nos discursos das colaboradoras desta pesquisa, é possível perceber a vigilância e controle que as/os agentes sociais praticavam sobre a construção da identidade de gênero delas nesta primeira etapa da vida, tentando trazê-las para a norma, induzindo quais seriam as melhores escolhas para evitar a violência.

Quando dizem: “seja homem”, “não tá vendo que seu filho é feminino?”, isso se caracteriza como uma ação de controle externo realizada pelos adultos, mediante a falta de autonomia da/o sujeita/o, que ainda é uma criança, e que por isso deve ser educada a seguir as regras estabelecidas, deve se enquadrar ao que se reconhece como legítimo.

Esses discursos são regidos por um sistema binário constituído de regras bem definidas, ofertando ao indivíduo apenas dois perfis: o masculino e o feminino, tendo que se encaixar em um destes perfis tomando como referência o seu genital.

Nos depoimentos, é possível detectar o sofrimento que viveram por se perceberem diferentes e serem apontadas e julgadas por isso, levando-as ao acionamento de estratégias que as tornaram uma criança invisível, retraída e com poucas relações interpessoais, para evitar a violência, a acusação, o julgamento e o estigma. E este enquadramento que inicia a partir do externo, gerando traumas e marcas inesquecíveis em determinado momento, passa a ser interno, promovendo o autocontrole, a autovigilância e a autopunição como mecanismos de defesa, para evitar a violência que sofriam por ser diferente e não estar de acordo com o papel que tinham definido para elas.

Como aconteceu com a Entrevistada 5, que achava que ser viado era ser um demônio e essa subjetividade negativa lhe levava a negar sua identidade, tanto pelo temor da violência que viu seu pai praticar com outras pessoas semelhantes a ela, como pelo fato de não querer ser vista como um demônio, representação maior do que entendia por negativo.

As cobranças para que todo mundo se mantenha no armário, vestindo uma personagem que siga o roteiro da heteronormatividade é de uma violência tão perversa com as pessoas trans, que também atinge as pessoas cisnormativas, porque mesmo estando dentro do perfil de inteligibilidade entre sua identidade de gênero e o seu genital, existe uma cobrança para que tenham corpos e comportamentos que são ditados pelas instituições sociais.

Quando a pessoa é do universo LGBTQIA+ e rasga esse roteiro, apresentando uma nova forma de se expressar, tanto comportamental quanto corporal, fazem insurgir conflitos que vão dos mais simples, um olhar de desaprovação, por exemplo, até a violência extrema, como é o caso do transfeminicídio⁸⁴.

Os discursos de ódio que são despertados na população cis contra as pessoas trans, quando é repetido insistentemente, a depender da vulnerabilidade psíquica e emocional da pessoa que sofra tal violência, pode levá-la a cometer o

⁸⁴“No ano de 2018, lembrando incansavelmente do aumento da subnotificação desses dados, ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos.” (ANTRA, 2019 p.15).

suicídio⁸⁵. “As pessoas trans não se suicidam porque são trans. Elas se suicidam porque o resto da sociedade não as trata como se fossem pessoas” (ANTRA, 2018, s/p).

[...] com mais ou menos 10 anos, eu comecei a ouvir mais as pessoas me chamando de viadinho, mas na minha cabeça eu tinha a negação, mas aos 13 eu acho que foi quando eu entendi que naquele momento eu me identificava como gay e achava que era um homem gay. E foi um momento muito difícil e minha vontade era ir conversar com um padre... a primeira pessoa que eu queria conversar era o padre... imagina se eu tivesse ido? Acho que ele teria dito alguma coisa e eu teria me matado. **E foi uma fase crítica, foi uma fase que eu pensei em suicídio.** Eu fantasiava muito a ideia de me enforcar e aí era insuportável o bullying que eu sofria, eu sofria muito bullying... [...] aí com 14 anos já decidi que eu ia embora dali ou eu ia me matar. (ENTREVISTADA 1, grifo nosso)

Muitas vezes a descoberta da sexualidade e da identidade de gênero desviante é apontada pela/o outra/o. Como podemos ver nos relatos, há uma tendência entre as mulheres trans e travestis, a princípio, se identificarem como menino gay (porque era a referência que elas tinham no momento para se identificarem), na maioria dos casos, essa identificação era sinalizada por terceiros, quando ainda nem elas mesmas sabiam do que se tratava, descobrindo-se a partir do discurso do outro.

Essa questão tem relação com a “epistemologia do armário” (HALPERIN, 2007), apresentada na seção 4.4 desta pesquisa, que tem o armário como um produto das relações de poder, no qual o indivíduo se coloca para se proteger das violências que advém da sua ruptura com as normas de gênero e sexualidade, mas que é arrancado deste espaço de refúgio, ou até mesmo nem consegue acessá-lo, por causa do apontamento e julgamento de terceiros em relação às suas performatividades marcadas e infratoras que lhe denunciam como um ser desviante.

Então no primeiro instante, o vacilar de um gesto, da forma de falar e se expressar acarreta na construção de uma identidade que nem lhes cabe, mas que acabam por acatar os discursos que lhes colocam determinado rótulo, por serem coagidas socialmente a se compreenderem desta forma.

⁸⁵“Estima-se que 42% da população Trans já tentou suicídio. Recentemente, um relatório chamado “Transexualidades e Saúde Pública no Brasil”, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia, revelou que 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato.” (ANTRA, 2018).

O armário, que muitas vezes é negado o acesso a estas pessoas, seja porque não conseguem omitir sua feminilidade ou seja porque são retiradas a força de lá pela sociedade, voltará a ter um papel importante em uma nova etapa da sua vida, quando fazem sua transição e o corpo entra como elemento de reconhecimento da identificação de gênero, como veremos no decorrer deste capítulo.

A “passabilidade” das pessoas trans é o armário utilizado para mais uma vez se defender das injúrias e violências por conta da sua transgressão de gênero. A busca para passar despercebida/o na vida social como trans, por meio do enquadramento nos padrões do gênero que assumiu como identidade, é uma estratégia adotada por muitas pessoas trans e os sonhos de muitas outras. Então, se tornar invisível dentro do mar de pessoas cis é um dos caminhos encontrado por estas pessoas para conviverem socialmente com mais harmonia.

“Eu passei várias fases, eu fui gay, fui travesti e hoje sou transexual, entendeu? Hoje eu virei finalmente... transexual” (ENTREVISTADA 13). Esta fala reverbera o problema da identificação em relação às referências que se tem, mas também, a problematização de que vivemos em uma sociedade que necessita de rótulos, precisamos nomear as coisas para que existam.

A identificação e o pertencimento são móveis e dinâmicos, são ressignificados ao longo do tempo ganhando uma nova classificação a partir de um novo repertório criado. Ao serem interpretadas como meninos gays, e, assim, se identificarem também, refletem que os processos identitários são baseados na cultura e contexto histórico que estão inseridos, sendo construídos de forma relacional, com base nos significados que são de conhecimento de determinada sociedade e da própria sujeita.

Então, essa visão que ela tem, de que sua transexualidade passou por etapas, não quer dizer que tenha passado por um “processo evolutivo” que parte da identificação como gay até se chegar a identificação como transexual, constata, na verdade, que somos nomeados de acordo as relações de poder nas quais estamos inseridas/os.

E é assim que as identidades de gênero das nossas colaboradoras trans vão sendo construídas, passando por um caminho tortuoso e repleto de obstáculos, iniciando no obscurantismo da falta de referência e regulação das instituições sociais, tateando seu pertencimento em diálogo com os signos que tinha contato, experimentando (consciente e inconscientemente) performatividades que já

indicavam a transgeneridade, mesmo que esse revelar de algo fora do padrão causasse retaliação.

As fronteiras do gênero começam cada vez mais a incomodar essas sujeitas ao passar do tempo, sendo a adolescência uma fase das mais perturbadoras para muitas delas, mas também um espaço de libertação para outras, que decidem quebrar as amarras da heteronormatividade que as aprisiona sob uma falsa imagem (o esteriótipo masculino), que as oprime e as silencia.

6.2.2 Adolescência: injúrias e conflitos

[...] então na adolescência é que a questão fica mais complexa, e aí claro, que é aquela angústia, né? Porque ao mesmo tempo em que eu não me enxergava gay, mas também tava fora da caixinha sim, e... isso acabou gerando uma angústia, né, e claro, vai tratar outra dimensão, né, do relacionamento. (ENTREVISTADA 3)

[...] na adolescência, já sendo tida como gay, né, ou super gay, muito efeminada, muito, né, uma criança muito viada... porque não tinha compreensão de ser uma criança trans, a coisa foi ficando muito mais insuportável... a ponto de ser coagida, agredida, violentada, às vezes. (ENTREVISTADA 8)

Foi na adolescência que eu me... me... fui desvirtuando de caminhos, né? [...] eu não sabia o que era prostituição, eu não sabia o que era travesti, essas coisas, né? Eu tinha medo quando eu via as travestis... eu achava esquisito essas coisas, mas eu era muito pintosa, muito feminina. [...] então era isso mesmo, era o caminho de virar um dia travesti. (ENTREVISTADA 12)

Dando continuidade ao que viveram na infância, só que agora em uma fase com maior discernimento, revela-se a princípio uma negação da identificação delas com a identidade gay ou trans, devido à falta de referências positivas de gays e trans, fazendo com que neguem ser representadas como algo negativo e marginal (estigmatizado), preferindo omitir até pra si mesmo esta identidade.

Há também casos de ausência completa de acesso a estas identidades nas cidades onde moravam e, desta maneira, não havia como se identificar com algo que desconhecia, que para elas não existia. Além disso, havia ausência de diálogo e informação sobre as sexualidades e as identidades de gênero desviantes.

Vale ressaltar, que estamos falando, na maioria dos casos, da década de 1980 em cidades do interior do Brasil. Após o momento da negação, elas acabavam por se convencer que eram o que os outros enxergavam e vestiam a identidade que lhes davam, que a princípio era a identidade gay. Ainda hoje, no século XXI, estes

temas permanecem sendo um tabu em sala de aula, entre as famílias, nas igrejas/centros religiosos e nos demais espaços.

O diálogo sobre esses assuntos tem sido ampliado na mídia, na internet, nas redes sociais, no entretenimento, em pesquisas e eventos acadêmicos, possibilitando à população LGBTQIA+ ter um leque de possibilidades, não sendo mais identidades só vinculadas a estigmas depreciativos e marginais.

Mas tem como contraponto grupos ultraconservadores que rechaçam e tentam deslegitimar todo discurso que seja contrário à heteronormatividade, quase sempre se velando e se valendo da tutela dos bons costumes e moralismo cristão, a exemplo da atual gestão federal do Brasil e dos Estados Unidos (Bolsonaro e Tramp) que difundem e legitimam os discursos e ações opressoras à população LGBTQIA+.

Podemos relacionar estes problemas de socialização das pessoas trans na adolescência com uma releitura do patriarcado moderno (PATEMAN, 1993), ao qual denominamos nesta tese como patriarcado pós-moderno. Enquanto Pateman trazia o conceito do patriarcado moderno como um sistema que considerava que as mulheres eram subordinadas aos homens de um modo geral, no patriarcado pós-moderno, ampliamos o conceito para pensar sobre o sistema de opressão e construção de categorias superiores (o masculino) e inferiores (o feminino).

Considerando que vivemos em uma sociedade em que temos o masculino como representação do hegemônico que se contrapõe e subjuga todas as demais identidades que usam o referencial feminino em sua construção, deixando de pensar apenas no binarismo homem cis e mulher cis, para analisar as relações de poder que constrói estigmas sobre tudo que não faz parte ou que nega o universo masculino.

Quando ocorrem violências, injúrias e conflitos com as mulheres trans e travestis, se enquadra neste tipo de patriarcado, onde temos o reconhecimento do feminino revelado nestas sujeitas por meio da sujeição e depreciação. Neste caso, é interessante perceber que nos momentos de alteridade ocorre a legitimação do feminino.

Mesmo quando ainda na adolescência, sem ter a consciência de que são pessoas trans, assim como não são lidas pelas outras pessoas como tal, o patriarcado já age sobre esse sujeito efeminado, pois são corpos que revelam marcas de desconstrução do masculino e, desta forma, tornam-se alvo do grupo

hegemônico para contestar este desvio e disciplinar esta pessoa que está negando o privilégio de ser homem, uma vez que estes grupos ainda enxergam o ser homem e ser mulher de forma fixa e essencialista.

Este cenário de coação, agressão e violência sexual, apresentado pela Entrevistada 8, reflete a adolescência de muitas pessoas trans, que mesmo ainda não se apresentando como mulheres trans ou travestis são submetidas ao patriarcado por já apresentarem traços do que é lido como feminino, sendo assim, são seres subjugados em uma sociedade pensada e regida por homens.

A maioria dos conflitos na adolescência e também na fase adulta, em que as mulheres trans e travestis se envolvem por conta da construção de sua identidade de gênero, que até então na adolescência é vista como identidade sexual, uma vez que se enxergam gays e assim também são interpretadas pela sociedade, estão relacionados com os homens cis. É como se a negação do masculino realizada por estas pessoas fosse uma afronta ao grupo hegemônico e ao mesmo tempo, as subjetividades que constituem as relações de poder entre o masculino e o feminino se revelam e estabelece o patriarcado pós-moderno.

Voltando às escolhas/estratégias, temos um cenário em que essa primeira opção de se manter no armário tem uma duração variável para cada sujeita trans, algumas deixando de adotar os padrões ainda crianças, outras nem conseguiram entrar (de forma inconsciente) no armário, por ter uma expressão de gênero contrária ao biológico muito forte (aqui no caso é a feminilidade), além das entrevistadas que só conseguiram romper com o sistema na fase adulta.

Não há como definir qual é a melhor idade para romper com o sistema heteronormativo e a inteligibilidade de gênero, pois esta é uma decisão que perpassa um cenário que é contextual e relacional, em que cada caso segue um caminho de forma individualizada levando-se em consideração: o local; os fatores históricos, políticos e sociais; a estrutura familiar; o acesso à informação; a liberdade de expressão; as representações identitárias disponíveis; dentre outros fatores que impactam diretamente nesse ato de romper com os paradigmas instituídos. A busca pela compreensão de quem você é dentro do contexto do gênero dialoga com outros marcadores sociais, dentre eles a sexualidade.

A sexualidade será tema da próxima seção, porém iremos tratar aqui como a maioria das mulheres trans e travestis, que se encontraram com sua transgeneridade na adolescência ou na infância, acabaram sendo compulsoriamente

levadas para a prostituição, por não possuírem uma estrutura familiar que estava preparada e soubesse lidar com uma sujeita trans em casa, assim como, o mercado de trabalho que fecha a portas para as pessoas trans.

[...] e olhe que eu já era mulher... mulher assim no truque. Na casa da minha vó era com os peitos amarrados... **com 12 anos eu comecei a tomar hormônios com um farmacêutico que me comia e com 14 anos que eu conheci uma travesti de Salvador que disse: “bicha, você tão feminina tá se perdendo aqui nesse lugar”**... aí eu não entendi nada, porque eu não entendia o que era prostituição... “Eu me perder nesse lugar por quê?” Bicha, você pode ser o que você quiser... tá doida, mona, trabalhando pros outros... se humilhando pra esses homens...” **aí eu fui pra casa dela em Salvador.** (ENTREVISTADA 5, grifo nosso)

Perdi a virgindade com 10 anos com meu primeiro namorado que na época tinha 14 anos. Ele era meu vizinho e ficamos juntos durante 7 anos. Como disse, **aos 15 anos comecei a fazer programas tendo relações com vários clientes.** [...] Quando comecei a me transformar, minha família foi contra, mas depois se acostumaram. Na verdade, não fiquei pra saber e com 15 anos saí de casa e só voltei depois de cinco anos que já tinha feito a transição. Mantive contato apenas por telefone durante esse tempo e quando retornei, com dinheiro, até de filha me chamavam. (ENTREVISTADA 11, grifo nosso)

Então assim, aparece **com 12 anos de idade, eu vestido de mulher e fui pro fundo do Ceasa aqui em Sergipe pra me prostituir.** Minha irmã ficou sabendo, foi com a minha mãe me buscar lá... ela me bateu tudo e tudo mais, mas, graças a Deus, eles me aceitaram novamente... meus pais... eu sou filha adotiva, entendeu? E meus pais foram sempre maravilhosos comigo. (ENTREVISTADA 13, grifo nosso)

A Entrevistada 5⁸⁶ é uma pessoa que é expulsa de casa aos 9 anos de idade, após sofrer um atentado de homicídio do próprio pai, que atirou nela ao descobrir que ela estava tendo relações sexuais com homens. Ao se mudar para casa dos avós maternos que moravam em Morro de São Paulo, as violências não pararam, sendo abusada sexualmente por clientes da pousada do avô e os seus amigos, uma vez que ela tinha internalizado que ser viado (termo que ela usa) era um crime, era

⁸⁶ A partir daqui, que começamos a trazer análises mais individualizadas sobre as sujeitas, colocarei uma descrição breve sobre cada entrevistada que estiver em diálogo, para facilitar para o/a leitor/a qual o perfil da sujeita em questão, não precisando retornar ao quadro disponibilizado na seção 5.1.

A Entrevistada 5 no período da entrevista (2018) tinha 47 anos de idade, nasceu no interior de Sergipe, fez migrações internas e externas, atualmente reside em Aracaju (SE), possui ensino médio completo, foi prostituta por muitos anos e é aposentada por ser portadora de HIV, pois havia esta possibilidade na época. Encontrava-se na época como dependente química fazendo uso de crack e álcool.

um ato criminoso e por isso silenciava, pois ao seu ver, ela era merecedora destas violências.

Até que surge uma travesti, alguém em quem ela consegue se enxergar, que era uma referência do que ela estava construindo, do que estava se tornando... e na primeira proposta para mudar de vida que essa travesti lhe faz, vê a oportunidade de se afastar do espaço de opressão e violência que vivia na casa dos avós e aceita ir morar em Salvador com sua nova “amiga”, não sabendo que o que lhe aguardava era a prostituição.

A Entrevistada 11⁸⁷ relata se perceber gay na infância, vindo a perder a virgindade aos 10 anos com um vizinho três anos mais velho, com quem inicia um namoro que durou 7 anos, porém, aos 15 anos inicia sua transição corporal e sai de casa com receio da retaliação da família, encontrando na prostituição o seu porto seguro para a construção de sua transgeneridade. E é assim que muitas mulheres trans e travestis vão se deparar com a prostituição, por ser um espaço de heterotopia (FOUCAULT, 1984) criado para acolhê-las.

A Entrevistada 13⁸⁸, que ainda sem fazer intervenções corporais, relata que descobriu a prostituição com 12 anos de idade, porém, foi a única que nestas condições, continuou com a família por algum tempo. É ainda mais particular este caso, pois trata-se de uma relação parental constituída por meio da adoção, fator este que poderia potencializar a rejeição, uma vez que esta família teve o poder de escolha do gênero da/o filha/o que queria ter, mas mesmo assim, acolheu e deu suporte à Entrevistada 13, dentro de suas limitações financeiras e de informações, revelando que o amor está acima de qualquer padrão social.

Além destes casos em que a prostituição é vivenciada na adolescência e aparece como a única alternativa para viverem sua transgeneridade e travestilidade, veremos ao longo da pesquisa que a prostituição se torna uma porta de entrada para outras mulheres trans e travestis apenas na fase adulta, por iniciarem sua transição nesta etapa da vida, o que não impediu que se deparassem também com relações conflituosas com os familiares, levando-as a se afastar dos familiares por

⁸⁷ A Entrevista 11 tinha 43 anos de idade na época da entrevista (2019), é natural de Aracaju (SE) onde reside atualmente, fez migrações internas e externa (apenas uma vez por curto prazo), já foi prostituta e hoje em dia atua como cabeleireira e possui ensino médio completo.

⁸⁸ A Entrevistada 13 tinha 38 anos de idade na época da entrevista (2020), é natural de uma cidade do interior (MG) e atualmente reside em Aracaju. Fez migrações internas e externas, atuou por muito tempo na prostituição, já foi presa por roubo e sequestro relâmpago, hoje vive da arte do transformismo e está se qualificando para se tornar cabeleireira e esteticista. Quanto à escolaridade, possui ensino fundamental incompleto (até 5º série).

conta própria ou sendo expulsa de casa (no caso das que ainda moravam com o pai e/ou a mãe).

Não sendo aceitas pela família e tendo dificuldades para entrar no mercado de trabalho formal por conta do preconceito, acabaram também seguindo o caminho da prostituição compulsória, que nestes casos é o único cenário apresentado para elas vivenciarem sua feminilidade com legitimidade e serem desejadas por isso, ao invés da rejeição que estão acostumadas a receber nos demais espaços de socialização. Outro fator de atração para este mercado é a garantia de retorno financeiro mais rápido, mesmo não sendo ocultadas todas as dificuldades para se manterem e sobreviver em nesta atividade.

Veremos a seguir como é o processo de construção da sexualidade a partir da vivência das nossas colaboradoras, que diferentemente das pessoas cis que também precisam lidar com as dúvidas e tabus sobre este assunto, passam por um processo muito complexo para compreender as práticas, desejos e prazeres em diálogo com seus corpos em construção, tendo que enfrentar os mecanismos de controle e proibição que são utilizados pelo sistema heteronormativo.

6.2.3 A descoberta da sexualidade

O fato de ser trans e não conseguir se identificar, por não se perceber ainda, leva cada sujeita a ter uma vivência particular quanto a sua sexualidade, algumas descobrindo o sexo através do abuso, outras enfrentando o temor e se permitindo ter uma vida sexual ativa conforme seus desejos e há as que acabaram retardando o seu contato sexual com outras/os parceiras/os, só vindo a ter uma sexualidade ativa na fase adulta, tendo um caso excepcional dentre as entrevistadas, que revelou não conseguir lidar com a questão da sexualidade e ainda é virgem aos quarenta anos de idade.

Então, **até hoje não tive um relacionamento porque gera medo, angustias**, então criei... acabei criando esse medo de me machucar e aí é mais seguro evitar, né? [...] Eu tenho essa consciência de que em alguns momentos meu trabalho é minha válvula de escape né? Todas as dimensões, talvez da sexual, da amorosa, da social.[...] Compensar a vivência dessa sexualidade, compensar...aaa...sei lá, a construção de uma vida com outra pessoa, ainda é sim uma grande interrogação luminosa no final do túnel (risos). [...] então, **eu me sinto numa torre que fica no penhasco sem porta, com uma janelinha que dá pro penhasco**, sabe? Então é assim que eu me vejo um pouco em algumas situações, principalmente, quando é relacionado a esse espaço [sexualidade]. E aí, claro, por conta disso,

você acaba não enxergando o outro ou não enxergando as oportunidades. Então, **às vezes, tenho consciência que eu preciso pelo menos abrir uma portinha na minha torre, mas eu também sei que é uma construção**, né? Então, eu estou na primeira fase, que é a consciência que preciso de alguma forma começar a desconstruir algumas muralhas que construí pra mim. Mas aí eu sei que é um processo que ainda está indo. (ENTREVISTADA 3, grifo nosso)

Este é um exemplo dos impactos que a heterocisnormatividade promove na construção das sujeitas trans, que age de forma perversa negando e deslegitimando as possibilidades de desejos e práticas para além das normas estabelecidas. O celibato que a Entrevistada 3⁸⁹ vivencia é reflexo da complexidade dos processos identitários de gênero e sexual, que apesar de não seguirem uma inteligibilidade dada, o gênero e a sexualidade possuem uma interconexão durante o processo do ato de se nomear, que é uma exigência desta sociedade que vivemos.

A incerteza de quem é neste mundo de rótulos, repleto de discursos divergentes enquanto transita entre os gêneros binários disponíveis, levou-a a temer esse espaço desconhecido que é a sexualidade, isolando-se, bloqueando-se e colocando-se “numa torre que fica no penhasco sem porta, com uma janelinha que dá pro penhasco” (ENTREVISTADA 3).

Dos quatro dispositivos da sexualidade apontados por Foucault (2015), temos dois que agem diretamente sobre as mulheres trans e travestis, a pedagogização do sexo da criança e a psiquiatrização do prazer perverso.

Em relação à pedagogia que envolve a sexualidade da criança, Foucault parte do pressuposto de que “as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação” (FOUCAULT, 2015, p. 113) e desta maneira, cabe aos “pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos” (FOUCAULT, 2015, p. 113) controlar e vigiar para que esta sexualidade não seja acessada na fase infantil e garantir que o seu desenvolvimento nas próximas etapas da vida sejam coerentes com os padrões que se convencionou como certo. Enquanto a psiquiatrização do prazer perverso ocorre quando:

[...] o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e

⁸⁹ A Entrevista 3 tinha 40 anos na época da entrevista (2018), é nativa de uma cidade do interior (SE) e mora atualmente em Aracaju (SE). Passou apenas por migração interna e atualmente é professora do Instituto Federal, sendo formada em Educação com Mestrado na área.

patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias. (FOUCAULT, 2015, p. 114)

Estes dois dispositivos, que são estratégias de controle da sexualidade, são percebidos na história de vida da Entrevistada 3, que ao ter passado por uma pedagogização da sexualidade quando criança, este controle foi sendo reforçado ao longo da sua vida, e juntamente com a patologização das sexualidades desviantes promovida pelos discursos médicos e biologizantes, fez com que ela usasse como um ato de proteção, deixar de viver sua sexualidade. Ela revela na entrevista que apesar de não ter experienciado o sexo, caso tivesse que se rotular, ela seria uma mulher hétero, uma vez que sente desejos por homens.

Desta maneira, a Entrevistada 3 não se enquadraria no dispositivo da psiquiatrização, pois caso viesse a vivenciar sua sexualidade estaria dentro de uma relação hétero, porém, o fato de não ser uma pessoa cis coloca em xeque essa afirmativa, pois para os grupos que se utilizam desta estratégia de controle, o biológico é quem define se a relação é heterossexual (legítima) ou homossexual (ilegítima).

Então, ao ver da psiquiatrização do prazer perverso, onde inclui as sexualidades não-heterossexuais, a nossa entrevistada e todas as pessoas que se assemelham são vistas como doentes, gerando uma crise existencial no período do primeiro contato com a sexualidade. A mesma situação se repete nos relatos abaixo, com graus diferentes de interferência na vivência da sexualidade de acordo o contexto de cada uma:

[...] Foi aí que eu deixei de ser eu pra poder naquele espaço não sofrer tanto. Eu lembro que não me relacionava, não saía, não brincava... acabei terminando ali meu Ensino Fundamental e Médio...ééé... nessa... ééé... sem mesmo ter um relacionamento, assim, sabe, já tinha desejo, já tinha tido até praticas sexuais, né... mas, não me reconhecia assim... **como se a questão da identidade de gênero tivesse sido abafada pra eu poder terminar aquele estudo,** pra eu, né... (ENTREVISTADA 6, grifo nosso)

Que meu pai sempre falava, né? “no dia que eu tiver um filho viado dentro de casa, eu mato”. Ele tinha uma arma, né? Então você imagina o medo, né? Você imagina eu me assumir. Quando **foi avançando a idade, claro que já vem a puberdade, senti o prazer de fazer sexo e eu fazia sexo com os rapazes da cidade, né? Mesmo morrendo de medo...** de meu pai acabar sabendo de tudo, né? (ENTREVISTADA 4, grifo nosso)

Elas passam por este processo de policiamento que é imposta sobre toda a sociedade, mas que sobre os corpos abjetos a ação se potencializa, entrando em

negociação outros marcadores sociais que estão para além do binarismo de gênero e das práticas sexuais legítimas. Quanto maior for a marca do feminino no corpo lido biologicamente como masculino, ou seja, quanto mais efeminado, maior será a coerção.

O medo é o sentimento predominante na construção da sexualidade das pessoas trans, causando traumas e limitações. E ao mesmo tempo em que estamos falando de corpos que são negados e causam repulsas, estes mesmo corpos despertam desejos que podem acarretar em violências (física e simbólica), seja como resultado do despertar desses “desejos proibidos” em pessoas que não admitem que estão tendo este sentimento e usam a violência para ocultar e negar, assim como podem ser vítimas de abusos sexuais.

[...] e **eu fui abusada sexualmente aos doze por um tio meu**, o cunhado da minha mãe, casado com a irmã dela... e ele me deu muita atenção, né, ele me fez acreditar que eu era muito especial... eu acreditava nisso de, né, muito naquilo que ele falava. Era um homem bem mais velho e me fazia acreditar que realmente eu tava sendo cuidado e tava sendo especial...eee... foi assim que eu transei a primeira vez, o primeiro relacionamento. [...] E alguns dias depois eu contei pra minha mãe... [...]e aí eu disse pra ela o que tinha acontecido entre eu e meu tio... **ela me deu um tapa no rosto e disse que eu deveria me calar... eee... que a família dela valia muito pra que uma bobagem dessas acabasse com aquela família.** E aí eu me calei e realmente eu me esqueci desse fato. (ENTREVISTADA 8, grifo nosso)

Violentada duas vezes, pelo abuso sexual do tio e pela omissão e opressão da mãe, a Entrevistada 8⁹⁰ chega a relatar que após o ato sexual com o tio vivenciou um misto de sentimentos, alegando que “foi bom, foi prazeroso, mas foi sujo, foi vergonhoso” (ENTREVISTADA 8), porque como o tio pediu para silenciar sobre o assunto ela interpretou que se tratava de algo errado, uma vez que precisa manter tudo em segredo.

Ao ser repreendida pela mãe, quando decidiu revelar a pedofilia da qual foi vítima, fez com que silenciasse e bloqueasse esta memória por muito tempo. Ela diz em outro momento da entrevista que se recorda de só retomar esta memória em uma conversa que estava tendo com uma amiga sobre “a primeira vez” quando tinha

⁹⁰ A Entrevistada 8 tinha 42 anos de idade na época da entrevista (2008), natural de uma cidade do interior (GO) e residindo atualmente em uma cidade do interior (RJ), fez migrações internas e externas. Já foi bailarina clássica, cabeleireira e atualmente exerce a função de professora do Ensino Fundamental I e cursa o Mestrado em Educação. Foi pai aos 17 anos de idade.

17 anos de idade (quando se tornou pai), relatando que a reação da amiga ao ouvir sobre o abuso que sofreu do tio era chorar copiosamente.

Foi quando percebeu a violência que tinha sofrido e com isso desencadeou uma série de questões e traumas que não identificava. No próximo caso, temos um exemplo de como a internalização do sentimento de inferioridade leva a pessoa a vivenciar experiências de abuso como algo natural.

Com 9 anos e meio... já virando putinha. Isso eu já dava há muito tempo. [...] Quando foi um certo dia, meu irmão tava comendo a puta... aí chegou um boy amigo do meu irmão e disse “cadê seu irmão? Eu quero comer o rabinho dele de novo”. Meu irmão tava comendo a puta... imagine! Olha o tiro que eu levei com 10 anos que saiu do outro lado... [...] **Fui expulsa de casa [...] eu fui morar com minha vó com 10 anos.** Com 10 anos até 15 eu não cortei mais o cabelo...porque meu pai me obrigava a todo mês raspar a cabeça com máquina 0... então, aquilo me traumatizou. Na Bahia, Valença, meu avô tinha pousada no morro de São Paulo. Eu fazia garçonne nos fim de semana... eu estudava a semana toda e fazia a garçonne na pousada do meu avô. Imagine... **cheio de gringos, eu viadinha, com cabelinho aqui... parecia uma raposa e os gringos só [fez gestos com as mãos]... era terrível! Antigamente não tinha esse negócio de direitos humanos... a gente tinha que tomar era no cu mesmo. Eu era comida por amigos do meu avô, por amigos do meu pai... eu tinha que ficar calado, porque eu achava que a errada era eu... que viado era um ato criminoso.** (ENTREVISTADA 5, grifo nosso)

Conforme já antecipado de forma sucinta na seção 6.2.1 para ilustrar o contexto da Entrevistada 5, ela é um exemplo de pessoa que nunca conseguiu se colocar no armário e desde a infância precisou lidar com a performance de gênero que era desviante. Apesar da repressão do pai e irmãos, não conseguia esconder que era diferente, não havia possibilidades de viver conforme os padrões pré-estabelecidos com base no binarismo do gênero.

A criança sexual viveu sua sexualidade como fuga ou como um ato de esperança de se conhecer, foi levada a experiências de abusos, de pedofilia, de rejeição. Ela acreditava que tudo isso era natural, imaginava ser consequência dos seus desejos desviantes e do seu processo identitário de gênero que já provocava conflitos internos e externos na configuração social que habitava.

Novamente vemos o dispositivo da sexualidade de Foucault sendo acionado e materializado no discurso de mais uma sujeita da nossa pesquisa, como por exemplo, no trecho de sua fala “[...] eu tinha que ficar calado, porque eu achava que

a errada era eu... que viado era um ato criminoso” revela a carga simbólica construída no imaginário dela. Devido a um processo de pedagogização da sexualidade para definir as fronteiras do legítimo e a psiquiatrização da sexualidade que nomeia as sexualidades desviantes como patologias, levou a Entrevistada 5 a se interpretar como um ser abjeto merecedor de todas as violências.

Compreender a sexualidade como um processo identitário, que é baseado na construção social, é analisar que ela é fruto da relação entre o Eu e a/o Outra/o (alteridade), o contexto cultural e as relações de poder. É reconhecer que a sexualidade é formada em meio a uma disputa discursiva, que tem de um lado um grupo hegemônico que criou um sistema normativo que vem sendo ratificado ao longo dos séculos e que faz contraponto às práticas e sujeitas/os que rompem as fronteiras estabelecidas, demonstrando as infinitas possibilidades de vivenciar os desejos e prazeres que não se acomodam dentro de caixas fixas e limitantes.

Esses embates são necessários para dirimir preconceitos e violências, porém, a hegemonia ainda é constituída por discursos essencialista, promovendo impactos negativos na vida das pessoas não-heteronormativas, criando estigmas, gerando traumas e deslegitimando tudo e todas/os que criam fissuras no que foi estabelecido.

Com base nas mais diversas perspectivas, desde então, ela [a sexualidade] vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada. (...) multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhes as normas, a definir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados e ou infames. (LOURO, 2004, p. 27)

É sob o controle e vigilância da sociedade que as pessoas trans vivenciam sua sexualidade, tendo que conviver com as novas tecnologias sociais, que não mais agem sob o princípio da proibição, mas sob a tutela do princípio de “polícia do sexo, isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2015, p. 28). Seguindo esta lógica, vamos passar para próxima seção, onde faremos uma reflexão a respeito das dificuldades que integram o trânsito entre as identidades de gênero das mulheres trans e travestis.

6.2.4 As dificuldades da mobilidade do gênero

Quando nós chegamos aqui [em Aracaju tendo aproximadamente 20 anos de idade], tanto eu como minha irmã, nós não tínhamos aquele estímulo de querer ser gay... nosso estímulo, nossa intuição era de queremos ser mulher, a gente se sentia mulher, entendeu? Então, aí a aceitação foi pior, né? [...] ao chegar aqui já fui logo fazendo amizade com pessoas assim tipo eu, né, eu tava esperando alguém pra dar um pulo todo mundo junto. Eu lembro que na minha época tinha eu e mais duas ou quatro que estavam nesse processo de transição. A gente se juntou e foi aquela coisa, tomávamos hormônios, não tinha controle com o endocrinologista.. a gente se enchia de hormônios. Então, o processo foi muito, bem rápido! (ENTREVISTADA 4)

A Entrevistada 4⁹¹ traz um dado interessante, ela fez a transição juntamente com sua irmã (1 ano mais velha), mas infelizmente não conseguimos fazer a entrevista com a irmã dela porque reside na Espanha e a Entrevistada 4 não quis passar o contato, alegando que ela não aceitaria participar da pesquisa. Nesse relato, já percebemos a importância das redes neste processo da diáspora trans, quando cita que, assim que chegou na cidade, procurou as travestis e fez amizade com outras pessoas que estavam se preparando para passar pelas intervenções corporais do processo de transição para fazerem juntas.

O contexto desta colaboradora apresenta a intersecção entre a mobilidade espacial e de gênero, quando ela migra do interior do estado para a capital fugindo da opressão do pai, que era alcoólatra e vivia proferindo discurso de ódio acerca da homossexualidade, gerando tensão e medo que ele descobrisse que ela se relacionava com os rapazes da cidade, uma vez que se tratava de um município muito pequeno.

Desta maneira, a Entrevistada 4, ao completar 18 anos de idade, seguiu os passos da irmã trans e, também, fugiu para casa da avó materna que morava em Aracaju. Esta situação causou perseguição do pai e acarretou no divórcio dele com a esposa, levando a mãe dela a migrar para Aracaju também.

Distante do controle do pai, ela conseguiu ir se descobrindo. Nos dois primeiros anos, dedicou-se aos estudos (ensino médio) e mercado de trabalho, primeiro trabalhou como office-boy e depois como empacador (as profissões estão

⁹¹ A Entrevistada 4 tinha 49 anos de idade durante a entrevista (2018), é natural de uma cidade do interior (SE) e atualmente mora em Aracaju (SE), mas vive em trânsito, passando temporadas em Portugal e França. Realizou migrações internas e externas, tem ensino médio completo e está no mercado da prostituição desde os 23 anos de idade.

no masculino porque ela fez referência assim) e depois foi trabalhar em uma agência de viagens.

A Entrevistada 4 relata as dificuldades que enfrentou no ensino médio, sendo vítima de bullying por conta da sua feminilidade, fato este que alega não ter passado na escola em sua cidade de origem, uma vez que todo mundo se conhecia desde criança e as/os colegas já estavam acostumados com sua presença efeminada. Quando estava trabalhando na agência de viagens, por volta dos seus 21 anos, começa a se aproximar da rede de pessoas trans juntamente com sua irmã, o que não era possível na sua cidade de origem, e gerou identificação e reconhecimento imediato, era assim que desejava ser.

E aos poucos foi se permitindo experimentar a transição de forma gradativa, deixando o cabelo crescer e tomando pequenas doses de hormônio para ir negociando com a mãe, pois ela aceitava a homossexualidade, mas, não, a transexualidade, e para evitar perder o emprego. Aos 23 anos, ela decide largar tudo e se hormonizar com doses maiores e se bombear⁹² (fazer aplicação de silicone industrial), para viver sua feminilidade da maneira que desejava.

Ao compreender o seu corpo como expressão do seu gênero, ela promove essa viagem de um extremo a outro em relação ao gênero, consciente das consequências e impacto que isso traria para sua vida e traçando como meta a prostituição na Europa, pois já tinha acesso às informações a respeito do bom retorno financeiro em curto prazo que o mercado europeu proporcionava.

Através da rede que acessou, ela migrou primeiro pro Rio de Janeiro para fazer a aplicação de silicone industrial, teve seu primeiro contato com a prostituição e desde sua primeira experiência já percebeu como seria difícil conviver com os dissabores deste mercado. Mais à frente nos aprofundaremos mais sobre as intervenções corporais e sobre as redes de prostituição.

Década de 90 que eu comecei mesmo, que eu saí dessa empresa no início. No ano 2000 eu saí dessa empresa e o dinheiro da indenização eu abri o meu negócio e foi a partir daí que eu abri o

⁹² Tornou-se um mercado ilegal a aplicação de silicone industrial entre as travestis e mulheres trans, que por ser um procedimento de menor custo que as intervenções feitas com implantes de próteses de silicone, acaba sendo a opção de muitas delas, mesmo reconhecendo os problemas de saúde que podem ocasionar. “As *bombadeiras* são travestis que ‘fazem o corpo’, isto é, injetam silicone industrial em diversas partes do corpo daquelas travestis que desejam ter formas mais volumosas e arredondadas e, assim, associadas ao feminino. *Bombadeiras* não são propriamente agentes médicos ou de cura, mas lidam diretamente com o corpo, sua transformação, cuidados e embelezamento, o que, para as travestis, relaciona-se com uma aparência feminina [...]” (PELÚCIO, 2007, p. 260, grifo da autora)

meu salão de beleza. Um dos motivos também de eu assumir a transgeneridade é a prostituição, que eu não queria. Aí foi que quando eu saí dessa empresa e minha amiga já tinha passado pelo processo de transição... que eu comecei a procurar informações sobre alguma terapia, a partir daí comecei o processo de hormonização entre 27 e 28 anos. Mesmo assim ficava com medo de me expor. No início da transição é muito desafiador, ficava com medo de sair na rua. (ENTREVISTADA 6)

A Entrevistada 6⁹³ também ressalta a importância de ter tido contato com uma amiga que já tinha passado pelo processo de transição para tomar coragem de seguir em frente com esse projeto. Ela saiu da casa dos pais quando tinha 19 anos de idade, desde então já se enxergava trans (apesar de negar), porém, adiou sua transição com temor do julgamento e violências que teria que enfrentar na vida social, levando anos até decidi assumir socialmente a sua transgeneridade.

Entre os 19 e 27 anos, ela vivia uma vida dupla, pelo fato de trabalhar no setor de contabilidade de uma empresa, ocultava sua transgeneridade, vivenciando sua feminilidade apenas aos finais de semana, quando se travestia para ir à boate, vivendo por 10 anos desta maneira.

Ao sair desta empresa, usou o dinheiro da rescisão para abrir um salão de beleza e ser autônoma, foi o momento que sua amiga tinha retornado da Europa, onde ficou dois anos, e voltou transformada, já havia implantado as próteses mamárias, que era o sonho da Entrevistada 6, e o contato com essa amiga foi fundamental para superar seus medos e seguir adiante com a transição.

Assim como ocorreu com a Entrevistada 4, ela fez as intervenções corporais mais básicas (uso de hormônios) e seguiu para a Europa para o mercado da prostituição, onde conseguiu realizar seu sonho e depois de três meses lá conseguiu implantar as próteses mamárias, que para ela era o que faltava para se sentir mulher e ser vista como tal pela sociedade.

Eu comecei a problematizar gênero creio que tinha meus 23 anos, e não foi bem recebido por ninguém de minha família, fui convidada a sair do trabalho quando comecei a transição e foi quando tive que ir trabalhar na rua. Teve um impacto muito grande, aonde tentei sanar a dor que tinha da falta de apoio me afundando em vícios. Tive problemas de depressão e síndrome do pânico, o qual controlava quando estava usando drogas. As protagonistas de minha vida, que

⁹³ A Entrevistada 6 tinha 41 anos quando fez a entrevista (2018), é natural de uma cidade do interior (SE) e atualmente reside em Aracaju (SE). Passou por migrações internas e externas, tem Mestrado em Educação e atualmente é cabeleireira e maquiadora, além de atuar como trans militante.

sempre me apoiaram, foram pessoas do meio LGBT, que conviviam no meu círculo de amizade e que entendiam que minha transição não é uma fase. (ENTREVISTADA 7)

Aqui já vemos a mobilidade dos gêneros afetando a saúde mental da Entrevistada 7⁹⁴ e desenvolvendo outro problema de saúde, o vício de narcóticos. “Uma coisa é fato: pessoas trans sempre estarão na fronteira com a depressão e isso se deve a todos os traumas sofridos na infância, na adolescência, na juventude, e que se tornam mais fortes na fase adulta” (BRASIL [Ministério da Saúde], 2015 p. 20)⁹⁵.

A discriminação e rejeição gerada pela transgressão do gênero pode desencadear doenças mentais ou até, em casos mais extremos, o suicídio das pessoas trans. A fuga da Entrevistada 7 foi recorrer às drogas, que quando usava amenizava os sintomas da síndrome do pânico e da depressão, mas ao passar o efeito, os problemas voltavam e ela buscava se drogar novamente, caindo em um ciclo vicioso e tornando-se dependente química. Veremos na seção 5.4 como a prostituição também se torna um espaço de indução ao uso de entorpecentes.

Eu vim de uma década que é a década de 80, que é uma década muito difícil, né? Eu enfrentei muita dificuldade dentro da minha família, dentro da sociedade como mulher trans, né? Isso pra mim foi muito difícil e eu não tive muito apoio, não tive muitas opções. Fui muito discriminada dentro da minha família, né, eu fui posta pra fora de casa. Aonde naquela época eu já estava concluindo meu segundo grau, foi quando eu descobri o mundo LGBT, né, na década de 80 que eu fui a Carlos Gomes onde eu vivia de espetáculos, né, noturno em boates LGBT da época. E daí eu me inspirei em musas, em mulheres trans, transformistas que não que eram prostitutas. Ali eu me vi com aquele ser que eu queria ser daquela forma, que eu não me via mais no corpo masculino. Então foi quando começou toda, realmente a minha cura hormonal, aonde eu tive personagens, aonde eu me identifiquei como mulher trans também. (ENTREVISTADA 9)

⁹⁴ A Entrevistada 7 tinha 33 anos de idade na época da entrevista (2018), natural de uma cidade do interior (AL) e atualmente reside em Léon (Espanha). Participou de migrações internas e externas, trabalha no mercado da prostituição e possui ensino superior incompleto.

⁹⁵ Livro publicado pelo Ministério da Saúde do Brasil com o objetivo de promover a integralidade da atenção à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e reconhecer que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores de vulnerabilidade para a saúde.

A Entrevistada 9⁹⁶ também foi expulsa de casa, só que por conta da sua sexualidade, pois ainda não havia iniciado sua transição. Ela não foi diretamente para a prostituição, encontrou na arte do transformismo seu sustento e o desabrochar da sua identidade de gênero, pois foi a partir das suas personagens e referências do universo do transformismo da época, que ela se reconheceu trans e deu início às intervenções corporais.

Ela usou a expressão “cura hormonal” para se referir a hormonização, fato esse que me levou a questioná-la a respeito dessa expressão, na sua resposta ficou esclarecido que o termo “cura hormonal” foi usado para denominar a hormonização orientada. Minha inquietação com essa expressão escolhida é que traz o termo “cura”, o que pode reproduzir um discurso de patologia da transexualidade, mas não foi essa a intenção.

Novamente a instituição família entra como um elemento que provoca dor e dificuldades na construção de gênero da pessoa trans, que ao negar apoio e ao invés de acolher rejeita esta pessoa, torna-se responsável pela prostituição compulsória.

Eu tinha medo dessas coisas do que eu sentia, de um dia meu pai e minha mãe descobrir, entendeu? Era isso... eu não fui travesti na adolescência, não. Eu fui travesti já com 26 anos de idade, entendeu? Eu não queria essas coisas pra mim, não. Eu quis saber quando eu ganhei o caminho da rua, aí eu fui ver o que era travesti, sexualidade, desejo por homem... um inferno. [...] A prostituição é a única forma de renda para os travestis, apesar de ser soro positivo, né, foi uma decepção pra mim porque toda hora você tá na rua, né, e uma hora você acaba transando sem camisinha e a maioria desses homens aí é infectado, né? [...] Eu me arrependo muito, se eu pudesse, eu era gay, sim... eu era homem, estava com meu caso... hoje eu não tava doente. Eu era mais feliz, sim, porque não vale a pena não ser travesti porque só tem prostituição mesmo... é muito sofrido. Você é alvo de deboche, só pega você pra safadeza, pra prostituição... você não tem ninguém na vida, a família não aceita. Muitas já morreram, né? Os que eu conheci ao longo do tempo... de HIV, assassinada, entendeu? Muitas que eu conheço estão aí doente e nem procura auxílio médico porque estão nem aí, né? Não tem ninguém na vida, né? (ENTREVISTADA 12)

⁹⁶ A Entrevistada 9 tinha 47 anos no período da entrevista (2018), é natural de Salvador (BA) e atualmente divide sua residência entre Salvador (BA) e Milão (Itália). Na época da entrevista estava terminando sua graduação em enfermagem e atua como Yalorixá (Mãe de Santo), de onde tira seu sustento.

A Entrevistada 12⁹⁷ traz à tona outra questão de saúde pública, que é a proliferação do HIV devido ao sexo sem prevenção. O problema no discurso dela é que ela acabou vinculando a travestilidade à doença, chegando a dizer que se arrependeu de ser travesti, pois se fosse gay não teria se infectado, o que é uma falácia.

Durante toda sua entrevista, ela demonstrou muita revolta e indignação, carregando de culpa a sua transição por ser soro positivo, assim como, por não encontrar um parceiro que deseje estar com ela para firmar um compromisso conjugal e por não conseguir vislumbrar outro caminho para quem faz a transição a não ser a prostituição, além da abjeção da família.

Então, a representação que faz do que é ser travesti está vinculado a vários aspectos negativos de sua vida. Porém, ao mesmo tempo, há uma construção no discurso dela que inverte quem é a/o responsável pela transmissão do vírus do HIV, retirando o foco das trans/travestis que estão se prostituindo e apontando o homem/cliente como o proliferador da doença, até porque o sexo sem prevenção parte de uma exigência do cliente, que inclusive paga mais caro para realizar esse desejo.

Partindo da perspectiva da diáspora trans, até agora falamos aqui do trânsito entre gêneros, que só é possível por meio de muita violência, dor, sofrimento e perseverança por parte das pessoas trans.

Atravessar as fronteiras que foram delimitadas para o gênero é um ritual que segue caminhos diversos e o seu destino é tão diverso quanto. Várias estratégias são adotadas para fazer esse percurso de quebra de paradigmas, o que nos remete à crise de identidade (HALL, 2003), ao vislumbrar o descentramento e desnaturalização que acontece com o gênero como parte de um processo mais amplo de mudança, que abala a solidez construída e desloca as estruturas do mundo social.

As sociedades modernas são representadas por este movimento em vários campos, uma vez que é composta por relações e identidades fluidas, não sendo diferente com as identidades de gênero.

⁹⁷ A Entrevistada 12 tinha 42 anos na época da entrevista (2019), é natural de Aracaju (SE) e ainda reside na mesma cidade. Participou apenas de migrações internas, possui ensino fundamental completo e vive do auxílio doença que recebe porque possui um certo grau de surdez e complementa a renda com a prostituição.

Apesar de haver um sistema heteronormativo que tenta estabelecer fronteiras estanques, delimitando o mundo em apenas dois territórios, o masculino e o feminino, há um movimento de crise dessa estabilidade binária, revelando gradientes (PAGAN, 2019) que misturam características lidas como exclusividade de um desses territórios e revela novas possibilidades, fragmenta estes territórios, promove uma divisão muito mais ampla, cria espaços de intersecção e a partir de uma nova epistemologia e das vivências práticas das identidades de gênero fora das caixas normativas pré-estabelecidas, coloca-se em xeque o sistema binário do gênero.

Ao se confrontar os estabelecidos (população heterocisnormativo) e os outsiders do gênero (população trans e não binários/as/es) nos deparamos com um modelo de espaço de diáspora (BRAH, 1998), onde temos um movimento cíclico de reconhecimento, negação e pertencimento, permeado por relações de poder que precisam ser percebidas tomando como referência os aspectos culturais, políticos, econômicos e psíquicos nesta interação que é contextual e relacional.

Neste confronto de pertencimentos e construções de verdades, temos as reafirmações de rótulos, até mesmo por parte das sujeitas trans que apresentam em seus discursos influência dos estudos queer (que busca negar qualquer rótulo que seja).

A diferença entre os estabelecidos e os outsiders é que os outsiders permitem-se pensar a partir do múltiplo, que mesmo reafirmando um rótulo e colocando-se em uma caixa, compreendem que essa caixa é apenas uma das várias que pode usar para se representar, algumas vezes colocando uma caixa dentro da outra para se acomodar melhor a uma determinada situação.

Enquanto os estabelecidos têm uma tendência a pensar de forma mais limitada e menos flexível, colocando-se em caixas que tem forma, tamanho, textura e cor padrão. Uma parcela desta população de outsider do gênero tenta se colocar dentro dos padrões dos estabelecidos, como estratégia de sobrevivência e/ou na tentativa de se livrar da marca que carrega e poder ser lida socialmente como uma integrante deste grupo estabelecido. Como podemos ver a problematização feita na fala a seguir:

Algum tempo atrás, eu acreditava, eu ainda tava muito imersa nas compreensões dicotômicas e primárias do binarismo. E eu acreditava que homem e mulher são dois polos fixos. Com os estudos atuais, principalmente, nas compreensões do que traz Monique [Wittig]... a

gente vai entendendo que esses binarismos eles não acontecem, né, eles são ideias colocadas em um lugar de não existência e que são mantidas lá como realidade. E aí os praticantes desse cotidiano eles assimilam isso e busca uma certa semelhança a estes aspectos. [...] Eu acho que, compreender-me dentro desse universo me jogou numa compreensão de feminilidade ou de mulheridade. [...]. E então, quando a gente percebe que essa... que as construções dos signos, né, do ser homem ou ser mulher, elas são construções que são embasadas em coisas que não são palpáveis... a gente começa a questionar a materialidade desses corpos, né? O que é que foi feito ou como que se deu pra que chegássemos dessa forma? Quer dizer, por que eu preciso me enquadrar em uma forma e porque eu possuo determinados aspectos? Eu conheço mulheres extremamente peludas e que possuem mais barba que eu, por exemplo, e menos peito, que continuam sendo lidas como mulheres apesar de tantos signos masculinos, mas que não cai nesse lugar do apelo, né, do grito, do pronome... elas estão ali e ela se fazem daquele forma. [...] Eu preciso dessas nomeações, né, já diria Durkheim: “pra poder reconhecer do que eu falo, então, precisamos dos nomes”. E ao não encontrarmos o nome, torna-se dentro dessa estrutura binária a sua oposição. Então, se existe o cis tem o trans, se existe o diádico tem o intersexo, se existe o branco tem o preto. O que a gente vai deixando de mostrar é que entre uma coisa e outra existem várias coisas. Quando a gente traz essa forma dicotômica, trans e cis, na verdade, a gente não quer enfatizar uma polarização dessas ideias, ao contrário, a gente quer mostrar assim, se existe isso tudo tão demarcado, também existe alguma coisa que não está nada demarcada né? Se existe esse cis que tá tão congruente com o sexo que ele foi imposto, que ele foi dado, né, quando a criança nasceu você olhou e falou “é homem”... ele cresce e é homem mesmo dentro dessa compreensão. Existe uma coisa que vai olhar pra essa mesma coisa e falar: “não é nada disso... é trans”. Então, quando traz isso para o campo da binaridade novamente, só coloca em xeque a polarização daquilo que estaria estabelecido como real. Como esse estabelecido como real não existe, o seu oposto também não tem validade. Então se você precisa dizer que eu sou trans é porque existe um cis afirmativo ali... um cis normativo... um cis delineador do evento, do fato, da condição. E aí eu me coloco como uma trans. [...] Pra que a gente saiba até que ponto esse outro... esse contrário também se estabelece... onde é que esse contrário se estabelece? Ninguém sabe... ninguém vê... ninguém viu. A gente sabe que ele tem matado, ele tem diminuído, ele está agredindo as populações, mas a gente não sabe onde ele começa, onde ele termina. (ENTREVISTADA 8)

Vários aspectos relevantes são acionados neste relato acima para se pensar o relacional através da alteridade e das relações de poder. Quando a Entrevistada 8 discorre sobre o papel do discurso e imaginário hegemônico para sua constituição de sujeita, em que se construía a partir de um binarismo dado e fixo, ela demonstra

a centralidade do discursos nos processos identitários, inclusive trazendo para o diálogo Monique Wittig (1935/2003)⁹⁸.

Wittig, em seu texto intitulado *O pensamento heterossexual* (1980), que compõe um livro que reúne vários ensaios da autora, tece uma crítica aos discursos heteronormativos que oprimem e impedem as lésbicas, as mulheres e gays de falar, a não ser que seja nos termos deles, negando a possibilidade de criarem as suas próprias categorias (WITTIG, 2006, p. 49).

Desconstruindo a heterossexualidade, como fez Wittig, nossa entrevistada passou a se enxergar como uma versão de mulheridade e feminilidade, dentre as muitas possíveis, refletindo sobre os signos que foram designados para materializar o feminino e o masculino, que legitima corpos, formas, expressões, vozes e todo um arcabouço que ilustra as imagens destes dois polos.

Porém, a cobrança destes signos é relativada ou intensificada a partir dos marcadores biológicos, quando ela diz: “Eu conheço mulheres extremamente peludas e que possuem mais barba que eu, por exemplo, e menos peito, que continuam sendo lidas como mulheres apesar de tantos signos masculinos, mas que não cai nesse lugar do apelo [...]” (ENTREVISTADA 8).

Ela nos apresenta que a mulher cis, não deixa de ser reconhecida como mulher, mesmo quando não performa dentro dos parâmetros designados como femininos, enquanto que a mulher trans, por mais que se enquadre dentro do padrão feminino, sempre haverá alguém que irá usar o discurso biológico para desconstruir a sua performance. E é assim que se faz necessário a nomeação para, através de um novo binarismo, poder existir.

Quando é criada a categoria “cis” é para utilizar a mesma estratégia que sempre foi usada em relação aos grupos marginalizados e minoritários, nomeá-los para colá-los na condição de Outro e construir a representação deste Outro enquanto coloca-se como um grupo que não precisa ser problematizado, porque é o grupo estabelecido, é o grupo homogêneo.

A heterossexualidade e os homens cis são um exemplo deste contexto, não são objeto de estudo para serem problematizadas/os e estudadas/os, aparecem nas pesquisas geralmente na condição de alteridade.

⁹⁸ Era uma escritora francesa, que a partir da década de 1970 relaciona-se com uma norte-americana e migra para os Estados Unidos para viver este amor. Teórica feminista que ganha notoriedade a partir dos trabalhos publicados nos E.U.A. (em inglês), tornando-se uma das precursoras da Teoria Queer.

Ao serem questionados sobre os processos identitários que os constituem, abrem precedentes para marcar estes corpos que sempre apareceram como autônomos e livres de qualquer questionamento sobre sua condição de estabelecido. As pessoas trans, ao se hifenizarem usando a expressão homem trans ou mulher trans, considerando o aspecto político, acionam a nomeação para existir.

Poderíamos dizer que ao se nomearem estão se essencializando? A resposta é não, porque a essencialização pressupõe fixidez e a transgeneridade é composta por uma gradiência⁹⁹ e fluidez de formas e discursos em relação ao gênero, que não há como interpretar a categorização das pessoas trans como um processo de re-essencialização.

A categoria trans é, na verdade, um contradiscurso à categoria cis que é dada como estável para questionar a realidade através deste novo binarismo que se constitui. Na medida que no sistema binário um só existe em função do outro por se tratar de um processo relacional, então essa polarização criada entre “trans” e “cis” é interessante politicamente para legitimar a existência da transgeneridade, porque ela não pode ser negada dentro deste processo de opostos.

Porém, o discurso da Entrevistada 8 segue uma perspectiva queer e nega a existência tanto de uma categoria quanto da outra quando diz: “Então, quando traz isso para o campo da binaridade novamente, só coloca em xeque a polarização daquilo que estaria estabelecido como real. Como esse estabelecido como real não existe, o seu oposto também não tem validade.” E ela vai problematizar de forma provocativa no fim de sua fala que, de fato, só se coloca como uma trans porque é preciso se nomear e porque politicamente é imprescindível para investigar este cisnormativo que mata e agride a população trans.

A promoção da instabilidade das identidades de gênero nos apresenta um cenário com referências cada vez mais pulverizadas e móveis, tornando os territórios mais líquidos, partindo de referências líquidas para identidades líquidas que são representadas por relações flexíveis e situacionais.

As mulheres trans e travestis se encaixam nesse perfil, suas histórias possuem em comum uma dispersão forçada, devido a ir de encontro ao sistema heteronormativo e são vítimas de estigmatização, que mesmo passando por todos os processos de resignificação do gênero, tonando-se o mais próximo possível da

⁹⁹ Baseado no conceito de gradientes de Alice Pagan (2019).

referência do feminino que foi construído, mesmo assim, o outro continua a hifenizá-la e rotulá-la como mulher trans ou travesti, para demarcar que não são mulheres reconhecidas como legítimas, para situá-la fora do território da mulher.

As pessoas trans reivindicam em suas falas estes rótulos também como um processo de demarcação, mas nesse caso, um ato político para demonstrar que existem e precisam de políticas públicas para garantia de direitos, porém, quando a hifenização parte da população heterocisnormativa, geralmente é no intuito de estigmatizá-la e diferenciá-la.

Ser mulher é uma questão diversa, então eu também entendo que ser travesti também está dentro deste quadro de mulher, porque a palavra mulher ela engloba também várias coisas. Então ela também engloba travesti, só que a gente precisa diferenciar por questão política mesmo. Mas se eu posso ser mulher e ter o cabelo raspado, ser mulher e ser lésbica, ser mulher e ser bissexual, ser mulher e ser masculina, ser mulher e ser tudo isso, por que eu não posso ser mulher e ser travesti? Ser travesti é uma característica, é como eu falo ser cis ou ser trans é uma característica como ter o cabelo escuro, ter o olho claro, são características da gente, mas que não limita o nosso contexto na vida. (ENTREVISTADA 2)

Neste relato, temos a defesa da fluidez da categoria mulher, que não deve se restringir apenas às mulheres cis, e justifica o porquê de necessitar se nomear, um ato político. Então quando a Entrevista 2¹⁰⁰ utiliza o rótulo travesti, ela esta acionando um marcador epistemológico e social para agir politicamente na sociedade e poder desconstruir esta concepção de gênero inteligível.

Ao longo da entrevista, essa mesma colaboradora vai utilizar a expressão mulher trans para se referir a ela, em outros momentos utiliza mulher trans e travesti, para demarcar seu lugar de fala e para desestabilizar o estigma criado a respeito da categoria travesti, que ficou vinculado à prostituição e muitas vezes é acionada de forma pejorativa dentro da própria população trans, como se travesti fosse algo inferior à mulher trans. Ao utilizar os rótulos como marcadores, desestabiliza as categorias essencializadas e amplia as possibilidades de existência.

Os territórios do gênero vivem em conflito para estabelecer e manter suas fronteiras, porém essas fronteiras têm passado por contestações e (re)construções constantes, o que as tornam movediças e fluidas.

¹⁰⁰ A Entrevistada 2 tinha 24 na época da entrevista (2018), é natural de uma cidade do interior (AL) e reside atualmente em uma cidade do interior (SE). Realizou apenas migrações interna, possui ensino médio completo e trabalha atualmente como auxiliar de caixa.

Ao pensar a dáspora trans a partir do gênero, seguimos um caminho mais abstrato baseado em normas, porém estas normas ganham materialidade através de elementos materiais, que são nomeados como constituintes de um destes dois territórios que o sistema heteronormativo estabeleceu (o masculino e o feminino), como por exemplo, as roupas, as cores, as profissões, as disciplinas, os esportes, as brincadeiras, os banheiros, utensílios e produtos de estética, dentre outros, temos também os corpos, que materializa as expressões de gênero, construindo-se com base nas referências estabelecidas por estes territórios.

6.2.5 O corpo trans: materialidade da construção do gênero

O corpo-território vem sendo usado como estratégico para as pessoas trans se estabelecerem e serem identificadas com a identidade de gênero que desejam perante a sociedade. Inclusive a mutabilidade do corpo e incongruência do gênero foi fundamental para a conquista do direito aos documentos registrados de acordo o social e não mais ao biológico, que legitimam juridicamente a identidade de gênero, garantindo sua materialidade legal, entretanto esse processo de construir os corpos tem levado a mover as fronteiras, não apenas atravessando-as, mas borrando-as.

Novos corpos têm sido revelados com a intersecção de características materiais, ocorrendo uma hibridização que demonstra o quanto o gênero é móvel e flexível. Temos a presença de mulheres com pênis e homens com vagina que denunciam a fixidez do gênero, que contestam que o genital é quem defini o pertencimento do corpo a território A ou B e que apresentam estes territórios à deriva das construções sociais, flutuando em um oceano repleto de lutas, (re)significações e (des)controle.

Assim que eu comecei a compreender que eu tinha um corpo político e que esse corpo, ele era subjugado, ele era ferido, ele era inferiorizado em muitos espaços, eu comecei a perceber que isso era um modo de me reelaborar e era um modo que eu tinha de pedir reelaboração por onde quer que eu passasse. [...] Então, nesses momentos, eu entendi que ser travesti era um ato político e isso podia me dá muitas... me trazer muitos problemas. Então, era muito mais fácil eu tentar me adequar aquelas formas, né? E as pessoas elas têm a condição... elas passam por um processo onde tratar travesti bem, transexuais bem, como um processo de caridade né? Nós somos os novos leprosos. (ENTREVISTADA 8)

Vemos aqui como a alteridade constrói o corpo e o ressignifica apoiado nas relações de poder, tornando o corpo trans subjugado, mas que usando o contra-

discurso esse mesmo corpo se torna potente e presente, problematizando e questionando as normas que definem o corpo legítimo.

Quando a Entrevista 8 diz: “eu entendi que ser travesti é um ato político”, ela toma consciência de que apesar dos problemas que acompanham a transgressão das pessoas trans nesta sociedade binária, também lhe permite ser um elemento de reflexão para a população cis, que a sua presença por si só, nos diversos meios sociais, dá visibilidade ao que se constituiu como certo e errado, como verdade e falsidade, fazendo com que a população cis questione os princípios destas normas, seja para se autoafirmar ou para aceitar novas possibilidades de ser.

O que a crítica transgenérica põe sobre a mesa não são mais performances, são transformações corporais físicas, sexuais, sociais e políticas que ocorrem não no palco, mas no espaço público. Dito de outro modo: trata-se de tecnologias precisas de transincorporação. (PRECIADO, 2010, p. 53)

Dar protagonismo ao corpo na construção do gênero através da biotecnopolítica, que associa as tecnologias à biopolítica do corpo, tem sido uma das premissas do pensamento de Preciado, o que representa o relato da Entrevistada 8 quanto a sua percepção do corpo-político. É por meio do corpo que problematizamos o gênero de forma mais concreta, desnaturalizando-o e o interpretando acerca do contexto cultural, sendo a expressão pública e social mais evidente de alteridade, um território onde se subscreve aspectos políticos, revelando ações de controle e de transgressões.

Em relação à caridade das pessoas que “tratam bem” as pessoas trans, a nossa entrevistada está se referindo de forma crítica aos “cristãos” que fazem isso para pleitear a salvação divina com esse gesto de benevolência para com o outro, e não por reconhecerem a legitimidade do corpo e identidade de gênero da pessoa trans e os problemas sociais que vivenciam.

Ela já passou por diversas religiões e credos em busca de respostas sobre sua existência, hoje se denomina atea por ter se decepcionado com essas relações de troca que permeia os espaços religiosos, uma troca em benefício próprio, pensando na sua elevação espiritual e no reconhecimento da comunidade que integra, ao invés de fato querer ajudar o próximo.

Estas mesmas pessoas caridosas, muitas vezes, integram o grupo das pessoas que reivindicam o estabelecimento de padrões que caracterizam o que é feminino e o que é masculino, levando as pessoas trans a fazer vários sacrifícios

para reafirmarem sua identidade de gênero, sendo o corpo o território mais violentado para atender esse objetivo.

Eu acredito que a importância do corpo na identidade de gênero, seja extremamente importante né? Porque através do corpo que você faz a leitura daquilo que você sente, né? Se você se sente homem, se você se sente mulher... então, eu acho que a questão física é muito...muito importante. [...] Eu acho que você reflete exatamente aquilo que você sente né? Você reflete a imagem feminina se você se sente mulher. [...] Eu comecei a fazer tratamento de hormônios “tarde”, né? Porque os hormônios eles agem muito mais na idade da puberdade. Como naquele período eu procurei um seguimento médico e não encontrei, eu comecei a tomar hormônio depois por influência de uma amiga minha que sabia que eu queria me transformar e comecei a tomar hormônio com a idade de 21 anos. É... eu te digo sinceramente... fiz o uso errado de hormônios... porque eu usei muito... muito assim de maneira excessiva, porque quando você começa a ver seu corpo se transformar é aquela coisa, você quer que seja muito rápido. A ansiedade, entendeu? Tive alguns problemas inclusive de saúde com questão do fígado, dessa coisa toda... que os hormônios eles têm essa tendência... o fígado ele absorve muito essa questão do uso de hormônios excessivo, e parei mais de usar hormônios depois que fiz o implante de próteses de silicone, fiz implante de silicone no bumbum que aí consegui formalizar mais a coisa da questão estética mesmo né? Então, eu recorri a todos os tipos de cirurgia que eu poderia ter recorrido pra ter essa identificação no gênero feminino, que é o gênero onde eu me identifico. (ENTREVISTADA 10)

O uso indevido de hormônios é recorrente nas histórias trans, principalmente entre as pessoas que passaram pelas intervenções corporais nas décadas passadas, quando o acesso à informação ainda era precária e elas recorriam ao conhecimento de outras trans que já tinham passado pelo processo. A Entrevistada 10¹⁰¹ revela esse contexto do uso excessivo dos hormônios para atingir mais rápido a imagem feminina que desejava e que era cobrada pela sociedade para ser reconhecida como mulher, causando problemas em seu fígado pela má administração dos hormônios.

Ela afirma ter recorrido a todo tipo de cirurgia para refletir a imagem do feminino que se identificava e que era a representação que desejava ser reconhecida socialmente. Até que ponto a transformação é reflexo de um desejo pessoal da pessoa trans? Qual o grau de influência do sistema binário sobre esta construção? Caso não houvesse padrões de masculino e feminino, estas

¹⁰¹ A Entrevistada 10 tinha 48 anos no período da entrevista (2018), é natural de uma cidade do interior (BA) e reside atualmente em Salvador (BA). Fez migrações internas e externas, possui ensino médio completo e trabalhou por muito tempo na prostituição, mas hoje em dia é cabeleireira.

intervenções corporais seriam realizadas? No relato abaixo veremos mais um caso sobre a busca pelo corpo feminino criado pelos discursos hegemônicos.

Ninguém nasce completamente feminina, tanto é que eu disse pra você que quando a gente chegou aqui, o que a gente tinha era os hormônios que fazia o bumbum crescer, os peitos... então, a gente tomava os hormônios sem proporção nenhuma, sem ter medo dos riscos, mas a gente não tinha informação nenhuma, então, primeiramente a transformação do corpo foi essa. [...] Veio depois (risos) essa é outra parte. Por enquanto que eu estava aqui em Aracaju, que eu trabalhei nessa agência de turismo até meus 23 anos. Aí eu já sabia de tudo né? Já sabia de silicone... já existia as meninas que se prostituíam aqui e sabia das meninas que fazia isso na Europa. [...] Foi onde entrou o silicone né? Aí... cheguei lá no Rio de Janeiro no meado... acho que foi 93. Cheguei lá... e lá já existia as famosas bombadeiras né? Como naquela época se ganhava muito pouco, tudo era muito escasso pra gente né? A gente não tinha... a gente tinha que ter o padrão de corpo feminino né? A gente era obrigada praticamente a colocar silicone nos nossos corpos. Coisa que hoje em dia, é uma opção, você coloca ou não, né? Porque os riscos tão aí esclarecidos, coisa que naquela época não existiam médicos ou reportagem, nem nada, ninguém explicando o risco do silicone, entendeu? (ENTREVISTADA 4)

Alguns dos questionamentos feitos acima são respondidos neste relato, por exemplo, que a transformação do corpo é uma exigência externa, que está para além da sujeita. É inevitável passar pelos processos de intervenção corporal para ser aceita como mulher trans e travesti, para atender aos desejos dos clientes, no caso da prostituição, e para poder se identificar usando os signos disponíveis, acessíveis e aceitos.

Enquanto não houver uma desconstrução do que está estabelecido e as novas categorias não se tornarem uma opção, teremos a heterocisnormatividade agindo sobre a construção dos corpos trans. Temos abaixo mais um caso que reforça essa ideia da ação externa sobre a construção do corpo trans e os problemas de saúde gerados por falta de acompanhamento médico.

Eu, na verdade, fiz uso de hormônios por causa dos homens, porque eles pediam: ah, deixa o peitinho crescer e não sei o quê, não sei o quê. Eu dizia: ah, mas eu não quero ter peito, aí eles diziam: por quê? Você é tão bonita... então esse processo foi induzido, não foi um desejo meu. O interessante é que quanto mais desejada eu era, mais eu me sentia feminina, me sentia feliz... e foi assim que eu comecei minha hormonioterapia que eu comecei a me femininizar. Como o peito nunca tinha sido um desejo meu, eu não sei determinar que período isso se tornou algo mais desejável. [...] Depois que eu comecei minha hormonioterapia eu passei mal, começou a me fazer muito mal e eu decidi parar, mas eu parei quando eu já tava casada. Eu me hormonei irregularmente e abusivamente durante muito tempo, porque eu não tinha noção como eu tenho hoje, que Perlutan

se toma uma vez no mês, eu não tinha acesso à informação. Uma amiga minha dizia: bicha, você toma perlutan até ficar tonta, quando você ficar tonta você para (risos). Essas informações que a gente tinha eram muito assim aleatórias. Outra trans mesmo me dizia que na época dela, elas tomavam três Perlutan de uma vez. (ENTREVISTADA 2)

Um fato que não deve passar despercebido é que a Entrevistada 2 relata que só parou de se hormonizar porque já estava casada, justificando assim que a cobrança para manter um padrão exigido cessara, e desta maneira, em negociação com apenas um homem (seu marido) era mais fácil negociar os signos da feminilidade do que com toda a população.

A ação dos vários sistemas normativos que atuam sobre os corpos trans as fazem passar por essa materialização do gênero através da biopolítica (FOUCAULT, 2015), na tentativa de serem reconhecidas como legítimas, para atenderem as perspectivas das outras pessoas, mas que em determinado momento passam a acreditar que essa construção é um desejo seu.

A naturalização do uso de hormônios que ocorre na população trans, reflete a consolidação dos discursos hegemônicos, que induz a sociedade se estabelecer a partir do binarismo, e as pessoas trans, em sua maioria, tentam atender as exigências do corpo legítimo difundido pelo campo discursivo, para transitarem socialmente sofrendo menor abjeção, para dar conta de um desejo de representação de sua identidade que foi construído socialmente. O impacto maior destes padrões binários é que leva a pessoa trans a fazer a cirurgia de transgenitalização.

Eu quando fui pra Europa, eu fui na intenção de logo cortar o pau. Fazer logo a buceta. Só que quando eu fui pra Europa, eu fui morar na casa de uma cafetina que chegou duas de Marrocos que tinha operado e tinha vindo na ambulância, com dois dias que eu tava lá. Aí as bichas chegaram de Marrocos na ambulância... se você visse o sofrimento dessas bichas e eu na intenção de fazer buceta, né? Eu achava que ia cortar e no outro dia tava com buceta já. Quando eu vi as bichas três meses com dor de cabeça, enfiando um vibrador dentro das pernas, sofrendo com dor de cabeça que não passava, morfina 24 horas na veia. Aquele pavor todo enfiando um vibrador de 25cm, com dor de cabeça gritando socorro... eu disse: "quem vai operar?"... porque a primeira coisa que eu queria fazer era a buceta... não operei. (ENTREVISTADA 5)

Os corpos trans seguem a mesma tendência dos corpos cis, porém com um impacto maior das cobranças sociais para se estabelecerem. Têm como referência o corpo legítimo/ideal (o modelo do que é aceito socialmente) e negam o corpo real (como de fato ele é), por considerar que não lhes representa, que ao ser objetivado

(submetido à representação do outro) chega ao corpo alienado que tem dois caminhos a seguir, a vergonha/mal-estar ou o desembaraço (BOURDIEU, 2014).

No caso das colaboradoras desta pesquisa, elas seguem os dois caminhos, quando seus corpos foram objetivados passaram pelo processo de mal-estar e se submeteram a alienação para moldar seus corpos de acordo os corpos legítimos que representam o feminino. Por outro lado, muitas delas vêm desconstruindo o modelo do corpo ideal e permitindo-se criar novos padrões, novas representações do feminino e da mulheridade com bastante desembaraço, negando a influência da percepção do outro sobre quem elas são e tornando-se novas possibilidades de corpo ideal para as futuras gerações de pessoas trans.

A partir das relações de poder que são acionadas constantemente na construção das identidades, temos o corpo compreendido como um território que vive sob disputas e que é fruto de guerras internas e externas para se constituir. O corpo-território se estabelece na combinação dos marcadores sociais que constitui a sujeita, sendo marginalizado ou legitimado conforme o contexto social que está inserido. Então, um mesmo corpo pode ser marginal e legítimo, vai depender em qual situação ele está sendo analisado.

Por exemplo, quando elas dizem que colocam silicone porque os clientes exigem um padrão de corpo com formas arredondadas, as que não atendem esses pré-requisitos são vistas como um corpo marginal e o corpo trans siliconado, neste espaço, é o corpo ideal. Mas este mesmo corpo que foi marginalizado, em outros contextos, como por exemplo, dentro dos movimentos trans que defendem a construção do corpo trans sem padrões, pode ser visto como legítimo. Então a compreensão do corpo é relacional e contextual, vai depender das negociações e espaço onde acontece a análise.

Chegou no Rio de Janeiro, eu fiquei só 3 meses porque eu não gostei... não gostei porque eu não tinha o corpo que essa transexuais, travestis tinham, entendeu? No RJ elas são muito siliconizadas, muita bunda grande... o homem gosta... travesti tudo com a bunda grande, entendeu? Aquelas marcas de bronze em cima e eu era magrinha, entendeu? Eu não ganhava quase nada... passei fome, entendeu? [...] por eu ter o meu pênis avantajado, me disseram que eu tinha que ficar no pirocódromo, que é onde as travestis e transexuais trabalham com o pênis na mão e eu disse que ia trabalhar lá que eu ia ganhar dinheiro. (ENTREVISTADA 13)

Agora eu vou esclarecer uma coisa pra você... travesti que é travesti, ela tem silicone, porque na rua o ganho é o corpo dela. Hoje em dia tem muito travesti que não é travesti, só homens vestidos de mulher.

Os homens quando giram na rua, pegam as mais novinhas, aqueles meninos vestidos de mulher... às vezes, os travestis tá lá cansado, coitado, os mais velhos, que não pegam mais e querem pegar os homens vestido de mulher na rua, montagem. Travesti que é travesti na rua ela tem silicone pra viver do corpo, não é essas montagem, que coloca essas peruca no cabeção não. Um dia pode ser que vire, e nem hormônios elas tomam, entendeu? Eu queria esclarecer isso. (ENTREVISTADA 12)

Eu quase fui morta apedrejada pelas bichas italianas. As bichas que trabalhavam em Milão era tudo ignorantes... não tinham peitos, nem silicone, não tinha nada. Não sabia nem... se montava com umas perucas horrorosas, uns batons que cobriam quase o olho. Chegava a gente feminina, brasileira, peito, quadril, silicone, duas costelas quebradas que eu tirei... as bichas queria me... (ENTREVISTADA 5)

As referências de beleza e desejo que são apresentadas no mercado do sexo criam nichos, como a área das trans e travestis que possuem o pênis avantajado, a área que concentra as mais siliconadas e assim vão sendo distribuídos os espaços, levando-se em consideração padrões corporais pré-estabelecidos para atender às demandas de mercado. No caso da Europa, há uma segmentação por nacionalidades, existindo zonas específicas para cada uma. As brasileiras, no mercado Europeu, fazem sucesso por conta do imaginário coletivo que se criou a respeito do corpo e do sexo, que era visto como “caliente”.

Das treze trans/travestis entrevistadas, temos apenas três que não passaram pela prostituição, o que corresponde a aproximadamente 20% do universo desta pesquisa. Este dado se aproxima dos dados da ANTRA que diz que 90% da população trans do Brasil recorre ao trabalho de prostituição, ao menos em um momento da vida. Quando dizemos que a prostituição é compulsória é no sentido de denunciar todo um contexto social que as empurram para esta atividade, como é o caso da violência que ocorre nas escolas e a torna um espaço hostil às pessoas trans, levando muitas delas a não resistirem à pressão e acabam por não concluir os estudos.

Outros fatores são: a falta de oportunidades no mercado formal que é gerado pelo preconceito; a falta de compreensão e aceitação familiar; o imaginário coletivo a respeito da prostituição (principalmente a europeia) de que é uma atividade com alta rentabilidade, além de ser um espaço em que a feminilidade é ressaltada e valorizada. Desta maneira, podemos dizer que é o resultado de todos esses fatores, agindo conjuntamente, que vai fazer com que a mulher trans e travesti acredite que,

em determinada etapa da sua vida, o único caminho a seguir seja o da prostituição, já que todas as demais portas sociais foram cerradas.

6.2.6 Por que a prostituição compulsória não me atingiu?

A minha primeira intervenção cirúrgica, que ela acontece aos 17 anos, foi a cirurgia plástica do nariz. Depois da cirurgia plástica no nariz, as outras foram todas adequações porque pra mim acho que o que mais pesava era ter um rosto mais harmônico. [...] era o socorro maior que eu precisava ter, porque até chegar a minha sexualidade tá muito longe. Como a minha principal questão era ser linda, né, como alguma coisa ou alguém apresentável, eu... eu... o nariz foi a primeira coisa que eu quis realmente ter. [...] depois eu começo a fazer o uso de Perlutan... foi quando eu ganhei essas formas arredondadas. Nas formas arredondadas eu descobri que aquilo ali suavizava muito qualquer coisa que não estivesse na perspectiva do que eu esperava. Então, eu me torno... eu me conheço como mulher... como mulher no sentido físico, né, porque no sentido psíquico esse processo já acontecia. E eu percebi que eu era uma mulher plena quando eu sou cantada um dia com uma amiga minha no bar... e eu já hormonada, já com roupas muito femininas, como sempre [...]. Quando, no final da noite, ele vai me deixar em casa, né, nos deixar em casa... ele para na porta da casa, na porta da minha casa e eu agradeço a carona, falo “aí obrigada! Espero ver você depois, né, mais vezes...” e ele falou “não... né ela que mora aqui?”... eu falo “não, sou eu”... e ele falou “então vamos deixar ela primeiro que eu preciso conversar com você”. Eu fiquei casada com esse rapaz por alguns anos, mas naquele dia eu tive que ver a minha melhor amiga indo da minha casa até a casa dela, de duas ou três quadras, xingando, me ridicularizando, me inferiorizando... eee... de um modo muito cruel e grosseiro... falando da escolha do rapaz, né, que eu não era merecedora daquilo. E eu me vi sendo defendida por aquele homem, e aí eu me senti uma mulher plena. E eu falei: “eu já consigo brigar de igual pra igual, porque ela que era uma mulher linda e ela não suportou aquilo”. Talvez essa tenha sido a primeira vez que eu tenho percebido... ou foram só reforços, né, reforços disso que foi mais agudo. (ENTREVISTADA 8)

A Entrevistada 8 vem de uma família de classe média alta, morava em uma capital, porém, passou por problemas familiares sérios quanto a sua sexualidade e expressão de gênero, foi abusada pelo tio aos 12 anos de idade (conforme já vimos na seção 5.2.3). Desde cedo expressava sua feminilidade, era uma “criança super viada”, como ela se refere a esta memória, que já apontava indícios de sua transgeneridade, mas que era rechaçada como algo negativo nos inúmeros espaços sociais.

Aliado a isso, ela era fruto de uma adoção com base no sequestro, pois sua mãe a roubou de um hospital e a relação entre as duas era regida por muitos

conflitos e agressões, o que na interpretação de nossa entrevistada era reflexo do crime praticado: “[...] o fato dela me olhar sempre e ela ter ódio, e ela sentir desconforto em me ver, é calçado nisso, né, da minha imagem recorrente do crime dela praticado... e eu vou... e eu cresço com essa rejeição e com essas rupturas, né, por longo tempo” (ENTREVISTADA 8). Aos 17 anos ela se torna pai, proveniente de uma relação forçada:

Entretanto, quando eu fui forçada por toda a sociedade a ter uma namorada, a fazer sexo com ela, inclusive, na igreja, né, nos núcleos familiares, nos núcleos de convívio isso era muito estimulado, né, todos ficavam torcendo pra que isso acontecesse de fato. As pessoas faziam de conta que era isso mesmo e eu vivenciei essa indução em vários espaços. (ENTREVISTADA 8)

Um filho que vem de uma relação hétero compulsória, que se materializa por meio da indução coercitiva do sistema heteronormativo, levando-a a acreditar que este era o caminho desejável. Porém este filho depois é usado como instrumento de mais violência, quando a criança completa 5 anos de idade, a mãe desaparece sem deixar rastros “[...] e registrou ele no nome de um outro homem pra forjar uma família heterossexual ou cisnormativa. E que foi uma tentativa frustrada” (ENTREVISTADA 8). Então, é a partir de vários episódios traumáticos que ela vai se construindo e isso explica o porquê do tempo que levou para, de fato, aceitar e compreender sua identidade de gênero.

Quando ela afirma que se compreendeu como uma “mulher plena”, ainda não tinha transicionado, apesar de já ter iniciado a hormonização. Apresentava-se como um gay efeminado que gostava de misturar em seu vestuário o masculino e feminino.

Após ter sido desejada e paquerada por um homem em um bar, revela como a opinião da/o outra/o é relevante para comprovar a significação que fazia dela mesma. Esta situação aconteceu em um espaço hétero, onde ela estava acompanhando uma amiga que é mulher cis e jamais imaginou que este corpo estranho, que borrava as fronteiras, pudesse ser desejado. Ao ser o alvo do cortejo em detrimento da amiga, foi bastante representativo para ela entender que o fato de ser trans não a torna inferior a uma pessoa cis.

Com essa consciência de que era possível ser trans e ter uma vida social que não a impedia de ter uma relação afetiva, e, mesmo com todos os conflitos familiares que ela convivia, o fato de ter acesso a uma boa educação e recursos

financeiros, possibilitou que ela tivesse mais oportunidades no mercado de trabalho, não sendo impelida para a prostituição.

Ao longo da sua vida, ela conseguiu fazer quatro graduações e um curso técnico de cabeleireira, participou de várias migrações (nacionais e internacionais) integrando o corpo de baile do Royal e Bolshoi, enquanto ainda vivia uma performance mais próxima do que se reconhece com gay efememinado do que trans.

Quando se torna cabeleireira na Inglaterra, já havia assumido socialmente sua transgeneridade e consolidou sua carreira nesta área. Todas estas formações que possuía possibilitou que sempre estivesse no mercado formal atuando em uma das profissões que era possível, às vezes atuando como bailarina, como enfermeira, como professora de inglês, de teatro e do ensino fundamental, profissão atual. Então, a sua transição gradual e que assume socialmente mais tardiamente, somando-se à sua classe social possibilitou que conseguisse se estabelecer socialmente sem precisar recorrer ao mercado da prostituição.

Aí eu me lembro que em São Paulo eu comecei a brincar com o feitiche do crossdresser. Eu conheci, na verdade, um senhor na internet, eu acho que ele era venezuelano, aí ele me convidou pra gente se encontrar e tal e ele pediu que eu fosse com uma calcinha. Aí a gente se encontrou no carro dele e foi bem legal... e eu de calcinha e achei aquilo muito legal, aí na próxima vez ele pediu que eu colocasse um sutianzinho e eu achei aquilo o máximo.[...] a primeira vez que eu transei como menina, dentro do crossdresser aí foi que eu entendi que até então eu não sabia o que era o orgasmo, porque até então eu só conseguia ter orgasmo se eu me masturbasse com um homem me penetrando, mas como menina, o homem mal me tocava eu já tinha orgasmo, mal beijava eu já tinha orgasmo e não precisava mais ser um homem ogro, porque tava marcado ali, eu era a menina. [...]. aqui em Aracaju, quando eu vim pra cá comecei a fazer terapia por conta de um casamento que eu arrumei aqui, né? [...] eu queria que desse certo o casamento, mas eu não sentia tesão por ele, porque ele queria um homem com ele, então quando ele me elogiava, ele elogiava traços que pra ele pareciam essa imagem do homem e eu não sabia o que era e eu sabia que tinha alguma coisa ali que não tava dando certo. [...] aí eu comecei a aceitar isso e entender que assim como uma mulher que não manifesta sua feminilidade, né? aquele corpo era isso, um corpo de uma mulher que não tinha direito de usar um brinco, de usar uma saia, de passar uma maquiagem, assim como tantas mulheres tem por aí que não tem esse direito, que são controladas por algum pai rígido, por algum marido ou namorado rígido, que não podem expressar sua feminilidade, então, aí onde as leituras de gênero foram me ajudando a entender que eu não preciso ter voz fina, não preciso ter vagina, não preciso de nada disso para ser mulher. Pra ser mulher eu preciso ter a coragem de expressar minha feminilidade

e aí eu comecei a dizer isso para as pessoas e principalmente para esse meu companheiro, meu marido. Que eu comecei a dizer pra ele que eu achava que eu era trans e que eu queria me transformar em mulher e que eu achava melhor a gente terminar e aí ele sofreu muito, não queria terminar, dizia: “não, mas eu consigo, se monta pra eu ver como é que é”... eu dizia: “você não consegue, você gosta de homem, não adianta”... aí ele queria me controlar, dizendo assim que...tipo...”ah, mas você não precisa ficar o tempo todo de menina, pode ficar de menina de vez em quando, mas pra mim você fica de menino”... ele meio que queria manter a relação nesse sentido. E eu falei, não, não é isso que eu quero. Até porque eu já tinha vivido essa coisa de menina e menino e isso era um conflito horroroso. Eu não queria ser uma mulher só pra sexo ou homem só pra sexo, queria ser uma mulher inteira pra vida, ser quem eu sou na inteireza mesmo. Eu nunca me sentia completa nem como homem nem como mulher até então. (ENTREVISTADA 1)

A Entrevistada 1¹⁰² vem de uma família formada por um pai agricultor, uma mãe professora e uma única irmã (mais velha) que é adotiva. Nasce na região sul do país, mas aos 8 anos de idade sua família se muda para região Centro-Oeste. A leitura que ela faz de si é que sempre buscou ser a criança certinha e exemplar para se tornar invisível, porém quando era enxergada, era pelo fato de ser diferente, pois já possuía uma feminilidade que transbordava em seus comportamentos e postura, recebendo reações coercitivas de todos os lados e a todo instante.

Seu refúgio foi o estudo, depois a vida profissional e só se permitiu a reconhecer sua identidade de gênero tardiamente. O processo foi gradual, passando pela identificação de gay a princípio, depois vivendo a experiência de *crossdresser*, até chegar a conclusão de que muitos dos conflitos poderiam ser dirimidos com a aceitação de sua identidade de gênero.

Mas, ao mesmo tempo, considera ter sido um momento propício para reconhecer sua transexualidade, pela questão da estabilidade financeira e profissional que possuía quando de fato disse: sou mulher, pois não sabe dizer como seria se tivesse percebido e reconhecido sua transexualidade mais jovem. Fica em dúvida se teria conseguido trilhar o mesmo caminho acadêmico e profissional que conquistou. Quando isso aconteceu, ela já era pós-doutora e professora universitária de uma instituição federal.

A ocultação da sua transgeneridade por tanto tempo, permitiu que ela se dedicasse aos estudos e conquistasse a sua estabilidade financeira. Então não

¹⁰² A Entrevistada 1 tinha 37 anos no período da entrevista (2018), é natural de uma cidade do interior (PR), mas ainda criança mudou-se para o Mato Grosso e reside atualmente em Aracaju (SE). Possui pós-doutorado em educação e é professora universitária.

havia como a prostituição ser uma imposição, pois como vimos, a prostituição se torna compulsória pela falta de oportunidades que a população trans feminina tem ao dar início a sua transição corporal na adolescência ou início da fase adulta e todas as portas são fechadas, tanto em relação ao apoio da família quanto o mercado de trabalho, impelindo-as para o único espaço que as recebem nesta condição, a prostituição.

[...] como pra mim, mentalmente, já estava tudo muito resolvido, então eu sabia que eu precisava ir gradativamente nesse processo. Por isso, minha transição foi lenta né? Foi bastante lenta nesse sentido, porque primeiro eu, acho que muito cedo, eu acabei adquirindo essa consciência de que, até certo ponto eu precisava jogar as regras do jogo que a sociedade estava impondo. Por isso que brinquei, né, às vezes... que eu precisava criar um personagem pra sobreviver, então criei! Esse personagem [o masculino], né, precisou transitar para justamente fazer o que eu queria né? Estudar, construir uma profissão, me sentir independente... olha agora eu posso jogar as minhas regras do jogo. [...] Então...aaa...tanto que, digamos assim, as transições mais intensas começam a partir desse período. Meu primeiro salto vem justamente depois de 2000 que, eu já estava trabalhando, já tinha um diploma, né, aí eu fui me organizando gradativamente.[...] na minha cabeça tudo já está tão resolvido...eee...mas justamente, né, transitando por alguns espaços foi que eu percebi que havia essa necessidade de se pensar dentro de uma caixinha, né, há essa necessidade humana de classificar as coisas e as pessoas. Então, isso veio pra mim bem recente, né? Na verdade, começou...aaa...vamos dizer assim, a me fazer pensar nisso, quando eu recebi um e-mail de uma instituição que justamente reúne professoras da rede pública trans. Eu disse: meu Deus! Eu pertenco a uma caixa (risos). Aí foi quando eu comecei a pensar nesse sentido, né, de que...aaa...havia essa relação. Então, hoje sim, eu me vejo dentro dessa grande categoria, né, da transexualidade e...aaa...questão de dimensão. Então sim, hoje eu sou uma mulher trans. (em processo, mas sou uma mulher trans.). Embora, como eu comentei, né, aqui dentro isso já estava resolvido acho que desde quando eu dei o primeiro choro (risos). (ENTREVISTADA 3)

A história da Entrevistada 3 assemelha-se a da Entrevistada 1, desde a formação familiar até a trajetória de vida e a revelação tardia da sua transgeneridade. Ela faz parte de uma pequena família de agricultores do interior de Sergipe e teve uma infância que ela chama de tranquila, pois não se relacionava com os vizinhos nessa etapa da sua vida, brincando apenas com seus dois irmãos (um menino e uma menina).

O problema surgia nos demais espaços em que precisava negociar sua existência, adotando como estratégia se retrair e se comunicar o mínimo possível

com as outras pessoas. Não deixou de passar pelo bullying na escola porque não conseguia esconder sua feminilidade, então foi uma infância de poucos amigos.

Essa estratégia de autoproteção que deu início na infância, perdura até os dias de hoje, chegando a relatar que: “Determinados lugares eu deixo de ir, determinadas horas eu evito ir, dificilmente eu uso transporte público, então uma série de coisas que eu fui estabelecendo como formas de segurança” (ENTREVISTADA 3).

A sua transição foi gradual e tardia, porém, demonstra que foi algo planejado, pois ela só queria revelar socialmente sua transexualidade quando estivesse bem estabelecida profissionalmente e financeiramente, quando estivesse independente. A sua identificação como mulher trans se deu recentemente, por ter sido levada a se enquadrar em um rótulo, pois para você existir em nossa sociedade é levado a se definir, a assumir uma identidade.

Esse foi o processo das três trans que não passaram pela prostituição, sendo que cada uma integra um contexto diferente em relação a sua construção e quebra dos paradigmas, rompendo de vez com as caixas que lhes aprisionavam e interagindo com o meio com estratégias diferenciadas.

Nos três casos podemos ver a ação da interseccionalidade de classe, que no momento da transição é revelada socialmente. As três estavam inseridas no que podemos chamar de classe média alta, possuíam independência e estabilidade financeira, carreiras consolidadas, garantindo que houvesse um menor grau de abjeção direta, comparando-as às mulheres trans e travestis que são de classe baixa.

Outro marcador que faz diferença neste caso é a idade. A maturidade das três fez a diferença, uma vez que estavam munidas de informação e possuíam um maior equilíbrio psicológico para lidar com as alteridades, fazendo sua transição de forma gradual, o que amenizava os impactos nas relações interpessoais dentro do ciclo de convivência.

Em relação à etnia, pensando no contexto geral, dentre todas as Entrevistadas, apenas uma possui o fenótipo de mulher negra, mas que não foi problematizado durante suas falas como um marcador que tenha feito diferença em sua vida. As Entrevistadas 1, 3 e 8, com as quais estivemos em diálogo nesta seção, referenciam a mulher cis branca, então seu fenótipo étnico não representa um problema para suas relações sociais.

Independentemente do nível de interseccionalidade dos nossos modelos de subjetividade e independentemente do nível de consideração da política locacional de espaço, lugar e escala, essas formulações – esses refinamentos da interseccionalidade, por assim dizer, que continuam sendo demandados – podem ainda nos limitar caso presumam a primazia e singularidade automática do sujeito disciplinar e da sua interpelação identitária. (PUAR, 2007, p. 206, tradução nossa)

Apesar de encontrarmos esses elementos em comum nas três Entrevistadas que apontam a sua trajetória de vida sem passar pela prostituição compulsória, é válido considerar a contextualização política, o local e espaço onde ocorreram, como é o caso do distanciamento da família e local de origem, para compreender a ação dos marcadores sociais em interseccionalidade que fizeram parte dos processos identitários.

Veremos na seção seguinte, como ocorre a terceira opção/estratégia sobre a intersecção entre as mobilidades espaciais e a construção da identidade de gênero da mulher trans e/ou travesti quando elas fogem/migram para novos espaços que considera ser mais seguro para viver a identidade de gênero que desejam e que lhe representam.

6.3 A Identidade de Gênero como Causa ou Consequência da Dispersão da População Trans

Vimos como a diáspora trans é traçada dentro da perspectiva do gênero como um espaço de diáspora, de transição entre os territórios que foram estabelecidos como estanques (o masculino e o feminino), mas que passa por negociações e vem se fragmentando e ressignificando suas fronteiras, tornando-se fluidas a partir da reflexão que tomou como referência a população trans feminina.

Veremos agora como há uma intersecção entre este movimento que ocorre na esfera das identidades de gênero e a dispersão geográfica desta população, revelando a conexão que há entre os trânsitos do gênero e espaço-temporal, em que um influencia o outro.

Em determinado momento, o gênero age como fator de dispersão, porém, às vezes o ato de dispersão geográfica ocorre por outros motivos pertinentes aos processos migratórios (estudos, trabalho e família), mas ao colocar a/o sujeita/o que migrou em contato com outras possibilidades identitárias, impacta diretamente nos processos de reconhecimento e pertencimento da identidade de gênero que se opõe

ao que se constituiu na cidade de origem, gerando uma crise de identidade que reverbera na reconstrução da/o sujeita/o a partir de novos parâmetros.

A encruzilhada que se constitui neste interim é a diáspora trans propriamente dita, com fluxo contínuo e em todas as direções, sempre em movimento. Tem um ponto de partida, mas não tem um ponto de chegada conclusivo.

6.3.1 A construção do meu gênero me fez migrar

Em 94 [com 23 anos] eu resolvi assumi pra minha família que eu não me via como o filho, o menino, né, o rapazinho, mas, sim, como [supressão do nome feminino] e não me via mais como [supressão do nome masculino]. Então, eu falei pra minha família que eu era gay... e aí eu tive que sair de casa, né? Naquele período era muito difícil, assim como é hoje, né, pra muita família. Então, eu tive que sair de casa e viver de shows, de espetáculos na noite GLS de Salvador, e isso na década de 90. E aí eu comecei a me transformar, tomar hormônios... daí surgiu a oportunidade de vim para Europa com uma amiga minha que era também, na época, artista de Salvador. Aí, ela me convidou e eu vim pra Europa em 1994, foi quando [supressão do nome feminino] veio pra Europa. [...] E aí, eu fiz a minha primeira viagem de retorno em 97, eu vim para o Brasil depois de 3 anos, para ver a minha família. [...] em 97, trouxe minha família pra cá... minha família se estabilizou aqui na Europa com documentos, trabalhando normal. Ainda em 98 eu me casei com uma mulher italiana, para obter os documentos, né, para ficar na Itália. Mas nada pago. Foi por gratidão, por amizade e aí as coisas já começaram a melhorar, eu tendo já documentos... e aí, a minha vida começa a tomar outros rumos. Em 97 eu fui para o Brasil e quando eu voltei em 2000, já voltei uma [supressão do nome feminino] renovada, tá? Com pensamentos diferentes e para mudanças na minha vida. [...] no meu retorno, eu me iniciei no candomblé... na minha religião afrodescendente e aí, aquela [supressão do nome feminino] ex-prostituta da Europa, volta como Mãe [supressão do nome feminino]. Aí, eu larguei a vida da prostituição e segui a vida religiosa, atendendo não só brasileiros como estrangeiros de outros países... italianos também. Já começa uma relação mais diferente, mais séria, mais respeitadora... aí, eu comecei a mudar minha vida na Europa. Aí voltei, né, depois de 3 anos... eu fiquei 6 anos lá no Brasil, né? Aí, durante esse período com o barracão, que eu iniciei, a construção do terreiro, iniciações religiosas... eee... foi quando eu iniciei a faculdade fazendo enfermagem. (ENTREVISTADA 9)

Os processos migratórios apresentam aspectos relevantes neste caso acima, trazendo a revelação da sexualidade aos pais, que na época era interpretada como gay por ainda não ter passado pela transição e nem pelo processo de pertencimento à identidade trans, repercutiu no primeiro rompimento com o lar. Ao se distanciar deste lar, que era um espaço de vigilância e controle, mas não da cidade de origem,

foi possível se deparar com um contexto repleto de novas informações e novas possibilidades de construção do eu, as redes.

A arte transformista serviu como um gatilho da sua identidade trans, pois a cada salto, maquiagem, peruca, roupas e acessórios femininos que usava para construção da sua personagem, uma fagulha se acendia em seu íntimo. Ao se deparar com o espelho, percebe que a personagem era a sua personificação verdadeira, enquanto que a imagem que ela tinha materializado enquanto vivia com seus pais é que de fato era a personagem.

Uma personagem que foi construída desde antes de nascer, que foi sendo conduzida seguindo um roteiro bem esquematizado para que tudo soasse como natural, mas que ao desconsiderar a autonomia da sujeita tornou-se um ato de violência. Esse despertar, que só foi possível após um momento de rompimento, levou a um recomeço da construção da sua imagem, para apresentar sua identidade de gênero que foi escamoteada pelo sistema ao longo desses anos de existência, fazendo uso de hormônios para materializar o feminino em seu corpo.

O acesso a uma nova rede lhe levou a ter contato com outras pessoas trans que lhe apresentou a prostituição como um caminho para obter o retorno financeiro rápido, seguindo sua diáspora rumo a Europa. Entre idas e vindas, o impacto da sua diáspora se expandiu e atingiu sua família, que migra para Europa também e lá se estabelece. Para obter o reconhecimento da nacionalidade italiana, utiliza a estratégia de contrair matrimônio com uma amiga (lésbica), tornando-se cidadã italiana.

Em um dos seus retornos, ela passa a frequentar o candomblé e descobre ser sua missão de vida, vindo a se tornar Yalorixá, fato este que lhe possibilitou deixar a prostituição para viver como sacerdotisa de Oyá (lansã), tirando seu sustento das atividades que desenvolve neste campo (jogo de búzios e ebós) aqui no Brasil e na Itália.

Essa história de vida nos apresenta alguns aspectos diferenciados, que são: a família segue os passos migratórios da Entrevistada 9; a estratégia para obtenção do documento de permanência (título de cidadania) através de um casamento lésbico com uma mulher cis e o impacto da religião na vida dela, sem interferir no seu trânsito entre Brasil e Itália.

Em Salvador, eu fiquei 1 ano, no máximo, porque eu era muito cobiçada, aí conheci logo um babado forte e fui pra São Paulo, com um coroa... primeiro fui pra São Paulo, passei 8 dias com um bofe na época... aí fui pro Rio.. no Rio me criei. [...] Em São Paulo só passei 8 dias porque uma amiga minha, baiana... o nome dela nunca esqueço, era [supressão do nome feminino]... ela tinha 16 anos e eu tinha 15. Ela foi assassinada do meu lado... ela cortou um vagabundo todinho na rua e invadiram a casa da cafetina de noite, a gente já dormindo... dormia eu, ela e outra no colchão no chão e as beliches assim, e eu só vi a porta bater, abrir com força no quarto [...]. Mataram ela com um tiro na cabeça... mandaram a gente se afastar... eu virei assim de lado, mas eu pensei que ia bater alguma coisa... eu só vi “papapapapa” e eu não tinha reação nenhuma, fiquei assim. [...] Aí fui pro Rio, do Rio fiquei. O Rio não tinha lei da vadiagem e em São Paulo tinha. A lei da vadiagem era 3 meses que você ficava presa porque tava “vestido de mulher”... os policiais de São Paulo eram terríveis... nesses 7 dias, 8 dias que fiquei lá, eu vi várias travestis sendo morta, eu vi um policial cabeção, delegado, matando várias travestis brincando. [...] Mas, fui com 17 anos pra Itália. Com 14 anos e meio eu fui pra Salvador, com 15 eu fui pra São Paulo, com 15 ainda, eu fui para o Rio. Fiquei mais de dois anos no Rio. [...] A primeira vez que eu fui pra Europa passei 1 mês e 15 dias. Passei 2 dias em Portugal, 3 dias na Espanha, 7 dias na França, até chegar na Itália... então, foi 1 mês e 20 e poucos dias. [...] Primeiro eu fui pra França, porque a gente não ia direto pra Itália... e a França tava no auge... não... já estava acabando. Aí eu fiquei 8 dias na França. Só que as bichas estavam sendo deportadas, eu fui pega. Fui pega por um policial que gostava de viado... sempre tive sorte. Aí esse policial disse: “saia fora, vá para a Itália porque se não, você vai voltar para o Brasil hoje.” Eu disse: “tá bom”. [...] Depois que eu cheguei [no Rio] comprei um apartamento em Copacabana e um Sport conversível branco em 88. [...] Depois que eu tava morando aqui, eu vim e voltei umas 33 vezes [para Europa] que foi às vezes que eu levei as travestis. [...] eu já fui deportada 3 vezes. (ENTREVISTADA 5)

A Entrevistada 5 teve sua primeira expulsão aos 9 anos, quando seu pai descobre que ela estava fazendo sexo com os meninos da cidade e ela vai morar com os avós na Bahia, conforme já foi dito na seção anterior. Com 14 anos, ocorre sua segunda expulsão, pois vivia sendo assediada e abusada pelos amigos do avô e ao se deparar com a proposta de uma travesti de Salvador para ir embora com ela, foi a oportunidade perfeita que encontrou para se libertar deste cenário em que vivia sendo violentada e silenciada. Neste caso, não houve a expulsão como um ato de alguém, mas, sim, o contexto social que motivou a partida dela, por não aguentar mais viver naquelas condições.

Em Salvador, descobriu o mundo da prostituição e foi a porta de entrada para ampliar os seus processos migratórios, passando por São Paulo, Rio de Janeiro e

seguindo com destino a Europa, passando 27 anos (1988 a 2015)¹⁰³ de sua vida fazendo essa ponte aérea entre Brasil e Itália (país que tinha como referência fixa) e hoje vive em Aracaju.

Ao longo destes processos, ela passou por diversas experiências traumáticas, dentre elas a que foi citada acima, quando presenciou a execução de uma colega de quarto, além de passagens pela polícia, deportações, conflitos com as cafetinas e outras trans, o depreciação no mercado da prostituição por conta da idade, a contaminação pelo vírus HIV e a dependência química, que não conseguiu se livrar até hoje, fazendo uso de craque e cachaça enquanto concedia a entrevista.

Neste caso, a identidade trans sob a roupagem de sexualidade desviada (gay) na infância foi o fator de expulsão, dando início à diáspora trans dela. À medida que o trânsito entre os gêneros se intensifica, impulsiona os deslocamentos geográficos, seja por um processo de expulsão ocasionado pelas violências, ou por um fator de atração, que neste caso está relacionado ao mercado de trabalho (a prostituição).

A circulação entre o Brasil e a Europa, no caso dela, era motivada pelo exercício da prostituição, mas também pela intermediação de trans novas que desejavam se inserir no mercado da prostituição europeia, sendo assim, ela assumiu esta função por muitos anos, revelando ter levado trinta e três travestis (termo utilizado por ela) de Aracaju (cidade onde reside atualmente) para a Europa. As três deportações que sofreu foi em consequência deste “serviço solidário” (pois negou que recebia pagamentos em troca) que ela prestava, conduzindo as aspirantes a “europeias” (expressão que elas usam para se referir às trans que já viveram na Europa).

Sobre o caso da contaminação do HIV, não discorre sobre o assunto, apenas disse que está aposentada em razão disso, pois alega que na época havia esta possibilidade. Sobre a dependência química, ela nos conta que iniciou em 1997 com heroína em Minas Gerais (uma das muitas cidades brasileiras que já morou no Brasil quando atuava no mercado da prostituição), por conta de clientes viciados que pagavam para ela usar durante o programa e depois disso não conseguiu mais

¹⁰³ 1988 foi o ano que ela migrou pela primeira vez para a Europa, com 17 anos de idade, usando passaporte falso que conseguiu com um policial federal que era seu namorado no Rio de Janeiro na época. E 2015 foi o ano que ela retornou de última passagem pela Itália, que durou 10 anos (2005 – 2015).

parar, foi apenas permutando os tipos de droga que consumia. Sobre as redes que compõe este cenário da prostituição falaremos mais à frente.

Fui, fiquei na Itália, depois de 15 anos retornei pro Brasil e te digo, sinceramente, eu tive todas as dificuldades que um imigrante tem em outro país, né... questão de língua, questão de adaptação... a questão do preconceito sempre, né, porque queira ou não, o preconceito é uma coisa que impera no mundo... isso não diferencia muito de país... tem lugares que é mais, tem lugares que é menos... mas ao mesmo tempo vivi... ééé... muito bem! Não tem muito o que reclamar não, porque independente de qualquer coisa... ééé... só... é um lugar onde as pessoas são assim, muito educadas... eu me lembro bem que uma vez eu vi uma transexual falar assim, “a Itália é o lugar pra travestis viver, né, transexuais e tal”... e eu me perguntei porquê daquilo, né, quando eu vi ela falando isso com tanta afirmação, eu fiquei analisando o que seria, né, seria esse paraíso realmente? E vivendo ali eu puder ver o seguinte, porque é tipo assim, um exemplo, o homem, um tipo masculino que não fez transformação, que não tenha aparência feminina, se ele bota uma saia, né, mesmo ele tendo uma barba no rosto e tudo... ele passa um batom, uma peruca e entra em qualquer lugar as pessoas dão de senhora, ele... quer dizer, é um respeito, digamos assim, né... aqui no Brasil existe muito daquela coisa... se você realmente não passa aquilo que você é, ou seja, se você é uma transexual, se você não é totalmente feminina, as pessoas te dão de ele... muda o comportamento, entendeu? Então, é muito fácil você viver numa... eu diria assim, numa falsa realidade, entendeu? Tipo assim, é uma educação? É! Mas ao mesmo tempo, é uma falsa realidade... é o certo, porque no momento que você se comporta, que você se veste de mulher, que você quer se juntar para chamar de ela e não de ele, entendeu? Então eu consegui entender que seria por aí... tipo assim, a gente não sofria essas agressões cotidianas porque realmente é uma apunhalada, né? Você se submete a tratamentos hormonais, cirurgia plástica, aí vem uma pessoa te dá de ele, de homem, né, quando na verdade a sua apresentação é mulher... isso é muito agressivo! Então, isso é uma coisa que eu percebi que lá fora não acontece... as pessoas têm esse respeito. [...] eu acho uma coisa muito importante quando você tá em outra sociedade, que é você se adaptar a essa sociedade que você escolheu viver, né? Porque eu conheço várias brasileiras que estão ali, mas vivem conforme viviam aqui no Brasil. Os europeus em si, são pessoas de muito difícil acesso... eles não permitem se socializar. Então, por isso, traz uma falta muito grande desse calor humano que a gente tem aqui em determinados locais. Eu sou de Salvador, sou baiana, eu posso falar de Salvador, entendeu? Já no sul do país é diferenciado, né? Existe sempre essa diferença, essa distância onde as pessoas não se dão muito oportunidade de você se socializar, né, mas só tenho a agradecer tudo que eu vivi na Itália...ééé... foi muito bom, muito bom mesmo! (ENTREVISTADA 10)

Esse depoimento revela as dificuldades do processo de adaptação das/os brasileiras/os, de um modo geral, quando migram para Europa, que tem a língua como barreira cultural durante o processo de socialização com os nativos, assim

como, a interação social, que ela faz a leitura das/os brasileiras/os como festivo e sociável e os/as europeus/éias como reservados/as e de difícil acesso.

Outro aspecto que ela apresenta é o caso do preconceito como algo que é nato de todos os lugares, que é um mecanismo de defesa em relação a tudo que é diferente e isso inclui as pessoas, mas também, é um processo de reificação de estigmas criados outrora e que são acionados para reafirmar sua suposta superioridade sobre a/o outra/o.

A (i)migração, a depender do local de origem, carrega o estigma: da ameaça ao emprego dos nativos; da etnia; da religião; da cultura; da ideologia política; dentre outros, que torna o (i)migrante uma pessoa indesejável. A/o brasileira/o sofre deste estigma na Europa, por ter sido contruído um perfil no imaginário coletivo, que não condiz com a realidade, pois somos uma nação plural e, desta maneira, constituída por diversidade de corpos e padrões comportamentais e culturais.

No caso das mulheres cis brasileiras instituiu-se na Europa que são corpos sexualizados e propensos à prostituição, mas que são constituídos por uma ambiguidade, uma vez que também são interpretadas como submissas e predispostas à vida doméstica e à maternidade, porém esse estigma é atenuado ou potencializado a partir de outros marcadores sociais, dentre eles a raça e a classe social (PISCITELLI, 2008).

Enquanto que as mulheres trans e travestis que vão para Europa se prostituir, esse estigma é usado a seu favor, garantindo maior rentabilidade, por ser uma preferência do mercado consumidor, porém, gera conflitos entre as trans e travesti de outras nacionalidades que se sentem ameaçadas, levando a divisão de territórios seguindo uma lógica de mercado por nacionalidades, para facilitar para os clientes que buscam os nichos de mercados específicos e possibilitar uma concorrência mais justa.

Quanto à identidade de gênero, a Entrevistada 10 traz uma comparação entre a Itália e o Brasil, relatando que a identidade de gênero vivenciada socialmente pelas pessoas na Itália é reconhecida e respeitada, trazendo como exemplo que até um homem vestido com roupas e acessórios femininos é tratado com os pronomes femininos, validando a imagem que está passando socialmente.

Já no Brasil, as mulheres trans e travestis lutam por esse reconhecimento e respeito, tendo em vista que são violentadas em várias situações, dentre elas

quando se reportam a elas no masculino, desconsiderando a sua identidade feminina construída, fazendo a analogia desta ação a uma apunhalada.

O medo de sair era muito grande [referindo-se ao Brasil] e quando cheguei lá na Itália que você ainda tá num espaço que você é recebida de outra forma, tratamento, tudo, essa questão da autoestima foi lá pra cima. É tanto que quando eu voltei a [supressão do nome feminino] maravilhosa, linda, já com a identidade exigindo que as pessoas... não só me apresentando, mas exigindo que a família e amigos me tratassem com minha identidade. Uma questão minha de saber que as pessoas que gostam de mim estavam me reconhecendo da forma que eu fui reconhecida e aceita lá na Itália. Uma das coisas que eu deixei bem claro assim, que as pessoas tinham que me respeitar, tinham que respeitar essa nova mulher que foi construída. No início foi meio difícil, né? Nesse processo de transição, tive alguns amigos gays que tinham problema com a identidade trans... percebi o distanciamento de muitos amigos e aí acaba você vivendo uma nova forma de amizade, fui construindo novas noções de amizade. Minha família também não teve problema, né, quando eu cheguei linda, maravilhosa, com essa questão também da aceitação e bem financeiramente, que também influencia na aceitação. (ENTREVISTADA 6)

Esta outra Entrevistada também apresenta a Itália como um país que respeita a identidade de gênero das pessoas trans e que essa experiência agiu positivamente em sua autoestima, tornando-a uma pessoa mais segura e impactando em sua postura perante o ciclo social que deixou no Brasil, exigindo de todas/os que a tratassem de acordo a identidade feminina que assumiu.

Esta postura levou ao afastamento de alguns amigos gays, e quanto à família, diz ter havido aceitação, mas faz a ressalva de que a boa situação financeira com a qual voltou influenciou nesta postura da família. Em relação a primeira viagem que fez com uma amiga trans, ela nos conta:

A gente compra a passagem, mas tinha um medo de não passar com a identidade trans e aí você passa por um processo de descaracterização porque se perceber que era trans o perigo maior de não ser aceita, de não passar na imigração é mais difícil. Aí, já tinha seios, tinha que colocar faixa nos seios... que eu tinha seios de hormônios... colocar cabelo pra trás, colocar gel, aquela coisa. Aí, travestida de homem, né, pra... mesmo não me sentia ainda mulher, mas já tinha vários signos do gênero feminino. Foi muito complicado porque eu fui, paguei na época, não tinha dinheiro, aí peguei um computador e vendi pra comprar a passagem... minhas irmãs ajudou... ééé... o dinheiro da passagem porque tem que tá com uma quantidade de dinheiro pra você passar, pra você justificar sua permanência, né? Minha amiga me emprestou, só que quando eu cheguei lá, eu peguei um voo pra Lisboa, de Lisboa a gente pegou pra Paris e de Paris viemos, minha amiga tinha sido aconselhada pra ir pra Itália de trem. Só que a primeira alfândega da imigração é que vai decidir... a primeira que foi Lisboa não teve problema. Chegando

na França a gente pegou um trem pra uma estação, esqueci o nome, aí era pra gente pegar um trem que fosse direto... França - Itália. Só que minha amiga acabou pegando um trem que foi pra Suíça, da Suíça pra entrar na Itália. E a Suíça não faz parte da comunidade europeia... aí, minha amiga ela tava com o documento... que ela tinha dado entrada nos documentos dela como empregada do namorado dela... era como se ela fosse doméstica dele. Quando chegou na fronteira da Suíça pra entrar na Itália, encontramos o controle de imigração... aí, foi um momento muito difícil porque a gente foi barrada lá. A minha amiga foi liberada porque ela apresentou esse documento que ela tinha dado entrada e eu sem saber de nada, sem saber língua, nem nada... eles me colocaram em um trem de volta e me deixaram numa estação de uma cidade da Suíça que eu não sabia de nada... onde era que estava, com quem... só pediram pra seguir quatro policiais, dois na frente e dois atrás e eu sem entender nada o que tava acontecendo, que eu não sabia língua nenhuma. Foi aí que eles me deixaram... chegou nessa estação e eles me deixaram lá. Aí foi que eu tinha o número do irmão dessa minha amiga, que ela já tinha levado e que era um amigo que era gay, aí eu liguei pra ele... sem saber onde tava, ele pediu pra ir para o hotel, que procurasse um hotel e pegasse o número de lá... eu sei que eu consegui pegar o cartão, depois liguei de volta e passei esse número pra lá e ele ligou... ele também não sabia, mas tava com um amigo que falava um pouco francês. Aí minha amiga descobriu onde eu tava na cidade e mandou um autista [expressão em italiano], né, que é o motorista que foi me pegar. Fez um arroteio porque se fosse passar pela migração poderia ser barrada de novo e não entrar. Aí pronto, foi esse processo muito difícil porque quando eu cheguei lá, não é que eu tinha uma ilusão... eu sabia que ia me prostituir logo, mas eu não achava que ia ser direto. Mas ela já foi logo “vamos ganhar dinheiro, pagar um lugar”... foi assim. Esse processo de adaptação foi muito difícil. (ENTREVISTADA 6)

Neste retrospecto da primeira viagem da Entrevistada 6, temos um panorama que se assemelha a muitas outras histórias de mulheres trans e travestis que migravam para a Europa nas décadas 1980 e 1990, que precisavam se disfarçar, amenizar todos os traços femininos para evitar problemas com o controle de imigração, pois como nessa época elas não possuíam documentos de acordo sua identidade feminina, precisavam passar a imagem masculina pra evitar serem deportadas, porque a identidade trans era vinculada à prostituição que por conseguinte se vinculava à imigrantes ilegais, que ficavam no país de destino além dos 3 meses que era permitido.

Mais uma violência dos processos migratórios destas pessoas, que precisavam negar sua identidade de gênero e reforçar a identidade masculina, justamente a identidade da qual desejavam se afastar e se desvincular.

A barreira cultural da língua aparece mais uma vez, que em uma situação como essa relatada pela Entrevistada 6, ela não podia se justificar e nem

compreender o que estavam dizendo. E ainda traz as estratégias da migração, fazendo percursos diferenciados para driblar o controle de imigração, sendo apoiadas por uma rede que se constituiu para esse fim.

Ainda é possível ver que a viagem tem um objetivo único, a prostituição, quando ela diz que estava ciente que ia se prostituir, mas não imaginava que seria assim que chegasse. Essa urgência tinha uma razão, pagar a dívida contraída com os custos da viagem, assim como pelo local de moradia e trabalho, além de acumular dinheiro para investir nas intervenções cirúrgicas.

Migrar para a Europa foi a melhor coisa que fiz na época porque estava em uma situação no Brasil que não suportava a questão financeira referente ao que ganhava na rua. Viajando melhorou muita coisa, tanto financeiramente quanto ao psicológico, já que sofro de ansiedade, e mesmo porque é mais rentável quando faz câmbio de euro para real. Fica um pouco mais fácil de alcançar alguns objetivos no Brasil. Quem organizou tudo a primeira vez foi um cliente e de dificuldades que eu tive quando cheguei na Europa foi só o idioma. Eu fui primeiro para Finlândia e só depois fui trabalhar em Braga que fica em Portugal, depois viajei para Espanha onde estou já há três anos, vivo em Leon - Espanha. Viajei de Aracaju e os únicos documentos que precisei foram: passagem (ida e volta), passaporte e reserva de hotel, na época que fui para a Finlândia, além de comprovar que você tem como passar os dias que vai ficar entre ida e volta (dinheiro e cartão) e passar no controle, que no meu caso foi feito em Lisboa já que minha conexão para Finlândia foi feita por lá. Antes de viajar para Europa trabalhei em Aracaju onde vivia desde pequena, depois Salvador onde morei muito tempo. Retornei para Aracaju e fiquei mais um ano, que foi quando fiz minha operação estética e quando retornei a Salvador. Foi quando surgiu a oportunidade de viajar e tive uns três meses entre tirar passaporte novo e ajustar alguns documentos pendentes até o dia da viagem. (ENTREVISTADA 7)

Mais um caso que cita a língua como um obstáculo no início da adaptação no país de destino e que tem a prostituição como fator preponderante para que estes trânsitos acontecessem. O fator econômico é apontado com um dos principais fatores de atração da Europa para quem trabalha no mercado da prostituição, sendo a itinerância também uma característica comum a todas entrevistadas, pois circulam como estratégia de mercado porque amplia o faturamento quando chegam a uma nova cidade por serem vistas como uma novidade.

Esta é uma das três entrevistadas que permanece atuando no mercado do sexo e é a única que citou que não deseja retornar para o Brasil, porque quase não mantém vínculos afetivos no Brasil, tem apenas uma amiga de Aracaju com quem

ainda se comunica e disse que “em relação à família, raramente nós conversamos e quando acontece é estranho, pois tenho sensação de que somos estranhos” (ENTREVISTADA 7).

As demais entrevistadas que imigraram para Europa já retornaram para o Brasil ou se mantêm em trânsito ainda entre estes dois polos, mas evidenciaram que enxergam o Brasil como o país que desejam permanecer, apesar das críticas sobre a falta de educação e a violência que reconhecem e relatam ser maior do que os países europeus.

6.3.2 Viajei e me encontrei

Pensando nas migrações das três entrevistadas que não tiveram nenhuma relação com a prostituição, foram levadas aos trânsitos por outros motivos, tendo os estudos e o trabalho formal como prioridade. Além delas, temos também o caso da Entrevistada 2, que sua migração aconteceu em um cenário diferenciado, saindo de Alagoas para Sergipe ainda na pré-adolescência quando é obrigada a deixar sua mãe para ir morar com o pai. Nestes quatro casos temos a descoberta de uma nova possibilidade de se imaginar no mundo como consequência da viagem, do trânsito, do afastamento.

Conseguem sair da bolha da pedagogização do gênero, fazendo uma analogia ao dispositivo da sexualidade de Foucault, e através das redes e da visibilidade de representações sociais que não tinham acesso, como é o caso das mulheres trans e travestis, elas conseguem visualizar seu reflexo no espelho do pertencimento. Foi necessário viajar espaço-temporalmente para fazer a viagem entre os gêneros. Veremos a seguir quando o processo identitário trans deixa de ser causa das migrações e é visto como resultado deste processo.

[...] sabe aquela sensação de que você nunca pertence aquele lugar? Então sempre foi assim em relação a Poço Verde. Embora, quando perguntam de onde eu sou, claro que eu respondo que sou de Poço Verde. Mas ao mesmo tempo não há essa ideia de “poxa, sinto falta”, tanto que vou rápido, talvez por conta que ir pra lá me remete a um momento, um contexto que eu não quero. [...] Então para mim, a migração também tem um “quê” de liberdade, não que eu me sentisse presa na minha família, mas eu acho que o contexto da cidade... então, pensar numa cidade pequena, com barulhos convencionais, então isso de alguma forma me sufocava. [...] Em toda situação de migrar você tem isso, então voltando, todas vezes que volto pra Poço Verde, parece que é outro planeta... não é a Poço Verde da infância. Já não me sentia pertencida antes, agora pior ainda. Tanto que às vezes eu vou e ninguém sabe que eu estou lá,

porque eu não saio de casa... fico só em casa com minha mãe e minhas sobrinhas. A gente também não se sente pertencente ao lugar que a gente migra. Fico nesse limbo... não sou mais de Poço Verde, mas também não tenho nada de Aracaju. Mas foi importante nesse sentido... migrar me proporcionou, claro, a consolidar metas, então, estudar, ter uma carreira, ter um trabalho, tudo isso foi mais intenso pela migração. [...] **Migrar não foi importante só nesse processo de trabalho, migrar foi importante pra ser, talvez pra um autoconhecimento e aí ter uma maturidade maior, do que eu quero, do que eu sou e de alguma forma também foi importante nesse sentido de construção de mim.** Eu não sei como teria sido esse processo em Poço Verde. Eu acho que estar aqui de alguma forma ou de estar longe de lá, também foi importante pra que eu pudesse consolidar isso. **Lá eu já sabia quem eu era, mas de alguma forma, o contexto de silenciamento, de apagamento, de opressão... eu não sei até que ponto me permitiria ser quem realmente sou em toda sua totalidade. Então, migrar me ajudou muito nisso.** [...] O maior processo foi justamente de... aaa... de ser eu (risos), que aconteceu a partir desse momento. Então quando eu percebi que eu já tinha meu trabalho, que eu já tinha começado a construir uma carreira, que estava solidificando, eu disse não, agora eu posso de certa forma ser eu, né, totalmente. Porque... aaaa... **nunca deixei de ser eu, mas precisei em alguns momentos (como brinco sempre), criar uma personagem, né, pra poder...aaa... de certa forma ir transitando e me construindo nesse sentido.** (ENTREVISTADA 3, grifo nosso)

A Entrevistada 3 nos apresenta uma reflexão sobre pertencimento, entre-lugar, autoconhecimento proveniente do processo de distanciamento e a motivação do seu processo migratório relacionado aos estudos e construção de uma carreira de trabalho. Relata que a cidade de origem não construiu raízes fortes o suficiente para gerar um sentimento de pertencimento nela.

Em parte, por ser uma cidade pequena e ela traçar sonhos mais altos, pois não queria se ver presa ao contexto que a cidade e sua família lhe proporcionavam. A migração que ocorre na adolescência (aos 18 anos de idade), quando vai para Aracaju para estudar letras na universidade federal, já era enxergada por ela como um ato de libertação e era o primeiro passo para se distanciar daquele espaço que não se sentia pertencente.

Então, de alguma forma, acho que na adolescência foi um período mais complexo disso, porque de alguma forma já mentia, já sabia o que eu queria e ao mesmo tempo ainda os valores estavam a minha volta, né, o tempo todo me dizia que era errado, que não era assim... eee... aí claro, talvez isso tenha contribuído para esse afastamento ainda mais, né. (ENTREVISTADA 3)

Entretanto, outro fator que lhe causava o desejo de se distanciar desta cidade onde passou sua primeira etapa da vida (mesmo que de forma inconsciente), era o

sentimento de que era diferente não poder se apresentar socialmente como de fato desejava se representar. Vivia em um espaço de “silenciamento, de apagamento, de opressão” (ENTREVISTADA 3) que lhe levava a se isolar, a evitar frequentar determinados espaços para não passar por situações de conflitos e violências e a necessidade de vestir essa personagem do masculino que não era confortável, pois essa já era uma inquietação que lhe incomodava desde a infância e viu na migração uma oportunidade para se permitir vivenciar este autoconhecimento.

Esse processo foi sendo conduzido lentamente quando conseguiu migrar, não por dúvida de quem era, mas por analisar o contexto social e perceber que precisava revelar sua identidade de gênero de forma gradativa para evitar transtornos com sua família e seu círculo social, pois tinha consciência que seria uma situação complexa para seus pais que são de origem rural.

Então todos os elementos da transição, né, foram nesse sentido. Eu sempre preferi usar isso como estratégia, fazer de forma gradativa porque justamente, conseguia fazer com que as pessoas fossem observando e assimilando gradativamente. Eu acho que pra mim isso foi muito proveitoso nesse sentido, né, de talvez por isso tenha contribuído tanto na família, né, como com as pessoas mais próximas a mim. (ENTREVISTADA 3)

Essa sua estratégia de apresentar sua identidade de gênero de forma gradativa fez com que ela só iniciasse sua transição física e comportamental após se estabelecer financeiramente e se sentir estável e independente para tomar tal decisão, como vimos na seção 5.2.6.

Isso aconteceu só aos 22 anos de idade, quando já estava formada e trabalhando e decidiu dá o primeiro passo, que foi usar um salto alto, elemento bastante representativo do universo feminino construído socialmente, além de roupas femininas discretas, optando pelo uso de calças para não impactar tanto. E assim foi se construindo aos poucos, adicionando elementos femininos em sua apresentação e representação social, alegando que esta “transição lenta” (expressão usada por ela) foi importante para amenizar a abjeção e estigma que a transgeneridade carrega.

O fato das pessoas a conhecerem e reconhecerem a boa profissional que é, ajudou a conquistar o respeito perante esta identidade em construção. Esta forma paciente de lidar com a situação fez com que só pensasse em transformações corporais mais profundas recentemente, iniciando sua terapia hormonal aos 39 anos

de idade e a partir de então planeja colocar silicone nos seios e realizar outras cirurgias necessárias para seu processo de feminilização.

O ato de migrar da sua cidade de origem, uma cidade rural, para a capital do estado, foi de extrema relevância para a construção de sua identidade de gênero, pois como ela mesma relata, não sabe se isso seria possível se continuasse a viver com a família e cercada dos valores tradicionais.

Esse distanciamento lhe proporcionou a liberdade necessária para se permitir romper com os padrões exigidos, mesmo que gradativamente, livrando-se de uma personagem que vestia para se proteger, além de se aproximar de informações (estudos e discursos sobre gênero) e pessoas que estavam passando ou já haviam passado pela transição.

Isso lhe possibilitou ver que não era a única, que não era errado seguir este caminho e que era possível “ir para além das estatísticas e ter o seu espaço” (ENTREVISTADA 3), referindo-se às pessoas trans que se tornaram referências por conseguir ocupar espaços que a sociedade dizia que não era seu, que não aceitaram a prostituição compulsória como seu destino e se consolidaram no mercado de trabalho ocupando cargos e funções das mais diversas.

Portanto, o contato com essas pessoas, que só foi possível por meio da migração, possibilitou que tomasse coragem para se construir conforme sua identidade de gênero, uma vez que estas representatividades positivas das identidades trans, histórias de sucesso que foge do espaço de heterotopia que foi determinado como seu, têm impulsionado a cada vez mais pessoas aceitarem e relevarem sua transgeneridade, por perceberem que apesar das dificuldades que enfrentarão, sabem que é possível acessar funções e representações diversas na sociedade.

A migração sempre foi uma forma de eu me regenerar, tipo, preciso me afastar de algum contexto pra poder me reconstruir e às vezes voltar, não necessariamente voltar fisicamente, mas voltar mais madura para lidar com aquela situação que eu não tava dando conta e ao mesmo tempo esse recomeçar sempre vem cheio de esperanças, embora isso foi até pouco tempo, porque agora já não vejo assim. [...] então com 8 ano de idade eu fui recomeçar a vida com meus pais no Mato Grosso e aí parece que isso meio que ficou em mim, ter que sair pra recomeçar a vida em outro lugar. **Então quando eu saí de casa também com 14 anos foi mais ou menos isso, ou eu morria ou recomeçava tudo em outro lugar...** quando eu fui pra Cuiabá já era diferente, eu tava recomeçando. [...] aí fui pra este mestrado meio que tentando me reconstruir, mas aí também negando uma identidade, uma cultura, por ter me machucado muito

nessa identidade e nessa cultura também e eu cresci sofrendo muito bullying, enfim... aí no doutorado eu já fui encarando como profissão, mais glamour, mas era a profissão que eu queria seguir e só que no doutorado eu entendi que não precisava daquilo, não precisava daquele status, não precisava provar nada pra ninguém, aí eu entrei numa crise de que eu não queria mais fazer doutorado, não queria mais fazer nada, queria voltar pra casa dos meus pais e ficar lá. Foi onde eu comecei a terapia pela primeira vez. Fiz algumas sessões lá pra conseguir concluir o doutorado. Só que aí eu já era mais eu, fui terminando o doutorado, já fui entendendo que eu não precisava provar as coisas pra os outros, eu poderia ser mais empoderada, eu fui entendendo um pouco mais de quem eu era, né? [...] **quando eu fui em Portugal, que eu fui fazer o meu sanduíche em 2007, [...] aí eu percebi que tinha gente lá em Portugal que mal me conhecia, mas que sabia mais da minha vida que meus pais e foi quando que em 2007 eu contei para meu pais que eu era gay, eu achava que era gay, né? Foi quando eu saí do armário, aí eu comecei o caminho de volta...** mas em 2009 quando eu vim pra Aracaju, eu logo me casei com um rapaz, aí quando meus pais vieram, eles ficaram 40 dias na minha casa na primeira vez, meu pai, minha mãe e minhas duas sobrinhas e aí eu já era uma pessoa casada, com meu companheiro, meus pais eram visitas em minha casa, isso foi muito bacana, foi a retomada do conceito de família. Aí foi onde me abri muito, foi onde contei muitas histórias que antes eu não contava pra eles, coisas íntimas, namoros, frustrações, quando eu me senti infeliz, quando eu me senti feliz... foi um resgate da minha relação com eles. **Que aí quando veio o segundo momento, pra revelar a transexualidade, foi muito mais fácil, porque a gente já estava muito próximo.** [...] Tanto que aqui também quando eu fiz a transição eu enfrentei umas barreiras dentro do centro espírita e fiquei muito decepcionada com o movimento espírita e, principalmente, com o centro que eu trabalhava, porque lá eu sofri bastante preconceito. E religião é uma coisa que sempre foi importante pra mim e quando isso aconteceu eu me senti muito perdida... a primeira coisa que eu fiz foi arrumar um pós-doutorado em Salvador, porque eu precisava sair daqui, eu precisava me reestruturar, precisava me reconstruir pra voltar mais fortalecida. [...] **Mas, essa coisa de sair sempre fez parte do meu processo, pra eu me reestruturar, me reconstruir, me reencontrar e aí eu tenho que sair daquele contexto. E eu acho que agora com a maturidade, eu tô fazendo isso menos [...].** (ENTREVISTADA 1, grifo nosso)

A Entrevistada 1 tem uma história semelhante a Entrevistada 3 no que tange aos processos migratórios estarem relacionados aos estudos e construção de sua carreira profissional, porém diferentemente da Entrevistada 3 que disse ter consciência desde sua infância que era mulher, a Entrevistada 1 não tinha certeza de quem era, apenas sabia que era diferente e essa diferença lhe causava dor e sofrimento, chegando a conclusão que se não fosse embora daquele espaço que lhe julgavam e aterrorizavam poderia ser levada a sacrificar sua vida (cometer o

suicídio). A partir de então, ela passa a adotar a migração como um mecanismo de defesa, para se regenerar e voltar mais forte para enfrentar os problemas vividos.

A primeira vez que se afastou da família foi com 14 anos para estudar em uma cidade vizinha e desde então não parou mais. Veio graduação, mestrado e doutorado, cada um em uma cidade distinta, que aliado ao trabalho foi direcionando seus passos. Esses percursos estavam sendo trilhados com a negação da identidade trans que se velava sob a identidade gay, que era mais palpável e mais compreensível até então.

Durante o doutorado, ela passou seis meses em Portugal através de uma bolsa sanduíche que conseguiu, foi quando o ato de se afastar repercutiu de forma contrária, aproximando-a mais da sua mãe e do seu pai, surgindo assim uma cumplicidade que lhe permitiu revelar que era gay, pois era assim que se identificava nesta época.

Essa reaproximação com a família preparou o próximo momento de revelação da transexualidade e tudo foi muito harmonioso. Mas em compensação, não foi tão fácil para ela mesma aceitar sua travestilidade e mulheridade, passando ao longo destes percursos por muitos conflitos internos que acarretou em depressão.

Durante uma fase de sua vida descobriu a prática *crossdresser* e tornou-se adepta para se realizar sexualmente, até perceber que não queria viver essa dupla identidade, masculino para se apresentar socialmente e feminino para suas práticas sexuais, queria ser completa, apresentar-se socialmente como se sentia e se enxergava, passando a se construir uma mulher que não ficaria mais restrita à cama.

Uma mulher fora dos padrões estabelecidos, mas que ao mesmo tempo acionava muitos signos deste referencial para se reafirmar perante a sociedade, um uso político de sua representação para estabelecer a sua existência, elaborando-se por meio de suas convicções e regras e negociando com o mundo as novas possibilidades de ser mulher, que está além do genital.

Sua experiência de transição só acontece após os trinta anos de idade, quando já era professora universitária e suas/seus alunas/os, professoras/es e amigas/os acompanham o processo que também foi gradual... um esmalte, um batom, uma peça de roupa feminina, até se apresentar por inteira. Fato que ela considera que foi desta maneira gradual por receio dela e não dos outros, pois para

todas/os já estava tudo muito resolvido, faltava ela ter segurança sobre sua identidade.

Durante este processo de construção do feminino, ela sofreu muitas violências no espaço religioso que frequentava, levando-a novamente a migrar, pois era assim que lidava com as situações de conflito, afastava-se para saber lidar com as questões que lhe afligia.

Estas violências deixaram marcas profundas que nem sempre são superadas, provocando um afastamento parcial ou total de determinados espaços, como é o caso do centro espírita, onde ela não se sente à vontade para voltar, uma vez que foi acusada de está obsediada, precisando travar batalhas com a direção do espaço para demonstrar que não havia nada de errado com sua identidade de gênero nem com a espiritualidade, mas, sim, com o preconceito.

Esta situação lhe causou uma mágoa profunda e nunca mais retornou a este espaço. O mesmo acontece quando vai visitar os pais na cidade onde passou sua infância e parte da adolescência, ela não se sente à vontade de frequentar os espaços públicos e se restringe a ficar apenas na casa de sua mãe e seu pai, pois ainda enxerga a cidade como um espaço opressor, sendo reforçado esse sentimento por uma experiência vivida em uma destas visitas:

[...] agora eu não vou pra praça, não vou pra bar... porque ainda me dói muito, acho difícil, não me sinto bem. Eu passei por muitas situações vexatórias, constrangedoras... eu me lembro de um reveillon, não tem muito tempo, antes da minha transição, mas era um momento que eu tava muito afeminada, que eu fui pra praça com minha família, até esse meu amigo [referindo-se a um amigo de infância por quem ela era apaixonada] foi pra lá e eu passei, eu acho que umas três horas na praça e as três horas um cara ficou gritando: “viadinho, viadinho, viadinho”, o tempo todo de longe. Quando eu olhava, ele sumia, se escondia, quando eu parava de olhar ele continuava a gritar: “viadinho, viadinho, viadinho”. Então isso é muito difícil de lidar assim... horrível... me lembrava da época da escola, que faziam isso, arrancavam minha calça, tinha um menino que me batia todo dia, que saía da aula e se eu tirasse nota maior do que ele, ele me batia e dizia: “quem já viu viadinho tirar nota maior que eu”, coisas assim, então, ainda é difícil pra mim. (ENTREVISTADA 1)

Esses mecanismos de defesa, utilizados tanto por ela quanto pela Entrevistada 3, que é evitar espaços públicos para não sofrer violências, são recorrentes entre vários grupos marginalizados. Por medidas de proteção, acabam cerceando seus direitos de ir e vir, porque o seu existir incomoda o outro.

Para transitarem em todos os espaços sociais, as pessoas trans são levadas a se tornarem compulsoriamente militantes, uma vez que têm conhecimento das possíveis situações de constrangimento que podem vivenciar, apenas por querer usufruir da mesma liberdade que qualquer pessoa possui, tendo que se posicionar politicamente para garantir este direito.

Ser trans é viver preparada para guerra, porque sua presença coloca em xeque as construções do feminino e masculino instituído pelo sistema heteronormativo, e isto provoca reações, pois abala as estruturas de algo que era visto como estável e desafia a masculinidade e feminilidade das pessoas não-trans. Por isso, o banheiro público é um espaço de disputa, porque o fato de permitir uma mulher trans usar o banheiro feminino acarreta legitimar sua identidade.

Eu morei a primeira vez fora do Brasil nos Estados Unidos... eu tinha 12 anos e foi através de intercâmbio cultural. E foi nessa época que eu conheci o meu primeiro namorado, que era uma pessoa próxima da família que eu morava. Eu fiquei lá 1 ano... e nesse 1 ano quando eu retornei, a relação, o relacionamento continuou por um tempo... por carta, mas logo depois acabou. Depois eu retorno para os Estados Unidos aos 20 e vou pra Inglaterra aos 20 e poucos, quando termino enfermagem e vou fazer dança. Dançando pelo ballet Royal e depois pelo Bolshoi. E sempre... sempre de modo complexo, mas não tão complexo porque eu ainda assumia uma postura mais gay que trans, então, isso não era perceptível a primeira vista... o que não me complicou muita coisa. E quando eu vou pra Inglaterra, e eu já vou cabeleireira e transexual... que aí eu tenho algumas dificuldades. Eu me lembro que pra poder ir eu precisei de dinheiro... eu vendi um salão de beleza pra poder ter esse dinheiro e fui com a promessa de ter um emprego por parte de uma amiga minha... e tinha um namorado italiano. Chegando na Inglaterra, eu descobri que não era... a coisa não seria tão fácil quanto essa amiga fez parecer, em função da documentação, né? Como turista eu não podia trabalhar... e isso acabou complicando uma série de coisas. Mas tinha esse namorado que era italiano e era uma possibilidade de regularização, né? De documentos. E isso me ajudou muito ali, naquele momento. Eu tive alguns empecilhos pra viajar...ééé... eu me lembro que mesmo tendo muito poucas pessoas que eu pudesse recorrer, uma delas foi a minha mãe, que sempre tivemos problemas e eu me lembro que um irmão meu falou assim...que... que ela não ia ajudar, né? Eu sou filha caçula de quatro homens por parte de mãe e esse irmão... ele falou que não ia ajudar porque na Inglaterra eles não aceitavam esse tipo de pessoa. E aí, assim eu viajei pensando nisso e pra mim foi muito pesado porque na imigração a única coisa que eu conseguia pensar era sobre isso. Então, foi muito mais pesado do que deveria ser... depois que tava lá tudo ficou muito mais tranquilo... a não ser pelo processo de regularização documental e os processos dentro do home office, que é quando a gente tem a elegibilidade, né, de estar cidadão naquele espaço. O que pra mim foi tão complexo. E com relação às pessoas, eu fui pra Londres e foi lá que eu senti mais o peso de ser uma mulher trans em um outro

momento, porque é... mas, não foi uma coisa que me apavorou porque é uma cidade que não tem ingleses, né? Londres é uma cidade que tem um mundo lá dentro. Então, todo mundo é muito diferente... então, a não ser que você seja, por exemplo, como eu tenho hoje amigos que tem o globo do olho pintado, né? implante de chifre... vários, né, ingleses e outros londrinos. Então, com exceção dessas pessoas que tem assim muita coisa à vista, isso consegue chamar atenção. Outras coisas não, as pessoas... elas são multicultural, então, não se sente o peso como deveria ser. O peso eu senti quando eu me mudei pra Liverpool, que é a terra dos Beatles, e foi onde eu estabeleci residência e aí sim, eu conheci o inglês como ele é e tive a possibilidade de conhecer o inglês da pior forma possível. Porque é o inglês agressivo, analfabeto, né? Que abandona a escola, que tá envolvido com tráfico e aí tudo isso foi uma... foi... me trouxe mais a realidade. Eu me lembro de tá num pub e ser atacada assim, livremente sem ter feito nada, com um soco na cara por um rapaz inglês... e aí eu fui, tava com um copo na mão e eu revidei... eu joguei água na cara dele, já quebrei o copo e partir pra cima. Me lembro que ele falava... que ele me chamava de viado assim, muitas e muitas vezes...viado, viado, é viado... e aquilo assim, eu fiquei... Então, naquele momento eu falei assim: “filho da puta!”, né? Mas ele não ia me entender isso... e aí num segundo momento eu já ia elaborando, e aí eu falei... eu perguntei pra ele, falei né... “o que importa, né? O que importa? O que importa?” E eu não conseguia falar outra coisa, senão isso. Mas foi importante pra que entendesse que esses processos eles são globais, né? Estão por todo mundo e isso não é uma peculiaridade do Brasil, uma peculiaridade das pessoas que não permitem, né, o multiculturalismo, são xenóforas, elas são extremamente alicerçadas no patriarcado e muitas vezes elas não percebem isso em várias situações, em vários momentos. [...] então, quando eu deixei o Brasil... ééé... eu deixei o Brasil com tudo que tinha nele, e assim, era um pacote, não me interessava por ninguém que estava. Até que em 2014, 2013... não, 2012... eu começo a receber mensagens de uma pessoa pra poder ligar para o Brasil pra poder conversar sobre alguma coisa que eu não lembro o que era. E eu liguei... eu liguei e descobri que se tratava do meu filho que foi tirado de mim por 15 anos... ele ficou no meu convívio até os 5 anos de idade, dos 5 até os 20, eu fiquei... ele ficou afastado de mim, a mãe dele casou com um pastor, abriram uma igreja e registaram meu filho no nome do pastor, no nome desse homem e ele cresceu acreditando que aquele homem era pai dele. Mas também, tinha repulsa e foi aí que ele começou a ficar desconfiando, até que um dia ele botou a mãe na parede e ela contou quem era realmente o pai. Então, nesse momento eu tava estabelecendo novamente a relação com as pessoas do Brasil, que até então eu não fazia muita questão. A minha rede social era toda composta por pessoas que estavam morando na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Austrália ou na Europa no modo geral. Mas nada do Brasil, porque não era um lugar que me pertencesse, que me trouxesse alguma coisa que, realmente, ia valer a pena, né, olhar pra trás. Eu tinha uma dor enorme que era a frustração com a minha família e depois a dor muito maior, que foi a perda do meu filho, quando ele aos 5 anos de idade desaparece junto com a mãe e eu fico sem ter notícias deles por

mais de 15 anos. Então, isso tudo foi muito pesado pra mim.
(ENTREVISTADA 8)

Fechando o ciclo das três entrevistadas que não tiveram a vivência da prostituição, nós temos a Entrevistada 8, que é uma das mulheres trans/travesti que mais passou por mudanças espaço-temporal dentre todas que compõem nosso universo de pesquisa. Ainda criança (12 anos) vai morar nos Estados Unidos para fazer intercâmbio cultural, que durou um ano, e conhece seu primeiro namorado.

Essa idade coincide com o caso de abuso que ela sofreu no Brasil (conforme já vimos na seção 6.2.3), que tinha como assediador o seu tio, porém como reconhecemos que as memórias são falhas em relação às datas, vamos trabalhar sempre com uma ideia de proximidade temporal, mediante a dificuldade que é organizar as memórias cronologicamente. Este fato é citado em específico por esta Entrevistada, mas serve para todas as demais: “eu acho que é muito importante, sabia, que as nossas falas, sobre tudo a minha, ela tem muitas quebras... exatamente porque existe uma coisa no meu mundo, que chama ruptura” (ENTREVISTADA 8).

Aos vinte anos, ela retorna para os Estados Unidos para estudar dança e integra os ballet Royal e depois o Bolshoi, circulando por vários países, ainda se percebendo e vivendo como homem gay. Após essas viagens como bailarina, ela estuda e se profissionaliza como cabeleireira, passa a se identificar como trans e intensifica sua transição corporal. Decide ir morar na Inglaterra com incentivo de uma amiga e passa pelas dificuldades que acompanham as imigrações internacionais, tais como: documentação, montante de dinheiro exigido e trabalho formal.

Foi na Inglaterra, mais especificamente em Liverpool, que sentiu o impacto da sua identidade de gênero na sociedade, quando foi agredida gratuitamente por um estranho, levando um soco no rosto. Este momento serviu para fazer uma reflexão sobre a abjeção que sua presença provocava e que não era algo local como imaginava, mas, sim, um fenômeno global. Antes disso, ela também já havia circulado por boa parte do Brasil em busca de se descobrir e aceitar, achando que essas respostas viriam por meio da religião.

[...] foi graças aos meus processos migratórios que eu pude me compor como ser humano que eu compreendo ser hoje. Tanto nas influências daquilo que eu vivenciava e achava que era errado, quanto nas influências, né, externas daquilo que eu fui vendo que

eram práticas ilegais... práticas de subalternização do outro. Pra me entender como sujeito ativo, eu precisei ir pra Inglaterra, porque até então eu era tida como ninguém... ainda que eu tivesse tido nos Estados Unidos e em outros lugares. Mas assim, o modo subalterno de ser visto, de ser olhado, ele tá ali pra barrar nossa compreensão. [...] nas cidades onde eu me fixei no Brasil, né, Uberaba, Brasília, Goiânia, São Paulo... porque eram cidades que eu acreditava poder encontrar alguma coisa que suprisse essa falta, né, dessa inconstância existencial que eu tinha com relação a religião. Então, eu vou pra Uberaba pra conhecer Chico Xavier, eu vou a Brasília pra conhecer tia Neiva, né, que é uma seita. Conheci João de Deus... então, esses lugares todos eles vão sendo preenchidos por essa música da existência, né, nessa forma de se perceber. [...] Então, morar fora me deu a possibilidade de sair de uma cultura que fixa. Morar fora me deu a possibilidade de observar o modo formiguinha como as pessoas operam suas vidas, né, de vai pro trabalho, volta do trabalho... então, isso me deu essa compreensão, me tirou a crueldade que é o que a religião traz, né? Eu era uma pessoa extremamente maltratada pelo modo cruel como a religião nos orienta e acreditava que era bacana, né. (ENTREVISTADA 8)

Para entendermos melhor a diáspora trans em relação à construção da identidade de gênero desta Entrevistada, faremos um adendo aqui explicitando cronologicamente as intervenções corporais a partir de fragmentos dispersos em sua entrevista.

Aos 12 anos de idade relata que comprou seu primeiro salto, aos 14 anos ela toma esteroides para aumentar a massa corporal, pois já havia uma negação ao corpo que possuía, porém ainda não vinculava à transgeneridade, seguindo um caminho oposto, tornar o corpo mais masculino, porque acreditava que “ia desenvolver músculos e ia ter um corpão de homem... tendo um corpão de homem de repente esse homem que eu deveria ser, pudesse realmente emergir na minha cabeça... era isso que eu pensava naquele momento” (ENTREVISTADA 8).

Aos 17 anos, entra pra faculdade de enfermagem, deixa de usar os esteroides e se envolve com uma mulher mais velha (ela tinha 24 anos na época) com quem tem um filho.

Após algum tempo, parte para uma nova perspectiva de construção corporal, usando agora hormônios femininos (Perlutan), conquistando formas mais arredondadas de seu corpo, que são evidenciadas pelo uso de roupas femininas. Com 22 anos, inicia suas intervenções mais drásticas, colocando silicone no rosto, glúteo e quadril e aos 28 anos, coloca as próteses de silicone nos seios. E é assim que ela usa as novas tecnologias médicas para consolidar a imagem que desejava apresentar e representar.

Esta trajetória em busca do corpo que correspondesse a sua satisfação pessoal era direcionada pelo coletivo, era conduzida pelos dispositivos do saber e poder que definiam os parâmetros do corpo ideal induzindo que nossa Entrevistada tentasse se encaixar em um padrão, seja no masculino ou no feminino, representando o biopoder e a biopolítica (FOUCAULT, 2015) que agem na constituição de nossa representação social. Somos talhados por discursos, moldados por disciplinas, esculpidos pela política e em meio a esta teia invisível de comandos vamos dando forma ao nosso corpo.

E ao se tratar dos dispositivos biotecnológicos, recorremos a Paul Preciado (2013) para pensar o corpo trans que se constrói fazendo uso das técnicas biomédicas, que diz: “O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros” (PRECIADO, 2013, p. 2).

O corpo é um elemento vivo e ativo que é influenciado culturalmente, que é escrito pelos dispositivos de saber e poder que regem os discursos sobre gênero dentro das relações de poder, mas, que, como acontece com o corpo trans, pode romper com a normatização e enquadramento e evidenciar um corpo clandestino. Corpos em construção, dentro ou fora da norma, são corpos em diálogo com a biopolítica do gênero.

Voltando à questão espaço-temporal, ao migrar do Brasil, ela segue seus caminhos com mágoa e ressentimento causado pelas violências que sofreu: abuso sexual, homofobia, relação conflituosa com a mãe e o sumiço do seu filho. Enxergando nesta ação de se distanciar uma forma de apagar estas memórias para se reconstruir em um novo mundo. Construindo novos laços e novas histórias a partir da rede que formou nos Estados Unidos, Austrália e na Europa, a Entrevistada 8 conseguiu se perceber trans e não mais um homem gay efeminado.

Mais uma vez, o ato de se distanciar da família e de seu ciclo social de origem resultou na descoberta da identidade de gênero que havia sido anulada pelo sistema heteronormativo e colocada no lugar de inalcançável. Mas o contato deste filho que achava que tinha perdido, após 15 anos, foi responsável pelo seu retorno ao Brasil para recomeçar e mexer em feridas não cicatrizadas, como é o caso da sua relação com a mãe.

Eu vou passar 15 anos da minha vida tentando encontrar meu filho e nesses 15 anos, eu além de fazer tudo isso, eu me envolvi com droga... e o ápice acontece quando eu começo, depois de muitos anos, o uso de cocaína... eu começo a utilizar o crack. E aí em 1 ano de crack, eu vendendo tudo que eu tinha.. eee... aí sem nada eu vou morar na rua. Eu passo por um coma [2006], vou para o hospital... fico no hospital por 64 dias e quando eu saio do hospital eu não tem pra onde ir... e eu vou morar na rua. Então, isso foi um momento muito marcante assim, né? [...] E aí é o processo de exclusão pleno, onde eu perco muito... acho que muito ou todos os meus os meus documentos né? As minhas referências, materiais, fotografias, tudo assim. Porque morar na rua não tem como você manter a sua história viva, né? [...] a minha mãe, ela apareceu só pra perguntar se eu tinha morrido. Isso quem conta é um amigo meu... que eu tava em coma... ele falou que ela chegou e perguntou: “e aí, já morreu? Pra gente poder ver como é que faz”... e a enfermeira falou: “não tem como, ela continua do mesmo jeito”... e aí ela apareceu lá mais umas duas vezes. [...] Reconstruindo tudo, eu vou encontrar meu filho 15 anos depois... eu já tava morando em Londres e é por isso que eu retorno pro Brasil. (ENTREVISTADA 8)

É neste cenário de abjeção que a Entrevistada 8 se constrói, sendo preterida por sua mãe como consequência de uma culpa que não era responsável, pois interpreta que a rejeição que sofreu é fruto do sentimento de remorso do crime praticado por sua mãe, quando lhe sequestra da sua mãe biológica ainda no leito do hospital.

Somam-se a isso as demonstrações de feminilidade que apresentava desde a infância, que despertava mais raiva desta mãe, assim como, essa expressão do feminino em um corpo masculino despertava várias formas de violências que se revestia em desejo (provocando o abuso sexual) e dor. Sendo levada na sua adolescência a ter uma relação heterocisnormativa com a promessa de obter a aceitabilidade social, gerou um filho que depois lhe foi retirado porque não continuou dentro da caixa normativa que queiram lhe manter.

Retomamos aqui o assunto em relação ao filho que teve na adolescência, porque é um tema que é acionado por ela do início ao fim em sua entrevista, por ser um acontecimento marcante na história da Entrevistada 8 e para poder explicitar como o rompimento deste laço paterno acarretou em problemas psicológicos sérios, levando-a a se envolver com drogas ilícitas que lhe retirou várias coisas, dentre elas a dignidade, a moradia e quase que perde sua vida.

Esse processo de exclusão total a que podia chegar, ainda tendo que lidar com o reforço da abjeção praticada por sua mãe quando foi lhe visitar no hospital (fato que aconteceu no Brasil), serviu como impulso para recomeçar sua história

dando a volta por cima, pois agora tinha um motivo maior para viver, seu filho. E hoje consegue conciliar estes dois marcadores sociais, mulher trans/travesti e pai, que são vistos como conflituosos, mas que prova ser possível, a partir de sua história de vida.

A história que veremos a seguir vai apresentar como as novas redes e representações podem ajudar a se compreender neste mundo multifacetado e que a migração ocorreu por um fator distinto das demais, adoecimento e morte da mãe.

Então, eu sempre tive um espaço muito limitado de convivência de pessoas, basicamente a minha história se resumia a minha família mais próxima e a escola, sempre foi assim, eu nunca fui uma criança que saía... se eu saía era com minha mãe... as pessoas que eu conhecia eram as que minha mãe conhecia... eu sempre fui muito próxima de minha mãe. [...] E foi com os 13 anos que eu vim para Aracaju e que minha mãe morreu. Então foi algo que realmente marcou a minha história. Meu pai já morava aqui, eu morava em Alagoas e ele ia visitar a gente, mas ele já morava aqui. Ele já tinha outra mulher, ele já tinha uma vida aqui estabelecida na cidade, ele trabalhava na Petrobrás, ele já tinha a vida dele aqui e a gente era só outra parte da vida dele que ele ia ver de vez em quando. [,,,] E aí foi nesse processo que aconteceu a maioria dos atritos por conta da minha sexualidade, porque eu cheguei a Aracaju com 13 anos e como sempre fui muito madura, sempre tive uma personalidade muito forte aí eu cheguei adulta... praticamente criada já e aí meu pai queria me modificar.(ENTREVISTADA 2)

Registra-se, nesse relato, o círculo social limitado que a Entrevistada 2 vivia em sua cidade de origem, que resumia-se às pessoas que a mãe dela conhecia. Ainda na pré-adolescência, ela se vê dentro deste processo de rompimento com o seu cotidiano e da relação que tinha com a figura mais representativa que tinha até o momento, a mãe. Essa quebra lhe trouxe dificuldades para lidar com o mundo novo que descobriu convivendo com seu pai, que sempre foi ausente em sua infância e quando aparecia era para lhe impor limites, lhe disciplinar conforme a cartilha heteronormativa.

Ela havia acabado de se compreender como gay, quando ainda em Maceió já era apontada pelas/os colegas da escola e mesmo sem ter vivenciado a sexualidade decidiu aceitar este rótulo por se perceber diferente, porém a sua performance efeminada lhe causou muitos conflitos na nova escola em Aracaju e na convivência com seu pai.

A hetero-identidade (CUCHE, 1999) empreendida pelas/os colegas da escola, quando disseram que ela era gay, perde o sentido a partir do momento que se depara com pessoas trans nos novos espaços de socialização que passou a

frequentar, os guetos gays. Este encontro oportunizou que ela se auto-identificasse (CUCHE, 1999) nesta situação relacional que se encontra com o diverso que lhe traz um sentimento de pertencimento, gerando a construção de uma nova identidade desde este momento.

Quando eu comecei a ir na boate foi quando eu entendi que eu não era gay, porque até então eu achava que era gay. [...] e aí eu comecei a ver os gays lá na boate e primeiro que eles não chegavam em mim porque eu era muito feminina, os que eu me interessava era os gays boys masculinos e eles só queriam os mais boys ainda e aí eu ficava chocada com aquilo, dizia: Meu Deus! Eu tão menininha e ele se atracando com um macho mais macho que ele... e aí foi quando eu comecei a ver as drags, mas eu nunca quis me montar. Aí a primeira travesti que eu vi na boate é uma bicha de 2 metros e meio de altura, negra, com um corpo "boca de confusão" e 300 tatuagens, cada tatuagem é uma facada que ela já tomou, ela faz as tatuagens para esconder a cicatriz e essa foi a primeira referência de travesti que eu vi. Ela chegou assim muito fina na boate, dando dinheiro pra todo mundo, porque travesti era isso né? Era riqueza, era close. Aí ela chegou e eu tava na parte de cima com uma amiga, ela falou com minha amiga e deu uma nota de cem reais, fiquei chocada e essa foi minha primeira referência. Aí ela olhou pra mim e disse: Nossa, você é muito feminina, porque eu ficava lá com as drags e ela veio falar comigo: menina, porque você não toma hormônios e deixa o cabelo crescer? Aí eu conheci também outra trans que se tornou minha amiga e que está em Paris agora. [...] A gente começou a tomar hormônio juntas e a gente começou a ir pra rua se prostituir... essa transição mesmo a gente começou juntas. (ENTREVISTADA 2)

Evidencia-se, nessa fala, a importância dos guetos como espaço de socialização entre semelhantes e que possibilitam a auto-identificação, coincidindo com as ideias apresentadas em (BENEDETTI, 2005) quando diz que os grandes centros são espaços propícios à constituição do universo gay, que é formado por guetos que são domínios sociais onde se realiza a auto-identificação.

Guetos estes que não devem ser interpretados como fortalezas (ENNES, 2016), no sentido de se fechar em um domínio para se proteger do mundo social, um espaço que está imune a discussão política, mas sim, compreendê-los como espaços de socialização que criam uma nova dinâmica social, com novas regras, novas relações de poder e onde o múltiplo vivencia novas alteridades, como acontecem, por exemplo, entre gays e travestis, gays e lésbicas, dentre outras.

O ato de se afastar para se encontrar não precisa se restringir às migrações, muitas vezes pode ser identificado na simples mudança de convívio, como o fato da mudança da escola para a boate.

A diáspora trans é constituída de uma forma bastante diversa e complexa, não existindo um padrão a ser seguido, mas, sim, várias interpretações e caminhos que apontam sua existência.

Como podemos ver até aqui, existem semelhanças e diferenças nos trânsitos entre as identidades de gênero e espaço-temporal das pessoas trans entrevistadas que revelam características dos conceitos de diáspora apresentado por Cohen, Hall, Brah, Fortier e outras/os tantas/os pensadoras/es sobre o assunto, sendo uma forma desconstruída de abordar o tema e apresentando uma nova perspectiva para ser adotada em futuros estudos.

Consideramos, aqui, a diáspora como a dispersão de populações em situações de crise, mas cada sujeita experiencia e segue fluxos de mobilidade de forma única, então a diáspora trans não é uma ação coletiva.

Também reconhecemos que não há um centro original específico, assim como não há um destino único também, apesar de que quando pensamos nos gêneros, acabamos trabalhando com o sistema binário para nos expressar, mas devemos nos recordar que entre estes dois polos que se estabeleceram, há uma infinidade de identidades que não são nomeadas, mas que existem, e que acabam por se enquadrar e nomear como sendo masculino ou feminino, além de adotá-los como referência para se construir.

Em relação à aceitabilidade da/o outra/o, as pessoas trans são levadas a acreditar que não serão bem recebidas por conta dos contextos de onde vieram, que são em grande parte repletos de violências. Outro fator que lhes traz esta insegurança são os discursos hegemônicos que são revistidos de ódio perante as sujeitas trans, levando-as a buscarem a solidariedade entre outras pessoas trans.

Esta busca e acesso a novas redes, impactam diretamente nas construções identitárias, assim como se torna um espaço de refúgio, pois a convivência com outras pessoas trans lhes permitem se apresentar como desejam sem ser censuradas, podem trocar experiências e passam a criar laços fraternos que lhes garantem a sensação de segurança, mesmo para aquelas que precisam conviver em ambientes perigosos, como é o caso da prostituição.

Quando pensamos na questão do desejo de retorno ao “lar”, compreendendo este lar como o ponto de partida (cidade ou gênero), a situação é bem complexa e ambígua. No caso do gênero, para as Entrevistadas desta pesquisa, este desejo é nulo, pois ao território masculino de onde partem elas não desejam retornar, é um

território que gostariam de esquecer e se afastar o máximo possível, referindo-se a sua construção e não em relação aos relacionamentos afetivos.

Apesar da existência de casos de reversão (destransição) na população trans, não há estatísticas oficiais sobre este assunto, existem poucos artigos¹⁰⁴ sobre esta temática, algumas matérias de jornais, blogs e vídeos no youtube, que apresentam causas diversas deste retorno ao gênero designado ao nascer, que em sua maioria são interpretadas e sintetizadas como arrependimento. Ainda há também uma vertente de discursos sobre o assunto por parte de uma parcela conservadora da sociedade, que aborda o assunto a partir de um olhar biologizante e religiosa, colocando-se como curadores de algo que não é doença.

Com referência ao local geográfico de origem, entretanto, há esta vontade de retorno, não necessariamente para cidade onde nasceu, mas para a cidade onde construiu vínculos afetivos que lhe fazem interpretar como seu lar. Principalmente entre as mulheres trans/travestis que migraram para o exterior, com exceção de uma delas, todas as demais retornaram para o Brasil e declararam estar felizes em ter retornado para sua terra natal, pois sempre enxergaram sua estada na Europa com o objetivo de agregar recursos financeiros para se estabelecerem com conforto no Brasil.

Um Brasil que não é mais o mesmo, como consequência da condição da vida de migrante e do entre-lugar que habita, mas que faz parte do seu imaginário e pertencimento. Sendo assim, percebemos que a diáspora trans pode ser compreendida como desterritorializada, pois ocorre por meio do atravessamento de fronteiras que é permeado por negociações e hibridações, desencadeando processos relacionais e situacionais em um contexto fluido.

Na diáspora trans, temos de forma clara uma multilocalização nos dois aspectos, tanto geográfico quanto de gênero, onde são reveladas as dificuldades de pertencimento a uma única identidade, assim como foi dito por Brah e Hall, por causa dos múltiplos pertencimentos das/os sujeitas/os diaspóricas/os que passam por conflitos internos e externos para se encaixar em uma identidade específica, desta maneira, “ser mulher trans/travesti”, por exemplo, ganha interpretações

¹⁰⁴ Dentre os poucos artigos visto, temos o artigo “DESTRANSIÇÃO: O ARREPENDIMENTO QUE SURGE EM PÓS-OP” de autoria de Hudson A. R. Bonomo, que apresenta alguns números e pesquisas internacionais para debater a questão. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329717339_DESTRANSICAO_O_ARREPENDIMENTO_QU_E_SURGE_EM_POS-OP. Acesso em: 19/10/2019.

distintas a partir da subjetividade de quem (pessoa cis ou trans) constrói esta categoria, pois perpassam aspectos históricos, culturais, políticos e relacionais.

E esta construção se dá de forma situacional e relacional sempre, então a própria categorização é multilocalizada e fluida. E é nesta teia de interdependência que existe entre a/o outra/o e o eu que as construções das identidades ganham notoriedade e materialidade, sendo o espaço de diáspora a arena das negociações, que geralmente acontecem em clima de tensão e disputa, com base nas relações de poder que estão em jogo.

Esse processo de identificação na diferença consolida redes que surgem das dinâmicas migratórias de gênero e espaço-temporal que são vivenciadas pela população de mulheres trans e travestis brasileiras. Veremos na seção a seguir como este tecido social é constituído por uma trama de fios que se entrelaçam e apresentam um contexto de solidariedade, mas também de oportunismo, no mercado da prostituição nacional e internacional, apresentando as vivências das entrevistadas como baliza pra essa reflexão.

7 Conhecendo as Redes Trans da Prostituição

Partindo da concepção de sociedade de Elias, que é fundamentada acerca da ideia de que há uma rede interdependente de pessoas de acordo as funções desempenhadas nas relações sociais, temos um modelo relacional. Como já vimos, o autor traz a metáfora do tecido para representar as sociedades, sendo os fios interpretados como redes que se trançam, representando as relações sociais de interdependência (as configurações) que acontece entre os pontos nodais (as pessoas), e o conjunto (o tecido) é o resultado final, a sociedade.

Então, vamos pensar em nossas redes compondo tecidos multicoloridos formados por fios e pontos de diversas cores representando a diversidade étnico-cultural e de gênero. Partindo desta perspectiva relacional, consideramos que as relações e as trocas que ocorrem nas redes constituídas são recíprocas e interdependentes, onde cada sujeita/o se constrói como consequência das alteridades e identificações.

Há redes estáticas e institucionalizadas e outras redes que são dinâmicas e flexíveis. Apesar de se materializarem e serem reveladas pelas relações sociais das/os sujeitas/os que estão em jogo, não há como estabelecer regras gerais com

base em seus elementos isolados e como as/os sujeitas/os e contextos não são fixos, as redes são imaginadas de forma fluida, cíclica e muitas vezes invisível.

A invisibilidade da rede se dá considerando as relações sociais indiretas, como o simples fato de transitar em um mesmo espaço sem se comunicar diretamente, mas a presença de ambas as pessoas interfere na/o outra/o, seja por um sentimento de identificação e/ou rejeição.

Sendo assim, as redes que se estabelecem, considerando as funções sociais assumidas por cada sujeita/o nas relações de interdependência que vivemos em sociedade, irá determinar os comportamentos dos indivíduos contextualmente, mas também irá promover uma reflexão acerca das suas relações passadas, assim como nas relações atuais e futuras com outros indivíduos.

A invisibilidade desta ordem que se estabelece por meio de normas dá origem aos sistemas sociais que irão estabelecer redes específicas e determinar quem é legítima/o a integrar determinado espaço e manter vínculos com as/os pertencentes a este contexto. Estas ações acontecem em locais públicos e privados, família, atividades profissionais, educação, esportes, sexualidade, religiosidade, legislações e muitos outros fatores e espaços que são cerceados por uma rede invisível instituída que conduz as pessoas e às fazem acreditar que é uma escolha natural.

Quando falamos de prostituição compulsória, estamos pensando neste sentido que há uma rede invisível que determina que este espaço de heterotopia foi destinado a toda mulher trans e travesti, pois é vendida pela sociedade em geral, incluindo uma parcela da população LGBTQIA+, a imagem de que é um espaço onde terão legitimidade para vivenciarem sua identidade transgressora e a única alternativa para sua existência. Enquanto todos os demais espaços são negados a estas pessoas, muitas delas são induzidas a pensar que não têm direito a acessar outros caminhos ao serem submetidas aos processos de controles e proibições.

É a peculiar divisão dentro do homem, que se acentua na mesma medida em que os aspectos da vida humana que podem ser exibidos na vida social são separados dos que não podem, e que devem permanecer "privados" ou "secrets". A sexualidade, tal como todas as demais funções humanas naturais, é fenômeno de todos conhecido e é parte de toda vida humana. Vimos como todas essas funções são, aos poucos, carregadas com vergonha e embaraço sociogenéticos, de modo que a simples menção delas em sociedade passa cada vez mais a estar sujeita a grande número de controles e proibições. (ELIAS, 1994a, p.188)

Contudo, essa estabilidade da ordem criada pelas redes que estabelecem o hegemônico e a homogeneização é abalada pela perspectiva da heterogeneização, que segundo Milton Santos (1996), em contrapartida a constituição de uma rede ocorre o estabelecimento paralelo e eficaz de sua face oculta, que desordena, desintegra e desfaz antigos espaços e constroem novas possibilidades territoriais.

A partir da alteridade e do desejo de acessar espaços negados se estabelece um contramovimento, que são redes geradas por grupos marginais para estrategicamente minar os bloqueios criados pelos sistemas, revelando o diverso, a/o outra/o.

A imigração ilegal pode ser apreendida como uma rede de contramovimento que tem a xenofobia como consequência e a transgeneridade segue a mesma trajetória em relação ao sistema cisnormativo. São ações que desestabilizam o legítimo e se colocam como alteridade que age reforçando a identidade dos estabelecidos, mas ao mesmo tempo desvela a/o outra/o que era invisibilizada/o provocando fissuras nas construções de ambos. É uma via de mão de dupla.

Iremos nos ater aqui nesta seção sobre as redes de prostituição que emergiram das entrevistas realizadas, demonstrando as características e peculiaridades que possuem no contexto nacional e internacional, demonstrando como entram nesse jogo diversos marcadores sociais que irão conduzir as relações sociais entre as/os sujeitas/os envolvidas/os.

Veremos como os rótulos e estigmas são acionados, tanto da parte dos clientes quanto das outras trans e governos, além de evidenciar as estratégias que são utilizadas para alcançar o sucesso neste mercado, tais como, o acesso às hospedarias, transportes, passagens e documentos, além de ratificar a interconexão entre as redes das drogas e da prostituição.

Iniciaremos com as experiências no contexto nacional e depois abordaremos as viagens e vivências no contexto europeu, perpassando por temas pertinentes aos dois contextos, tais como: perfil das cafetinas, problemas com a justiça e polícia, relacionamentos amorosos e casamentos, dentre outros assuntos que foram citados pelas entrevistadas.

7.1 A rede da prostituição trans no Brasil

Eu fui morar com ela, só que ela tinha um marido e você sabe que homem é problema na vida de uma bichinha nova, novinha, 14 anos

e meio... a bicha já estava com 32 anos. Quando eu cheguei ela disse: “não olhe para o meu marido”... quando eu cheguei, né, o marido dela comedor de cu, né? Chegou um cuzinho novo... hoje eu entendo. Ela me deu uma penca de vestidinho e quando eu fui pra casa dela, ela me deu uma penca. Eu era praticamente uma empregada doméstica. [...] “Aí, mona, seu marido, quando você saiu ele me pegou a força pelo cabelo e me levou para o quarto e disse que era pra eu ficar caladinha e me comeu... eu não sei como eu estou viva”... pra quê eu fui dizer isso? A pessoa que não tem, né? Aí fui expulsa da casa dela, a culpada era eu porque eu botava roupas curtas, porque... aquelas coisas que eu não gosto de lembrar. [...]. Eu vim do interior... a bicha que tinha um marido, me botou pra correr. Aí na pista tinha conhecido [nome suprimido], aí a bicha viu que eu ganhava bem, aí disse: “aluga tal lugar que a gente vai com você e depois a gente paga”... e eu fui. Com dois dias o despejo veio. Elas foram pra casa dos parentes delas que eram de Salvador e eu fiquei na mão, sem ter beira, nem eiras pra ir. Eu disse: “mona, eu não tenho ninguém... me botaram pra fora de casa, minha vó vendeu a casa pra onde é que eu vou?” Eu não tinha ninguém. Aí o policial do despejo disse “olhe... a dona que aluga aqui a vocês tem uma pensão só pra homens, ali perto da Saúde [bairro de Salvador]”. Aí me indicou uma pensão só pra homens. Aí eu tinha o telefone da casa dela... aí eu liguei pra ela e disse: “Eu paguei um mês adiantado... um mês.. e minhas amigas são daqui, eu sou do interior. Pra onde é que eu vou?” Ela: “Você aceita morar na pensão? Eu tenho uma pensão aqui na Saúde, mas só tem homem, por enquanto, mas eu vou lhe arrumar um quarto depois de um dia ou dois, eu lhe arrumo um quarto pra você morar só porque você é muito mulher”. Eu disse: “mulher, eu aceito qualquer coisa, até porque eu tô na rua.” Só trabalhador da Petrobrás que morava na Saúde, só homem morando. Um às 18h, 19h eles chegaram e me viram e pensaram que eu era mulher... “O que essa mulher tá fazendo aqui?” Eu falei “querido, eu sou homem” (risos). Pra mostrar que era homem, tinha que comprovar miséria. Eu sou é homem. Eu era muito feminina, ninguém dizia que eu era viado e isso a dona da pensão tinha um bar em frente à pensão só pra homem, o bar só frequentava homem... eu colocava minha minissaia e o bar encheu de homem tomando cerveja e achando que eu era mulher, todos pensando que eu era mulher. A dona da pensão adorou que eu dava lucro. Era baiana cafetina problemática. No outro dia, ela tinha um quarto vago só pra mim... eu já tinha pago um mês da pensão que tombou e agora dei mais dinheiro. No primeiro dia eu fiz 3 portas... um dinheirão. E ela foi dando tudo. Colocou um bofe pra correr, um que morava sozinho pra botar a bicha aqui. (ENTREVISTADA 5)

A Entrevistada 5 conhece uma travesti enquanto morava com seus avós em Morro de São Paulo - Valença (BA), conforme já foi contextualizado na seção anterior. Ao aceitar o convite para morar com esta travesti que conheceu, vai para Salvador e dá início a um ciclo de migrações que vão se tecendo ao longo de sua vida a partir do momento que integra a rede da prostituição.

Depara-se com mais uma situação de violência, pois a travesti que a levou para morar em Salvador tinha um marido que na primeira oportunidade que ficaram a sós, abusou sexualmente dela. Ainda adolescente e com pouca experiência, ao ser expulsa da casa desta travesti por revelar o que aconteceu, ela se viu perdida e partiu para a prostituição, porque no momento era a única alternativa que ela conseguia visualizar.

Nesse pouco tempo que estava em Salvador, ela conheceu uma boate e a rua onde acontecia a prática da prostituição, então seguiu para lá na tentativa de se reestabelecer na cidade e assim foi feito, conheceu duas outras travestis que fizeram a proposta de dividirem um quarto em uma pensão que alocava as mulheres trans e travestis e mulheres cis que se prostituíam no centro da cidade e assim foi feito.

Por ser nova e bonita, logo conseguiu clientes que lhe garantiu o dinheiro para se hospedar nesta pensão, porém com dois dias que estava hospedada na pensão, o espaço foi fechado e novamente ela ficou sem opção, surgindo como alternativa morar em um espaço mais distante do centro (que pertencia à dona da pensão que foi fechada) e que não era específico para prostitutas, ao contrário, era um espaço reservado para homens trabalhadores da Petrobrás.

E o que poderia ser um problema tornou-se uma boa estratégia para ela e para a dona da pensão, pois a presença dela atraía mais clientes para o bar da dona da pensão e a Entrevistada 5 conseguia clientes sem muito esforço e sem concorrência neste ambiente.

Após um ano em Salvador, ela conhece um homem de meia idade que lhe leva para São Paulo, onde ficou apenas oito dias, pois presenciou o assassinato de uma colega de trabalho (com idade próxima a sua) e novamente usou sua rede de clientes para poder ir embora, pois se sentia insegura e queria ir para o Rio de Janeiro.

Uma amiga falou que o Rio era tranquilo... que São Paulo ganhava mais dinheiro, mas, que o Rio era mais tranquilo. E eu não queria voltar pra Salvador. Eu tava na intenção de ficar por lá e ir pra Itália. [...] E a cafetina que eu morava dizia: “você é a única travesti que não é drogada”... eu não bebia, estava em ordem com minhas coisas aí a cafetina não queria que eu fosse embora... só que eu já tinha pencas de dinheiro com ela guardado. Eu deixei todo o dinheiro com ela, foi por isso que ela me liberou, porque se não, não liberava. Eu disse “mona, eu tô com medo de ficar aqui, fique com meu dinheiro e deixe eu fazer só essa noite pra juntar o dinheiro e pra ir pro Rio”, foi daí que ela liberou, porque eu tinha mais uns 5 salários mínimo na

conta. [...] Eu só tinha identidade na época... e escondi na calcinha... deixei as minhas coisas lá... me arrumei pra rua de noite e ele [um cliente] me levou pro Rio, ele sozinho... no carro dele. Deixei tudo lá, só trouxe a minha identidade. [...] Depois de uns dois meses no Rio eu coloquei silicone. Eu trabalhava só na Lapa, no centro, e ganhava quanto eu queria. Só que minha cafetina dizia assim: “[supressão do nome], você é bicha de Copacabana”... só que... Copacabana tinha que ter uma bota e ter silicone. (ENTREVISTADA 5)

Nesta rede, há um contexto de opressão e exploração que se evidencia na atitude da cafetina, quando não queria permitir que ela deixasse sua pensão, apesar do ocorrido. Expressa um cenário de desequilíbrio onde temos de um lado a cafetina que superestima todos os serviços e produtos que oferta e do outro lado as travestis/mulheres trans que se submetem a estas condições por ser a rede que têm acesso, pois são espaços que não precisam comprovar renda e nem ter fiador.

São espaços que compreendem sua identidade de gênero e não sofrem discriminação, mas tudo isso é pactuado a partir da lei estabelecida por quem está na condição de privilégio nas relações de poder, que neste caso é a cafetina e sendo assim, sente-se no direito de intervir na liberdade de ir e vir das pessoas que participam de sua rede.

Esta configuração das relações reituclares entre cafetinas e mulheres trans e travestis prostitutas, representam um movimento verticalizado, onde temos as cafetinas na condição de privilegiadas, usando as relações “de poder para explorar outras [pessoas] para os seus próprios fins” (ELIAS, 2008, p. 101), enquanto as prostitutas se submetem a estas condições por causa do maior grau de dependência que tem em relação às cafetinas para o exercício de seu trabalho.

Elias vai se debruçar sobre a teoria dos jogos para tornar mais claro como as relações de interdependência são negociadas dentro das relações de poder, revelando modelos diversos que leva em consideração as configurações de interdependência funcional entre as/os sujeitas/os em análise.

Os modelos demonstram de um modo simplificado o caráter relacional do poder. Ao utilizarmos os modelos de jogos de competição para tornar evidentes as configurações de poder, o conceito de «relação de poder» é aqui substituído pelo termo «força relativa dos jogadores». E mesmo esta frase pode ser mal interpretada, se a considerarmos como um absoluto. Contudo, é óbvio que a «força» do jogo de um jogador varia relativamente ao seu adversário. O mesmo acontece com o poder, e com muitos outros conceitos da nossa linguagem. Os modelos de jogo ajudam a mostrar como os problemas sociológicos se tornam mais claros e como é mais fácil lidar com eles se os reorganizarmos em termos de equilíbrio, mais do que em termos reificantes. Conceitos de equilíbrio

são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros, do que os conceitos modelados em objectos imóveis. (ELIAS, 2008, p. 81)

No caso cafetinas (A) *versus* prostitutas (B), tomando como modelo de análise o isolamento desta relação, temos um “jogo de duas pessoas” em que A é a jogadora mais forte e possui o controle sobre B nestas condições, porém o jogo muda à medida que a relação de dependência de B seja minimizada, como acontece quando B acessa novas conexões da rede que lhe ofereçam condições melhores de reciprocidade, além da situação em que B consegue guardar dinheiro suficiente para se tornar independente de A, ou seja, “quanto mais diminui a diferença de forças entre A e B menos poder terá cada jogador para forçar uma determinada tática no outro” (ELIAS, 2008, p. 89).

O relato da Entrevistada 5 ainda nos apresenta outra rede que se estabelece neste mercado, que é a rede do corpo. Criaram-se perfis de corpos que são reconhecidos como legítimos para estarem presentes em determinado território e para exercer a prostituição. Quanto mais distante deste padrão estabelecido, menos acesso terá aos espaços, além de ter sua identidade de gênero questionada e refutada pela própria população trans.

Esta cobrança de enquadramento estimulou a criação de clínicas especializadas nos procedimentos de feminilização corporal, sendo muitas delas ilegais, assim como, “profissionais” que fazem uso de técnicas alternativas para construção da imagem determinada como feminina, como é o caso das bombadeiras.

Ah... era assim, naquela época... ééé... tinha a bombardeira falava do resguardo que a gente tinha que ter... ééé... de não usar salto alto, não comer porco, aquelas coisas todas né? Mas assim... tipo assim, quando se compara o silicone daquela época do ano de 93 com o silicone de hoje, porque assim, hoje em dia todo mundo é bombardeira ,né, aqui no Brasil pra ganharem dinheiro né? Aí o que acontece, antigamente se bombava com o autêntico silicone que se chamava barramil. Na realidade, nada mais é do que um lubrificante pra umas peças lá de avião... um lubrificante lá de aeronaves. Mas ele puro como ele é. Quando eu bombei lá no Rio, algumas pessoas já tinham dado rejeição... no meu caso, não. Mas se comparar aquela época com os tempos atuais... ééé...muito difícil encontrar uma bombardeira que vá injetar silicone puro em você. Ela sempre vai mesclar aquele silicone puro com outra coisa pro silicone fazer render... né? Pra ela ganhar mais dinheiro. Tanto é que hoje em dia quase todos os estados brasileiros têm meninas internadas com problemas gravíssimos de silicone injetado, entendeu? [...] Agora

recentemente, eu estive em Maceió e me falaram que tinha três internadas lá... aqui se eu não me engano, parece que tem duas internadas... mas aqui já teve vários problemas sérios sempre. E o único problema aqui, no Brasil todo, tirando São Paulo, né? É que os médicos não são capacitados pra lidar com esse tipo de problema, né? Você chegar lá pro médico e fala que tá com uma rejeição de silicone, você não tem um médico capacitado para lidar com aquele problema. (ENTREVISTADA 4)

Eu coloquei lá na Itália mesmo, né? Eu fui com essa minha amiga trans, ela tinha colocado... mesmo médico... que tinha ido a primeira vez que eu coloquei a prótese. Cheguei e com 2 meses fui lá marquei com ele, disse o valor e a gente fez na clínica mesmo... é uma clínica que fazia laser, cirurgias... aí pronto, eu fiz em um dia. A clínica não tinha apartamento, aí eu fiquei em um hotel do lado e no outro dia eu fui pra tirar a faixa, que foi um momento ótimo, tirar aquela faixa. [...] O quadril foi quando eu volto da Itália, aí minha amiga ela foi botar e eu botei com ela [...]. Aí eu marquei na casa da minha irmã mesmo... ela pediu pra desinfetar tudo com álcool e tal. Deu o valor que era 4L... acho que era \$300 por Litro... é uma loucura. Hoje eu não aconselharia ninguém. A dor maior é depois que ela vai espalhar, né, faz uma massagem... você tem que ficar 10 dias deitada, sem se mexer muito... uma loucura. Mas nunca teve problema... ééé... desceu um pouquinho, mas só às vezes que sinto um negocinho. (ENTREVISTADA 6)

Há uma tendência em usar esse procedimento de risco, a injeção de silicone industrial, por ser mais barato e mais acessível, mesmo tendo ciência dos altos riscos à saúde. É um serviço que se tornou popular porque as prestadoras de serviço, as bombadeiras, estão inseridas na rede, são pessoas conhecidas, o que facilita criar os laços de confiança.

Não há um descaso em relação aos riscos, pois a maioria delas sabe o que pode acontecer, porém a pressão do mercado da prostituição e da própria população trans para a adequação do corpo ao perfil feminino que estabeleceram como referência é tão grande, que elas acabam cedendo e se submetendo aos perigos das intervenções corporais. Voltando às migrações nacionais temos:

Aí eu comecei com 27, 28 a ir para boates vestida de mulher... aí, minha mãe achou bonito, mas não era aquela cobrança... já meus irmãos, eles já foram com ignorância... “você tá na rua vestido de mulher”. A família começou e com o tempo foram se acostumando. [...] Eu comecei [a migrar] eu tava com 30 anos na época... eu conheci um menino e ele me levou pra Recife, que ele era de lá. Fui pra Salvador, Recife, Maceió, e como eu disse a você, lá eu passei muita picuinha, né, na mão dos travestis de lá. Você tem que ficar na casa de uma cafetina, tá, pra que ninguém mexa com vc na rua... elas perguntavam: “você tá na casa de quem? Você mora onde?”... elas não gostam de ver viado de outra lugar que sabe que vai ganhar dinheiro, né? Os homens pega e já não pegam elas mais. Então você tem que tá na casa de cafetina pra que elas não mexam com você. A

cafetina protege você, entendeu? Então vivi essa experiência... eu como outras também, né? [...] Só. Nunca fui pra Rio, São Paulo, não... BH. Porque na época, meu ex-marido dizia bem assim: "eu não tenho coragem de levar você pra esses lugares, não"... apesar que ele era garoto de programa e ele já foi, né? [...] Lá em Maceió mesmo tinha um travesti que queria me cortar. Ave Maria, eu não sei onde eu tava com a cabeça nessa época... eu tava doida. [...] (ENTREVISTADA 12)

Existe uma rede constituída em todo Brasil que torna seu fluxo dinâmico devido à diáspora trans, que é impulsionada por uma estratégia de mercado, pois na prestação de serviços a novidade atrai clientes. E assim as mulheres trans e travestis que estão inseridas no contexto da prostituição adotam esta estratégia e circulam pelo Brasil e Europa para oferecer seus serviços em novas praças. E esta circulação promove a troca de contatos entre elas sobre as cafetinas e características de cada cidade, porém, também desperta disputas territoriais que reverbera em conflitos e violências.

Nestes casos é importante a pessoa integrar uma rede administrada por uma cafetina que seja respeitada na cidade, protegendo-se destas situações. A prostituição de rua é um mercado que exige que esteja inserida/o em uma rede, que faça parte de um grupo, não havendo possibilidade de sobreviver de forma isolada, porque há um alto grau de periculosidade que só é amenizada pelos vínculos que se constituem ao integrar as casas das cafetinas.

Bom, meu anjo, as casas de cafetinas são o seguinte, tem umas que tem regras, outras não tem, entendeu? Tem umas que você pode fazer umas coisas, outras você não pode fazer. Nas que eu fiquei era tudo regrado, você pagava a diária por semana... se você quiser dormir você pagava um pouquinho mais, mas tinha comida certa. Eu morei numa casa em São Paulo que até o copo de água se eu derrubasse no chão, um pinguinho de água, você tinha que pagar. Então assim, é muito, muito, muito, muito doloroso, naquela época. Hoje em dia, não, as cafetinas... algumas, não todas... algumas viram até amigas. Então assim, elas tratam você como filha de verdade, e antigamente, não... você valia pelo que você ganhava, o lucro que você dava pra casa. (ENTREVISTADA 13)

Eu morei... em Salvador eu fiquei quase 1 mês. A primeira vez que eu fui eu fiquei em hotel, pagava a diária. Depois fui, voltei pra Aracaju, voltei de novo e fiquei na casa de dona Tânia. Fiquei 4 meses, pagava por semana... e elas queriam dinheiro... não queria nem saber, né? Pagava cafetina sim. Em Recife eu fiquei na casa de dona Socorro, morei quase 1 ano... pagava por semana... lá era bom de ganhar dinheiro, era ótimo, ganhava dinheiro toda hora na rua. Morei no marco zero lá em Recife, também em outra pousada que só pagava por semana também. Um dia eu tive que voltar pra Aracaju que eu não ia passar a vida inteira, toda, morando com a cafetina,

né? Eu tenho minhas coisas aqui, né, minhas casa. [...] Duas pessoas maravilhosas, viu? Quando ela via que a bicha pagava direitinho e não usava drogas, ela tratava o viado super bem. Mas quando via que a bicha era drogada, marginal, aí ela, sabe, era “uó”. Nestas pousadas moravam outras travestis também, né? Tinha puta também e família. [...] dona Tânia e dona Socorro era mulher, não era travesti não. Dona Tânia era uma pessoa maravilhosa, adorava os travestis, mas tinha que ser do jeito dela, entendeu? Ela cobrava o café também. Café, almoço... tudo na casa dela ela cobrava, até a água. (ENTREVISTADA 12)

Nessa exposição das falas a respeito das cafetinas, que integram as redes do mercado da prostituição, surgem concepções distintas sobre o perfil delas, algumas sendo representadas como severas e em outros casos como amáveis. Há a questão da comparação entre o passado e o presente, relatando que hoje em dia as relações estão menos hostis e existe mais cumplicidade. Em todos os casos são explicitados que existe uma relação comercial e que o rigor e amor eram proporcionais ao pagamento dos serviços, então quem paga em dia tinha amor e quem atrasava tinha rigor.

Uma peculiaridade que surgiu foi o relato sobre a presença de mulheres cis nesta função de cafetinagem, pois o mais comum é que este papel seja desempenhado por mulheres trans e/ou travesti mais velhas, que geralmente não praticam mais a prostituição e usam dos recursos que guardaram para manter o capital de giro para dinamizar o mercado, locar ou comprar uma casa/hospedaria e fazer empréstimos às novas trans que desejam se inserir no mercado internacional para custearem as despesas iniciais, cobrando em troca juros altíssimos, garantindo assim sua nova fonte de renda. Veremos na próxima subseção o contexto europeu que aborda estas peculiaridades.

[...] eu que nunca tinha tido experiência com a prostituição, né, e me deparo com o Rio de Janeiro... então, eu vivi tudo ali. De tudo! Cafetina querendo bater na gente... minha sorte é que eu fico com uma... fui ficar na casa de uma companheira minha que já estava lá, então, pelo fato de eu estar lá na casa dela, eu me sentia mais protegida na rua, entendeu? Mas de outras coisas não, né? Tipo assim, de polícia levar a gente e bater, de repente a gente tá assim e passar uns rapazes dentro do carro com tipo uma metralhadora dando tiro em tudo, e a gente tinha que ficar tudo no chão para os tiros não pegar na gente, entendeu? Marginais em cima do morro pra roubar a gente... muita coisa! Uma vez eu tava trabalhando e eu estava sentada em cima de um carro, e eu não sabia que naquela época a polícia batia, né? E eu tomei uma surra terrível! Eu fui pra casa da minha amiga chorando, e ela falou assim: “enxugue suas lágrimas, querida, e volte pra rua. Que pra ir para a Europa vai ser muito pior do que você imagina. Isso aqui é só o começo.” Aí fui, fui

ficando lá... fiz a injeção de silicone no meu corpo, no meu peito e depois viajei pra Europa. (ENTREVISTADA 4)

[...] briga por conta de rua, marginais... mandava os marginais vim bater na gente... coisas que acontece até hoje, mas naquela época eu ainda, sabe, conheci uma que ela me dizia pra ter cuidado com a rua, pra ter cuidado com isso e aquilo. E realmente, não só aqui em Aracaju, mas Recife, Salvador... mas você sabe que rua é isso, não é um mar de rosa, você passa por muita coisa mesmo. [...] Pra você descer pra rua, você tinha que ter uma protetora, alguém pra te proteger na rua porque as outras travestis tomba você, tá? Não deixa você trabalhar, entendeu? Hoje Aracaju é uma mãe, desce tudo que é viado, tudo que é montagem aí na rua. Não tem mais bicha babadeira na rua pra tombar. [...] Sabe o que é pegar um carro e não saber se vai voltar? É difícil. Muitas morrem assim. Nunca fui presa. Mas outras foram presas porque vivem roubando. Já corri de travesti também, tem muito disso na rua. Viado batendo em viado. (ENTREVISTADA 12)

As narrativas acima apresentam contextos nacionais que se deparam com um cenário de violência e perigo, lidando com vários contextos abusivos desde a relação com a cafetina, passando pela relação com marginais/ladrões e as disputas territoriais que ocorriam com outras trans/travestis.

Uma rede permeada por relações tóxicas que torna a vida destas pessoas ainda mais difícil, tendo em vista que a prostituição não foi uma escolha, mas, sim, uma determinação do sistema heteronormativo, que proporciona a negação ao acesso a educação, porque a escola é um espaço de violência em um grau tão elevado que acaba por expulsá-las.

O sistema age sobre o mercado de trabalho formal que lhes fecham as portas por causa da sua identidade de gênero e pela pouca qualificação escolar. A família também age sob a tutela da heteronormatividade não dando apoio a pessoa trans e a expulsando do seu lar. O conjunto destes fatores acarreta na prostituição compulsória.

Diferentemente das três Entrevistadas (1, 3 e 8) que conseguiram escapar deste processo e hoje, juntamente com muitas outras, tornaram-se referências de profissionais de outras atividades, dando visibilidade aos caminhos diversos que as mulheres trans e travestis podem seguir e que estão para além do que se convencionou entender como única possibilidade, a prostituição.

No caso destas três Entrevistadas, elas possuem em comum o fato de se perceberem trans com uma idade mais avançada, possibilitando que tivessem acesso à educação e se inserissem no mercado de trabalho formal, conseguindo

negociar sua transição sem precisar recorrer à prostituição. Elas constituíram-se como representatividade do processo de desconstrução de discursos estigmatizantes, mas ainda assim, é um percurso distante da realidade da maioria das mulheres trans e travestis. Seguindo com os fluxos migratórios impulsionados pela prostituição temos.

A partir dos 17 anos de idade dei umas voltas por quase todo o Brasil e ficava em cafetinas. O que me motivou foi a necessidade de um futuro melhor, dificuldades todas passam... em 2007 fui para Itália, levada por uma amiga (não fui cafetinada), mas fiquei apenas quatro meses porque fui deportada. Lá eu morava com minha amiga que me levou e só trabalhava em casa, quando fui trabalhar na rua a polícia me prendeu e fui deportada. Passei 15 dias presa e eles me puseram no avião e me mandaram de volta pra o Brasil. Não tive problemas com a língua italiana, pois aprendi com minhas amigas e com um tradutor que comprei. Quando voltei, continuei viajando, mas dessa vez fiquei só no Nordeste, fui pra Bahia, Pernambuco e Alagoas até 2009 e depois voltei para Aracaju e não me mudei mais. (ENTREVISTADA 11)

Muitas meninas da minha época... ééé... migravam pra outros estados onde tinha mais trabalho, onde se ganhava mais, tipo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, né? Iam lá trabalhar, lá pra ver se ganhava um dinheiro pra poder ir para a Europa, entendeu? Porque... principalmente aqui no Nordeste, houve uma migração das travestis do Nordeste pra lá, do que as de lá pra cá. Entendeu? Então, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais era a rota de quase todas as travestis transexuais daquele início dos anos 90. Bombavam o corpo de silicone pra ganhar mais dinheiro pra depois comprar a passagem e ir pra Europa. (ENTREVISTADA 4)

Os relatos acima demonstram a transição da circulação interna para a circulação internacional que a prostituição proporciona. A Entrevistada 11, por não ter tomado as devidas precauções necessárias para se estabelecer no mercado europeu, acabou tendo uma curta temporada na Itália, sendo deportada por estar em situação irregular no país.

Esta é uma das primeiras regras apreendida pelo depoimento das demais colaboradoras desta pesquisa, não deixar a polícia lhe prender no período posterior aos três meses que o visto de turista permite a permanência no país, e, caso seja presa, não deve estar de posse do passaporte, pois sem o passaporte não podem lhe deportar.

Veremos a seguir os relatos sobre as imigrações internacionais e as estratégias utilizadas para: evitar as deportações, se estabelecer no mercado, lidar com as relações de alteridade que as identidades de imigrante e trans

desencadeiam, além de desvelar as pessoas e espaços que integram essa rede internacional.

A Entrevistada 4 revela os fluxos migratórios que eram mais intensos do Nordeste para o Sudeste, tendo como principais rotas na década de 1990, segundo ela, o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, por serem mercados onde se obtinha um retorno financeiro maior, possibilitando atingir o principal objetivo que era reunir o dinheiro suficiente para migrar para Europa e evitar contrair empréstimos com as cafetinas para as despesas da viagem, porque os juros que incide sobre este recurso são muito elevados.

Como estratégia para agregar valor aos seus serviços, elas bombavam o corpo, porque quanto mais atraente torna-se o corpo mais clientes conquistava, além de gerar a possibilidade de aumentar o valor dos serviços durante a negociação do programa. Para quem tinha a Europa como meta, geralmente este era o percurso que seguia, tanto para acumular dinheiro quanto para se inserir nas redes que possibilitavam o acesso à migração internacional.

7.2 A rede de prostituição trans na Europa

A cafetina [na Itália]... que é uma trans que já tá lá há muito tempo e comanda o local que minha amiga trabalhava, e pra uma novata chegar tem que pagar... aí eu paguei. Menos de 15 dias eu já tinha pago, depois ela queria mais dinheiro... foi muito difícil esse primeiro mês, foi muito complicado porque é um meio que eu não conhecia, a prostituição, a relação com a questão das drogas, né? Muitas acabam exigindo dinheiro pra manter a droga... foi mais complicado inicialmente. Depois a questão de ser imigrante, travesti... medo da polícia, correr, né, quase diariamente quando vinha o carro da polícia e tal. Mas mesmo assim eu acabei ficando 1 ano e 3 meses porque eu tinha o objetivo que era comprar minhas coisas no Brasil, mas mesmo assim eu acabei ficando. Deu vontade de voltar logo no primeiro mês, dois meses depois, mas depois com o sonho de comprar minhas coisas, eu acabei ficando esse 1 ano e três meses. (ENTREVISTADA 6)

A cafetinagem na Europa envolve além das despesas de hospedagem e a alimentação, o pagamento pelo ponto (local de trabalho) e proteção (usar o nome da cafetina como referência em caso de conflito com outras trans e polícia).

Além disso, esta relação de cafetinagem na maioria das vezes antecede a chegada à Europa, ainda no Brasil, a mulher trans/travesti que deseja se inserir no mercado da prostituição na Europa, pode estabelecer vínculos com estas cafetinas e firmar acordos de empréstimos para pagamento das despesas das viagens e

documentos que serão pagos com altos juros, tornando-se uma dívida altíssima que só após muitos meses de trabalho na Europa conseguem liquidar.

No caso da Entrevistada 6, ela alega que com 15 dias de trabalho pagou sua dívida porque ela não fez empréstimo, ela foi pra Europa com o recurso da venda do salão de beleza que havia montado no Brasil, porém não havia como fugir das despesas diárias referente a hospedagem, alimentação e local de trabalho.

Estas cafetinas que as recebem são mulheres trans/travestis mais velhas, geralmente brasileiras, que criam essa estrutura para ser sua nova fonte de renda, que por conta da sua idade são levadas a deixar a prostituição de rua, passando agora para a gestão destas hospedarias e na articulação das redes trans.

Naquela época, quando eu cheguei lá já tinha a remessa dos anos 80, já existia a remessa dos anos 80... que elas que tinham fundado entre aspas, né? Várias cidades, vários interiores... eram as famosas cafetinas das cidades mais pequenas, entendeu? Pra você ficar ali, você tinha que pagar um valor caríssimo, entendeu? Ou nem pagando entrava. Como naquela época, tipo assim, eu não conseguia tipo um ponto, nem nada, eu tive que aguentar durante muito tempo trabalhando em Milão. (ENTREVISTADA 4)

[...] cada uma da gente lá na Itália andava muito fácil porque é só a cafetina mandar o carro, é muito fácil... é só dizer o lugar e quem sabe dirigir aluga fácil. Vai de carros pequenos porque a polícia não para muito carro. (ENTREVISTADA 13)

A Entrevistada 4 apresenta o cenário da Itália da década de 1990, período que ela chegou na Europa. Foi preciso ficar em Milão que era um mercado amplo, porém com maior concorrência devido aos valores que se pagava pelo ponto de trabalho que eram menores e por receber os novos fluxos migratórios sem muitos problemas com as mulheres trans/travestis já estabelecidas.

As cidades do interior eram dominadas por mulheres trans/travestis que chegaram lá na década de 1980 e se estabeleceram, sendo que cobravam valores altíssimos para quem desejasse trabalhar nestas cidades, tornando o mercado destas cidades em zonas seletas e desejadas. Então Milão era visto como o “mercado popular” e as cidades do interior como “zona nobre”.

A Entrevistada 4 só acessou o mercado destas cidades depois de muito tempo trabalhando em Milão, após conseguir juntar um montante de dinheiro que lhe permitesse pagar para trabalhar nessas regiões, que o custo de acesso era elevado, mas o retorno financeiro compensava o investimento.

Podemos fazer uma analogia à falta de coesão e solidariedade entre os imigrantes de Winston Parva do livro *Os Estabelecidos e os Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) “que havia reunido no loteamento muitas unidades familiares relativamente pequenas e estranhas entre si - criava problemas específicos em quase todos os setores da vida” (p. 108).

A falta de unidade entre este novo grupo que chegava era por conta da formação cultural distinta dessas famílias que tinham origens diferentes, além de não se consolidarem como grupo homogêneo, ainda foram levadas a condição de outsider em relação ao outro grupo que desempenhavam as mesmas funções (eram operários), mas que por já estarem residindo na cidade há mais tempo e terem conseguido estabelecer laços comunitários de estabilidade, mesmo sendo imigrantes da mesma nacionalidade do novo grupo, colocaram-se na condição de superior e passaram a tratar os outsiders com exclusão e discriminação.

A Entrevistada 13 fala da importância das cafetinas para a mobilidade delas na Europa, pois como eram ilegais, não era recomendado andar de transporte público para não serem presas, sendo assim, os traslados delas eram realizados geralmente em carros locados ou táxis das redes de taxistas que as cafetinas possuem para esse fim, assim como pessoas legalizadas que cedem seus nomes para locação de carros. Veremos a seguir como a rede de prostituição é formada por diversas engrenagens que se encaixam para fazê-la funcionar, desde o ponto de origem das migrações (Brasil).

Eu paguei um taxista lá da Espanha para me deixar na fronteira da França e o outro foi me pegar, aí fui para a França. Fiquei sete dias na França... eu ganhava dinheiro, mas as bichas estavam sendo tombadas. A França tava começando um glamour tão grande que você nem imagina. Os homens cheios de ouro, cheios de glamour. E na França... da França fui para a Itália, foi o bofe que falava português que já tinha morado no Rio que me deu os endereços. [...] Fiquei no hotel Lugano, o mesmo nome da cidade. Quando eu tô no hotel, eu cheguei 12h no hotel, o talibã [gíria para policial] invadiu o hotel... truque!! Pra saber quem era o povo que tava no hotel. Mentira! Tudo comedor... pegou logo uma bicha que era meio homem, nunca esqueci ela com um monte de camisinha, porque as bichas do Rio de Janeiro disse pra gente não levar muita camisinha porque eles vão saber que a gente vai fazer a puta... aí pegaram logo ela e ela não tinha atração por eles... bateram logo na porta dela. Aí eu já fiquei nervosa... peguei a calcinha, a camisola transparente que eu tinha... quando bateu na minha porta, eu abri... joguei o cabelo assim [demonstrou]... eles disseram: “Você vai pra onde? Tá fazendo o que aqui?”... e eu mostrei meu passaporte... “você só tem 18 anos? Parece menos”. Tinha um que falava espanhol e espanhol a gente

entende, né? Aí eu só vi o chefão fazendo assim lá [gesticulou]... levou as bichas todinha e me deixou no hotel... quando deu meia noite ele veio e o taxista vinha me buscar também pra passar na fronteira da Suíça pra Itália. Aí ele disse: "eu sei quem vem te pegar, eu vim aqui só pra te comer"... respondi: "eu dou meu filho, sem problema" [risos]... dei gostoso! Ele não queria com camisinha e perguntou: "você não tem AIDS, não?"... e olha que eu tenho o babado, sabe? Eu peguei em 1991. Dei para o policial e o taxista foi me buscar. Quando eu cheguei na Itália eu fui morar em um hotel, porque a cafetina tava cheia. [...] Era 400 euros só pra atravessar. Eles exploravam demais! A gente ganhava bem. Mona, até eu não acreditava... quando eu botei o pé no centro de Milão, os clientes diziam Sali, eu pensei que Sali era saia... Eu perdi vários clientes porque eles diziam "Sali" e eu saia... depois que eu descobri que era entre. Eu pensava que eles estavam me mandando sair (risos). Teve uma bicha de Deus que disse..." bicha, os homens tão mandando você entrar"... "Sali é entre"... aí que eu cair na real. (ENTREVISTADA 5)

Os percursos para entrar na Itália, principal destino das mulheres trans e travestis que migravam para se prostituir nas décadas de 1980 e 1990, eram bastante complexos. Somente integrando a rede que se estabeleceu para esses fins era possível obter sucesso nesta travessia.

As barreiras legais agregadas ao estigma sobre as mulheres trans e travestis tornavam a viagem mais difícil, devido haver um rigor maior no controle de imigração sobre elas, por ter chamado atenção o crescimento do mercado da prostituição na Europa que tinha como protagonista as brasileiras. Então, o desafio era driblar esses espaços de controle, viajando para outros países e fazendo o trânsito por via terrestre.

A Entrevistada 5 conseguiu driblar esse controle utilizando algumas estratégias. Em cada país onde chegava e passava alguns dias para levantar recursos se prostituindo e se deparava com a polícia, correndo risco de ser deportada, por sorte, encontrava policiais que deixavam ela passar em troca de um programa ou simplesmente por ser solidário, como aconteceu na França.

Podemos verificar que o uso do charme e sensualidade aparece como uma estratégia para sair de uma situação crítica, sendo a feminilidade usada a seu favor para conquistar os policiais.

Algumas pistas já aparecem aqui de outras/os sujeitas/os e espaços que integram essa rede, como é o caso do Hotel Lugano que fica localizada ao sul da Suíça próxima à fronteira com a Itália, especificamente, na região conhecida como

Lombardia e tornou-se um ponto de apoio para imigrantes ilegais, sendo um espaço já conhecido pelos policiais.

Aparecem no jogo os atravessadores, que são as pessoas responsáveis por transportá-las de carro para atravessar as fronteiras. Outra particularidade que surge nas narrativas é a importância da rede no mercado de trabalho, quando ela cita o exemplo do problema com a língua (quando interpretou errado a expressão “sali”), que estava fazendo com que perdesse clientes, sendo orientada pelas outras trans que se solidarizaram e explicaram o significado da expressão.

Sendo assim, a rede tem dois caminhos: o solidário que toma como base a identidade de gênero e nacionalidade e a questão comercial que se constituiu em torno da diáspora trans.

Amizade, nacionalidade e o comércio são expressões dos vínculos que as trans vivenciam em sua dupla trajetória de mobilidade (gênero e espaço-temporal). Assim como foi sinalizado na obra *Atlântico Negro* de Paul Gilroy (2001) e *Da Diáspora* de Stuart Hall (2003), a solidariedade está presente na trajetória da/o sujeita/o diaspórica/o, seja antes da migração espaço-temporal, quando marcadores sociais já as/os aproxima.

No caso das duas obras acima era a etnia que gerava a solidariedade, enquanto aqui esta aproximação acontece pela transgeneridade, sendo as lutas sociais um exemplo para ambas as situações. Durante e após a migração esta solidariedade também é um fator presente, pois é o elemento fundante das redes que se constituem em torno da diáspora.

Diferentemente do *Atlântico Negro* que discute a diáspora a partir da escravização dos povos africanos, a obra “Da Diáspora” e esta pesquisa discute a/o sujeita/o contemporâneo imerso na globalização, problematizando a fragmentação do indivíduo e dos espaços, mas que não perde de vista esta solidariedade que os une, seja por laços fraternos, de nacionalidade, pela etnia ou pela transgeneridade.

Assim como Safran (1991) já sinalizava em sua lista de características da diáspora, que as pessoas que viviam a diáspora mantinham laços com familiares e amigas/os que havia deixado para trás e a solidariedade era a base deste relacionamento (ver citação da página 150), Cohen (1999) vai abordar a solidariedade e o senso de empatia como característica das/os sujeitas/os diáspóricas/os ao se encontrarem em outros países.

Avtar Brah (2011) ao abordar a questão da diáspora também vai repercutir a questão da solidariedade como um elemento fundamental para gerar coesão entre semelhantes, mesmo que de origens e nacionalidades distintas, trazendo como exemplo os movimentos negros na Grã-Bretanha:

O sujeito político "negro" na Grã-Bretanha surgiu como um significante das histórias coloniais emaranhadas e racializadas dos colonos "negros" descendentes de africanos, asiáticos e caribenhos, afirmando uma política de solidariedade contra o racismo focado na cor da pele. O texto silencioso de "não-brancura", que opera como um tema comum dentro desse discurso (apesar da racialização diferencial desses grupos), serviu para dar impulso para um grupo de pessoas que seriam heterogêneas. (BRAH, 2011, p. 36, tradução nossa)

Substituindo essa questão da “não-brancura” por “não-cishétero”, percebemos que há um movimento semelhante em relação à solidariedade das pessoas trans que vivem em diáspora no mercado da prostituição, que apesar da disputa territorial que existe e da divisão de áreas por nacionalidades, acabam por integrar uma rede maior, que é a dos movimentos sociais que unem todas elas pela transgeneridade na luta por direitos, dentre eles os processos migratórios, serviços de saúde, dentre outras pautas.

Entretanto, fazendo uma análise microssocial ainda vemos que a solidariedade nem sempre existe no encontro entre duas mulheres trans/travestis, pois a questão do risco de ser denunciada pela outra em uma situação de controle, pode impedir que este sentimento aflore, assim como, o lucro pode ser a prioridade destas pessoas que estão inseridas na rede do mercado da prostituição em detrimento da empatia, como veremos no relato a seguir:

[...] quando eu comprei a passagem, eu comprei com Dona Vilma. Ela já passou no Fantástico, travesti/transsexual... ela traficava, entendeu, travesti e transsexual para Europa. Eu comprei com ela a passagem, e ela falou que não ia nenhuma travesti dentro do avião, que eu ia sozinha pela TAP Portugal... isso em 2004. Tudo bem, cheguei no aeroporto vestida de mulher, que tinha acabado de colocar o peito e eu queria me aparecer... fui com decote, uma jaqueta por cima, quando eu cheguei lá, simplesmente tinha mais três travestis para embarcar, entendeu? Elas vestidas de homem e eu de mulher. Era duas cafetinas e uma era a filhinha delas, só tava levando, mas muito femininas. Elas chegaram perto e falaram: “vai pra onde toda fechosa?” e eu disse: “tô indo pra Espanha, querida”. Pronto, aí ficamos sabendo naquela hora que dona Vilma tinha enganado a gente né? Pronto, fomos todo mundo na mesma fileira do avião. Quando chegou lá em Portugal, que foi a primeira parada, eu tive que me afastar delas, porque elas não queriam ficar perto de mim. E tinha cinco filas e eu fui pra uma fila diferente, e eu fiquei

olhando pra onde elas iam. Uma passou, quando chegou lá na frente a polícia levou pro canto e a outra também foi para outro canto, a outra foi embora direto. [...] as duas cafetina voltaram e a menina que elas iam levando, passou. As duas cafetinas voltaram porque elas já eram batidas, né. [...] Quando ela [a policial] bateu o carimbo vermelho, eu pensei que eu ia voltar e aí a lagrima caiu do olho. Só que eu não fiz escândalo nenhum, eu fiquei em choque. Eu disse: “seis mil e quinhentos perdido” (risos), aí foi quando, simplesmente, ela disse: “boa viagem!” apertou o botãozinho e a porta se abriu... peguei o voo para Madrid, entendeu? E eu passei. (ENTREVISTADA 13)

Trazemos essa citação para apresentar que o simples fato de ser trans não conduz à solidariedade entre elas, precisa integrar a mesma rede para ter ações de cumplicidade. Não houve solidariedade no encontro entre as mulheres trans/travestis, cada uma pensando apenas em si para não ser flagrada pelo controle da imigração, além do fato que a fornecedora das passagens não age com ética, pois garantiu que não haveria outras pessoas trans no mesmo voo, mas não cumpriu. Esta ação é necessária para evitar que desperte a atenção do controle de migração, como aconteceu no caso abaixo:

[...] eu fui deportada... da Áustria... por causa de uma bicha que eu levei. A bicha levou duas caixas de camisinha e pica de plástico dentro da mala e eu ainda fui dizer... eu tinha passado já e eu fui dizer “a bicha tá comigo”... “tô esperando ela”... perguntaram “ah, você tá com ela? Ah, você tá com a puta?” Quando eu vi... eu disse: “bicha, quem mandou você trazer pica de plástico e camisinha?” e ela respondeu: “Ah, mona, você disse que podia trazer o que quisesse”. Isso foi em 97. (ENTREVISTADA 5)

Voltando à citação da Entrevistada 13, outro aspecto neste sentido é quando as outras trans pedem para que ela se afaste delas como estratégia para não serem descobertas, uma vez que nossa colaboradora estava vestida conforme sua identidade de gênero (feminina) e as demais estavam usando a estratégia de se disfarçar de “homem” para se afastarem do estigma que as mulheres trans e travestis carregam em viagens internacionais.

As três que estavam vestidas de homem ainda tentaram ludibriar a Entrevistada 13, fato este que não consta na citação, mas que nos foi contado, dizendo que o carimbo vermelho seria o de negação (que é o oposto), imaginando que quando ela visse o carimbo vermelho em seu passaporte fizesse um escândalo e assim chamaria atenção para ela e tiraria o foco das demais, que passariam despercebidas.

No entanto, a Entrevistada 13 ficou sem reação no momento do carimbo pensando no prejuízo que teria e a estratégia das outras três fracassou, sendo assim, ela conseguiu passar pelo controle sem precisar performar o masculino e chegou ao seu destino.

Cheguei na Espanha, na casa desse amigo de Dona Elizete [uma cafetina do Brasil]... ele era uma pessoa assim, toda vez que chegava uma transexual ou gay, ele queria humilhar, ele queria menosprezar, entendeu? Ele era brasileiro só que ele tinha um marido marroquino e que ia pra lá só se drogar, gastar dinheiro com drogas... simplesmente, ele se drogava com o marido e depois brigava, quebrava o prato que cheirava pó e mandava a gente que chegou por último limpar e às vezes os que morava na casa ficava tudo rindo. Eu só suportei 15 dias, depois do décimo quinto dia eu comecei a falar com uma amiga minha pelo Orkut. Ela: “vê se vem para cá, pra Barcelona” ... eu disse: “eu vou”. No décimo... com 16, 17 dias na Espanha em Madri, eu decidi ir para Barcelona. Falei com essa minha amiga, ela fez: “tudo bem, você pode vir”. Me arrumei, tudo, aí simplesmente fui. Aí... peguei fui pra...pra comprar a passagem e nisso quando eu voltei, ele ficou sabendo que eu ia viajar, o dono da casa... ele falou que eu não ia... aí eu tive que brigar com ele de murro... quebrei a cara dele toda de murro, eu e ele, e disse que ia chamar a polícia. Ele com medo me deu até dinheiro a mais pra eu ir embora sem fazer nada... peguei e fui para o aeroporto pegar o voo para Barcelona... voo não, minto, o trem. Fui pra Barcelona. Chegando em Barcelona, eu fui morar em um piso chamado “Corpos”, que eram 10 travestis e muitas garotas de programa em um prédio de três andares subterrâneos... a gente morava no primeiro andar, no meio a gente atendia os clientes e em cima a gente fazia os programas. Porque pra quem não sabe, né, na Espanha tem apresentação, entendeu? Os pisos tem apresentação, entendeu? Então você chega aí tem várias trabalhando, chegou um cliente as 10 se apresentam para ele escolher uma pessoa só, entendeu? Então eu passei por muitas coisas ruins até eu decidi ir para Itália... decidi, fiquei lá nesse piso 25 dias... não tava ganhando muito, mas, porém, também, não pagava aluguel... porque assim, programa na minha época era 500 euros uma hora e 250 meia hora. Mas assim, 500 euros, é 250 da casa e 250 seu... você não paga aluguel, você paga só para comer... sua comida você vai e compra ou então você paga na casa e come. Então para mim tava sendo lucrativo, não tá pagando aluguel... o que eu ganhava era para... para guardar. Decidi ir para Itália... me arrependi muito porque eu pensei que eu tinha amigas aqui de Aracaju... muitas de Aracaju fecharam as portas quando eu fui para a Itália, mas eu consegui vencer... depois de 2 meses na Itália, eu consegui alugar minha casa e meu carro e fui viver minha vida de Europeia (risos). E foi isso. (ENTREVISTADA 13)

O seu início na Europa apresenta um cenário com novos sujeitos e espaços da rede, como é o caso de uma casa gerenciada por um homem cis gay e não por

uma mulher trans ou travesti, mas que segue o mesmo perfil de humilhação e crueldade que ocorre em outras casas de cafetinagem.

Os pisos em Barcelona ainda não tinham surgido nos relatos das demais, que segue esta dinâmica diferenciada em que elas ficam residindo e trabalhando em um prédio, passam pelo crivo de escolha do cliente como se fossem mercadorias sendo expostas na vitrine e dividem a rentabilidade dos seus serviços com a administração do espaço.

A Entrevistada 13 alega que o lado positivo deste formato é que não pagava aluguel, porém apesar de rentável, a lucratividade não era alta, motivando-a a migrar para a Itália. Este relato revela a questão da falta de solidariedade das trans de Aracaju que já estavam estabelecidas na Itália e não lhe deram suporte, mas este fator não foi um empecilho para garantir sua estabilidade neste novo país. Veremos mais dois casos que retrata este trânsito, voltando agora para década de 1990.

Quando eu fui no início dos anos 90, a gente...porque hoje você pode se locomover em toda a Europa sem necessidade de controle, tá entendendo? Naquela época existia controle. Na época que eu fui que eu me lembro, ainda existia...precisava de visto pra um brasileiro entrar na França, né? Coisa que foi com muito tempo, sabe, saiu né? Então, a gente era praticamente tudo pago... o homem que pegava a gente no lugar, deixava a gente no matagal, a gente atravessava o rio pra poder chegar na Itália, entendeu? Do outro lado já tinha outro pessoal esperando a gente, entendeu? A travessia das fronteiras, naquela época, era horrível, entendeu? Carona com caminhoneiro, a gente ia pra cidade que fazia fronteira, pedia carona pros caminhoneiro, sempre assim. [...] Quando os Italianos perceberam que a Itália estava sendo praticamente invadida por travestis do Brasil, praticamente cortaram a fronteira, né? Não deixavam mais elas entrarem no aeroporto. A gente entrava através de outros países e seguia o rumo terrestre até cruzar a fronteira com a Itália. (ENTREVISTADA 4)

Naquela época não se entrava direto no voo para Milão, então, eu tive que fazer uma rota. Eu saí de Salvador, fui pra Suíça e da Suíça tinha uma pessoa me esperando fora do aeroporto... me levou até um hotel com fronteira na Itália e eu tive que esperar um certo horário para poder... eu tô viajando no túnel do tempo como se fosse ontem... pra poder a gente esperar aquela pessoa que era da Suíça, que a gente não sabia a língua, e eu sozinha muito assustada, né? E eu tive que atravessar uma fronteira a pé por detrás... um gelo, um frio. E por mais que você se agasalhe saindo do Brasil, mas não é o suficiente para o frio da Europa de 23 anos atrás, é muito frio. Então, essa pessoa me acompanhou e me fez atravessar uma fronteira andando por detrás... eu ouvia latido de cachorro. Eu revivi achando que era um conto de filme. E do outro lado, esse carro sinalizou piscando onde eu tinha que encontrar ele... ele atravessou a fronteira

e me pegou do outro lado onde já era a Itália. E aí, eu entrei, né, atravesssei e entrei no carro dele e ele me levou a casa dessa minha camarada, dessa minha colega, dessa minha amiga da época do espetáculo. E daí começou a minha história na Europa em 1994. [...] Tive que pagar uma quantia que foi um acordo feito um tipo de viagem, despesas, né, pagava diária que era pra se manter. E aí eu vivi aqui em Milão e quando foi em 95, eu comecei a me estabilizar, né, e aí eu viajava e ia para os interiores da Europa... foi na época da lira, né, a gente tinha que juntar dois milhões de lira para fazer o dólar... na época não tinha euro, era lira e da lira se convertia em dólar. E aí, eu fiz a minha primeira viagem ao retorno em 97, eu vim para o Brasil depois de 3 anos, ver a minha família. Daí eu voltei pra Europa de novo já fazendo esse mesmo percurso só que mais experiente, mais agasalhada, mais vivida. Fiz o outro país que é Paris... entrei... porque na época, a Europa não era unida. (ENTREVISTADA 9)

Esses relatos retratam, como a própria Entrevistada 9 citou, uma cena de filme acerca da imigração ilegal, formada por uma rede toda articulada para apoiar e garantir o atravessamento das fronteiras sem passar pelo controle de migração, evitando assim a deportação.

No caso da Entrevistada 4, a rede que ela teve acesso fazia a travessia pelo matagal e pelo rio, enquanto a rede da Entrevistada 9 tinha uma pessoa que a pegava no aeroporto e a conduzia até um hotel que ficava na fronteira, que se tornou um ponto de apoio para estas ações. Chegando ao hotel, era orientada para seguir a pé, em um horário específico, por um determinado trecho onde já tinha outro integrante da rede aguardando de carro para concluir o processo. Tudo isso ocorrendo com a dificuldade da comunicação, porque tanto ela quanto eles não sabiam o idioma um do outro.

Os relatos revelam que essa rede é constituída com base no retorno financeiro, então tudo se organiza como se fosse uma empresa onde cada um tem uma função e demanda uma logística, sendo tudo custeado pelas pessoas que precisam se submeter a esta situação, pois pelas vias legais corre o risco de não ser aceita. Após um ano em Milão, ela relata já está bem estabilizada financeiramente, começa a circular para as cidades do interior, regressa ao Brasil em 1997 e decide levar a família para morar na Itália, fazendo o mesmo percurso só que desta vez mais preparada.

A família da Entrevistada 9 continua morando na Itália, conseguiram se estabelecer e hoje já possuem os documentos que lhes permitem a permanência no

país, tanto via matrimônio como por meio do trabalho formal. Conforme já apresentado na seção anterior, ela adota a estratégia do matrimônio também para conquistar sua nacionalidade italiana, casando-se em 1998 com uma amiga lésbica, que neste caso não houve transação financeira, foi realmente por amizade e foi um benefício que serviu aos dois lados, pois hoje a sua amiga/esposa encontra-se morando no Brasil, uma vez que conquistou a dupla nacionalidade também, e vive um relacionamento homoafetivo com outra mulher cis. O próximo relato também apresenta o casamento como estratégia para garantir a legalidade no país/Europa.

Eu conheci meu excelentíssimo marido, esposo glamorososíssimo, eu conheci ele numa discoteca chamada Hollywood de Milano... ele tava com os amigos, entendeu? E eu tava com umas amigas aqui de Aracaju... a gente tava comemorando o aniversário da minha amiga que tinha passado. E a gente decidiu ir pra boate numa quinta-feira, que é fechado só pra VIPs. Sexta é público trans, mas a gente foi na quinta que é público hétero. Trans pode entrar, mas tem que comprar a mesa... fazer a reserva da mesa. A gente reservou a mesa foi quatro amigas e eles estavam na mesa ao lado com os amigos. E a gente tava tomando champanhe, aí ele perguntou se eu queria alguma coisa e eu falei: “bote um Chandon ouro na minha mesa”... aí ele foi lá, pagou, detalhe... a garrafa de Chandon ouro, na época era mil euro. Ele foi lá e pagou. Aí falou que ia falar comigo lá fora... disse a ele que ia fumar um cigarro e ele foi me acompanhando. Falei que era transexual assim, assim, assim, assim... sou prostituta, entendeu? Trabalho na noite... assim assim, assim. Ele respondeu... “pra mim não importa. Quanto é seu programa?”... só que eu estava muito cansada, eu não queria fazer programa, entendeu? [...] Queria só beber algumas coisas e ir pra casa dormir, aí eu falei pra ele que era mil e quinhentos... ele falou assim: “eu pago”. A minha cara foi no chão que eu disse um homem me dá mil e quinhentos, eu vou ficar. Na época mil e quinhentos era o quê? Nove mil reais. Aí tudo bem, que eu expliquei pra ele que tava com amigas e depois eu iria pra casa. Eu conversei com ele e ele falou: “não, tudo bem. Daqui a pouco, quando você for sair, você me dá um toque que eu também vou e sigo você”. [...] Aí pronto, a gente ficou junto, entendeu? Quando a gente começou a ficar mais íntimos, depois de tudo, ele falou bem assim: “por quê você não sai dessa vida?”... Aí eu disse: “como assim?”... aí ele fez: “se eu alugar uma casa”... só que era no nome dele, ele disse alugar pra ver, só que ele tinha um apartamento dele, já era dele, era próprio. Ele disse: “Vou colocar você em uma casa”... aí eu disse que podia ser e que vamos conversar. Começamos a conversar, depois de três meses se vendo, a gente foi... de seis meses a gente se casou... nos casamos na Espanha. Aí eu não me prostituía mais porque ele não deixava... ele me dava uma mesada por mês pra me ajudar e ajudar minha família, que eu dizia que ajudava a minha família, mas ia pra mim mesmo, entendeu? Eu quando casei com ele foi por causa de exclusivamente do documento, mas depois com o tempo de conversa a gente se apegou a pessoa que ajudou a gente, né? Então eu me apeguei a

pessoa que ele é, a pessoa que ele foi. Então me apeguei, não me apaixonei por ele, não sou apaixonada por ele, entendeu? E temos muitos anos juntos... temos muito tempo juntos. Se casamos em 2006 e em 2012 veio para o Brasil, entendeu? Temos o quê? Seis, seis... não, sete... tem uns treze anos de casado, oficialmente, que na época casei com ele na Espanha, porque na Itália eu não podia se casar, mas não sei como anda meu casamento, porque eu não pude regressar em nada. (ENTREVISTADA 13)

Este é mais um caso do uso do matrimônio para garantir a legalização perante a União Europeia e neste caso interferiu diretamente na sua profissão como profissional do sexo, pois o marido exigiu que ela deixasse a prostituição e em troca disso ele lhe daria um local para morar e uma mesada. Devido aos problemas que ela teve com a justiça no Brasil, em um de seus retornos ela é presa por vários crimes (assaltos e sequestros relâmpagos) que havia cometido no passado aqui no Brasil e estava na condição de procurada, foi condenada a vinte anos de prisão, cumprindo três anos em regime fechado e os outros em regime semiaberto.

Ela foi levada para o presídio masculino e ficou em uma ala com aproximadamente 150 homens, porém alega que foi respeitada por causa da sua fama fora do presídio e não sofreu abuso sexual porque revelou que era soropositivo. Devido a esta condenação, ficou sem o direito de sair do Brasil durante este período, distanciando-a do seu marido, que ainda veio lhe visitar no presídio no início. A seguir serão apresentados casos de relações matrimoniais não legalizadas e que demonstra aspectos de submissão e violência.

Aí... eu trabalhei e foi lá também que eu encontrei o único e o derradeiro amor da minha vida, né? Você imagina, eu jovem... era muito nova naquela época, tinha 23 anos, né. Então, infelizmente para algumas da minha época, arranjaram maridos maravilhosos, né? Mas eu não tive, até nisso, eu não tive sorte... minha sorte foi arranjar um cafetão. Pra completar o sofrimento, né, eu tive um relacionamento com ele, praticamente nove anos, né... aí as coisas não fluíram mais porque praticamente eu fui explorada por ele o tempo do relacionamento que eu tive com ele. Entendeu? Foi daí que eu me cansei, me cansei da Itália, me cansei de tudo... dele... eee... fui pra Espanha. Tive que sair escondida, né? Porque se eu falasse pra ele que ia embora, ele me matava... porque ele me dizia, se você me deixar um dia, eu te mato. Então, eu tive que sair escondida né? Aí saí escondida e comecei a minha vida praticamente do zero na Espanha, né? Porque o tempo que eu tive com ele, tudo que eu ganhava era em prol do cafetão. (ENTREVISTADA 4)

[...] voltei em outubro de 2006 [para Itália], passei mais dois anos direto, primeira vez passei um ano e dois meses, que essa, o objetivo era comprar uma casa pra montar um salão e não mais voltar. Só que nesse período foi complicado porque eu já tinha um

relacionamento com um muçulmano, né, eu já namorava com ele e a gente foi morar juntos nesses dois anos. Ele alugou uma casa e fomos morar juntos e aí, a relação acabou sendo doentia, abusiva... ele tava lá e tinha fugindo do país, só que ele tinha documento, né, de exilado político porque ele é da nação goda, aí acabou pegando documento como exilado político. Só que ele não tinha muita gente e a relação da gente ficou muito só eu e ele, que pelo fato de eu ainda me prostituir, ele se sentia não obrigado a ter uma relação séria. Às vezes isso acabava gerando brigas e dependências... eu também acabei me afastando das pessoas, porque era muita droga e eu tinha medo das trans. [...] ele sempre usava haxixe, né, lá é muito normal e foi a única que eu presenciei. Ele fumava em casa, misturava com cigarro... é como se fosse a maconha prensada, né? Ele peneirava, esquentava e misturava com cigarro. Mas, isso só acalmava ele, só fazia ele dormir, não tinha mais nada. Na época, ele usava cocaína... já era coisa que ele nunca tinha usado, que ele começou a usar com por causa dessa. [...] teve um dia que ele me estrangulou como que se quisesse me matar... e eu não tinha ninguém pra desabafar. Teve um momento que eu não conseguia nem terminar a relação, que um dos motivos que eu voltei logo, que eu não tinha nem feito o dinheiro todo... que eu tava lá já... esses 2 anos que eu fiquei lá, foi o dinheiro que eu juntei pra comprar essa casa. (ENTREVISTADA 6)

Acima temos exemplos de duas relações abusivas, que hoje em dia convencionou-se chamar de relações tóxicas. Dá para perceber claramente a assimetria na forma de se relacionar e se posicionar dentro destas relações, onde temos de um lado um opressor e dominador (o marido) e do outro lado a vítima (mulher trans/travesti) que se coloca no lugar de submissão e exploração.

É um relacionamento permeado por relações de poder desproporcionais que se transforma em um terreno fértil para a prática de violências, um ambiente propício ao vínculo destrutivo alimentado por um desejo de viver uma relação com um “homem de verdade” que se referencia na relação heteronormativa.

Elas caíram na armadilha do sonho do “príncipe encantado” e construíram uma imagem a respeito dos seus maridos que não condizia com a realidade, gerando uma dependência emocional deste marido imaginado que ao mesmo tempo em que supria seu sonho de viver uma relação aos moldes heterossexuais, este marido era apresentado como um troféu, como uma conquista que lhe fazia se sentir mais mulher perante a sociedade.

No caso das nossas Entrevistadas precisamos pensar a relação afetiva sem perder de vista a questão da dupla migração (de gênero e espaço-temporal) que as coloca em um lugar de identidades desterritorializadas, flexíveis, situacionais e híbridas, levando-as à negociação a cada nova alteridade que se depara, tanto no que se refere à categoria de imigrante quanto à categoria de mulher trans/travesti.

A soma destes dois marcadores as expõe a uma situação de fragilidade muito grande por estarem vivendo ilegalmente em um outro país, desta maneira, não há como recorrer à justiça para denunciar o parceiro nos conflitos que chegam a ser configurados como violência de gênero, e por estarem distante da família e amigas/os dificulta o acesso ao apoio para que saiam destes relacionamentos destrutivos que entraram.

Essas relações são pautadas no patriarcado pós-moderno (conforme desenvolvemos o conceito na seção 2.2.1), que prevê as formas de subordinação do feminino (mulher cis/trans e travesti) ao masculino que reverberam em violências.

A heteronormatividade patriarcal do casamento é uma construção social que não se restringe às relações entre pessoas cishéteros, ela abrange todas as relações conjugais, incluindo as relações homoafetivas e entre as pessoas trans, baseando-se na relação heterossexual como norma, condenando e negando todos os comportamentos desviantes.

Chega a ocorrer uma essencialização dos papéis de gênero nas relações conjugais entre homens cis e mulheres trans, quando elas delimitam o papel de cada um no ato sexual, definindo o que cabe ao homem e o que cabe a mulher (PELÚCIO, 2007, p. 84), reproduzindo assim, os padrões e comportamentos ditados pelo sistema heteronormativo.

Ao interpretar que a violência física e simbólica praticada pelo homem é natural, afinal a mulher tem que ser submissa, que a exploração financeira efetivada pelo parceiro é justificável por aceitar a sua vida na prostituição, e ainda ser capaz de nomeá-lo como o único amor de sua vida (Entrevistada 4) e ao assimilar os ciúmes doentio e obsessivo do marido como um ato de amor, elas estão se referenciando em padrões patriarcais, o que fez a permanecerem por tanto tempo nestes relacionamentos.

Quando elas tomam consciência de que estão vivendo uma relação tóxica, já se sentem refém do relacionamento, aprisionadas, com a autoestima abalada e sem saber sair desta situação, pois para conseguir se afastar desta relação, além da tomada de consciência de que está sendo vítima de uma relação abusiva é necessário estruturar-se emocionalmente e ter uma rede de apoio que possa lhe ajudar a sair desta situação.

Só que é uma situação tão constrangedora que as pessoas que passam por esse tipo de relação não se sentem à vontade para revelar pelo que estão passando

à suas amigas e familiares e optam por passarem uma falsa imagem de felicidade, mantendo em segredo seu sofrimento causado pelos abusos.

A Entrevistada 4 relata a questão da exploração financeira que sofreu durante nove anos, tempo que durou a relação com este marido, que ela hoje consegue interpretá-lo como cafetão. Fala das ameaças de morte que sofria caso pensasse em abandonar o relacionamento, encontrando como solução fugir para outro país e deixar tudo que havia conquistado. Fato intrigante é que em seu discurso ela ainda o apresenta como o grande amor de sua vida.

A relação da Entrevistada 6 acontece com um mulçumano refugiado que estava vivendo na Itália, tendo a particularidade de ser a primeira relação dele com uma pessoa trans. No relato dela não aparece a questão da exploração financeira, porém era um relacionamento abusivo e doentio. Tinham a dificuldade da comunicação verbal, pois ele falava pouco o idioma italiano.

Por ambos serem imigrantes, suas redes de amizade eram restritas na Itália, o que impulsionou para gerar essa dependência maior entre eles, incorrendo em crises de ciúmes, que também eram provenientes da profissão dela (a prostituição) que o leva a compreender que tinha o mesmo direito de sair com outras pessoas, gerando brigas.

A rede de amizade da Entrevistada 6 era composta por outras trans e ela não queria que se aproximassem do marido dela, por ciúmes, mas também para evitar que o marido tivesse acesso a outras drogas, fato que se consumou. Ele só usava o Haxixe, mas experimentou a cocaína e acabou se viciando, gerando mais problemas na relação.

Ela cita um caso de violência extrema que ocorreu, quando em uma das brigas, ele a estrangulou lhe dando a sensação que queria mata-la de fato, mas ela também não sabia como sair desta relação tóxica, pois guardava em segredo o que passava, optando como solução sair do país. Retornou ao Brasil antes do planejado para poder se libertar deste contexto de abuso e destrutivo que estava vivendo. No relato da Entrevistada 6, já aparece a intersecção entre as drogas e a prostituição que veremos mais explicitamente a seguir.

7.3 A rede das drogas

Então, meu amor, eu conheci o mundo das drogas na Europa, não foi no Brasil, não, entendeu? Eu comecei com a maconha, depois fui

com pó, entendeu? Mas pra ganhar dinheiro, depois me viciiei e foi assim que eu fui, mas, graças a Deus, eu parei, graças a Deus. Não faço mais. Não gosto de lembrar... passos que eu virei a página. (ENTREVISTADA 13)

E foi também lá na Itália, que eu nunca tinha experimentado na minha vida, o uso da cocaína, né? Que praticamente, quando você chega na Europa, né... é como diz uma coisa, se você quiser ter alguma coisa na vida, não se envolver com nenhum homem e nem usar drogas, né? Eu me envolvi com homem que não presta e era obrigada a usar drogas, porque se você usava drogas com clientes... claro que o cliente pagava mais. Entendeu? Demorava mais horas com você e pagava muito mais. (ENTREVISTADA 4)

[...] eu tinha um receio muito grande e o conhecimento que muitas se envolviam com drogas e não conseguia sair. Na época que eu cheguei lá, eu conhecia muitas que estavam lá nessa situação, que tinha ido pra lá com um objetivo e acabou se envolvendo... o que trabalhava era só pra manter o vício, né, e tal. Aí era bem... algumas situações, mas era pouca e muitos clientes saiam com a gente só com o intuito da gente fazer companhia, né? Eu percebia que muitos clientes, até não era nem o sexo, era a companhia pra usar drogas com eles. Aí, tinha situações que eu simulava que tava usando porque era a forma de ganhar mais dinheiro, era quando eu saía com esses clientes. Mas foi poucas vezes, eu evitava, tinha muito medo, nunca nem fumei cigarro, droga nunca tinha nem usado, não bebia, às vezes só Red Bull. (ENTREVISTADA 6)

Os relatos das colaboradoras desta pesquisa ratificam dados de outros estudos que tiveram como recorte a população trans e sinalizaram a interconexão entre as redes das drogas e da prostituição (TEIXEIRA, 2011; PELÚCIO, 2007). A prostituição é um espaço de vulnerabilidade social que acarreta no contato com as drogas, que é um problema de saúde pública.

Uma vez que muitos clientes são dependentes químicos e pagam um valor a mais para as profissionais do sexo usar junto com ele, sendo registrado inclusive que em muitas ocasiões o cliente busca a companhia delas para usar os entorpecentes ao invés de sexo, e como os usuários acabam demorando mais tempo no programa, o retorno financeiro é maior.

Algumas delas usam a estratégia de simular o uso para agradar o cliente e evitar se tornar dependente, uma vez que existiam vários casos conhecidos dentre elas que acabavam se tornando reféns do vício e tudo o que ganhava era destinado para a manutenção desta doença.

Dentre as entrevistadas, tem uma representante desta situação de dependência química (a Entrevistada 5) que vive precariamente, tendo perdido seus recursos financeiros e sua vida de luxo que vivenciou outrora, nos concedendo a

entrevista usando crack e bebendo cachaça em uma casa de vila onde estava morando.

Ela, que já foi proprietária de uma cobertura em Copacabana e de outros imóveis em Aracaju, vive hoje desta maneira, dependendo da renda da sua aposentadoria, que diz que conseguiu por ser portadora de HIV, e do aluguel de uma casa que ela tem em Aracaju, que alega não morar lá porque é muito grande e prefere alugar. Faremos a seguir uma incursão sobre a relação do HIV e a população trans do mercado da prostituição.

7.3.1 HIV: ônus do valor agregado na prostituição

Em relação ao HIV, que é outro problema de saúde que assola o mercado da prostituição, acontece a disseminação do vírus entre elas, não por serem displicentes e não conhecerem os métodos preventivos, mas porque da mesma maneira que existem os clientes que exigem que elas usem os entorpecentes, temos os clientes que pagam um valor adicional para ter relação sexual sem preservativo e elas se colocam em risco por este valor agregado que recebem em troca.

Dentre as colaboradoras, tivemos três delas que revelaram ser soropositivo e que contraíram o vírus no exercício da profissão. Poderíamos dizer que há uma inversão de valores quando diz que as profissionais do sexo é um “grupo de risco” em relação ao HIV? Porque, pelos relatos, a contaminação tem como origem os clientes, então na verdade eles seriam o grupo de risco em questão.

E eles são invisibilizados nas estatísticas relacionadas ao assunto, sendo eles os transmissores em potencial das profissionais do sexo, quando exigem para romper com o padrão comportamental da profissão delas, que é adotar o uso de preservativo nas relações sexuais.

Dentre as populações-chave¹⁰⁵, a OMS divide a população em cinco grupos: homens que fazem sexo com homens, pessoas privadas de liberdade, pessoas que usam drogas injetáveis, profissionais do sexo e transgêneros, alegando que estes grupos ameaçam o progresso global do combate ao HIV. A UNAIDS Brasil revela em suas estatísticas em relação ao ano de 2019 que: “O risco de infecção por HIV é: 22 vezes maior entre homens que fazem sexo com homens; 22 vezes maior entre

¹⁰⁵ Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, as “Populações-chave são grupos definidos que, devido ao comportamento de alto risco, estão sob crescente risco de contrair o HIV independente do tipo epidêmico ou contexto local. Além disso, elas geralmente possuem questões legais e sociais relacionados aos seus comportamentos que aumentam sua vulnerabilidade ao HIV. Essas diretrizes têm seu foco em cinco populações-chave” (OMS, 2014, s/p).

peessoas que usam drogas injetáveis; 21 vezes maior para trabalhadoras do sexo; 12 vezes maior para pessoas transexuais” (UNAIDS, 2020).

A inclusão das pessoas transgêneras, independente da prática da prostituição, também necessita ser pautada e revisada, pois se trata de uma população tão diversa quanto a população cis e que em sua grande maioria possui acesso à informação de práticas de prevenção e faz uso destas práticas. As estatísticas incorrem em falácias quando desconsidera a heterogeneidade da população trans e aumentam o estigma sobre os grupos que já são marginalizados, enquanto temos um crescimento cada vez maior de disseminação entre homens e jovens¹⁰⁶.

A seguir, discorreremos sobre outros fatores que tornam a prostituição um mercado de alta periculosidade, como é o caso da relação conflituosa com a polícia e a justiça, além das disputas territoriais com outras trans e a aproximação com outros grupos marginais.

7.3.2 O perigo das ruas europeias

A população trans feminina se sujeita a contextos degradantes de viver, sendo explorada e violentada por cafetinas, espancadas pela polícia, correndo risco de ser alvejada por tiros de metralhadora ou outra arma qualquer, sendo roubada e violentada nas ruas, que é seu espaço de trabalho, e tendo que disputar este espaço com outras pessoas que se encontram na mesma situação, agindo muitas vezes com violência para ser respeitada, além de se submeter ao risco de sair com estranhos, que desconhece as intenções.

Nossas colaboradoras que passaram por esta experiência são sobreviventes deste mundo caótico que é a prostituição. Vamos ver mais alguns casos que ilustram este contexto.

¹⁰⁶ De acordo o Boletim Epidemiológico HIV/AIDS lançado em Dezembro de 2019 pela Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, temos 69% de casos notificados entre os homens e 31% de casos notificados entre as mulheres, no período de 2007 a junho de 2019. A questão é que a identidade trans é invisibilizada nestes dados, pois o relatório trabalha com base em uma perspectiva binária. Como a origem dos dados partem dos sistemas de cadastros das unidades de saúde, não há como saber se nestes cadastros a identidade de gênero das pessoas trans estão sendo registradas ou se os registros estão sendo realizados com base na identidade de gênero designada ao nascer. Entre os homens, nos últimos dez anos, destaca-se o aumento da taxa entre jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, que foram, respectivamente de 62,2% e 94,6% entre 2008 e 2018. Entre as mulheres, nos últimos dez anos, a taxa de detecção apresentou queda em todas as faixas etárias. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, s/p).

[...] na primeira vez que eu fui, teve um período que eu fiquei em um hotel residência, que é um apart hotel. É um hotel que tem cozinha, uma sala, banheiro e quarto... e no hotel, uma vez, teve... o povo de lá disse que uma vez por ano tem a redata. A redata é o controle de polícia de migração de lá, do hotel. Tinha estrangeiro de tudo, mas tinha umas 15 entrantes brasileiras. Aí eu sei que uma vez eu fui... minhas amigas disseram que não ia trabalhar, que ia ter a Redata lá. [...] Eu disse, né, vou aproveitar que são poucas e vou trabalhar mais (risos). [...] Quando eu chego lá, não tinha ninguém... quando eu volto umas 5h da manhã, quando eu chego no hotel... eu desconfio que... quando eu chegava esse horário só tinha o recepcionista, né, o pessoal da recepção e nesse dia tinha o dono lendo uma papelada e isso me chamou atenção... só que eu fui tomar banho e aquela coisa na mente, porque eu tava lá e eu não conseguia dormir só pensando nisso. Aí quando deu umas 7:30h começo a ouvir uns gritos no apartamento vizinho, aí eu já sabia que tinha a possibilidade de ser a redata, e eu já tinha ouvido alguém escapar pela janela... porque meu quarto era no 4º andar e a janela dava pra tela do 3º, como se fosse uma torre assim... o 4º andar só tinha dois apartamentos e o 3º tinha dez, aí a minha janela dava pra lá, e eu já tinha visto o local na possibilidade de alguma coisa. Eu acabei forrando as coisas e me escondendo nessa... ido para o local eu acabei descobrindo uma caixa de energia, como se fosse uma central de energia, né, uma caixa que ficava central e eu fiquei escondida, né, no teto do 3º andar que era... que dava na janela do 4º andar. Eu fiquei lá de 8 horas da manhã até 1 hora da manhã sem saber... meu celular descarregou e eu sem saber de nada. Quando eu volto que telefono lá pra recepção, aí fiquei assim... e já saí. Aí foi nessa época que eu saí e fui morar com essa minha amiga Tainá, que foi na primeira vez... e nisso eu volto para o Brasil, eu tava... um ano depois... isso foi mais ou menos em outubro de 2003, o primeiro ano que fui. Quando foi... quando eu volto para o Brasil em 2004 também, em outubro, que eu fico lá... antes de ir morar, aí foi que teve outra redata no mesmo apartamento... só que dessa vez eu fugi e fiz barulho que da primeira vez eu fui descalça e na segunda eu fui com uma sandália que era dura, aí fez barulho. Aí eles perceberam que fez barulho e que eu tava fugindo, e não sei o quê... um anos depois eu vejo o mesmo policial e só sei que eles acabaram me pegando e levando. Na primeira eles me pegaram e não teve problema, mas dessa vez, eles deram entrada. [...] Um ano depois eu tava trabalhando na rua e fui presa e como já tinha essa notificação, né, aí acabei tendo problemas de... ééé... já foi um crime. Porque da segunda vez que eles me pegaram... porque da primeira vez não é crime... com o passaporte eles deportam, quando eles não encontram o passaporte, eles dão a notificação. Aí nessa segunda vez, como eu já tinha a notificação e não saí, aí foi enquadrada como crime. Aí eles me prenderam, fui pra prisão, passei dois dias... passei no presídio feminino mesmo. [...] Só que eles não deportam porque tava sem passaporte... por ter pego na rua, né, nos pegar com passaporte seria motivo da gente ser deportada. A gente esconde os passaportes... só pega quando tá precisando pra mandar dinheiro para o Brasil. (ENTREVISTADA 6)

Esse relato deixa transparecer que a polícia já tem conhecimento de que o referido hotel residência é um ponto de apoio para as/os imigrantes ilegais, praticando ações periódicas de supervisão e controle neste local. Mesmo assim, o hotel tornou-se um espaço de apoio para o primeiro momento que as/os imigrantes ilegais chegam ao país, como foi o caso da nossa Entrevistada 6, que passou por uma situação de risco e poderia ser notificada ou deportada caso fosse presa, pois coincidiu de acontecer essa fiscalização de rotina no período que estava hospedada no hotel, conseguindo escapar da primeira vez, mas sendo pega e notificada (pois escondeu o passaporte) na segunda vez que voltou ao país, após um ano.

Essa notificação lhe causou prejuízo futuro, pois foi presa quando fazia programa na rua por conta dessa notificação anterior e passou apenas dois dias (em presídio feminino) porque quando foi abordada não estava com o passaporte, caso contrário teria sido deportada. A sua vivência na Europa, por pouco, não foi a causa da sua morte.

Mas os albaneses eram os mais violentos mesmo. É tanto que a gente descobria que era albanês e não saía. Muita das vezes as trans por não saber quem era, preferia não sair com estrangeiros. Teve um momento que eu entrei em um carro que eu tava querendo fugir da polícia que tava ao redor, aí eu entrei no carro de um albanês que foi um dos momentos mais difíceis... sem perceber que era albanês. No meio do caminho, pelo sotaque foi que eu percebi que era albanês, aí eu mandei ele parar o carro... quando ele parou, aí tinha dois no porta-mala, aí eu tento fugir e eles já tinham feito uma armação e eu não tinha percebido... aí eu saí correndo e eles atrás de mim no meio do milharal, aí eles me derrubam e começaram a me violentar... eu tive que fingir que tava morta pra eles parar. Eles davam muito chute nos peitos, na cabeça, pedrada... ééé... foi um momento, foi só esse momento que eu sentia que a vida dele era um ódio e eles falavam uma língua que eu não entendia varias coisas. Aí eu soltei a respiração que eu tava muito assim... aí foi daí que eu percebi que eles começaram a diminuir os chutes, as violências, aí foi que eu olhei pra eles e eles saíram correndo... eee... foi o maior... (parou de falar por conta da emoção). (ENTREVISTADA 6)

[...] Na época foi muito pior... com relação a polícia, com relação aos árabes que viviam lá, que espancavam a gente, a polícia também espancava a gente... era praticamente um inferno. [...] E os marroquinos que já vivia lá. Os árabes né? Que faziam a vida da gente um inferno... era um inferno, um inferno. [...] (ENTREVISTADA 4)

Algumas nacionalidades carregam estigmas entre a população trans que trabalha na prostituição da Europa por causa da vinculação da imagem de baderneiros, violentos e/ou mau pagadores ao seu perfil. A Entrevistada 4 cita os

árabes e os marroquinos, e a Entrevistada 6 completa a lista com os argelinos, paquistaneses, dentre outros da região da África do Norte.

A recomendação da rede trans a qual elas integravam, era de não se aproximarem de pessoas destas nacionalidades, porque não eram confiáveis e muitos deles agiam fazendo baderna nas ruas onde elas trabalhavam, havia casos de saírem como clientes e não pagarem pelo programa e casos de agressão física, como a que ocorreu com a Entrevistada 6.

Poderíamos considerar que estas são vidas precárias? (BUTLER, 2018) Até que ponto a vulnerabilidade social desta população trans que sobrevive da/na prostituição é um reflexo das relações de poder entre o masculino e o feminino? Será que o fato destas mulheres negarem o masculino desperta o ódio destes homens? A tentativa de transfeminicídio destas mulheres seria para apagar a memória do seu desejo? As violências são frutos de uma alienação cultural sistêmica? O fato de resistirem e se manterem resilientes perante tanta violência é um ato de desapego à vida? Ou seria por aceitar que são seres abjetos e estão destinadas a viver neste cotidiano de agressões? Várias outras questões poderiam ser levantadas acerca deste tema, mas deixaremos estas aqui como provocações.

Seguindo a jornada a partir das histórias de vida das nossas colaboradoras, veremos como a Entrevistada 5 lidou com a polícia e a justiça em seu último retorno à Itália, revelando a existência de um convento onde viveu durante quatro anos após uma condenação na justiça.

Logo que eu cheguei na cidade, tinha uma nova lei que a polícia prendia e ficava presa mil anos [hipérbole]... imagine. Eu não tinha conhecimento e aí tinha os policiais novatos e os das antigas. Aí... as bichas chamaram os policiais pra mim. Tinha alguns novatos podre comigo e eu não entendia nada. Eles disseram: “Eu te conheço de onde?” e eu respondi: “Eu que não te conheço, filha da puta”. Tipo assim, e pedindo meu documento. Aí... tinha um mais velho calado. Eu olhei para o mais velho e ele assim, pra dizer que eu não conhecia ele... eu disse tá bom. Tinha esse problema porque não podia prender porque (ruídos) contraí em 91... a hérnia de disco [termo que ela utilizava em substituição ao HIV]. Aí... me levaram... isso onze e trinta da noite e me botaram na solitária no outro dia tinha o juiz. Me botaram na solitária só de calcinha, não podia... e eu sou claustrofóbica e me botaram dentro do porão. Mona, quando me botaram eu dizia, eu não quero ficar aqui, por favor... abra a porta. Eu quero meu remédio... aí a bicha que eu tava morando com ela na casa que tinha documento e tudo que era antiga, foi na delegacia. Quando ela trouxe os babados... trouxe as folhas minha com os exames... aí eu disse do tratamento... eu ainda tava no tratamento da hérnia de disco. Quando a bicha trouxe os remédios que eu tomei

sem... eu tava sem comer... que eu tomei, deu aquela dor de barriga... eu caguei a sala toda. Quando ela chegou, me chamou de bicha louca (risos). Os novatos vieram porque os das antigas já me conhecia. Quando eles vieram que abriram a cela assim, tudo melado... os remédios era muito forte e eu sem comer... na hora que eu disse aí já veio tipo o delegado... lá vem ele correndo e disse “não ouse tocar nela que ela é problemática... e ela nunca foi má pessoa aqui na cidade. Vocês não conhece que vocês é novato”. [...] Aí mudaram eu de cela porque tava podre. Mudaram eu de cela assim, eles bem longe, porque eu tava ameaçando de me cortar toda. Foi pra outra cela... eu disse a cela tem que ficar aberta porque eu sou claustrofóbica. A cela ficou aberta o tempo todo... e tinha uns marroquinos, tinha uns árabes, tinha sírios... aquele povo da guerra e eu a noite toda que eu não consegui dormir, depois já tinha tomado banho... porque lá, por ruim ou bom, lá é fino. A cadeia de lá é um sonho. Tudo é um sonho. Não é aqui a bagaceira que é. (ENTREVISTADA 5)

Essa história demonstra que ela já era conhecida no meio policial por já ter tido outras passagens pela prisão ao longo dos anos que viveu na Itália, porém este período que se afastou e foi viver no Brasil foi suficiente para se deparar com um novo contexto, que entram no jogo novas/os sujeitas/os que abala as estruturas da sua rede.

São novas trans que não a conheciam e a denunciavam, são novos policiais que também não tinham relação com ela, acarretando em sua prisão. Ela contextualiza de forma positiva a representatividade dos fatos, como protagonista da história que conseguiu manter o controle da situação usando de ameaças (quando diz que iria se cortar) e falando com orgulho que ela era vista como problemática, como um status de ser temida.

[...] “Você tem direito a um telefone”. Esse direito ao telefonema foi fatal. Rafael.. o nome da bicha era Rafael... “Rafael, traga minha maquiagem completa, aquele vestido e salto, isso é aquilo outro”... pronto. “Não esqueça dos cílios postiços”... quando foi 7:40h a bicha tava com tudo lá, completo. Aí o delegado “eita! Agora vai ter problema”... porque tem que registaram minhas coisas, e ainda tinha cigarro de maconha... que eu tava nervosa e falei no linguajar pra minha amiga, e isso, o delegado já sabia... registrou as coisas, viu a bicha e ainda roubou o Blush da Dior. No banho mesmo, eu tomei meu banho e acendi o baseado... depois incorporei a italiana mesmo. Me perfumei de cabo a rabo, botei um salto, botei a roupa que eu pedi a bicha... vestido preto... eu tava gordíssima... eu engordo fácil. Aí eu botei o vestido preto. Quando eu saí do banheiro, os dois policiais na porta do banheiro... eu entrei uma pessoa e saí outra. Aí o policial disse “cadê [supressão do nome]?”... eu disse “vá tomar no cu de vocês”. Pense num italiano podre pra deixar os outros no chão, sou eu. (ENTREVISTADA 5)

Até que ponto esta declaração traz um misto de fantasia e realidade, nós não sabemos, mas ela continua relatando o caso com entusiasmo e se retratando como uma figura ilustre dentro do presídio, com direitos a privilégios e regalias que os demais presos não tinham. E esta mesma narrativa a acompanha em trechos sequenciais da entrevista, quando vai descrever seu encontro com o juiz, que exigiu não ir algemada e este pedido foi atendido pelos policiais.

Ressalta que dispensou o intérprete por falar bem o idioma e que conseguiu convencer o juiz de que não deveria ser deportada, alegando inclusive sua condição de soropositiva, que pela legislação vigente na época permitia que imigrantes (inclusive os ilegais) com doenças graves e impossibilitados de receber tratamento em seus países de origem pudessem ter sua permanência autorizada.

Apesar do Brasil ser um dos países referência em relação ao tratamento com retrovirais distribuídos gratuitamente, este argumento era utilizado para garantir a permanência no país. Revela o resultado de seu julgamento, uma conquista que só foi possível porque conseguiu ludibriar o juiz com a sua retórica, possibilitando permanecer mais alguns anos na Itália.

Aí depois o juiz disse: “você vai pro convento”, assim, não era um convento que tipo assim, a gente fala convento e o povo acha que é pra gente tá rezando todo dia ou fazendo... imagina, amor, era uma colônia de férias, um hotel 5 estrelas... amor, cada um tinha seu quarto e seu banheiro... fino! Tv a cabo, maravilhosa... banheiras... eu era a única travesti. [...] As regras do convento era você passar 2 meses, depois arrumar um emprego, depois de 1 mês você começa a fazer as regras da casa... um trabalhozinho e uma regra da casa. Você tinha que limpar ou os banheiros ou a sala de recepção, ou a sala da igreja... cada um tinha uma missão. Eu primeiro... a pessoa que entra, a primeira missão que ninguém quer é lavar os banheiros... eu só lavei os banheiros uma semana. Eu viado cobra (risos) disse: “essa sala de recepção tá muito desarrumada”... tinha um austríaco de dois metros e meio de altura, ele era... tinha hérnia de disco [termo que ela usa em substituição ao HIV] e ele já tava em uma fase quase terminal... e quando chegou no convento se recuperou... ele virou um touro. Graças a mona Cátia que deu mil medicações. Aí depois de um mês morando no convento, eu já era a dona do convento... deixa a cobra. Ninguém entrava no porão... o porão de doação. Chegava todo dia caminhão de supermercado, as coisas que ia vencer dois dias... mona, chegava caminhões!! Tanto luxo jogado fora. E o povo velho que morria deixava as casas um luxo só. Ninguém entrava no porão, só eu. Aí depois de um mês o povo preocupado dizia: “[supressão do nome], você é a única que entra no porão. As freiras não deixam nem a gente pisar na escada no começo...” [...] Depois de um ano e meio a gente podia sair. Eu depois de dois meses já podia sair... eu! Porque os outros saíam depois de dois anos porque ainda tinham a pena de vinte anos. Eu era pra sair com dois anos, mas com dois meses eu fiz a cabeça das

freiras, que dois meses eu já tava indo pra casa das bichas... “hoje eu vou na casa da minha prima”... tinha o teste pra voltar... se bebeu, se fumou maconha, mijar dentro do banheiro e no outro dia o teste saia se você fumou maconha... é, querido! (ENTREVISTADA 5)

Este convento, que parece ser uma instituição que funciona em forma de regime semiaberto, rendeu na transcrição da entrevista várias páginas sobre o assunto, com vários detalhes sobre as experiências que ela vivenciou com as outras pessoas que se encontravam encarceradas, no período de quatro anos que ela viveu neste espaço.

Também traz os relatos sobre as tentativas de realocação no mercado formal que este programa prisional oferecia, a primeira experiência foi no supermercado e ela se vangloria que só ficou empregada por três meses, porque quebrou uma garrafa de uísque na cabeça do gerente, alegando que não era acostumada a receber ordens de “viado incubado” (expressão usada por ela).

Outra situação de emprego que ela apresenta é uma loja que prestava serviços de passagem de roupas, que fez um curso de uma semana para poder trabalhar lá. Novamente é demitida após se desentender com a gerente, que era uma mulher cis negra da Nigéria, apresentando em sua narrativa um discurso racista, usando expressões do tipo: “Parece até que nasceu na Amazônia, na mata que você fala um italiano tão aborígine”; “falando em italiano... um italiano bem nordestino”; “seu país é mais morto de fome que o meu!”.

Fazendo uso do recurso de menosprezar o outro para se ressaltar, não percebeu que estava reproduzindo um dispositivo de violência que era usado contra ela a todo o momento.

Cita dois suicídios que ocorreram na sala principal do convento, sendo um deles por enforcamento, dizendo que isso era algo que acontecia com frequência no convento e discorre sobre suas aventuras, paixões e relações que tinha com as freiras e as outras pessoas que viviam neste espaço. Ao ser questionada sobre as nacionalidades destas pessoas, ela nos diz:

Austríacos, russos... ééé... dois africanos da Nigéria, maravilhosos... negões! A maioria tudo sírio. Os sírios era muito radical na região muçulmana... eu me dava com eles, eles se davam comigo... ele até me falava algumas coisas “ei, [supressão do nome], você demonstrou uma pessoa muito boa, mas pela minha religião eu ia te degolar sem você saber”, ele dizia pra mim... só que eu fazia uma linha muito babadeira. Antes dele pensar que ia me matar, eu assustava ele na palma da mão. A mulher era da Calábria, do norte

da Itália... do fundo do Nordeste mais perto da Síria. [...] Primeiro eu fiquei de olho no austríaco de dois metros e meio de alturas... “meu amor, você foi preso pelo o que?” (Risos), ele respondeu: “porque eu matei”... ele contava cada história, aí era que eu me apaixonava. Sempre fui bicha perigosa! E olha que era um corredor grande e a mulher fuleira dormia do lado do meu quarto, porque mulher dormia com mulher, e eu era tratada como mulher. [...] Eu fui expulsa 3 vezes do convento e voltei (risos), você imagine o que eu não fiz (risos) (ENTREVISTADA 5)

Nota-se que ela tem problemas em lidar com as mulheres cis, adjetivando pejorativamente toda vez que vai citar uma delas. Ela constrói em seu discurso a imagem de que é uma travesti rebelde e violenta, que está sempre disposta a brigar e correr riscos e usa esta armadura para se representar como uma mulher forte e destemida.

Sua fragilidade aparece quando ela relata o preconceito que sofre com a idade e sua atual aparência, que foi degradada pelo consumo extremo de drogas, tanto é que ao perguntarmos a sua idade ela prefere dizer que tem 53 anos, mas no dia da entrevista ela tinha 47 anos. Quando a questioneei porque estava aumentando a idade, um fato inusitado, pois geralmente as mulheres mentem sua idade as reduzindo, ela disse: “Pra me livrar das críticas... de quem foi eu e de quem sou agora...”.

[...] quando eu cheguei levei um choque porque muitas novinhas... quando eu cheguei lá mais velha, era outro tipo, outra Itália. Aí tomei aquele choque fatal... tipo termostato, uma temperatura você chega e tá em outra. Eu via clientes meu da cidadezinha, “nossa aquela é [supressão do nome], ela era tão bonita quando era mais nova”... e as bichas vinha me dizer. Bicha, aquilo pra mim era um terror pra uma prostituta. Eu morei 4 anos num convento... de 10 anos, não, 6 anos de prostituição, 3 anos e 1 mês eu ganhei uma casa do governo, mas eu ganhei uma casa e tinha que trabalhar em supermercado, fabrica é isso e aquilo. Porque eu saí da prostituição e ganhei o documento, tudo, passaporte, mas eu nunca podia fazer acordo tá? Mas eu dava um truque. Quando eles me deram um apartamento do governo em frente a prostituição (risos)... o que que a bicha fez? Todo mundo me conhecia na cidade, a bicha trabalhava na rua, levava os clientes lá e pagava 30 euros pra mim, pra levar o cliente lá. O problema... eu comecei a ficar chateada porque eu via clientes meus que me viam e diziam assim: “eu não conheço”... eu perguntava: “lembra de mim? Eles diziam: “Não”. [...] Você ver as bichas que você levou pra Itália saindo com seus clientes e ouvir “nossa, [supressão do nome] ainda insiste em trabalhar? Viado velho”. (ENTREVISTADA 5)

7.3.3 Sou abjeto por ser trans ou imigrante?

E findamos esta seção com a seguinte reflexão: qual marcador social proporciona maior preconceito na Europa, ser transgênera ou ser imigrante? E o resultado foi surpreendente, pois boa parte delas ressalta que o estigma de imigrante supera o estigma da identidade trans quando se pensa o contexto social mais amplo, fora do espaço da prostituição, mas também no exercício de sua profissão quando comparam o perfil dos clientes, retratando os brasileiros como mal educados e os europeus gentis e respeitadores, sendo unânime dentre todas que viveram na Europa o registro da dificuldade que é ser trans no Brasil, mesmo em sua maioria optando por se estabelecer aqui no país.

Elas chegam a ponderar se este ato de frieza perante as/os imigrantes seria uma forma cultural dos europeus se relacionarem, demonstrando pouco afeto e empatia ou se realmente tem a ver com a sua condição de outra/o. Esta situação tende a levar as/os imigrantes ao isolamento ou a formar comunidades específicas de acordo com as nacionalidades.

É... lá... assim, o preconceito era mais por ser estrangeira, porque lá na Itália tinha aquela coisa né, italiano e extracomunitário... ééé... você podia ter os documentos, e tal, mas até o nome já era uma forma de excluir... extracomunitário, né? Já tinha esse tratamento. Aí eu senti uma frieza, mas às vezes tem haver com a questão da Europa mesmo, de uma individualidade e muito, sabe, das pessoas, o jeito de se relacionar. Não tinha, não sentia muito preconceito, mas também era muito por falta de... ééé... de um isolamento, de uma negação, assim, de não incomodar sabe? Não por ser Trans, mas sim, por ser estrangeira. (ENTREVISTADA 6)

Sofria preconceito quando íamos alugar uma casa, sofriamos preconceito, era preciso um italiano. Em Portugal também não, tinha que ter um português para dar a cara. (ENTREVISTADA 4)

O isolamento que o outsider sofre em relação aos estabelecidos (ELIAS, 2000) é representado na fala da Entrevistada 6, sendo lida como uma estratégia para delimitar o espaço de atuação do que é lido como estranho e nocivo à harmonia e equilíbrio da sociedade nativa. Fazendo alusão a/ao imigrante como um elemento de alteridade na sociedade que a/o recebe, “o estrangeiro [a/o imigrante] é sentido, então, precisamente, como um estranho, isto é, como um/a outro/a não ‘proprietário do solo’” (SIMMEL, 2005, p. 266).

O não pertencer, atrelado ao ato de não possuir raízes na cidade que se estabeleceu, servirá como fronteiras simbólicas na estrutura social que definem e ressaltam a sua imagem de que é um elemento externo em diálogo com o interno, mas que sempre será interpretado desta forma, como um ser estranho.

O estrangeiro é visto e sentido, então, de um lado, como alguém absolutamente móvel. Como um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e, entretanto, singularmente, não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, nomeadamente, em relação aos estabelecidos parentais, locais e profissionais. (SIMMEL, 2005, p. 267)

Os marcadores sociais de etnia, língua e até o próprio nome e sobrenome da pessoa imigrante, denuncia seu lugar de estrangeira, que no caso da União Europeia, estas pessoas são nomeadas como extracomunitárias (que não pertence à comunidade europeia).

Sayad (1979) problematiza a categoria de imigrante acerca do contexto econômico francês ressaltando como ocorre a negociação desta figura, que, ao mesmo tempo em que é rechaçada pela sociedade nativa, é desejada pelos empresários que necessitam de sua mão-de-obra, constituindo um sentimento de tolerância sem perder de vista o lugar de inferioridade e provisoriedade que lhes cabe, orientando a política para minimizar os custos sociais da presença da/o imigrante e ampliar as vantagens econômicas que ela/e pode oferecer.

Em relação às mulheres trans e travestis imigrantes pesam os custos sociais de sua presença, pois não integram o mercado formal para serem vistas como uma vantagem econômica para o país, então, fazendo uso desta lógica, elas seriam vistas como parasitas da economia local e violadoras dos “bons costumes”. Por outro lado, ampliando a visão para pensar no mercado do sexo, as brasileiras são profissionais bem requisitadas no mercado europeu e fazem dinamizar este mercado informal que é composto por uma cadeia ampla, constituída pelo comércio informal e formal, que se beneficia com esta atividade, desde bares, hospedarias, lojas de roupas e acessórios, locação de veículos, dentre outros.

Sendo assim, elas transitam entre a abjeção e o desejo da sua presença, de um lado a sociedade normativa que as enxergam como um ônus social, tanto na condição de imigrante quanto de transgênero, e do outro lado a cadeia produtiva do mercado do sexo que se beneficia com a sua mão-de-obra, além dos clientes que tem a mulher trans/travesti brasileira como um objeto de desejo.

Os conflitos decorrentes da inserção das/os imigrantes na sociedade receptora já vem sendo analisados desde os primórdios dos estudos migratórios. Ver que ainda hoje persistem muitos dos conflitos sinalizados nos trabalhos de Simmel, Engels, Sayad e nos teóricos contemporâneos que abordam esta temática, demonstra o quanto é difícil romper com esse estigma que foi construído sobre a/o sujeita/o migrante.

Quando a Entrevistada 4 fala do preconceito que existia para locação de um imóvel na Itália e em Portugal, revela uma, dentre as inúmeras, barreira social que são impostas para a/o imigrante ilegal sobreviver no país receptor. Precisando usar estratégias para tangenciar essas questões burocráticas, como ela aponta em seu relato, que usavam o nome de terceiros (de uma pessoa nativa) para realizar a transação de locação. A marca de imigrante para a vida social na Europa é muito mais expressiva e impactante do que a marca da transgeneridade.

Já fui pega em mercadinho fazendo compras... me levaram pra textura... textura é a delegacia, fica 12h quando tem documento, mas eles tem que soltar porque o Brasil só aceita com passaporte a deportação, que eles tem que soltar, entendeu? Já fui pega na rua me prostituindo, corri várias vezes da polícia... entrei debaixo de carro de lixo, debaixo de carro... entrei em túnel de lixo, pulei vários portões e muros... coisas que eu pensava em nunca fazer na minha vida, eu fiz. entendeu? Correndo da polícia pra não ser presa, pra não ficar 12 horas na textura, porque lá só era possível com passaporte. (ENTREVISTADA 13)

No relato acima temos um intersecção entre o corpo trans, que atrai um olhar mais incisivo da polícia no controle da migração, e a prostituição como um espaço de vivência das/os imigrantes ilegais. Este holofote que se cria sobre as pessoas que transitam este espaço reflete as experiências de fuga e violência da polícia que as mulheres trans e travestis vivenciam na Europa.

A estratégia mais simples para evitar transtornos maiores, como é o caso da deportação, é que quando vão para rua ou qualquer local público, não andam com o passaporte, o que não evita a prisão, mas já sabem que é por tempo determinado e logo voltam às ruas. Aqui vemos como a dupla migração (de gênero e espaço-temporal) age em conjunto causando problemas para permanência das mulheres trans e travestis que vivem ilegalmente na Europa.

Este controle ativo que existe sobre as pessoas trans na União Europeia faz com que elas limitem sua mobilidade nos espaços sociais, preferindo frequentar lugares dentro do universo LGBTQIA+ para não chamar a atenção.

Na prostituição na Europa, a marca de imigrante brasileira serve como um chamariz para a clientela, em torno do imaginário que foi criado acerca do corpo dos países tropicais, dentre eles o Brasil. Esta subjetivação erótica que é alimentada pelos discursos das mídias, desde as cartas de Caminha até as propagandas de cerveja, pelas festas carnavalescas que exalta corpos desnudos e sensuais, pelas propagandas turísticas que exalam feromônios, aguçando o desejo e curiosidade dos homens europeus em relação às mulheres trans e travestis brasileiras, sendo que nesse contexto, esta esteriotipação do corpo brasileiro é algo positivo.

Aqui no Brasil, os homens pagam pouco querendo usar e abusar, virar você ao contrário, se possível. Na Europa, não, eles já lhe pagam mais... trata você como rainha. Tem homens na Europa que paga pra você jantar, só jantar pra ter sua presença do lado deles. Interesse já totalmente diferente daqui pro Brasil, entendeu? Então assim, eu prefiro dez mil vezes tá na Europa do que estar no Brasil, porquê os homens no Brasil eles pagam pouco... eles querem que você chupe sem camisinha, chupe o cu deles... isso e aquilo outro entendeu? E sem camisinha. Querem que faça aquelas palhaçadas que eles gostam... de gozar na nossa boca, entendeu? O da Europa, não, eles querem tudo isso, mas eles pagam a mais por isso, entendeu? Eles pagam a mais pra ter um bom, bem tratamento, a pessoa tranquila. Então a diferença total e sem pensar que os europeus são lindos e os Brasileiros a maioria é tudo feio, velho e casado.... já os europeus, não, é muito menino novo também, entendeu? Novas experiências pra eles, então os europeus são totalmente diferente. (ENTREVISTADA 13)

Da perspectiva da transgeneridade em relação aos clientes brasileiros e europeus, elas fazem ponderações sobre educação e cultura, aludindo ao tratamento que recebem nos dois contextos. Enquanto na Europa os homens têm uma postura mais cortês, pagam a mais pelas exigências que fazem, sendo considerados por elas como mais jovens e bonitos, ressaltando que são tratadas como rainhas; no Brasil, a referência que fazem é oposta, são homens que depreciam o serviço, que por si só o mercado no Brasil tem uma cotação muito abaixo do mercado europeu, mas, além disso, os clientes querem realizar fetiches sem pagar a mais por isso.

Outra característica da clientela brasileira sinalizada por elas é que geralmente são feios, velhos e casados. Desta maneira, no mercado da prostituição esta condição de abjeto desaparece, independente de ter uma boa relação ou não com a clientela, é um espaço em que a abjeção é substituída pelo desejo e a marca de imigrante no contexto europeu é ressignificado e valorado a partir da subjetivação e hipersexualização do corpo da mulher brasileira (GOMES, 2013).

Evidencia-se que os elementos “hipersexualidade” e “disponibilidade sexual” são os que mais se fazem presentes, pois são os que emergem em todos os discursos. Isto indica uma forte naturalização destes elementos como constitutivos da <Mulher Brasileira>, reproduzindo imaginários coloniais e relações de poder. A brasileira não é apenas bela, alegre e sensual; a brasileira não é apenas identificada com a prostituição. O problema da ordem discursiva sobre a <Mulher Brasileira> é mais profundo, remete a percepção de todas as brasileiras como “corpo colonial” disponível e hipersexualizado. (GOMES, 2013, p. 139)

A pesquisa de Mariana Selister Gomes teve como recorte Portugal e a mulher cis brasileira, mas podemos estender ao contexto europeu como um todo e às mulheres trans e travestis a reprodução deste imaginário sobre os corpos femininos do Brasil, que são lidos como exóticos, sensuais, sexualizados, disponíveis... um “corpo colonial”.

Este conceito foi criado a partir dos estudos de Franz Fanon ao problematizar o corpo negro como resultado de uma construção de saber-poder colonial e que foi aprimorado por algumas feministas desconstrutivistas e descoloniais para discutir o racismo e sexismo na construção do imaginário sobre os corpos das mulheres cis negras, indígenas e imigrantes, a exemplo de Lugones (2008), López (2009) e Gregório-Gil (2009)¹⁰⁷, que referenciaram os estudos da autora (GOMES, 2013, p. 53).

Conforme citações anteriores, tais como as citações da Entrevistada 10 localizada na página 272 (seção 6.3.1) e da Entrevistada 8 localizada na página 286 (seção 6.3.2), retratam as dificuldades que existe tanto em relação a ser imigrante quanto a ser transgênero, que no primeiro caso tem as dificuldades em relação às políticas de controle migratório e às diferenças culturais, incluindo língua, comportamentos e relações interpessoais.

Referente ao gênero, o preconceito existe independente do lugar, sendo vivenciado de forma mais intensa em alguns países e de forma mais amena em outros, mas não conseguem escapar do estigma criado sobre as pessoas trans. Uma interpretação interessante que a Entrevistada 8 trouxe em seu relato é a vinculação da xenofobia ao patriarcado, nos levando a refletir e concordar com essa lógica argumentativa.

¹⁰⁷ Ver: (LUGONES, 2008); (LÓPEZ, 2009); (GREGÓRIO-GIL, 2010); (GOMES, 2013).

Partindo do princípio da dupla migração das pessoas trans, elas se deparam com ações xenofóbicas patriarcais em relação à nacionalidade, conforme já foi demonstrado todas as intempéries pelas quais passam no país de recepção que são agravadas por serem mulheres brasileiras ilegais, mas também passam por infortúnios por conta do seu trânsito entre os gêneros, sendo cobradas pelo sistema heteronormativo a passar pelo processo de assimilação e se compor dentro das fronteiras do feminino, não lhe sendo garantido o direito de viver no entre-lugar.

Á/Ao imigrante não é concedida a opção de permanecer em um espaço de trânsito, ela/e precisa concluir a viagem e se fixar em algum momento. Sendo a xenofobia a hostilidade manifestada contra pessoas estrangeiras e que está diretamente relacionada aos processos migratórios, ela é expressa de forma diferenciada em relação aos homens e mulheres, pois segue uma lógica patriarcal que carrega consigo a misoginia, a LGBTfobia e a subordinação do feminino ao masculino nas relações de poder. Sendo assim, as mulheres trans e travestis sofrem duplamente com a xenofobia, por serem estrangeiras e por representarem o feminino.

A mudança de sexo e a migração são as duas práticas de travessia que, ao questionarem a arquitetura política e legal do colonialismo patriarcal, da diferença sexual e do Estado-nação, situam um corpo humano vivo nos limites da cidadania e até do que entendemos por humanidade. O que caracteriza as duas viagens, para além do deslocamento geográfico, linguístico ou corporal, é a transformação radical não apenas do viajante, mas também da comunidade humana que o acolhe ou rejeita. O antigo regime (político, sexual, ecológico) criminaliza toda prática de travessia. Mas onde a travessia é possível começa a ser traçado o mapa de uma nova sociedade, com novas formas de produção e de reprodução da vida. (PRECIADO, 2019 p. 29, tradução nossa)

Essa citação do livro “Um apartamento em Urano - crônicas del cruce” lançado em 2019, de Paul Beatriz Preciado (teórico trans), sintetiza e endossa a diáspora trans com propriedade e maestria, assim como representa a intersecção entre a xenofobia e o patriarcado. Os sistemas normativos, sejam eles relacionados aos processos migratórios espaço-temporal ou de gênero, estão sendo questionados e repensados a todo o momento, porque a mobilidade gera alteridade e é neste confronto das diferenças que vislumbramos a novidade, a desconstrução e a esperança de cenários mais habitáveis para a diversidade.

8 CONSIDERAÇÕES EM TRÂNSITO

As considerações em trânsito, assim compreendidas porque estamos sempre em movimento, inclusive nossas ideias e verdades, não serão vistas como um ponto final, mas, sim, como um ponto de continuação. Serão elaboradas levando-se em consideração o processo diaspórico disciplinar, que apesar de partir de uma perspectiva sociológica não se limita a ela, borra as fronteiras e coloca em diálogo um referencial múltiplo e livre dos imperativos sociais e acadêmicos, como não poderia deixar de ser ao se tratar de temas transdisciplinares.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, vários *spoilers* já foram dados a respeito das “considerações em trânsito”, que serão aqui retomadas para fazermos uma reflexão mais geral e coesa sobre a Diáspora Trans.

Como podemos ver ao longo do texto, as mulheres trans e travestis são sujeitas que se constituem fora da norma de gênero, desestabilizando o sistema binário da sociedade heteronormativa e as colocando no lugar de abjeto, que é gerado pela alteridade promovida ao se confrontar o essencialismo com o fluido, ocasionada no movimento de transposição e borramento das fronteiras de gênero.

Este trânsito entre os territórios do gênero ocorrem de forma relacional e contextual, mas não é uma viagem que sai de um ponto fixo para outro. Ao longo desta mobilidade, há inúmeros pontos de gradiência que podem ser interpretados como ponto final para algumas pessoas, e por outras, apenas como um ponto de conexão para outra etapa da vida em sua busca da representação social desejada.

Tem um ponto de partida fixado pela biologia que, a partir do genital, as inserem e as nomeiam como indivíduos masculinos, mas que de uma perspectiva de construção social depreende-se que não há fixidez neste ponto de origem, ele também é formado por inúmeros gradientes que são invisibilizados em prol de um referencial homogêneo.

Desta maneira, a diáspora trans acontece de pontos múltiplos de partida com destino a pontos múltiplos de chegada, em relação ao fluxo dos processos identitários de gênero, mas que também faz menção às migrações espaço-temporal. É uma viagem sem roteiro definido e que vai sendo construída dentro das relações de poder-saber.

As pessoas trans têm um papel de extrema importância na sociedade onde vivem, trazendo à tona o olhar sobre transgeneridade, seja de forma positiva ou negativa, coloca em pauta que existe algo para além do binário, provoca reflexão e promove questionamento das pessoas cis sobre elas mesmas, que na condição de estabelecidas não se problematizam, são lidas como naturais.

Compreendendo a transgeneridade, para além do corpo e do genital, como um grupo social heterogêneo formado por pessoas que performam e possuem vivências diversas, constituindo-se perante contextos múltiplos e distintos, revelou que estas pessoas povoam graus diferenciados de distanciamento das categorias dadas (homem/mulher) como únicas referências para a performatividade dos gêneros, evidenciando novas possibilidades de representações sociais e demonstrando como todos nós somos imaginados a partir da construção social.

O aporte epistemológico em diálogo com o campo serviu para notar que no atrito entre as/os diferentes ocorre alteração em ambos, que um/a interfere no/a outro/a, além de revelar uma tensão nas fronteiras do gênero.

Com movimentos que caminham em sentidos opostos, de um lado há um grupo que quer fixar e reforçar os limites entre o masculino e o feminino; do outro temos um contramovimento que vem minando este muro levantado pela heteronormatividade, demonstrando a permeabilidade destas fronteiras pré-estabelecidas, reflexo do que compreendemos ser um/a sujeito/a pós-moderno, constituído por identidades que habitam um mesmo espaço simultaneamente e que em alguns casos são contraditórias.

Essa dinâmica desconstrói a ideia de uma identidade inata para uma identidade em constante formação, o que nos remete compreender as pessoas como um/a sujeito/a fluido/a, fragmentado/a, variável, provisório/a e complexo/a. Um/a sujeito/a que se depara com um mundo povoado por uma multiplicidade de sistemas simbólicos e representações culturais, que provoca esse rompimento com a fixidez, pois a cada momento, mesmo que temporariamente, nos deparamos com diferenças que nos identificamos.

Não consideraremos mais uma política de identidade, mas uma política da diferença, formada por sujeitas/os descontínuas/os e constituída por contradições. Nesse sentido, ao pensar a diferença, optamos pelos fundamentos dos estudos queer como um movimento, difundindo o discurso de um mundo sem rótulos,

podendo cada sujeito ser como quiser e da forma que quiser no que tange ao gênero.

Saem do binarismo do homem/mulher para multiplicidades de gêneros. Notamos que quanto mais politizadas são as pessoas trans, através do acesso a teorias trans, queer e de gênero, mais disponíveis estão a participar de um movimento de rompimento e desconstrução dos rótulos e papéis dados.

E, quanto mais distantes dos espaços acadêmicos e de militância elas se encontram, nos deparamos com a reprodução dos padrões normativos instituídos, negando a diversidade do feminino e reificando o padrão da mulher cis e toda sua carga simbólica como o modelo único e ideal a ser alcançado. São sujeitas que se limitam a seguir um roteiro pautado na heteronormatividade, que exclui a possibilidade de transgredir inclusive as experiências sexuais.

As pessoas trans, que são influenciadas pelos discursos heteronormativos e fazem uso destas referências para se relacionarem socialmente e compreender a si mesma e a/ao outra/o, acabam por gerar atritos e conflitos com as pessoas que se constroem e se apresentam socialmente com performances, corpos e outros discursos que rompem com esses padrões, gerando uma desarmonia dentro da própria população trans.

Essas pessoas que revelam novas possibilidades de significar o feminino e o masculino sofrem coações dos seus próprios pares sob acusações de não serem uma pessoa “trans de verdade”, fazendo uso desta expressão essencializadora da identidade trans, como se existisse uma única maneira de existir como pessoa não-cis, acreditando que deve se encaixar dentro do masculino e feminino dado, desconsiderando as gradiências do gênero. Quanto mais uma mulher trans e travesti se afasta da referência da mulher cis, menor será a legitimidade dela perante às pessoas (trans e cis) que se pautam em discursos que consideram o gênero com fronteiras rígidas e imutáveis.

Reconhecendo o acesso à informação, seja através da educação politizada formal ou informal (movimentos sociais, internet e redes sociais), como um fator que faz a diferença na construção da pessoa trans, analisamos o processo de alteridade e transgressão desta população que são construídas e subvertidas por um cenário político baseado na heteronormatividade e gênero inteligível. Elas sofrem com esse processo de inteligibilidade, pois diferentemente de gays e lésbicas, é muito mais difícil para elas camuflar as suas diferenças.

É, então, que em alguns casos adotam o fato de “sair do armário” como um ato de liberdade, não no sentido de liberação, mas no sentido de resistência, já demonstrando uma atitude política, mesmo que ainda não seja endossada pela consciência do ato.

Entretanto, muitas vezes, na infância e adolescência, essa revelação não parte de uma escolha própria, são arrancados desses armários por terceiros (colegas, professores, vizinhos, amigos, familiares), sendo enquadradas dentro de um rótulo que, muitas vezes, não lhes cabe, como é o caso de serem nomeadas como gay. Essa ação provoca traumas e problemas sociais sérios, por ainda não estarem preparadas para sair dessa carapuça de pessoa cishétero que lhes protege das injúrias e preconceitos ou, até mesmo, por ainda não se perceberem enquanto diferentes.

Identificamos um cenário perverso que as travestis e mulheres trans vivenciam em sua infância e adolescência, sendo apontadas como anormais pela sociedade heteronormativa, levando a uma migração cada vez maior das sujeitas que nasceram em cidades do interior, onde a coerção das instituições são ainda mais presentes, rumo às capitais e metrópoles. Elas exilam-se nos grandes centros urbanos por serem mais receptivos ao diferente, uma vez que são formados por um mundo de estranhos.

O anonimato adquirido nestas cidades de desconhecidos permite que vivenciem plenamente, mesmo que seja em um restrito espaço que este núcleo social se apoderou, tais como os guetos, desenvolvendo suas relações sociais e seu autoconhecimento sem a vigilância das instituições, revelando sua identidade de gênero e realizando seus desejos e sexualidade de forma mais livre, além de descobrirem a existência de semelhantes, o que gera reconforto por perceberem que há um grupo com o qual podem se identificar.

A prostituição, atividade a qual muitas delas foram levadas de forma compulsória, pode ser entendida como uma heterotopia da crise, por ser um espaço onde o não-hegemônico se apropriou e desenvolve comportamentos socialmente indesejados, “longe” dos olhos da sociedade normativa. É nesse espaço de alteridade onde o proibido, o (in)desejado e o marginal, de acordo com a ótica da sociedade, pode ser encontrado, considerando que, à noite, as ruas se tornam invisibilizadas, rechaçadas, contestadas e invertidas, é o que nos leva a conformá-la como o espaço da heterotopia, o espaço da alteridade.

Desta maneira, a prostituição, compreendida como um mercado que é tangenciado pelas migrações espaço-temporal, é revelada como um espaço de dinamização dos processos migratórios da maioria das pessoas que integram a população trans feminina.

O outro fluxo ocorre no sentido oposto ao ato de migrar por um motivo qualquer, pois geralmente está relacionado a estudos ou trabalho, levando ao distanciamento da família e do seu círculo social de origem, permitindo que esta pessoa tenha mais liberdade para experimentar, construir a identidade de gênero com a qual se identifica, então, neste caso, o descobrir-se trans foi uma consequência do processo migratório.

Conseguem romper com o silenciamento e apagamento da sua verdadeira identidade de gênero, aceitando-se e consolidando-se como um/a novo/a sujeito/a perante a sociedade, demonstrando como os processos migratórios também agiram sobre sua vida, possibilitando a (re)construção de sua identidade a cada passo, a cada viagem, a cada novo contato.

A dupla migração (de gênero e espaço-temporal) que analisamos aqui, através da Diáspora Trans, nos apresenta as redes como fundante dos processos migratórios, sejam elas constituídas em espaços de prostituição, nos movimentos sociais, nos espaços sociais LGBTQIA+ e/ou até mesmo na vida cotidiana, ao se deparar com uma pessoa trans que possa se identificar e criar laços.

Elas são as vias de acesso para consolidação da transposição de barreiras físicas e simbólicas, que através de processos de desterritorialização e reterritorialização promovem a dinâmica do movimento em torno da transgeneridade. As redes agem como rizomas, crescendo a partir de diversos pontos simultaneamente e se unem formando uma trama densa de interligações, que em outro processo metafórico podemos compreender como tecido social.

Compreendendo as migrações como processos sociais e as redes migratórias trans partindo de uma perspectiva das migrações em cadeia, que tem a informação com um dos elementos centrais, percebemos como as relações das sujeitas desta pesquisa são construídas e articuladas com base em informações particulares para realizarem seus movimentos.

É através dessas redes que conseguem acesso aos movimentos sociais, aos espaços acadêmicos, aos hormônios, às bombadeiras, aos guetos, às hospedarias, aos espaços de prostituição, às rotas de migração e assim por diante. Então, seja

qual for o processo migratório em questão, o de gênero ou espaço-temporal, as informações acessadas através das redes se constituem como um caminho presente na história de vida de todas as entrevistadas.

Algumas características se destacam nas redes de prostituição trans, como é o caso das cafetinas que se sobressaem no papel de articulação e manutenção desta rede, principalmente no fluxo internacional, que traz também o casamento como estratégia para sair da ilegalidade. A relevância da internet que permite tanto a comunicação mais fácil entre as/os integrantes desta rede, como o acesso a informações diversas, mas também servindo de plataforma para dinamização e venda dos serviços das profissionais do sexo.

O contato com a rede de drogas aparece como um ônus do mercado da prostituição, assim como a disseminação do vírus HIV, como vimos exemplos destas duas situações dentre nossas entrevistadas. A prostituição pode ser vista como uma rede viva que está sempre em movimento e com um fluxo contínuo de novos/as sujeitas/os, com regras que são adotadas de forma contextual e relacional a partir das relações de poder que regem cada espaço e cada integrante.

A imigração ilegal e a transgeneridade podem ser interpretadas como contramovimentos aos sistemas estabelecidos; a primeira desestabiliza a “identidade nacional” tendo como consequência a xenofobia, e a segunda desorganiza o sistema binário do gênero, tendo como resposta a transfobia.

A produção social das alteridades provocadas pela presença da/o imigrante ilegal e da pessoa transgênera promove rachaduras nos sistemas normativos, provocando discursos de autoafirmação das pessoas que se encontram no grupo dos estabelecidos (nativos/pessoas cis) e ao mesmo tempo, discursos de ódio contra estes elementos estranhos que desejam ocupar o mesmo espaço social, como estratégia para afastar estes outsiders que geram desarmonia.

Esta abjeção pode chegar a processos muito radicais e se tornarem ideologias, como é o caso da eugenia. Neste caso, seria possível pensar na transfobia como um processo de eugenia do gênero? Identificamos que as mulheres trans e travestis que migraram para a Europa para integrar o mercado da prostituição experienciam a alteridade de forma interseccional, o que potencializou os graus de violência que sofreram na condição de Outra, considerando que os marcadores de imigrante ilegal, mulher trans/travesti e prostituta entraram em negociação.

A análise dos discursos e das pessoas trans que integraram esta Tese permitiu perceber a importância do corpo no processo de migração do gênero, sendo interpretado como um território disputado e vigiado, mas também um espaço político de reivindicação de construções alternativas da sexualidade e da identidade de gênero.

É no corpo que se materializa a identidade de gênero, uma vez que a performance identitária depende dele para ser executada. Este espaço de experimentação que revela novas maneiras de expressar o masculino e o feminino, revelando mulheres com pênis e homens com vagina, denuncia qualquer possibilidade da naturalização do gênero e apresenta as construções sociais como estratégias com alta potencialidade de ressignificar e (des)reconstruir o que se tem como dado.

Qual corpo trans é legítimo? Qual corpo cis é legítimo? É através das relações de poder-saber que se dão as respostas para esses questionamentos, tendo padrões que serão definidos pelos discursos hegemônicos e essencialistas que agirão como heterônomos. Em contrapartida, temos os corpos que são construídos a partir da auto-identificação, que ora se aproximam dos padrões hegemônicos, ora se afastam, mas que são tão legítimos como os outros, perante esta Tese e os estudos queer.

No que tange à produção de dados empíricos, esta Tese contribuiu para trazer ao debate acadêmico histórias de vida de treze pessoas trans que foram entrevistadas, permitindo que constatássemos e validássemos o conceito da Diáspora Trans que confirma os fluxos simbólicos e físicos dos processos identitários trans.

No entanto, esta pesquisa fez emergir alguns questionamentos e possibilidades temáticas para futuras investigações, tais como: identidade trans e religião; a velhice de uma pessoa trans; pessoas trans no mercado formal; professoras trans e as instituições de ensino; pessoas trans vivendo com HIV; conflitos entre pessoas trans acerca do pertencimento; alteridade e resistência dos processos identitários trans; dentre tantos outros assuntos que podem ser revertidos em objetos de estudo. Esta tese é um estudo do trânsito que segue seu fluxo em busca de respostas e não cessa sua viagem aqui.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Perfil das Solicitações de Refúgio Relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (OSIG). Brasília, 2018. Disponível em: https://datastudio.google.com/reporting/11eabzin2AXUDzK6_BMRmo-bAIL8rrYcY/page/1KIU. Acesso em: 29 de out. de 2019.

AGNOLETI, M. B.; SOUSA, E. S. S.. A transmigração no espaço, no corpo e na subjetividade: deslocamentos de fronteiras na experiência travesti. 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia/SP, setembro 2013. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/papers-37-encontro/spg-2/spg15-2/8740-a-transmigracao-no-espaco-no-corpo-e-na-subjetividade-deslocamentos-de-fronteiras-na-experiencia-travesti/file> . Acesso em 15 de dezembro de 2016.

ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

ALTMAN, Dennis. Rupture or continuity? The internationalization of gay identities. *Social Text* (14), 3, 1996.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo? São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos. 1981.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Vítor Lopes. Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n. 77, p. 29-48, dez. 2015.

ANDRADE, Vítor Lopes. Refugiados e refugiadas por orientação sexual no Brasil: dimensões jurídicas e sociais. In: seminário “migrações internacionais, refúgio e políticas”, 2016, São Paulo. Anais. São Paulo: UNICAMP, 2016.

ARGENTINA. Ley Nº 26.743 de 09 de maio de 2012. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. Buenos Aires: Presidência da República da Argentina, 2012. Disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/ley_26.743_de_identidad_de_genero.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2018.

ANDRADE, Daniela; BRASIL, Linda. População LGBT em estado de vulnerabilidade social. In. IV Semana de Visibilidade Trans de Aracaju: Direitos e Cidadania das Pessoas Trans. [mesa temática]. São Cristóvão: UFS, 2018.

ANTRA, Associação Nacional de travestis e transexuais (Brasil). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Organizadoras: Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira. Brasil. 2019.

ANTRA, Associação Nacional de travestis e transexuais (Brasil). Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans. (on-line). Publicado em 29 de junho de 2018 por

Bruna Benevides. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso 24 de Jan. 2020.

ARAÚJO, Hortênsia; SOUTO, Kátia; TAYLOR, Jéssica. “Saúde integral das pessoas trans” (palestra), 3º Fórum de Saúde Integral de Pessoas Trans: Transidentidades e Travestilidades. [mesa temática]. Lagarto: UFS, 2017.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP

ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH – realizado em novembro de 2010 em Natal, RN, p. 1-17.

ÁVILA, Simone. Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini (Dissertação). Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo / Beatriz Pagliarini Bagagli. Campinas, SP: Repositório da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BARNES, J.A.. Social Networks. Cambridge: Module 26, p.1-29, 1972.

BARNES, J. A.. Redes sociais e processos políticos. FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas Métodos. São Paulo: Global, 1987. P 159-194.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Fatos e Mitos (Vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2). 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BECKER, Howard S. [1963]. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEDETTI, M. R. Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna; CARVALHO, Marcela. Reorientação Sexual: Não há cura para o que não é doença. In. IV Semana de Visibilidade Trans de Aracaju: Direitos e Cidadania das Pessoas Trans. [mesa temática]. São Cristóvão: UFS, 2018.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero, na experiência transexual/Berenice Bento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. Labrys. Estudos feministas. Nº4. ago/dez, 2003. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>> Acesso em: 30 de jul. 2011.

BENTO, Berenice. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. Depoimento [Julho – Dezembro, 2014]. 43. ed. Campinas: Revista Pagu. Entrevista concedida a Diego Mado Dias, 2014.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras. Barcelona, Içaria, 2002. p.p. 229-257.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BINNIE, Jon (2004). A globalização da sexualidade. Ponta Grossa: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 4, n. 1, p. 188-194, jan. / jul. 2013.

BOLAÑOS, Aimée G.. Toda odisséia tem um final feliz? (A propósito de poesia e diáspora). ALETRIA :Revista de Estudos de Literatura, n. 3 - v. 22, 2012.

BONOMO, Hudson A. R. Destransição: o arrependimento que surge em Pós-Op. Aspectos do Mal-estar na Contemporaneidade: Sexuação e Sinthoma, Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro, RJ, nov. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329717339_DESTRANSICAO_O_ARREPENDIMENTO_QUE_SURGE_EM_POS-OP. Acesso em: 21 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. Tradução: Ana Maria F. Almeida. Revista Pro-Posições. v. 25, n.1. p. 247-256, 2014.

BRAH, Avtar (1996). Cartografías de la diáspora. Identidades en cuestión. Traducción: Sergio Ojeda. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BRAND, Dionne. A map to the door of no return. Toronto: Vintage Canada, 2002.

BRASIL. Decreto de Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. (Estatuto do estrangeiro) Brasília: Presidência da República do Brasil, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm> . Acesso em: 04 de Jul. de 2018.

BRASIL. Portaria nº 1.820 de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 20 de jan. 2018.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Consultado em 30 Mar. 2017.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação – CONAE. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Documento Final, 2014a.

BRASIL, Decreto de Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017. (Lei da Migração) Brasília:

Presidência da República do Brasil, 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 04 de Jul. de 2019.

BRASIL. Provimento nº 73 de 28 de junho de 2018. Regulamenta a alteração de nome e sexo no Registro Civil. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2018.

Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>. Acesso em: 20 de jul. de 2018.

BRASIL. Lei 672/2019 (em tramitação). Criminaliza a discriminação e o preconceito relativos à identidade ou orientação sexual. Brasília: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 2019.

BRASIL, Secretária de Direitos Humanos. Conselho Nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Resolução nº12, de 16 Jan. 2015. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx>. Acesso em 21 Set. 2018.

BRASIL, Conselho nacional de combate à discriminação. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014. Disponível em < <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-conjunta-01-2014-cncd-lgbt-e-cnpcp>>. Acesso em 5 de setembro de 2015.

BRASIL, Conselho nacional de justiça. Resolução n. 270, de 11 de dezembro de 2018. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 240, p. 10-12, 12 dez. 2018.

BUTLLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. (Org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Tradução Tomáz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 151-172.

BUTLLER, Judith. Criticamente Subversiva. In: Jiménez, Rafael M. M. (Org.). Sexualidades Transgressoras: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria, 2002, pp. 55-79.

BUTLLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity. New York: Routledge, 2006a.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Florianópolis: Rev. Estud. Fem. v.10 n.1, 2002a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009. Acesso em 24 Mai. 2019.

CALIFIA, P.. Mudanças de sexo: a política do transgnerismo. São Francisco: Cleiss Press, 1997.

CAMURÇA, Silvia M. S. [entre 2013-2019]. Nosso corpo, nosso primeiro território! (on-line). Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/390-numero-172-janeiro-a-junho-de-2012/3709-nosso-corpo-nosso-primeiro-territorio>. Acesso em: 30 de mai. de 2019.

CANCLINI, Nestor García (1989). Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CARRIJO, Gilson Goulart. "Imagens em trânsito: narrativas de uma travesti brasileira". In: PISCITELLI, Adriana; NIETO OLIVAR, José Miguel; ASSIS, Gláucia Oliveira de (Org.). Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, SP: Pagu/Unicamp, v. 1, p. 263-320, 2011.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Revista Lationoamerica: Sexualidad, Salud y Sociedad nº 14, Rio de Janeiro: IMS- UERJ, CLAM, Dossier nº 2, 2013, pp.319-351.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Robin. Sólidas, dúcteis e líquidas: noções em mutação de "lar" e "terra natal" nos estudos da diáspora. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp.519-532.

COHEN, Robin. Diasporas and the Nation-State: from victims to challengers. In: _____; VERTOVEC, Steven (Eds). Migration, diasporas and transnationalism. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 1999. p. 266-278.

COMISSÃO EUROPEIA. Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de intercâmbio de estudantes, de formação remunerada e não remunerada, de voluntariado e de colocação "au pair". 2013. Disponível em: <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20130151.do> . Acesso em: 1 abr. 2018.

CONNEL, Raewyn. Gênero em termos reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo : Inversos, 2016, 272 p.

CONSELHO EUROPEU DE SEVILHA. 21 e 22 de junho de 2002. Disponível em: <https://europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=MOTION&reference=B5-2002-0395&language=PT>. Acesso em: 1 abr. 2018.

CONSELHO EUROPEU DE TAMPERE. Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Tampere 15 e 16 de Outubro de 1999. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm. Acesso em: 1 abr. 2018.

CORREA, Naia; FARIAS, Ilton; TAYLOR, Jéssica. Retificação do Nome Civil e Gênero das Pessoas Trans. In. IV Semana de Visibilidade Trans de Aracaju: Direitos e Cidadania das Pessoas Trans. [mesa temática]. São Cristóvão: UFS, 2018.

COULON, Alain. A Escola de Chicago. Campinas: Papirus, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. s.d. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. 2. ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

CUKIERT, M.; PRISZKULNIK, L. (2010). Considerações sobre o eu e o corpo em Lacan. Natal: Estudos de Psicologia, 7 nº Jan. 2002, pp. 143-149.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix: Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Rio de Janeiro, ed. 34, 1995.

DRAPALA, Lili; FAVERO, Sofia; VALENTIN, Daniel. A erotização do corpo trans, 3º Fórum de Saúde Integral de Pessoas Trans: Transidentidades e Travestilidades. [mesa temática]. Lagarto: UFS, 2017.

DRAPALA, Lili; LIMA, Daniel; VERGUEIRO, Viviane. Despatologização das Identidades Trans. In. IV Semana de Visibilidade Trans de Aracaju: Direitos e Cidadania das Pessoas Trans. [mesa temática]. São Cristóvão: UFS, 2018.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução. Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto editora, 1997.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1994a.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich (1884). A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENNES, Marcelo A. A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Editora da Unesp, 2001.

ENNES, Marcelo A. Produção da diversidade: identidades e imigração. Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, v.4, nº 8, 2016, p. 217-242.

ENNES, M. e MARCON, F.. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

ERIBON, Didier. Reflexões sobre a questão gay. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 81-124.

FACCHINI, Regina. "Sopa de letrinhas"? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Clam: Garamond, 2005.

FEINBERG, L. Azuis de maconha de pedra. Los Angeles: Alyson, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História oral: desafios para o século XXI. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

FORTIER, Anne-Marie. "Queer Diaspora." In: Handbook of Lesbian and Gay Studies, 2002. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sageereference.com/hdbk_lgs/Article_n12.html. Acesso em: 12 nov. 2018.

FORTIER, Anne-Marie. 'Coming home': migrações queer e evocações múltiplas de casa. In: European Journal of Cultural Studies [artigo de jornal]. 2001, p. 405-424.

FOUCAULT, M. (1987). Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M.. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, M.. História da Sexualidade: a vontade do saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, M.. Microfísica do Poder/Michel Foucault. Org. Roberto Machado. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

FOUCAULT, M.. Em defesa da sociedade. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

- FOUCAULT, M.. De Outros Espaços (1984). Disponível em: http://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2011/06/outros_espacos.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.
- FRANÇA, Isadora Lins. Refugiados LGBTI: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. Cadernos Pagu. Campinas, v. 50, 2017.
- FRASER, N. "Para além do modelo senhor/serva: sobre O contrato sexual, de Carole Pateman". In: Biroli, F.; Miguel, L. F. (orgs.). Teoria política feminista: Textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- FRY, P.; MACRAE, E. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GARII, Barbara. "Transgender Movement." Encyclopedia of Activism and Social Justice . 2007. SAGE Publications. [online] Disponível em: http://www.sageereference.com/activism/Article_n867.html. Acesso em: 12 Mai. 2018.
- GILROY, Paul. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 2001.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988.
- GOMES, Mariana Selister. O imaginário social em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação (Tese de Doutorado). Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2013.
- GOUCHER, C. e WALTON, L.. Migração Humana: História mundial em movimento In.: História Mundial: jornadas do passado ao presente. Tradução: Lia Gabriele Regius Reus. Porto Alegre: Penso, 2011. Pg. 13 – 35.
- HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, Niterói: UFF, 2002.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24, 1996.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Organizacao Liv Sovik; Traducao Adelaine La Guardia Resende ... let all. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representacao da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALPERIN, David. "La política queer de Michel Foucault". In: HALPERIN, David. San Foucault: para una hagiografía gay. Tradução Mariano Serrichio. Argentina: Ed. Literales, 2007. p.p. 33-159.
- HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, Londrina, v. 20, n. 2, jul./dez. 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2017. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em 15 de jan. de 2018.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Interacionistas no Brasil, Seção Documentos, Série 5 - Emílio Willems. Uma apresentação. RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 18, n. 52, p. 153-157, abril de 2019.

JEFFREYS, Sheila. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. Journal of lesbian studies, v. 1, n. 3-4, p. 55-74, 1997.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 8-19. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2º. ed. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>, acesso em 10 de Out. de 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Ser-Tão, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>. Acesso em: 6 jul. 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf> Acesso em: 15 jul. 2018.

JUNQUEIRA, R. D.. (org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, R. D.. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. Revista Educação On-line PUC-Rio nº 10, p. 64-83, 2012.

KRUPSKAYA, Nadezhda (1933). A Emancipação da Mulher segundo Lenin. Tradução: Gabriel Landi Fazzio. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2016/02/26/nadezhda-krupskaya-a-emancipacao-da-mulher-segundo-lenin/>. Acesso em: 01 de ago. de 2018.

LACAN, Jacques. Escritos – tradução Vera Ribeiro – 1º. Reimpressão da edição brasileira. Rio de Janeiro, 1998. p. 937.

LE BRETON, David, 1953- A sociologia do corpo / David Lê Breton; 2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÉNINE, V. . “Edições Avante!” (1984) de O Capitalismo e a Imigração dos Operários com base nas *Obras Completas* de V. I. Lênine, 5º ed. em russo, t. 24, pp. 88-92. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/10/29-1.htm>. Acesso em: 01 de ago. de 2018.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n.2, jul-dez 2012, pp. 363-369.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Organização Guacira Lopes Louro; tradução Tomaz Tadeu da Silva. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Argos), 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. A Proletária. Textos escolhidos vol. I, organizado por Isabel Loureiro - Editora UNESP, páginas 493-496. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2020.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

MANALANSAN IV, Martin F. (2005), «Migrancy, Modernity, Mobility – Quotidian Struggles and Queer Diasporic Intimacy», in Eithne Luibhéid, Leonel Cantú JR (editors) (2005), *Queer Migration – Sexuality, U. S. Citizenship and Border Crossings*, Minneapolis, Minnesota University Press, pp. 146-160.

MANALANSAN IV, Martin F.. *Global Divas: Filipino Gay Men in the Diaspora*. Durham, NC, Duke University Press, 2003.

MARQUES, Eduardo C. Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

MARTINELLI, Andréa. Os dados alarmantes do relatório que mapeia a homofobia pelo mundo (on-line). Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/dados-relacoes-homossexuais-ilga_br_5c95bce2e4b01ebee0f7b30. Acesso em: 29 de Outubro de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MENESES, C. S..O corpo abjeto na escola heteronormativa: Como os gays afeminados, travestis e transgêneros se relacionam com a Cultura da Violência nos espaços educacionais. In: I Seminário Nacional de Sociologia. Anais (pn-line). UFS – São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12861/2/CorpoAbjetoEscola.pdf>. Acesso em 18 out. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Vigilância em Saúde. [2019]. Boletim Epidemiológico HIV/AIDS. (on-line). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-2019>. Acesso em: 09 dez. 2019.

MORGAN, Robin. Sisterhood Is Powerful: Na Antology of a Feminist. Nova Iorque: Vintage Books, 1978. Disponível em <http://www.itn-cohab.eu/wiki/queer-diaspora>. Acesso em 10 dez. 2018.

OLIVEIRA, Márcio. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. Revista Dados vol.57 nº1, Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014.

OMS, Organização Mundial da Saúde. [2014]. OMS: pessoas que estão sob maior risco ao HIV não estão tendo acesso aos serviços de saúde que necessitam. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-pessoas-que-estao-sob-maior-risco-ao-hiv-nao-estao-tendo-acesso-aos-servicos-de-saude>. Acesso em: 09 de Dez. 2019.

ONU BRASIL, Organização das Nações Unidas no Brasil. [2016]. Violência contra pessoas trans é 'extremamente alta' nas Américas, apontam ONU e parceiros. (on-line). Disponível em <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apon>. Acesso em 17 dez. 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. [2020]. A campanha global das nações unidas contra a homofobia e a transfobia. (on-line). ONU LIVRES & IGUAIS, 2020. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/about/>. Acesso em: 18 de Mar. de 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAGAN, Alice; RODRIGUES, Manu; SOARES, Geovana. "Ideologia de Gênero" o que você entende?. In. IV Semana de Visibilidade Trans de Aracaju: Direitos e Cidadania das Pessoas Trans. [mesa temática]. São Cristóvão: UFS, 2018.

PAGAN, Alice Alexandre; ARAÚJO, Yzila Liziane Farias Maia de. Habilidades socioemocionais & afetividade no ensino de ciências e biologia: pesquisas e reflexões [recurso eletrônico] / Alice Alexandre Pagan, Yzila Liziane Farias Maia de Araújo (org.). – São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2019.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATRÍCIO, Maria Cecília. No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PATRÍCIO, Maria Cecília. No truque: fluxos migratórios de travestis brasileiras à Espanha sob uma perspectiva transnacional. Carta Internacional, 4(1), 32-45, 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. *Fichas técnicas sobre a UE*, 2015. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/home>. Acesso em: 1 abr. 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. *Gestão das fronteiras externas*. Fichas técnicas sobre a EU. 2016. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.12.4.html. Acesso em: 1 abr. 2018.

PELÚCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Toda Quebrada na Plástica. Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. CAMPOS - Revista de Antropologia Social, nº 6 (1-

2), p. 97-112, 2005. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/4509/3527>>. Acesso em 18 dez. 2016.

PELÚCIO, Larissa. Travestis brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais, paper apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil, p. 1-24, 2008.

PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia). São Carlos: UFScar, 2007.

PELÚCIO, Larissa. "Amores perros" - sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, A.; DE OLIVERA, G.; NIETO, J. (. Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil (Coleção Encontros). Campinas (SP): UNICAMP/PAGU, 2011. p. 185-224.

PEREIRA, Rodrigo. Diáspora contemporânea: um convite à reflexão numa perspectiva histórico literária. *Grau Zero — Revista de Crítica Cultural*, v. 4, n. 1, 2016.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. O NEGÓCIO DO MICHÊ: Prostituição viril em São Paulo. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1986.

PESSAR, Patricia R. "The Role of Gender, Households, and Social Networks in the Migration Process: A Review and Appraisal." In: HIRSCHMAN, Charles, KASINITZ, Philip, and DEWIND, Joshua (eds.). *The Handbook of International Migration: The American Experience*. New York: Russell Sage Foundation, 1999. p. 51-70.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*. Vol.18 nº 36, 2010.

PIRAJÁ, Tess Chamusca. Das calçadas à tela da tv: representações de travestis em séries da rede globo. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011.

PISCITELLI, Adriana. 2008. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". *Sociedade e Cultura*. Jul./dez. 2008. Vol. 11, n. 2, p. 263-74.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. In: *Oficina do CES*, nº 271, março de 2007. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/271.pdf>>, acesso: 22 jul 2015.

PRECIADO, Beatriz. *Tecnogénero*. In: PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Ed Espasa Calpe, 2008.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense. *Revista Poiésis*, n 15, p. 47-71, Jul. de 2010.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol. 19, nº 1, 2011.

PRECIADO, Paul Beatriz. Um apartamento em Urano. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. Meritum, vol. 8, no 2, 2013, pp.343-370.

PUAR, Jasbir K. Terrorist assemblages: homonationalism in queer times. Durham: Duke University Press, 2007.

PUSSETTI, Chiara. Corpos indóceis. Sexualidade, planeamento familiar e etnopolíticas da cidadania em imigrantes africanos. In: BAHIA, Joana., SANTOS, Miriam (org) Corpos em Transito: socialização, imigração e disposições corporais. Porto Alegre, Letra& Vida, 2015. Disponível em <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20080/1/ICS_CPussetti_Corpos_CLI.pdf>

RAYMOND, Janice G.. The Transsexual Empire: The Making of the She-Male. Boston: Beacon Press, 1979.

RAYMOND, Janice G.. The Transsexual Empire: The Making of the She-Male. New York: Teachers College Press, 1994^a.

RAYMOND, Janice G.. The Politics of Transgender. Feminism & Psychology, 4(4), 628–633. 1994b.

REBELLO, Ilana Silva. Do signo ao texto, da língua ao discurso: de Saussure a Charaudeau. Niterói: Revista Gragoatá, v.22, n. 44, p. 1103-1122, set.-dez. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1979). Emílio ou da educação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SAFRAN, William. Diasporas in modern societies: myths of homelands and return. Diaspora: a journal of transnational studies. Toronto: University of Toronto Press, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SALEIRO, Sandra Palma. Trans Gêneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero. 2013. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2013.

SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. 4^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Fernanda. Corpos em Diáspora. Campinas: Unicamp, 2016. Disponível em: <http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/ppgadc/article/viewFile/567/677>. Acesso: 04 06 de 2018.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: Imigração ou os paradoxos da alteridade. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 45 – 72.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio ; AMORIM, Katia de Souza. "Em meu gesto existe o teu gesto": corporeidade na inclusão de crianças deficientes. Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2010, vol.23, n.2, pp.261-269. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v23n2/v23n2a08.pdf> .Acesso em: 23 de set. 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo. Loyola-Centro, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse.. Metodologia de rede no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. São Paulo. 1995.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. 1995. p. 71-99.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. Horizontes antropológicos vol.6 nº14 Porto Alegre, 2000.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Vol. 57, 2004, pp. 7-47.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical – pensamento e movimento. Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107/2445> >Acesso em: 24 de outubro de 2018.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: Mana: Rio de Janeiro, v. 11, nº 2, Out/2005.

SIMMEL, Georg. Filosofia do Amor. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

SMITH, Dhiego. Transexualidade. In: Correio de Sergipe ano VIII, nº 710, Vida, Edição de fim de semana, 28-30 out. 2017.

SOARES, Geovana; SOUTO, Kátia; VALENTIN, Rafael. Transidentidades e travestilidades. 3º Fórum de Saúde Integral de Pessoas Trans: Transidentidades e Travestilidades. [mesa temática]. Lagarto: UFS, 2017.

SPIVAK, Gayatri C. (1942). Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SULLIVAN, Andrew. Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Juízo e Sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de, OLIVAR, Jose Miguel Nieto (Org.). Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, SP, Pagu/Unicamp, 2011, pp. 226-262.

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA. Disponível em: http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf. Acesso em: 1 abr. 2016.

TREVISAN, João. Devassos no Paraíso – a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. Editora Max Limonad 2º Ed., 1986.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processo migratório. Tempo Social, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

UFS, Universidade Federal de Sergipe (2018). IV Semana da Visibilidade Trans de Aracaju: Direitos e Cidadania das Pessoas Trans. Disponível em: <http://cech.ufs.br/conteudo/60941-iv-semana-da-visibilidade-trans-de-aracaju-direitos-e-cidadania-das-pessoas-trans>. Acesso em 19 de ago. 2019.

UNAIDS (2020). Estatísticas globais sobre HIV 2019. Disponível em: <https://unaids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 04 de Out. 2018.

UNESCO. Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico. Boas políticas e práticas em educação em saúde e HIV. Caderno 8 – Brasília: UNESCO, 2013.

VALE, A. F. C. Migração, sexualidade e prostituição: travesti e transgêneros no Bois de Boulogne. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. Anais... São Paulo: Anpocs, 2009. Disponível em: < <http://anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt25-16/2038-alexandrevale-migracao/file>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

VIEIRA, Paulo Jorge. Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais: Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. Ex aequo [da] Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, n. 24, p. 45-59, 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200005 . Acesso em 20 dez. 2016.

WAIZBORT, Leopoldo (Org.). Dossiê Norbert Elias. São Paulo, EDUSP, 1999, p. 156.

WITTIG, Monique, El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. Barcelona: Editorial EGALES, S. L, 2006. ISBN 84-

95346-97-4. Disponível em:

<http://www.caladona.org/grups/uploads/2014/02/monique-wittig-el-pensamiento-heterosexual.pdf>. Acesso em: 04 de Out. 2018.

ZACCHI, Annia. Radfem e transativismo: aliadas, não inimigas (on-line). Blog “Escreva Lola Escreva”. Disponível em:

<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/05/radfem-e-transativismo-aliadas-nao.html>. Acesso em: 14 de Mar. de 2020.

REFERÊNCIAS – AUDIOVISUAL

CRÔNICAS de São Francisco [Seriado]. Direção: Lauren Morelli. Estados Unidos: Netflix, 2019.

DIVINAS divas [Documentário]. Direção: Leandra Leal. Brasil: Vitrine Filmes, 2017.

FLORES raras [Filme]. Direção: Bruno Barreto. Brasil: Imagens Filmes, 2013.

MILK – A voz da igualdade [Filme]. Direção: Gus Van Sant. Estados Unidos: UNIVERSAL PICTURES, 2009.

POSE [Seriado]. Direção: Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals. Estados Unidos: Netflix, 2018.

SÃO PAULO em hi-fi [Documentário]. Direção: Lufe Steffen. Brasil: distribuição própria, 2016.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista

Local da entrevista:

Data: _____ Início: _____h Término: _____h

Nº da entrevista: _____

1. Dados pessoais

1.1 Qual sua idade, estado civil e escolaridade?

1.2 Em qual cidade e estado você nasceu? E em qual cidade mora atualmente?

1.3 Atualmente trabalha?

() Sim. Em que?

() Não. Por quê?

2. Conhecendo a construção do sujeito em relação ao gênero e sexualidade

2.1 Fale sobre sua infância, relatando as suas lembranças no convívio com a família, na escola, com os vizinhos e em outros espaços sociais.

2.2 Com foi o desenvolvimento da sua sexualidade? Falando em sexualidade, como você se define?

2.4 Em relação a sua identidade de gênero, como você se define? E como foi a construção dessa identidade? (Atentar para que nesta questão possamos saber onde e com quem morava quando iniciou a construção da sua identidade de gênero, quais os impactos em sua vida e o relato das dificuldades que passou durante esse processo e quem foi que ajudou a superar estes problemas)

2.5 Qual a importância do corpo para a construção da identidade de gênero? Relate sobre a questão de hormônios, silicones, cirurgias e a estética do que é ser homem e o que é ser mulher para você?

2.6 Qual a diferença entre uma pessoa cis e uma pessoa trans?

3. Exploração temática

- 3.1 Fale sobre sua trajetória de vida em relação a seu processo migratório. (Como foi a organização de sua primeira viagem? Onde e com quem já morou? Com quem mora atualmente? Quais os motivos que lhe levaram a migrar? Quem foi importante neste processo? Quem foi obstáculo? Conhece pessoas que passaram pelo mesmo processo? (solicitar indicação); como foi a sua inserção no local de chegada? Como foram essas experiências? Quais as dificuldades que enfrentou e como as resolveu? E qual seu sentimento em relação à migração?)
- 3.2 Mantém contato com pessoas do lugar de origem (família, amigas(os), vizinhas(os) e etc.)?
- () sim. Como é esta relação?
- () não. Por quê?
- 3.3 Relate como é a sua relação com a sociedade em sua cidade de origem e na cidade que mora atualmente.
- 3.4 E com sua família, como era sua relação antes da transição e como é a relação atual? Você envia remessa de dinheiro para a família ou recebe ajuda financeira dela?
- 3.5 Você possuía alguma religião antes da transição? E ,atualmente, possui e pratica alguma? A migração tem algum impacto nas suas práticas religiosas?
- 3.6 Quais as cidades onde já morou e de qual você mais gostou? Por quê?
- 3.7 Em qual cidade mora atualmente? Pretende continuar morando nesta mesma cidade ou tem planos de migrar? Por quê?
- 3.8 Conte sobre os valores morais e culturais que permanecem e os que mudaram por conta do processo migratório.
- 3.9 Quais os seus planos para o futuro?
- 3.10 Você poderia indicar outras pessoas trans que conheça para ser uma colaboradora desta pesquisa?